

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO

CLÁUDIO ANTÔNIO CARDOSO LEITE

**AS TRANSFORMAÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA: DO INDIVIDUALISMO MODERNO AO
HIPERINDIVIDUALISMO PÓS-MORALISTA**

São Leopoldo, RS.

2019

CLÁUDIO ANTÔNIO CARDOSO LEITE

**AS TRANSFORMAÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA: DO INDIVIDUALISMO MODERNO AO
HIPERINDIVIDUALISMO PÓS-MORALISTA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Doutor Carlos Alfredo Gadea Castro.

São Leopoldo, RS.

2019

CLÁUDIO ANTÔNIO CARDOSO LEITE

**AS TRANSFORMAÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA: DO INDIVIDUALISMO MODERNO AO
HIPERINDIVIDUALISMO PÓS-MORALISTA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais da Universidade do Vale do
Rio dos Sinos, como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Área de concentração: Políticas e Práticas Sociais

Linha de Pesquisa: Identidades e Sociabilidades

Banca examinadora:

Prof. Dr. Carlos Alfredo Gadea Castro – Orientador (UNISINOS)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sell (UFSC)

Prof. Dr. Heraldo Makrakis (IFRS)

Prof. Dr. José Rogério Lopes (UNISINOS)

Prof. Dr. Gabriel Ferreira da Silva (UNISINOS)

São Leopoldo, 24 de abril de 2019.

L533t Leite, Cláudio Antônio Cardoso.
As transformações do Exército Brasileiro na sociedade contemporânea : do individualismo moderno ao hiperindividualismo pós-moralista. / Cláudio Antônio Cardoso Leite. – 2019.
220 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2019.
“Orientador: Professor Doutor Carlos Alfredo Gadea Castro.”

1. Exército Brasileiro. 2. Pós-modernidade. 3. Hiperindividualismo. 4. Identidade militar. I. Título.

CDU 3

DEDICATÓRIA

Aos meus pais José e Maria, pelo amor, educação e minha formação.

AGRADECIMENTOS

À CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo financiamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNISINOS.

Ao professor Carlos Alfredo Gadea Castro, orientador desta tese, pela orientação, cumplicidade, direção e, principalmente, paciência.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNISINOS, José Rogério, Gaiger, Solon, Laura, Rodrigo e Bica, pelo aprendizado.

Aos meus colegas do doutorado, Adimilson, Elisane, Miguel, Roselândia, Sabrina e Marcia (super solidária no PPGCS após minha ida para Minas), pela amigável convivência.

À secretária do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNISINOS, Maristela Simon, pelo apoio em todos os momentos.

Aos professores José Rogério Lopes (UNISINOS), Gabriel Ferreira da Silva (UNISINOS) e Carlos Eduardo Sell (UFSC), por participarem da banca.

Ao professor Heraldo Makrakis (IFRS), Coronel do Exército Brasileiro, não só por participar da banca, mas também pelas indicações bibliográficas, livros emprestados e esclarecimentos relacionados ao Exército Brasileiro.

Ao meu amigo Leandro Raizer, professor da UFRGS, pelos conselhos sociológicos e por apresentar a este mineiro a UNISINOS.

À Ivonir Coimbra, pela revisão dos meus textos e desta tese.

Ao Colégio Militar de Belo Horizonte, na pessoa de seu Comandante em 2017, Coronel Signorini, pelo apoio institucional para essa empreitada.

Aos meus colegas professores do CMBH e do IFRS, pelo crescimento profissional.

Aos meus alunos, porque me ensinam a ser professor.

À minha família (mãe, pai, irmão, tios e tias, primos e primas, sobrinha, cunhado e cunhadas, compadres e comadres, sogro e sogra, avós, Camila, Ademir, Antônia) e aos meus amigos, por terem compreendido minhas diversas ausências.

Ao meu irmão Fernando, pelo entusiasmo e insistência.

À minha amada esposa Deise Bruna, pelo amor, dedicação e suporte imprescindíveis.

À minha filha Rafaela, pela alegria contagiante presente nos momentos difíceis.

Ao Ismael Sobrinho, meu psiquiatra, e ao Robson Cruz, meu psicólogo, pela assistência.

Aos irmãos da Igreja Presbiteriana Buritis em Belo Horizonte, pelo apoio espiritual.

A todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a feitura desta tese.

Enfim, a Deus, que excede todo conhecimento, inclusive o científico.

RESUMO

A partir do pressuposto de que os exércitos do mundo são instituições inerentes ao fenômeno da guerra e, assim, são resultados das organizações sociais e culturais das sociedades, a presente pesquisa doutoral se propôs a analisar as transformações que têm ocorrido no EB - Exército Brasileiro - nos últimos anos. Principalmente a partir da pós-modernidade, em que ocorreu a produção de uma multiplicidade de culturas, crenças, ideais, valores e tecnologias, a proliferação de várias formas de conhecimento, de informação e de sociabilidade, estando tudo isso em constante modificação. Neste contexto, identificamos que, entre os séculos XIX e XX, os ideais da modernidade tornaram-se os elementos constitutivos da visão de mundo da Força Terrestre brasileira. Mas também encontramos indícios de que mudanças recentes geraram antagonismos entre os ideais militares, tradicionais no EB, e os ideais pós-modernos, típicos da contemporaneidade. A hipótese da pesquisa foi a de que são as influências socioculturais advindas do individualismo exacerbado e do contexto tecnológico contemporâneo, a partir da pós-modernidade, as maiores forças modificadoras da atual profissionalidade militar, contrariando a orientação tradicional do Exército Brasileiro, constituída por traços modernos. Tomando os indícios dos antagonismos como pistas, desenvolvemos discussões teóricas relacionadas ao debate modernidade-pós-modernidade. E, a partir de diversos autores, especialmente das obras de Max Weber (1982, 1987 e 2004), Daniel Bell (1977 e 1992) e Gilles Lipovetsky (2004, 2005a, 2005b e 2015), distinguimos entre a primeira e a segunda modernidades conforme os individualismos e os processos de socialização predominantes em cada uma. No primeiro caso, denominado de individualismo moderno laico, os ideais modernos são os conteúdos rígidos que preenchem o “eu” do indivíduo, o que relacionamos às identidades dos oficiais militares orientadas pelas virtudes e deveres tradicionais da Força Terrestre. No segundo, denominado de hiperindividualismo pós-moralista, ocorre o esvaziamento dos conteúdos rígidos que preenchiam o “eu” do indivíduo na modernidade anterior, resultando em um indivíduo formado e guiado por sua subjetividade, pois não há ideais e deveres impostos para seguir, somente e se o indivíduo assim decidir. Para examinarmos a suposição levantada, realizamos um levantamento histórico a partir de dados de cunho bibliográfico e documental, utilizamos dados de pesquisas da área da Sociologia Militar e Antropologia Militar, tanto brasileiras quanto internacionais, bem como dados primários advindos de entrevistas e trabalhos de campo com observação participante feitos em OMs – Organizações Militares da Força Terrestre. Então, constatamos que as mudanças sucedidas no Exército Brasileiro nos últimos anos estão modificando a profissionalidade do oficialato da Força e a identidade dos seus militares. O corpo profissional e de pessoal do EB está cada vez mais ambivalente, de modo a se apresentar como uma instituição cujos elementos identitários são diversos em coexistência, alguns de traços modernos e outros de traços pós-modernos. Portanto, concebemos que as transformações ocorridas a partir da pós-modernidade, as quais se solidificaram e se intensificaram na contemporaneidade, se constituem como um avanço dos processos modernos de racionalização e de secularização e que, agora, não só abrangem determinadas esferas em detrimento de outras (racionais *versus* irracionais), mas também atingem todas elas e todas as formas de compreensão da realidade, racionalizando-as e secularizando-as com a lógica cada vez mais predominante do hiperindividualismo pós-moralista contemporâneo.

Palavras-chave: Exército Brasileiro. Pós-modernidade. Hiperindividualismo. Identidade militar.

ABSTRACT

Based on the assumption that the world's armies are institutions inherent to the waging of war and thus they are the result of social and cultural organizations of societies, this doctoral research is proposed to analyze the transformations that have occurred in the BA - Brazilian Army over recent years. Mainly since the post-modernity, it has occurred production of a multiplicity of cultures, beliefs, ideals, values and technologies, the proliferation of various forms of knowledge, information and sociability, with all in constant change. In this context, we identify that between the nineteenth and twentieth centuries the ideals of modernity became the constituent elements of the worldview of the Brazilian Army. Additionally, we find hints that recent changes have generated antagonisms between military ideals, traditional in the BA, and the postmodern ideals typical of contemporary times. The hypothesis of the research is that the socio-cultural influences arising from the heightened individualism of postmodernity and the contemporary technological context, starting from the beginning of postmodernity, are the major modifying forces on current military professionalism, running against the traditional orientation of the Brazilian Army, influenced by modern traits. Taking the evidence of antagonisms as hints, we developed theoretical discussions related to the modernity-post-modernity debate. Moreover, based on several authors, especially Max Weber (1982, 1987 and 2004), Daniel Bell (1977 and 1992) and Gilles Lipovetsky (2004, 2005a, 2005b and 2015), we distinguish between the first and the second modernities as the predominant individualisms and socialization processes evolve. In the first case, called modern lay individualism, modern ideals are the rigid concepts that fill the individual's "self", which we relate to the identities of military officers guided by the traditional mores, virtues and duties of the BA - Brazilian Army. The second one, called postmoralist hyperindividualism, occurs removing the rigid concepts that filled the individual's "self" in the previous modernity resulting in an individual constituted and guided by his/her subjectivity, there are no ideals, mores and duties imposed to be followed, only and if the individual so decides. In order to examine the hypothesis made, we conducted an historical survey based on bibliographical and documentary data from Brazilian Military Sociology and Military Anthropology researchers, as well as primary data from interviews and field research with observation participant made in the OMs - Military Organizations of the Brazilian Army. Therefore, we observe the changes that have taken place in the Brazilian Army in recent years are changing the professionalism of the military officers and their identities. The character of the professionalism of the officers and their individual identities are increasingly ambivalents, and today the Brazilian Army presents itself as an institution whose identity elements are diverse in coexistence, some with modern traits and others with postmodern traits. As a result, we conceive that the transformations that have taken place since postmodernity and which have solidified and intensified in contemporary times constitute an advance of the modern processes of rationalization and secularization which, now, not only cover certain spheres to the detriment of other (rational *versus* irrational) and yet reaches all of them and all forms of understanding reality, rationalizing and secularized them with an increasingly prevalent logic of the contemporary postmoralist hyperindividualism.

Keywords: Brazilian Army. Postmodernity. Hyperindividualism. Military identity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. AS FORÇAS ARMADAS E AS INSTITUIÇÕES MILITARES COMO OBJETO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: O CASO DO EXÉRCITO BRASILEIRO.....	6
1.1. Os estudos dos militares e as Ciências Sociais.....	6
1.2. O Exército como fenômeno social.....	15
1.3. O Exército Brasileiro, seu surgimento e ensino para o oficialato.....	16
1.4. O Exército Brasileiro e as transformações da contemporaneidade.....	28
1.5. Os antagonismos entre os ideais militares e os pós-modernos.....	42
2. A MODERNIDADE E SUAS IDIOSSINCRASIAS.....	51
2.1. A modernidade.....	52
2.1.1. A fé na ciência, na razão e no progresso.....	53
2.1.2. As diferentes fases da modernidade	56
2.2. A teoria weberiana da modernidade.....	60
2.2.1. O racionalismo ocidental.....	62
2.2.2. O desencantamento do mundo.....	63
2.2.3. A fragmentação da vida social em esferas autônomas e o politeísmo dos valores	72
2.3. As contradições culturais da modernidade.....	77
2.3.1. A sociedade pós-industrial e a Era da informação	78
2.3.2. A autonomia da esfera cultural e a ascensão do individualismo de ética hedonista e consumista.....	83
3. A PÓS-MODERNIDADE E O HIPERINDIVIDUALISMO PÓS-MORALISTA CONTEMPORÂNEO.....	96
3.1. A análise de Gilles Lipovetsky.....	98

3.1.1. O individualismo moderno de cunho moralista laico.....	99
3.1.2. A pós-modernidade e a hipermodernidade.....	105
3.1.3. O hiperindividualismo pós-moralista contemporâneo.....	120
4. AS TRANSFORMAÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	135
4.1 A questão do profissional militar: do individualismo moderno ao hiperindividualismo pós-moralista.....	136
4.2. As carreiras do oficialato atual e o papel dos processos de socialização na reestruturação de identidades.....	143
4.2.1. Os oficiais de identidade afim com o individualismo moderno laico: os de espírito militar rígido.....	157
4.2.2. Os oficiais de identidade afim com o hiperindividualismo pós-moralista: os de espírito militar flexível.....	168
4.2.2.1. Os profissionais consolidados como oficiais das carreiras permanentes.....	169
4.2.2.2. Os profissionais consolidados como oficiais das carreiras temporárias.....	172
4.3. As mudanças na organização profissional militar e o Processo de Transformação do Exército oficial.....	174
4.4. A ambivalência nas identidades dos oficiais militares do Exército Brasileiro.....	189
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	198
REFERÊNCIAS.....	208

INTRODUÇÃO

Os estudos das Ciências Sociais que tomam como objetos as instituições militares ou as Forças Armadas, como o EB - Exército Brasileiro, são importantes por inúmeras razões. No caso da Força Terrestre do Brasil, algumas delas são: o fato de se tratar de uma instituição que tem estado presente na vida política do país desde a Proclamação da República em 1989; de ser um aparato do Estado que demanda da União somas vultosas de recursos todos os anos; e por ser uma organização estatal de larga extensão, abrangendo todos os estados federados do país e envolvendo milhares de pessoas.

Desse modo, partindo do pressuposto de que os exércitos do mundo são instituições inerentes ao fenômeno da guerra e, assim, são resultados das organizações sociais e culturais das sociedades, a presente pesquisa doutoral se propôs a analisar as transformações que têm ocorrido no EB - Exército Brasileiro nos últimos anos, mais especificamente no que se refere ao corpo profissional dos oficiais e às suas identidades.

Tudo se iniciou quando eu, como servidor público federal da área de atuação das Ciências Sociais, fui transferido do Ministério da Educação para o Ministério da Defesa e, desse modo, lotado como professor de sociologia no CMBH – Colégio Militar de Belo Horizonte, instituição instalada no CPOR/BH - Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte, uma OM – Organização Militar do Exército Brasileiro.

A vivência cotidiana ali, com a presença de oficiais militares envolvidos no meu trabalho diário, com sutis ambiguidades nas suas condutas e falas, bem como no modo de funcionamento da OM, despertou o meu olhar como sociólogo sobre os fenômenos que estavam se manifestando. Era possível observar padrões de crenças, valores e comportamentos preponderantes, mas, simultaneamente, a recorrência de ambivalências em relação ao preconizado, o que me revelou o caráter muitas vezes consciente por parte de alguns dos indivíduos envolvidos.

Diante de tudo isso, me vieram à memória as questões levantadas na clássica discussão de Mills (1975, p.9-11) sobre imaginação sociológica, na qual o autor pontua que, quanto mais os indivíduos têm consciência do que transcende seus cenários imediatos, mais se sentem encurralados. Isso acontece porque não são mais capazes de se orientarem pelos valores que prezam, ou porque assistem às suas velhas maneiras de pensar e agir entrarem em colapso, ou porque não compreendem o sentido de suas épocas e de suas próprias vidas. Enfim, de uma ou outra maneira, não percebem o jogo que se processa entre eles mesmos, suas vidas e a sociedade, entre suas biografias e a história, entre os seus “eus” e o mundo. Seria isso que estaria

acontecendo com os oficiais do EB? Estariam em um contexto de transformações nesse sentido? Foram exatamente essas as questões que foram suscitadas em minha mente e que me levaram a tomar o oficialato do Exército Brasileiro como objeto de estudo, a fim de identificar quais transformações mais amplas estariam acontecendo e que relações elas teriam com a profissionalidade do oficialato da Força Terrestre e com as identidades daqueles indivíduos.

Então, ao reunir a literatura das Ciências Sociais que trata das instituições militares e das Forças Armadas, identifiquei alguns aspectos que dariam direção para as questões que seriam investigadas.

O primeiro aspecto foi que estudos realizados no âmbito internacional por sociólogos americanos (SEGAL, MOSKOS, WILLIAMS, 2000) demonstraram que o modelo de exército da modernidade, o qual surgiu no século XIX, desenvolveu-se associado ao Estado Nação. Desse modo, em geral os exércitos recrutavam em massa, eram masculinos na composição e no etos e apresentavam uma estrutura cultural diversa da que é presente na sociedade civil.

O segundo aspecto foi que esses mesmos estudos indicaram que, após a Guerra Fria, os exércitos que antes se desenvolveram através de fortes laços com os Estados Nacionais, atualmente afrouxaram esses laços. Por isso, hoje, eles estão sofrendo muitas modificações, tornando-se polivalentes na missão, se estruturando com uma menor força de voluntários, estão cada vez mais andróginos na composição e no etos, não sendo mais exclusivamente masculinos, e estão com maior permeabilidade com a sociedade civil.

Esses estudos defenderam uma tipologia macrosociológica para a classificação de diversos exércitos no mundo, a denominada “Pós-modernismo militar”, em que elementos constitutivos dos exércitos, ao se transformarem, resultariam na passagem de um exército típico da Era Moderna para um exército cujo modelo seria o da Era Pós-moderna (SEGAL, MOSKOS, WILLIAMS, 2000).

Já um terceiro aspecto, com base em pesquisas da área da Sociologia Militar e Antropologia Militar brasileiras, foi que os ideais da modernidade se tornaram os elementos constitutivos da visão de mundo da Força Terrestre brasileira entre os séculos XIX e XX, da profissionalidade do seu oficialato e dos ideais que constituíram as virtudes militares impostas aos oficiais.

E, finalmente, um quarto aspecto foi que, nos últimos anos, uma série de ações políticas foi iniciada a partir da Nova República Democrática Brasileira, de modo a impactar as Forças Armadas do país, algumas delas semelhantes às mudanças salientadas pelos autores da tipologia do Pós-modernismo militar.

Com base nesses aspectos e ao observar no cotidiano de algumas OMs em que transitava quais transformações estavam em andamento, algumas já iniciadas há poucos anos, outras em curso, e que outras sobreviriam, elaborei como hipótese de pesquisa que a pós-modernidade, como característica típica da sociedade contemporânea, estaria orientando as transformações hodiernas do EB. Principalmente, ao considerar que, atualmente, o Brasil e o mundo, as sociedades em geral, vêm passando por significativas mudanças. Nos últimos anos, tem ocorrido a produção de uma multiplicidade de culturas, crenças, ideais, valores e tecnologias, a proliferação de várias formas de conhecimento, de diversos meios de comunicação, de informação e de sociabilidade, tudo isso estando em constante processo de aprimoramento e de modificação.

Para verificar a suposição levantada, as estratégias metodológicas utilizadas para a coleta de dados foram duas. Primeiramente, realizei um levantamento histórico a partir de dados bibliográficos e documentais, no qual constatei que o EB passou por diferentes fases históricas quanto a sua institucionalização como organização do Estado brasileiro e que isso impactou de várias maneiras o histórico de socialização e de formação profissional dos oficiais militares. Daí a decisão de delimitar o corpo profissional dos oficiais e suas identidades como foco central das análises.

Secundariamente, sistematizei e aprimorei os trabalhos de campo com observação participante, que já estava realizando informalmente nas OMs, e realizei entrevistas com oficiais da Força Terrestre, algumas formais com e sem registros de áudio e outras informais sem registros.

No primeiro capítulo, tratei do levantamento histórico supracitado e de indícios obtidos pelos trabalhos de campo de que mudanças recentes geraram antagonismos entre os ideais militares, tradicionais no EB, e os ideais pós-modernos típicos da contemporaneidade.

Tomando tais indícios como pistas, nos capítulos seguintes, desenvolvi discussões teóricas relacionadas ao debate modernidade-pós-modernidade. Isso deu maior precisão à hipótese de pesquisa, a saber, de que são as influências socioculturais advindas do individualismo exacerbado e do contexto tecnológico contemporâneo a partir da pós-modernidade as maiores forças modificadoras da atual profissionalidade militar, orientando o que provavelmente será constitutivo do oficialato militar do futuro, até mesmo na contramão dos processos usuais de socialização e formação do profissional militar do Exército Brasileiro, constituídos por traços modernos.

Dessa maneira, no segundo capítulo, me aprofundei na teoria da modernidade de Max Weber (1982, 1987 e 2004), de modo que restaram evidenciados os principais fenômenos

constitutivos do mundo moderno: os processos de racionalização da vida, de secularização, de desencantamento do mundo, de intelectualização da religião e da perda do sentido objetivo do mundo; acontecimentos relacionados à promoção dos processos de internalização e subjetivação, de fragmentação da vida em esferas autônomas e de constituição do politeísmo dos valores na cultura. Ao me deter sobre esses últimos processos, através das obras de Daniel Bell (1977 e 1992), evidenciei que eles, impelidos pelo consumo de massa e pelo hedonismo surgidos no âmbito cultural na segunda metade do século XX, contribuíram para que as esferas extracotidianas da modernidade, segundo Weber, as consideradas “irracionais”, também fossem racionalizadas de modo a engendrar um individualismo exacerbado.

Já no capítulo três, por sua vez, discuti a pós-modernidade utilizando como bases principais as análises do filósofo Gilles Lipovetsky (2004, 2005a, 2005b e 2015) sobre a sociedade contemporânea, mormente as questões ligadas ao tema do individualismo. Assim me apropriei da perspectiva do autor, que distingue a constituição da individualidade desenvolvida na primeira modernidade da desenvolvida na segunda.

No caso da primeira individualidade, ela se dá através do individualismo moderno, em que o processo de socialização predominante é o de cunho disciplinar. O indivíduo se constitui dos ideais abstratos da modernidade, aqueles que preenchem o seu “eu” de conteúdos rígidos que dizem como ele deve ser e agir, inclusive para cumprir deveres. Então, relacionei essa individualidade ao “espírito militar” identificado por Celso Castro (1990) como característica basilar da identidade social dos oficiais militares do Exército Brasileiro, em que os tais conteúdos são os ideais militares.

No caso da individualidade da segunda modernidade, a partir do diagnóstico de Daniel Bell, dando prosseguimento à perspectiva de Max Weber, Lipovetsky (2005a) esclarece que as mudanças culturais levaram ao prevalecimento de outro processo de socialização. O denominado pelo autor de processo de personalização, que difere do de cunho disciplinar da primeira modernidade. Esse processo leva o indivíduo a construir a si mesmo existencialmente por sua subjetividade, ocorrendo o “esvaziamento dos conteúdos rígidos” que preenchiam o “eu” do indivíduo na modernidade anterior. Trata-se da formação de um segundo tipo de individualismo, o hiperindividualismo pós-moralista contemporâneo, cujos ideais são os de conforto e bem-estar, de autonomia sexual no que tange à moral e à família, de hedonismo e de autodeterminação do que é melhor até mesmo em relação às obrigações consigo mesmo. Não há deveres impostos para cumprir, somente e se o indivíduo assim decidir a partir da sua subjetividade (LIPOVETSKY, 2005b).

Logo, no capítulo quatro, a partir dessas noções de individualismo moderno e de hiperindividualismo pós-moralista, procedi às análises dos dados com o foco sobre a questão do profissional militar do EB. Analisando (1) as carreiras do oficialato atual da Força, o histórico delas, suas diferenças entre si e em relação aos processos de socialização militar e formação profissional; (2) as últimas mudanças institucionais ocorridas no EB em conjunto com o Processo de Transformação como meta oficial e (3) as crenças e valores manifestos nos comportamentos e nas falas dos próprios oficiais militares nos trabalhos de campo nas OMs.

No mesmo capítulo, as análises das carreiras demonstraram que é possível classificar os oficiais em dois tipos de profissionais: os oficiais de “espírito militar rígido”, cujos ideais militares de traços modernos são sólidos, e os de “espírito militar flexível”, cujos ideais militares enfraqueceram devido à influência do hiperindividualismo pós-moralista. Situação que resulta na promoção de uma ambivalência no corpo profissional e de pessoal do oficialato da Força Terrestre.

As análises das últimas mudanças institucionais ocorridas no EB em conjunto com o Processo de Transformação como meta oficial demonstraram que elas também promovem ambivalências na profissionalidade do oficialato da Força. Isso porque, ao mesmo tempo em que visam à manutenção do “espírito militar rígido” de traços modernos, promovem a aproximação do mundo militar com o mundo civil e uma mudança cultural que propicia a introdução de aspectos pós-modernos na mentalidade militar.

E, finalmente, as análises das crenças e valores manifestos nos comportamentos e nas falas dos próprios oficiais militares também demonstraram ambivalências nas suas identidades. As ações e falas deles remetem aos ideais militares por um lado e aos pós-modernos por outro.

Portanto, no capítulo das considerações finais, pontuei que as mudanças sucedidas no Exército Brasileiro nos últimos anos estão modificando a profissionalidade do oficialato da Força e a identidade dos seus militares. O corpo profissional e de pessoal do EB está cada vez mais ambivalente, de modo a se apresentar como uma instituição cujos elementos identitários são diversos em coexistência, alguns de traços modernos e outros de traços pós-modernos.

Assim, é possível conceber que as transformações ocorridas a partir da pós-modernidade e que se solidificaram e se intensificaram na contemporaneidade se constituem como um avanço dos processos modernos de racionalização e de secularização, e que, agora, não só abrangem determinadas esferas em detrimento de outras (racionais *versus* irracionais), mas atingem todas elas e todas as formas de compreensão da realidade, racionalizando-as e secularizando-as com a lógica cada vez mais predominante do hiperindividualismo pós-moralista contemporâneo.

1. AS FORÇAS ARMADAS E AS INSTITUIÇÕES MILITARES COMO OBJETO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: O CASO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

1.1 Os estudos dos militares e as Ciências Sociais

Segundo Carrilho (1978), as FAs - Forças Armadas e as instituições militares só se tornaram objeto das Ciências Sociais durante a Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos criaram o *Army Research Branch*. É o que confirmam Segal e Burk (2012) na obra *Military sociology*, ao descreverem as origens da Sociologia Militar e os clássicos estudos antecedentes da área¹.

Já na década de 70, a autora alertara sobre o fato de essa área de conhecimento ser afetada ao menos por duas dificuldades. Uma do próprio objeto, a instituição militar, com sua inacessibilidade por razões de sigilo e segurança. E outra, pela matriz do conhecimento sociológico, que, com sua análise política, geraria um incômodo.

Embora as FAs não tenham sido desprezadas pelos clássicos fundadores da Sociologia, e como objeto de estudo tenham se tornado notáveis por trabalhos como o de Clausewitz², conforme Carrilho, só na década de 30, na Universidade de Chicago, foi realizado o primeiro estudo sistemático enfocando aspectos sociológicos, psicológicos, dentre outros, de militares: *A Study of War*, de Philip Quincy Wright (1965)³.

A autora sublinha as principais tendências dos estudos da área aludindo-se, mormente, à produção americana, pelo fato de a Sociologia Militar ter se desenvolvido historicamente nos Estados Unidos. Finalmente, Carrilho pontua várias denominações usadas para a área de estudo em formação na época do seu surgimento, afirmando que o que alguns denominaram de Sociologia Militar, outros nomearam de Sociologia da Defesa, e ainda outros de Sociologia da Guerra ou Estudos das Relações Civis Militares. Mas a questão central era o uso da violência e

¹ Cf. Carrilho (1978) e para mais detalhes sobre a área, seu surgimento e temas principais, cf. Segal e Burk (2012). A obra é dividida em vários volumes, a saber: *Volume I: Origins of Military Sociology. Classical Antecedents. Academic Specialization. World War II as a Pivot Point. The Cold War. Volume II: Military Organization. Trends in Military Organization. Social Composition. Military Profession. Volume III: Civil Military Relations. Civilian Control. Military Families. Public Support for the Military. Militarization of Society. Experience of War. How Military Service Affects Veterans. Talking About War. Volume IV: Experience of War (continued). Remembering War. The Use and Control of Force. The Use of Force. War and State Formation in Historical Perspective. Chronic Wars and Social Transformation. Peacekeeping.*

² Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz (1780 - 1831) foi um militar do Reino da Prússia, general, e é considerado um grande estrategista militar e teórico da guerra devido a sua obra “Da Guerra” (do alemão *Vom Kriege*), publicado em 1832. O autor ficou conhecido por sua definição de guerra, que foi largamente difundida, mas pouco compreendida. Trata-se da afirmação: “A guerra é a continuação da política por outros meios”. Para mais detalhes sobre a atualidade do autor, cf. Silva (2003) e Passos (2005).

³ Cf. 2ª Edição, pela The University of Chicago Press, Chicago.

seu destino “de adquirir um conhecimento, o mais aprofundado e eficiente possível, de mecanismos que, como acontece na Ciência em geral, poderão, em última análise, ser usados por uns e outros para diferentes fins” (CARRILHO, 1978, p. 158).

Então, no decorrer dos anos, as pesquisas realizadas na área foram crescendo, e hoje são vários os estudos nas Ciências Sociais cujo objeto são as Forças Armadas ou instituições militares. Alguns deles, com uma abordagem macrosociológica, com o enfoque sobre os aspectos institucionais das organizações militares nos seus contextos sociais. Já outros, com uma abordagem microsociológica, com o enfoque no processo de socialização e de formação do profissional militar, dando ênfase aos aspectos relacionados aos indivíduos, suas crenças, valores, padrões de comportamento, estilos e modos de vida, enfim, priorizando a dimensão da mentalidade e subjetividade individual⁴.

No que se refere a esses dois tipos de linhas analíticas, o presente estudo buscou conciliar ambas as abordagens, esclarecendo as relações entre as duas dimensões ao tomar como objeto de estudo a Força Terrestre brasileira e suas recentes transformações no contexto da contemporaneidade.

Nesse sentido, o empreendimento aqui realizado filiou-se à perspectiva de dois autores clássicos da Sociologia Militar americana, Samuel Phillips Huntington (1927 – 2008) e Morris Janowitz (1919 – 1988). Ambos buscaram em seus estudos tratar das duas dimensões em relação aos fenômenos militares, tornando-se pioneiros na área. De acordo com Migon (2011):

Por refletir dinâmica de relacionamento de sociedades contemporâneas, estruturadas em estados pós-industriais, tanto quanto pela envergadura do fenômeno bélico em questão como pela consolidação da base estrutural das Ciências Humanas, o desenvolvimento mais consistente da Sociologia Militar se deu a partir da 2ª Guerra Mundial. Neste contexto, destacam-se as contribuições de Samuel P. Huntington e Morris Janowitz, nos idos de 1955-1960. Tais correntes de pensamento, ainda que originadas do estudo prioritário das Forças Armadas dos EUA, influenciaram todo o pensamento ocidental, sendo, portanto, clássicos de interesse ao melhor entendimento das especificidades da profissão militar. (MIGON, 2011, p.86).

Na sua obra, *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*, editado originalmente em 1957, Huntington (1996) apresenta uma teoria das relações civis-militares que abarca uma série de interações entre instituições, forças de trabalho e interesses militares, de um lado; e uma multiplicidade de relações, sobretudo conflitantes, de outro lado,

⁴ Para mais detalhes sobre microsociologia e macrosociologia, bem como sobre individualismo metodológico e coletivismo metodológico, cf. Alexander, J. C. (1987) e Levine, Sober e Wright. (1989).

com a população, instituições, valores e interesses não militares, isto é, com a sociedade em geral. Trata-se da denominada “teoria do controle civil das Forças Armadas”. Segundo Kuhlmann (2007, p.18), a data dessa obra de Huntington se constitui o alicerce do pensamento sociológico militar.

O autor, no âmbito da sua teoria do controle civil dos militares, ofereceu a possibilidade do controle civil subjetivo e a do controle civil objetivo. O primeiro procuraria o aumento do poder civil e a diminuição do poder militar. De acordo com Huntington, ao longo da história, o controle subjetivo foi exercido através do empoderamento de certos atores governamentais, classes sociais e formatos constitucionais.

Já no caso do segundo tipo de controle, o controle civil objetivo, o alvo seria atingido através do profissionalismo militar, de modo que o militar não se desviaria de sua atividade fim, a “administração da violência”.

A função de uma força militar é o combate armado bem-sucedido. Os deveres de um oficial das Forças Armadas incluem: (1) organizar, equipar e treinar essa força; (2) planejar suas atividades; e (3) dirigir as operações dentro e fora do combate. A direção, a operação e o controle de uma organização humana cuja principal função consiste na aplicação da violência é a qualidade peculiar do oficial. (HUNTINGTON, 1996, p.29-30).

Conforme o autor, antes de 1800 já era possível encontrar discussões teóricas sobre questões que tratavam da ideia de controle civil, militarismo e mentalidade militar, todavia, devido às várias transformações ocorridas na primeira metade do século XIX, os estudos realizados anteriormente passaram a ser desconsiderados. Assim, o autor pontua que o principal aspecto das relações civis-militares seria a relação entre a oficialidade e o Estado, em que aquela seria o elemento dirigente da estrutura militar daquela sociedade e este seria o elemento dirigente da sociedade, responsável pela administração dos recursos das atividades imprescindíveis para o seu *modus operandi*, inclusive os da sua segurança militar.

De tal modo, para Huntington, o controle civil objetivo seria a melhor forma de controle dos militares, pois daria a eles autonomia para se dedicarem a sua profissionalização. Por isso, o autor caracteriza a profissão militar como aquela em que os agentes não se envolvem com a política para não prejudicar o caráter da profissão. Para Kuhlmann, essa caracterização profissional feita por Huntington pode ser explicada nos seguintes termos:

Essa autonomia/separação social que Huntington especifica com relação à necessidade de o militar ater-se aos afazeres de treinamento para a guerra, função primordial, refere-se à especialização e à especificidade técnica, característica da modernidade, e à regulação do estamento militar pelo

ordenamento político, otimizando a finalidade do instrumento que, enfim, deve servir ao Estado. (KUHLMANN, 2007, p.19).

Nas palavras do próprio Huntington:

A qualidade inerente de um corpo militar só pode ser avaliada em termos de padrões militares independentes. Entretanto, os fins em favor dos quais se emprega o corpo militar ficam fora de sua competência para julgar: “o objetivo político da guerra realmente se situa fora da província da guerra...” Guerra não tem lógica nem objetivos próprios. Eis por que o soldado terá sempre de subordinar-se ao estadista. É da responsabilidade deste a conduta da guerra, pois “exige uma aguçada percepção da política do Estado em suas relações mais altas.” (HUNTINGTON, 1996, p.76, aspas do autor)

Portanto, Huntington formulou os primeiros fundamentos teóricos da profissão militar, considerando tanto suas dimensões microsociológicas quanto as macrosociológicas.

Segundo Migon (2011, p.87), a proposta analítica de Huntington inicia-se pela delimitação dos militares, os oficiais mais propriamente, como uma categoria profissional específica dentro do corpo estatal, individualizando-os com os seguintes atributos, indispensáveis à profissão: especialização, responsabilidade e corporatividade (HUNTINGTON, 1996, p. 25-36).

Ressalta Huntington que há inúmeras especialidades nas Forças de Mar, Terra e Ar, mas que se deve considerar um núcleo central, o corpo de oficiais combatentes de carreira, que, segundo o autor, reúne as características peculiares da profissão militar, a saber:

(1) responsável primeiro pela administração da violência, em específico o preparo e o emprego dos meios bélicos;

(2) habilidade intelectual extremamente complexa, para equilibrar aspectos da Ciência (técnica e tática) e da Arte (sentimento militar), num processo que demanda estudo e treinamento amplo e continuado, ao longo de toda a vida profissional;

(3) sólida cultura geral, na medida em que os métodos de organizar e aplicar violência em cada período da história são intensamente relacionados com a cultura da sociedade;

(4) responsabilidade ética e social, por tratar-se de uma profissão de monopólio do Estado;

(5) altamente motivado, já que na sociedade ocidental a vocação para o oficialato não é muito recompensadora financeiramente;

(6) dotado de responsabilidade elementar para com o Estado;

(7) e distinto dos militares praças em geral por aspecto universalmente traçado entre os dois, oficiais e praças, em todas as FAs do mundo, na medida em que os militares praças não detêm nem as qualificações intelectuais, nem a responsabilidade profissional do oficial, sendo especialistas na aplicação da violência, e não na administração da violência, com vocação para um ofício técnico, não uma profissão.

Por fim, o desenvolvimento teórico do autor torna-se mais pertinente quando ele se refere ao processo de socialização do profissional militar, ao afirmar a tese de que a política está além de sua competência como profissional. Isto é, ao caracterizar que as consequências da participação dos militares na política são o enfraquecimento profissional, o arrefecimento da sua competência técnica, a divisão da profissão contra si mesma e, finalmente, a troca, por outros estranhos à caserna⁵, dos valores militares. Assim, o autor conceituou a mentalidade militar de “realismo conservador”, enquanto ética militar profissional (HUNTINGTON, 1996, p.77). Com essa conceituação, ele terminou por considerar um dos principais aspectos da vida funcional dos militares, o que também foi identificado neste estudo sobre o Exército Brasileiro.

Em relação a Janowitz (1967), em sua obra *O Soldado Profissional: um estudo social e político*, editado originalmente em 1960, o estudo realizado é considerado de cunho mais sociológico do que o de Huntington (FERNANDES, 2006, p.13). Entretanto, como Huntington (1996), Janowitz também trata da questão do controle civil das Forças Armadas no âmbito das relações civis-militares. Ambos os autores relacionam o controle civil com a questão da profissionalização militar. Mas, ao contrário de Huntington, que defende a profissionalização do militar restrito à caserna e distante da sociedade em geral, Janowitz dá ênfase a um profissional mais próximo da sociedade de modo a receber suas influências. Para Kuhlmann:

Esse autor [Janowitz] apresenta a profissão militar como algo que se modifica com o tempo, tendendo a se assemelhar cada vez mais com a profissão civil, por causa do avanço tecnológico, e, aliado a ele, o surgimento de especializações diversas. (KUHLMANN, 2007, p.19).

Dessa maneira, de acordo com Migon, a ótica huntingtoniana se dedica à análise das Forças Armadas como elemento participante do sistema político. Diferente do prisma de Janowitz, que, apesar de “haver se debruçado sobre o mesmo espaço de análise, isto é, os

⁵ Caserna é um termo da linguagem militar que significa o local de trabalho, o quartel ou alojamento.

militares americanos no pós-guerra, dedicou-se à análise organizacional das Forças Armadas, tendo publicado seus pensamentos cerca de três anos após seu contemporâneo” (MIGON, 2011, p. 91).

Destarte, Janowitz assevera que a instituição militar é um sistema dinâmico, que se transforma durante o tempo de acordo com as modificações do ambiente social e político em que se insere. Por isso defendeu que a profissão militar americana só poderia ser compreendida através da comparação com a profissão militar de outras nações, de modo que suas hipóteses operacionais pudessem ser aplicadas a outros estados industrializados do ocidente, especialmente em nações que tivessem demonstrado notáveis diferenças no comportamento político da época, como a Alemanha e a Grã-Bretanha.

Assim, através de uma pesquisa empírica direta, apoiada em fontes históricas e documentais, foram estudadas as origens sociais e as carreiras de mais de 760 generais e almirantes, desde 1910, juntados aos dados de um questionário aplicado em aproximadamente 550 oficiais de estado-maior do Pentágono e às entrevistas de 113 oficiais em relação às suas carreiras e ideologias, entrevistas de cunho exaustivo.

Deste modo, Janowitz (1967, p.15-24) estabeleceu as seguintes hipóteses operacionais básicas para oferecerem o ponto de partida para uma análise da profissão militar:

(1) a autoridade organizacional cambiante, a qual insinua que o conceito de autoridade e disciplina vem sendo modificado de um aspecto de dominação autoritária para um exercício de mais consenso. Esta constatação é perceptível nos setores em que a estrutura militar se assemelha à burocracia civil, atividade-meio. Mas também notória na área ligada ao combate propriamente dito, a atividade-fim.

De fato, o interesse central dos comandantes não está mais no cumprimento de uma disciplina rígida, mas antes na manutenção de elevados níveis de iniciativa e moral. É nesse aspecto crucial que a instituição militar sofreu uma mudança lenta e contínua. O caráter técnico da guerra moderna exige soldados altamente qualificados e motivados. Em qualquer equipe militar complexa, um importante elemento de poder reside em cada membro, que deve prestar uma contribuição técnica para o sucesso da empresa. Por isso, quanto mais mecanizada for a formação militar, maior é a ênfase no conceito de organização à base da equipe. (JANOWITZ, 1967, p.16-17).

Então, Janowitz sintetiza essa hipótese com a seguinte indagação: “Quais as consequências para as perspectivas políticas de líderes militares tradicionais, se devem operar sob este novo tipo de autoridade organizacional?” Questão que resulta nas demais hipóteses:

(2) menor diferencial de qualificação entre as elites militares e civis, o que viria do aumento percentual de especialistas técnicos em relação ao pessoal das especialidades puramente militares, com maior intensidade na Marinha e Aeronáutica. Como resultado da transformação da composição dos efetivos, tal hipótese sugere que os comandantes carecem de formação mais complexa, incluindo as áreas de organização, da conservação moral e de negociação. Como também devem ser preparados com maior orientação política, a fim de esclarecer seus objetivos em relação às atividades militares a seu estado-maior e subalternos.

(3) modificação no recrutamento dos oficiais, já que a elite militar tem sofrido uma transformação social com o alargamento das bases sociais de origem dos oficiais e, em decorrência, com maior representatividade da população como um todo;

(4) significado para modelos de carreira, em que há sentido na diferenciação entre as carreiras, relacionado com o tipo de percurso que seus integrantes fazem. Uma carreira padrão para um grupo maior que será conduzido à elite profissional, em que o ponto supremo seja com funções técnicas e rotinizadas. Por outro lado, para um grupo menor a se constituir como o “núcleo da elite” são necessárias perspectivas inovadoras, responsabilidade discricionária e qualificações políticas, sendo destacadas pessoas de carreiras não convencionais e adaptivas (JANOWITZ, 1967, p.19).

Em resumo, o alvo dessa hipótese seria elucidar o processo pelo qual a minoria dos líderes militares se arreda de suas carreiras para se interessarem por questões mais amplas e pelas consequências sociais e políticas da violência nas relações internacionais;

(5) E, por fim, as tendências na doutrinação política, em que a transformação da instituição militar em uma máquina burocrática com responsabilidades políticas colocou em questão as autoimagens e os conceitos de honra militares tradicionais. A ideia era de que cada vez menos o oficial está sendo preparado para pensar em si mesmo como um mero técnico militar. Então, surgiu uma nova doutrinação designada a proporcionar ao profissional militar pontos de vistas sobre muitos assuntos, políticos, sociais e econômicos, exigindo dele posicionamentos como obrigação dessa nova perspectiva funcional, exatamente o contrário do que era exigido dele no passado, ou seja, que ele fosse indiferente ou apartado desses conforme Huntington apregoou.

Assim, como é possível perceber, Janowitz tratou tanto dos aspectos institucionais e organizacionais das FAs, como também dos aspectos comportamentais do profissional militar, seus ideais, valores e hábitos sociais. Nas palavras do próprio autor é enfatizado que:

A profissão militar é mais do que uma ocupação; é todo um estilo de vida. O oficial faz parte de uma comunidade cujas exigências sobre sua existência diária transcendem seus deveres oficiais. Com efeito, qualquer profissão que realize uma tarefa de “vida e morte”, como a medicina, o ministério e a política, cria essas exigências. A missão fatal da guerra tem exigido que o oficial esteja preparado para abandonar sua rotina e seus compromissos pessoais de um momento para outro. Isso é óbvio e prosaico. Contudo, um pouco menos explícito é o fato de que qualquer profissão que se preocupe continuamente com a ameaça de perigo requer um forte senso de solidariedade para que possa funcionar com eficiência. A regulamentação minuciosa do estilo de vida militar tem o fim de realçar a coesão grupal, a lealdade profissional e manter o espírito marcial. (JANOWITZ, 1967, p.175).

Portanto, Janowitz elabora um rico referencial teórico ao abarcar no seu estudo o aspecto comunal do profissional militar, tratando do seu estilo de vida e até da sua etiqueta e cerimônia. Analisa também sua identidade e ideologia, sobretudo com foco na tradição do seu caráter profissional como serviço público. E, finalmente, relaciona a questão da honra militar com as convicções políticas e a lógica da guerra. Dimensões importantíssimas e que também foram consideradas no estudo aqui realizado.

Ora, diferentemente dos estudos dos autores americanos citados acima, no Brasil os estudos sobre os militares parecem não ter buscado realizar análises que conciliem as dimensões macrossociológica e microssociológica. Mas sim adotar uma ou outra abordagem. Ponderando sobre a produção brasileira na área das Ciências Sociais, que tem como objeto de estudo as FAs ou os militares e suas instituições, Coelho (1985) registrou o panorama geral no contexto dos anos 70. Os mais relevantes estudos produzidos naquele período foram o do próprio Coelho (1976), os de José Murilo de Carvalho (1978, 1983), de Stepan (1975), de Barros (1978) e de Costa (1985). Porém, é necessário realçar que, segundo o autor, a maioria dos trabalhos foram realizados sob o enfoque da Sociologia e da Ciência política, principalmente abordando o envolvimento dos militares com a política, as relações das FAs, principalmente do Exército, com o Estado Brasileiro. Portanto, a maior parte dos trabalhos teve uma abordagem macrossociológica e era voltada para os Governos militares após 1964 e para a transição democrática. Segundo o autor:

...pouco foi estudado sobre as formas de lazer a que se entregam os militares, seus hábitos no âmbito familiar, o cotidiano dos quartéis, as comemorações e cerimoniais da instituição e todo o universo simbólico que marca a vida do soldado. (COELHO, 1985, p.15-16).

Conforme Castro, apesar de os autores dos trabalhos supracitados terem exortado várias vezes sobre a necessidade de serem realizados estudos fundados na instituição militar em si

mesma, produziu-se muito pouco além do que foi citado. Ademais, apenas Barros (1978) tratou da socialização profissional dos oficiais do Exército, através de autobiografias de militares (CASTRO, 1990, p.14). De tal modo, com base nisso e na inexistência até então de estudos com tal objeto na área de Antropologia, Castro (1990) realizou uma pesquisa que ele denominou de uma “incurção inicial”, o que resultou na sua obra *O Espírito Militar: um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*.

A partir dessa obra, surgiram várias outras com cunho antropológico, somando à produção brasileira das Ciências Sociais sobre os militares vários estudos etnográficos e que centraram suas investigações com base no mundo militar em si mesmo. Foi a partir da consolidação da área da Antropologia dos militares⁶ no Brasil que foram produzidos trabalhos com a abordagem microssociológica, principalmente tratando dos processos de socialização e de formação e construção da identidade envolvendo os militares. Isso levou à firmiação de uma tradição de pesquisa nas Ciências Sociais que considerassem as organizações militares em si mesmas, estabelecendo um enfoque que fosse sobre os indivíduos. Como também consolidou o tipo ideal elaborado por Castro (1990) como elemento constitutivo singular da identidade social dos militares do EB, o “espírito militar”, em que uma das suas características fundamentais é a oposição entre os primeiros e os “paisanos”⁷, isto é, os civis (1990, p. 15-51). Trata-se de uma “identidade contrastiva” na qual é necessário um guia de referência para a demarcação entre dois mundos, aquele com o qual alguém se identifica e o outro que é identificado por se diferenciar do primeiro (LEIRNER, 1997, p. 72)⁸.

Então, com base nos autores clássicos americanos, buscando como eles conciliar ambas as abordagens de análise citadas acima (macrossociológica e microssociológica), e utilizando como fonte principal de dados documentos e as pesquisas da área da Sociologia Militar e Antropologia Militar brasileiras que a pesquisa desta tese foi desenvolvida. Delimitou-se o Exército Brasileiro como objeto de estudo e foram analisadas as transformações ocorridas e ainda em fluxo na Força⁹. Foram consideradas as dimensões institucionais do conjunto das OMs - organizações militares do EB, mais especificamente as relacionadas ao sistema de carreiras e

⁶ A discussão sobre identidade dos militares e seu contraste com o mundo civil será retomado no capítulo 4. Para mais detalhes sobre o “espírito militar” e a importância da hierarquia na caserna, cf. Castro (1990) e Leirner (1997).

⁷ Segundo Castro (1990) o termo “paisano” é usado informalmente e de forma depreciativa entre os militares para se referirem aos civis. Ele evidencia, na cosmovisão dos militares, as distinções entre o “mundo militar” e o “mundo civil” através de categorias valorativas, os aspectos positivos que constituem o mundo militar e os negativos que constituem o mundo civil.

⁸ Cf. Castro e Leirner (2009). O livro reúne um conjunto de onze artigos escritos por autores diferentes.

⁹ Nesta tese usa-se a palavra Força como sinônimo de Exército, já que o tema da pesquisa realizada se refere à Força Terrestre, o que exclui as outras Forças Armadas do Brasil, a Marinha e a Aeronáutica. Quando nos referirmos às demais forças, haverá a especificação a qual delas se refere.

de formação do oficial militar, relacionando-as com as dimensões individuais dos oficiais, seus ideais, valores, padrões de comportamento, estilo de vida, enfim, a dimensão da mentalidade e subjetividade individual.

1.2. O Exército como fenômeno social

Segundo o dicionário da língua portuguesa, exército significa as tropas de uma nação (BUENO, 1996, p. 280). Antigamente, exército era designado pelo termo “armada”, vindo do latim *armata*, significando “dotado de armas”. Daí a origem etimológica correspondente a exército na língua inglesa, *army*, e na língua francesa, *armée*. Em outras línguas, os termos com essa origem eram usados para designar o exército somente como uma fração, sendo diferentes as palavras para identificar a totalidade das forças terrestres de um país ou nação. É o caso da língua italiana e a alemã. Mas hoje, exército é a designação utilizada comumente para se referir à Força Terrestre de um país, tendo em vista que a maioria dos países possui também outras, geralmente a Força Aérea e a Marítima.

O exército é uma das instituições mais antigas da humanidade, estando presente mesmo que de formas diferentes em todas as sociedades. Foi a primeira Força Armada a se constituir na história, uma vez que as demais só puderam ser estruturadas na medida que o desenvolvimento de tecnologias e de técnicas relacionadas as suas áreas de atuação específicas permitisse. É o caso da Força Marítima, simultaneamente a Força Terrestre, ou provavelmente pouco depois, e então, mais tarde a Força Aérea.

Geralmente, o exército é uma das principais organizações dos Estados Nacionais, com relevante prestígio social e com significativo orçamento financeiro dado pelo país ao qual pertence. Na História Militar, sua origem está atrelada aos combates organizados, tendo como referência as guerras da antiguidade até os períodos hodiernos. Nesse sentido, é fundamental o pressuposto de que o exército é uma organização inerente ao fenômeno da guerra, e assim, resultado da organização social e cultural das sociedades. De acordo com Lacerda e Savian (2009), há várias acepções do que seja a guerra, mas todas estão baseadas nesse caráter de construção social e cultural.

O pensador prussiano Carl von Clausewitz afirmou que “guerra é um ato destinado a dobrar o inimigo à nossa vontade”. O cientista político norte-americano Quincy Wright afirma que “no sentido mais amplo a guerra é apenas um contacto violento de entidades distintas mas semelhantes” e que “é tão somente um recurso à violência em larga escala”. O historiador militar John Keegan asseverou que “guerra é cultura”, daí inferindo que a guerra é

uma atividade humana e cada sociedade produz um entendimento de guerra que lhe é peculiar. Sem entrar a fundo na questão, pode-se afirmar que a guerra é uma luta armada entre Estados, entre atores estatais, ou entre Estados e atores não estatais. (LACERDA e SAVIAN, 2009, p.8-9).

Isso posto, a guerra nada mais é que um fenômeno sociológico, e, por consequência, o exército é resultado desse fenômeno. É o que se pode evidenciar apoiando-se nos estudos da História Militar. Que os elementos constitutivos dos exércitos, bem como seus variados modos de funcionamento, se dão de acordo com o período histórico e o contexto cultural da sociedade em que o exército está inserido. Por isso, a História Militar destaca a diversidade de tipos de exércitos, com variados *modi operandi*, no decorrer da história mundial. Ressalta, por exemplo, os da Mesopotâmia, Roma, Grécia e Macedônia na Antiguidade; e os organizados pelos Árabes, Francos, Mongóis, pelo Império Bizantino e pela Europa Feudal na Idade Média. A História Militar também pontua os modelos constituídos no período moderno e contemporâneo, sobretudo, realçando os paradigmas adotados em ocasiões e circunstâncias específicas, bem como em cada episódio de conflito ou de guerra (LACERDA e SAVIAN, 2009).

Tudo isso demonstra o caráter social e cultural da constituição dos exércitos. Portanto, ocorrendo transformações sociais e culturais em uma sociedade, essas engendrarão modificações no seu exército. É exatamente o que ocorreu e ainda acontece com o Exército Brasileiro, o qual, considerando esse pressuposto, é apresentado na seção a seguir, a partir do seu surgimento, das suas relações com as diferentes fases da história do Brasil¹⁰ e das suas diferentes etapas no tocante ao ensino militar para a formação do oficialato. Já nesse percurso, evidencia-se a premissa acima, sendo identificado como o “caráter moderno” se consolidou através de ideais que são os alicerces da Força Terrestre e da profissionalidade dos oficiais.

1.3. O Exército Brasileiro, seu surgimento e ensino para o oficialato

De acordo com o Manual de Fundamentos EB20-MF-10.101 (BRASIL, 2014)¹¹, o Exército Brasileiro surgiu no período do Brasil Colonial devido à vontade da nação brasileira de se defender dos invasores externos. Vontade legitimada desde a independência do país e da

¹⁰ Adotaram-se nesta tese as terminologias de Fausto (1995) para designar as fases específicas da história do Brasil, Brasil Colonial, Primeira República, Estado Getulista, Período Democrático, Regime Militar, etc. Para mais detalhes sobre a História Militar do Brasil, cf. Faria (2011) e para a História do Exército cf. Brasil (1972).

¹¹ Documento oficial do EB publicado e disponível em: <http://www.eb.mil.br/documents/10138/6563889/Manual+-+O+Ex%C3%A9rcito+Brasileiro/09a8b0d2-81d0-4a69-a6ea-0af9a53eaf45> Acesso em: 09 jul. 2016.

criação oficial da Força Terrestre através da Constituição do Império em 1824, a primeira Constituição brasileira.

Entretanto, vale salientar que combates organizados e mobilizações de brasileiros para a guerra já aconteciam antes da independência. As instituições militares portuguesas já se encontravam bem constituídas na época da descoberta do Brasil. Possuíam uma organização que foi estruturada nos moldes do feudalismo europeu e que evoluiu rapidamente em Portugal (FARIA, 2011, p. 15-23).

Naquela época, a formação militar era

...composta por homens pagos que formavam o exército regular, passou a ser chamada de tropa de primeira linha. As demais tropas, recrutadas para guarnecer praças fortes, apoiar povoações vizinhas e estabelecer defesas nas fronteiras, mas que não recebiam um pagamento contínuo, eram chamadas de terços-auxiliares, também conhecidas como tropas de segunda linha ou milícias.

O capitão-general era o responsável pelo recrutamento das tropas de primeira linha e, também, indicava os oficiais das milícias.

Em uma fase futura, surgiram os corpos de ordenanças, conhecidos, também como tropa de terceira linha, compostos por homens de menor capacidade combativa. Esses homens não recebiam qualquer pagamento, normalmente utilizavam o próprio armamento e eram empregados em caso de emergência. (FARIA, 2011, p. 21).

Assim, pode-se afirmar que tais atuações foram nada mais que a defesa do Brasil do direito de Portugal sobre as terras recém-descobertas. Um exemplo disso é o caso da primeira Batalha dos Guararapes, no dia 19 de abril de 1648. A batalha aconteceu em Pernambuco na ocasião das lutas contra os invasores holandeses protestantes na região. O que resultou na vitória de Portugal. De acordo com Faria,

Os brasileiros apresentavam-se, normalmente, como voluntários para lutar contra o invasor, motivados por defender a sua terra e a religião católica. Foi comum também a promessa de alforria para os escravos que lutassem pela causa de seus senhores. Os portugueses, espanhóis e napolitanos normalmente eram soldados profissionais, pagos para combater, mas, não raro, muitos deles eram recrutados à força. (FARIA, 2011, p. 65).

Então, as tropas brasileiras tiveram brancos, negros e indígenas da colônia; portugueses, espanhóis e napolitanos. E a primeira Batalha dos Guararapes tornou-se um marco simbólico do início do Exército Brasileiro, tendo se tornado referência para a comemoração do Dia do Exército (CASTRO, 2002, p. 68-69).

Deste modo, percebe-se que a formação militar era precária no Brasil Colonial, com apenas algumas instruções de engenharia, artilharia e determinadas iniciativas de treinamento

(MACHADO, 2011, p.340). Em Lisboa, no ano de 1790, fora criada a ARFAD - Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho; uma instituição portuguesa de ensino superior com o intuito de formar oficiais engenheiros militares e de outras armas. Uma instituição congênere também foi criada no Brasil, a Real Academia Militar no Rio de Janeiro, em 1792. Porém, apesar de somente dois anos passados da criação da unidade portuguesa para a criação da do Brasil, esta só se consolidou após a vinda da Coroa Portuguesa para a Colônia, sendo aprovado seu estatuto apenas em 1810 e iniciado o seu funcionamento em 1811 (MACHADO, 2011, p. 342).

Com a criação da Academia, o ensino militar no Brasil iria visar à formação do profissional em todas as armas (o que não acontecia anteriormente), de acordo com a capacidade intelectual e a escolha do aluno. Aos alunos destinados à Infantaria e Cavalaria, o curso tinha duração de 03 (três) anos, aos destinados à Artilharia, de 05 (cinco) anos e, aos destinados à “profissão” de engenheiros, o curso durava 06 (seis) anos. (MACHADO, 2011, p. 341).

Todavia, muitos foram os problemas enfrentados pela Academia que impediram a realização concreta de seus propósitos em relação à formação militar de cunho profissional. Ela fora criada inicialmente com uma dupla destinação, de escola militar e escola de engenharia, o que pesou na sua estrutura, regime e currículo, suscitando durante anos diversos problemas, debates e reformas, até que ocorresse a separação. Além disso, frequentar seus cursos não era requisito necessário para o acesso ao oficialato, bem como para ascender nos postos da hierarquia militar, o que acarretou diversas distorções nos objetivos de formação (MACHADO, 2011, p.345-347).

Mas, na medida em que os anos iam avançando, mudanças foram promovidas na tentativa de solucionar os problemas quanto à devida formação do profissional militar. Conforme Luchetti (2006, p. 70), a Real Academia passou por cinco reformulações para se adequar aos seus objetivos, em 1832, 1833, 1839, 1842 e 1845. Daí as diferentes designações, Academia Real Militar, Academia Imperial Militar, Academia Militar da Corte, Escola Militar e Escola Central do Exército, segundo Machado (2011).

As relações e correlações entre os estudos desenvolvidos pela Academia e as necessidades reais do Exército eram poucas, ou inexistentes. O ensino militar, entre 1811 e 1850, desenvolveu-se em linhas opostas aos acontecimentos da época: o da sala de aula e o vivido nas campanhas do sul; sendo o primeiro versado sobre a teoria de guerra e o segundo na prática das campanhas do sul do país (LUCHETTI, 2006, p. 69).

Portanto, mesmo com o estabelecimento do Brasil Império após a independência, e com a criação do Exército Imperial, a formação profissional militar continuou inadequada¹². Até porque as dificuldades não eram apenas da Academia, mas, sobretudo, do próprio Exército enquanto instituição do Estado.

Mas o problema da Academia, àquela altura, não era apenas de comando. As matrículas se faziam em pequeno número; os diplomados por fim de curso se contavam pelos dedos da mão; o ensino degenerava num teorismo exagerado; os exercícios práticos nunca se realizaram. Esse conjunto de mazelas estava a indicar a necessidade de um novo plano. O problema não era, aliás, meramente da Academia, e sim do Exército e do País. O movimento da Independência não contribuíra para modificar os critérios dos chefes militares quanto ao ensino e quanto à capacitação técnica da oficialidade; ... (MOTTA, 1998, p. 46-47).

Ademais, havia um desprestígio social conferido aos integrantes do Exército. Segundo Saldanha (2015), o Exército no Brasil adquiriu um caráter marginal na maior parte do século XIX.

Afinal, o recrutamento militar no Brasil imperial, também conhecido à época como “tributo de sangue”, era extremamente odiado pela população masculina, especialmente, a adulta, livre e em idade produtiva (SALDANHA, 2015, p.675).

Os soldos eram irrisórios e os castigos físicos habituais. Além disso, com a criação da Guarda Nacional em 1831 (extinta em 1918), o Exército e suas forças regulares foram depreciados em comparação com a milícia civil, ainda mais que ela contava com a confiança do Estado Imperial¹³. Por isso, para os oficiais, a guarda significava *status* e fuga do Exército, uma vez que era essa uma das formas de isenção do recrutamento militar (SALDANHA, 2009, p. 116). “À Guarda Nacional competia o padrão político privilegiado, enquanto que ao Exército era reservada uma tropa de excluídos sociais” (LUCHETTI, 2006, p. 79).

Já no final do século XIX e início do século XX, nos últimos anos do Brasil Império e primeiros anos após a Proclamação da República, ocorreram mudanças.

O Exército Brasileiro, nos derradeiros anos da Monarquia, se estagnara, sem renovação dos materiais bélicos e, também, sem acompanhar os novos métodos táticos e estratégicos de combate. Pode-se, então, afirmar que a onda reivindicatória foi possibilitada por um conjunto de fatores que propiciaram o clamor pela mudança das coisas (LUCHETTI, 2006, p. 77).

¹² Para mais detalhes, cf. Motta (1998) e Luchetti (2006).

¹³ Para mais detalhes sobre a Guarda Nacional, cf. Saldanha (2009, 2015).

Dessarte, o anseio por modernização era abrangente, concernente tanto à estrutura da Força quanto à formação militar. Até então, dois tipos de oficiais tinham se tornado padrões no Exército, o acadêmico, conhecedor de teorias, egresso dos cursos de formação, mas sem vivência profissional prática; e o tarimbeiro, conhecedor das práticas dos quartéis, egresso dos combates, mas com pouca formação acadêmica. O primeiro era conhecedor das teorias das guerras da Europa, e o segundo, conhecedor das práticas combatentes dos conflitos ocorridos de norte a sul do Império.

Assim, na década de 1850, surgiram algumas soluções para enfrentar os problemas da formação militar do oficialato.

A questão começa a ser resolvida a partir de 1850, com a Lei de Promoção e seu regulamento. Essas normas determinavam que só ascenderiam ao posto de capitão os oficiais que possuísem o curso completo dos estudos de sua respectiva arma, ainda que fossem habilitados na vida arregimentada, ou seja, que, além do curso, tivessem também capacidade profissional em relação à vida castrense.

A Academia seria então a porta única para o ingresso no oficialato, sendo o fim do oficial tarimbeiro (MACHADO, 2011, p.353).

Posteriormente, a Escola Central, a Academia anteriormente, que atendia a dupla função de formar oficiais militares e engenheiros, passou a funcionar em duas unidades distintas. A Escola de Aplicação do Exército para a formação militar na Praia Vermelha, e a Escola Central para a formação de engenheiros no Largo de São Francisco. Com a Guerra do Paraguai, a unidade na Praia Vermelha teve suas atividades interrompidas; já na Escola no Largo de São Francisco, os estudantes paisanos de engenharia seguiram o seu curso normalmente (LUCETTI, 2006, p. 72-73). Então, no pós-guerra, a Escola Central desmilitarizou-se, passando a ser denominada de Escola Politécnica, e a Escola da Praia Vermelha passou a ofertar também os cursos de formação de oficiais para os Corpos de Engenharia e do Estado-Maior (LUCENA, 2005). Ela tornou-se

...de formação eminentemente militar [,] (...) passou por várias reformulações que primavam, na essência, pela regulamentação do currículo aplicativo de regime acentuadamente militar, pelos rigores da disciplina e regime de internato, com horários pré-determinados e rígidos, e pelo tempo dedicado ao estudo. (LUCETTI, 2006, p. 71).

Deste modo, e doravante então, a Escola Militar da Praia Vermelha tornou-se um marco na história do ensino militar do Exército Brasileiro. Por duas razões, basicamente: primeiro, por seu caráter intelectual, de envolvimento em movimentos sociopolíticos e culturais que agitaram

o Brasil e o mundo; secundariamente, devido ao anseio por um ensino de caráter profissional, que busca colocar o foco na formação militar prática. Segundo Tavares:

A Escola Militar da Praia Vermelha, que lá funcionou até o início deste século (1904), tornou-se famosa pelo padrão profissional e moral dos grandes chefes militares por ela diplomados, mas foi, além disso, um notável centro de cultura intelectual, voltada, principalmente, para os problemas nacionais que o Brasil viveu, depois da Guerra do Paraguai, na mudança de rumos dos seus destinos políticos, através da abolição e da Proclamação da República (TAVARES, 1985, p. 27).

Neste momento, é importante pontuar que tais transformações foram os resultados da chegada dos pressupostos modernos ao Brasil, de um desenvolvimento primeiro de ideal de modernidade aqui, gerando uma série de questionamentos, reflexões, engajamentos e mudanças. É o que também evidenciou Luchetti nos seguintes termos:

No plano cultural foram as influências das ideias do positivismo, do naturalismo, do darwinismo e do evolucionismo que passaram a compor o pensamento nacional na produção do pensamento crítico. São ideias europeias que se contrapõem à religião, exaltam a ciência como sendo a solução para qualquer tipo de problema. Os avanços na esfera econômica foram marcados pela expansão da cultura do café, pelo aumento das exportações, pelos avanços da indústria e pelas progressistas infiltrações, pelo interior do país, da estrada de ferro e das linhas telegráficas. (...) No plano político destacam-se a desintegração do Império, a consolidação da República e a Abolição dos escravos. (...)

As inquietações vivenciadas no cenário nacional trouxeram para as tropas militares uma série de consequências perturbadoras nos campos técnico-profissional e filosófico-político, as quais se refletiram diretamente no ensino. No campo técnico-profissional, foram as deficiências da tropa militar tanto em termos de preparo militar, quanto de material de toda natureza, além do efetivo reduzido, da necessidade de modernização, da falta de recursos econômicos e do desinteresse do governo para com as causas militares referentes à ausência de lei de recrutamento militar. Esses fatores de deficiência tornaram-se perceptíveis, mais agudamente, no período pós-guerra do Paraguai. (LUCHETTI, 2006, p. 74).

Assim, segundo Alves (2002), o Exército Brasileiro terminou por ter um papel fundamental na Proclamação da República, tendo sido uma agremiação cindida pelo nascimento de uma intelectualidade que, no academicismo da Escola Militar, organizou-se para a insubordinação republicana. Devido à modernização, no final do século XIX, surgira uma outra visão que esse grupo desejava para a instituição. Não só para a Força, mas também para toda a nação brasileira. Com fundamento no cientificismo e no desenvolvimentismo tecnológico do pensamento industrializante, a autora contesta a tese da famosa “questão

militar”, em que se explica a ação militar na Proclamação da República como advinda do ressentimento e desprestígio que os militares adquiriram pelo Império. Contra essa tese, afirma Alves que o Exército resultou em uma instituição em que se gestou um projeto nacionalista e modernizador para o Brasil, com todos os paradoxos implicados.

É o que ressalta também Castro (2000, p.11-28), que o Exército teve um protagonismo basilar, mais precisamente a “mocidade militar” daquele contexto. Uma mocidade que tinha como característica o deslumbramento por um tempo social “moderno”, “adiantado” e “veloz” a fazer contraste com o “lento” e “atrasado”. Uma mocidade fascinada com a industrialização e com o desenvolvimento tecnológico, que possibilitou “andar de bonde” e a “invenção maravilhosa” do fonógrafo, uma “máquina que fala” (CASTRO, 2000, p. 13). Enfim, uma mocidade ávida da modernização para a nação e o próprio Exército. Tratava-se de militares cujo tipo intelectual era o modernista clássico. De acordo com o autor:

O tipo intelectual característico do cientificismo imperou na segunda metade do século XIX, encarnado em diversas tendências intelectuais: materialismo, positivismo, darwinismo, evolucionismo, monismo. Todos procuravam descobrir a lei que rege o progresso, que determina a evolução. Com o positivismo de Comte, por exemplo, ela tomaria a forma da lei dos três estados — teológico, metafísico e positivo —, que explicaria toda a história e desembocaria na constituição de uma religião, a da Humanidade. Com Darwin e Haeckel, essa lei seria a da luta pela vida e da sobrevivência dos mais aptos. Com Spencer, a lei apareceria sob a forma da evolução do homogêneo para o heterogêneo, da crescente diferenciação. Aplicadas à realidade brasileira, essas diferentes doutrinas científicas apontavam num único sentido: a identidade entre o nacional e o universal. Desse modo, a situação histórica específica do Brasil era pensada como uma etapa de um percurso já realizado pelas nações “mais adiantadas”. Para o cientificista, cumpria, pois, apressar a marcha do progresso do país, de forma a que ele passasse a tomar parte, ativamente, na história universal (CASTRO, 2000, p.16-17).

Segundo o autor, esse grupo, ao contrário do que afirma a historiografia tradicional, não fora constituído alicerçado no positivismo apregoado por Benjamin Constant, mas sim fora o professor a quem o grupo conquistou para o ideal republicano (CASTRO, 2000, p.10). Era um grupo cujo cientificismo fora diverso, um misto eclético de diversas doutrinas; positivismo, evolucionismo, monismo; mas que tinham em comum os pressupostos fundamentais da modernidade: “a fé no progresso e na posição de destaque devida à ciência para se atingir uma visão correta da vida social e da política” (CASTRO, 2000, p. 18).

Junto ao cientificismo, a valorização do princípio do mérito foi outro elemento presente na base da identidade social da “mocidade militar” que ajudava a orientar sua ação política. O desenvolvimento de valores

meritocráticos nos Exércitos profissionais modernos e, especificamente, nas academias militares foi um fenômeno histórico bastante difundido. Idealmente, o poder baseado no parentesco ou na riqueza passava a subordinar-se ao mérito dos indivíduos, aferido no sistema escolar. Na nova elite social que assim deveria surgir, as posições sociais deixariam de ser atribuídas por privilégio de nascimento, passando a ser adquiridas graças à capacidade individual. A sociedade meritocrática seria aquela onde vigoraria plenamente esse princípio. É claro que há uma enorme distância entre a afirmação ideológica do princípio do mérito e seu funcionamento efetivo. Mas o que importa neste momento é perceber a crença inabalável que os jovens militares “científicos” tinham no mérito como princípio de ordenação da sociedade (CASTRO, 2000, p. 18).

Ora, é justamente esse paradigma que ganha importância para a pesquisa aqui desenvolvida, posto que, a partir desse contexto em torno da Proclamação da República, a modernidade passou a compor como uma das principais características constitutivas do Exército Brasileiro, moldando, desde então, as instituições militares brasileiras, sobretudo no que tange à formação do oficialato e seu processo de socialização de cunho disciplinar. Com isso, foram engendrados princípios, valores, tradições e padrões de comportamento, dando um formato preciso à formação do profissional militar.

Tanto fora assim que é possível identificar a influência moderna no contexto dos acontecimentos. Como, por exemplo, a extinção da Escola Militar da Praia Vermelha e as ações para melhorar a formação dos oficiais. A Escola fora extinta numa reforma cujo objetivo, dentre outros, consistiu no aprimoramento da formação profissional militar, prejudicada pelas mobilizações sociais e políticas provocadas pelo humanismo da instituição (MACHADO, 2011, p. 357).

Durante todo esse período, os chefes militares, preocupados com a deficiente formação técnico-profissional, não deixaram de realizar reformas no ensino. Com reforma realizada em 1874, até o seu encerramento em 1905, o ensino na Escola Militar da Praia Vermelha sofreu quatro modificações curriculares: em 1889, no epílogo do império, e duas após a Proclamação da República nos anos de 1890 e 1898. Reformas estas que culminarão com o fechamento da Escola Militar no ano de 1904, durante os incidentes da “revolta da vacina” (MACHADO, 2011, p. 357).

Mas, apesar de a Escola encerrar suas atividades devido à participação de sua comunidade na “revolta”, pontuam Castro e Gagliardi que, diversamente dos populares da revolta, os militares não eram contra a “modernidade”, nem contrários ao caráter científico da vacina, mas sim contra a sua obrigatoriedade em termos políticos.

Eles eram, todavia, “modernizadores” de outro tipo, buscando uma alternativa política mais radical e menos excludente do que a política dos governadores liderada pela oligarquia paulista, vista como anacrônica, atrasada e similar à que se praticava durante a monarquia. (CASTRO, GAGLIARDI, 2009, p. 62).

Deste modo, é relevante considerar que o Exército prosseguiu reformulando o ensino militar, criando e fechando escolas em todo território nacional na busca de melhorias para a formação militar (MACHADO, 2011, p. 366-367). Até que, ao invés de várias instituições, a formação de oficiais foi concentrada em uma Escola Militar na periferia da cidade, em Realengo, longe da ebulição política e social da capital. “A unificação das escolas favoreceu a concentração de recursos, operacionalizou num único lugar a tão sonhada ênfase na profissionalização militar” (LUCHETTI, 2006, p. 82). E com a ênfase na área de formação, a parte pedagógica profissional dos cursos passou a ser técnica e especializada segundo cada Arma (Artilharia, Infantaria, Cavalaria e Engenharia). Foram regulamentadas as normas do ensino militar, instituído o serviço militar obrigatório, aproveitados os ganhos da experiência na Primeira Guerra Mundial, com a acentuação do ensino militar profissional e adoção das medidas modernizantes do Exército da Alemanha.

Conforme Luchetti, de 1904 a 1944, período em que funcionou a Escola Militar de Realengo, nove foram as reformas no ensino militar, “(...) sempre voltadas para a incessante busca de novos rumos, na procura de estilos e padrões adequados no que se relaciona ao enquadramento militar e ao currículo” (2006, p. 81). Afinal, de acordo com Santos: “A nova escola pretendia criar uma oficialidade profissional, insistindo no ensino técnico e no maior afastamento do mundo civil” (SANTOS, 2004, p. 79).

Nesse sentido, é importante mencionar sobre uma reforma simbólica que ocorreu na Escola Militar de Realengo e que foi extremamente significativa para a consolidação da mentalidade moderna no EB. Segundo Castro (2002), entre 1930 e 1934, José Pessoa, o comandante da Escola Militar de Realengo, responsável pela criação da Escola Militar de Resende, posterior AMAN, inventou uma série de tradições que até hoje são adotadas. Criou o Corpo de Cadetes como uma nova aristocracia dentro do EB, nome dado aos estudantes durante o período de formação inicial para o oficialato. Adotou símbolos, mudando o uniforme, utilizando insígnias, amuletos e rituais específicos para formatar de modo homogêneo a mente dos oficiais. Essas tradições se remetem aos ideais da modernidade e foram criadas conscientemente e de modo proposital. O resultado obteve tamanho êxito que até hoje as tradições permanecem na Força.

Portanto, pode-se afirmar que muitas das reformas no ensino militar do EB foram resultados de iniciativas brasileiras e de influências da modernidade dos países avançados, com ações motivadas pelos intercâmbios culturais e de cunho técnico e profissional com países como a Alemanha, no contexto da Primeira Guerra Mundial como supracitado; com a França, através da Missão Militar Francesa de Instrução no período entre 1920 e 1940, com a finalidade de promover uma reorganização concernente à doutrina militar e da guerra, em termos de modernidade e profissionalismo (BELLINTANI, 2009) e com os Estados Unidos em que foram incorporados os conhecimentos ganhos na Segunda Guerra Mundial e recepcionados os aspectos avançados da doutrina do Exército Americano (LUCHETTI, 2006, p. 82-90).

Em vista disso, a Escola de Realengo foi transferida para Resende, e posteriormente tornou-se a AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras¹⁴. A partir de então, a formação militar não mais se encerraria na Academia, pois essa passou a ser só o início de uma longa jornada de estudos para galgar os próximos postos da carreira e ir progredindo. Estava consolidada a meritocracia moderna que fora anseio da “mocidade militar” na época da Proclamação da República.

Hoje, atingindo o posto de Capitão, para o oficial galgar os seguintes, é necessário o aperfeiçoamento na EsAO – Escola de Aperfeiçoamento do Oficiais¹⁵. E para ir adiante, para ser oficial do EME - Estado-Maior do Exército e ascender ao generalato, é necessário cursar a ECEME - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército¹⁶.

Tudo isso, juntamente com outros acontecimentos e ações institucionais, levou à consolidação da mentalidade moderna no oficialato de modo a torná-la elemento constitutivo do caráter da Força Terrestre e da sua profissionalidade. Segundo Moraes (2009), após a Revolução de 1930, o EB tornou-se uma instituição nacional e reforçou seu caráter moderno com a adoção do “realismo conservador” de Huntington (1996, p. 96).

Nesse sentido, é pertinente ressaltar que o “realismo conservador brasileiro” possui uma distinção específica em relação à concepção huntingtoniana. Como indica a história do Brasil republicano e a história das instituições de ensino do EB¹⁷, um aspecto do “realismo

¹⁴ A AMAN, localizada em Resende (RJ), é o único estabelecimento de ensino superior que forma os oficiais combatentes de carreira das Armas, do Quadro de Material Bélico e Serviço de Intendência do Exército. Para mais detalhes, cf. o sítio da AMAN disponível em: <http://www.aman.eb.mil.br/> Acesso em: 28 dez. 2018.

¹⁵ A EsAO é localizada no Rio de Janeiro e é um estabelecimento pertencente à linha de ensino militar bélico que atua no aperfeiçoamento de capitães do Exército Brasileiro. Para mais detalhes, cf. o sítio da EsAO disponível em: <http://www.esao.eb.mil.br/> Acesso em: 16 out. 2017.

¹⁶ A ECEME é localizada no Rio de Janeiro e é um estabelecimento de ensino cuja missão é a de preparar oficiais superiores para o exercício de funções de Estado-Maior do Exército. Para mais detalhes, cf. o sítio da ECEME disponível em: <http://www.eceme.eb.mil.br/> Acesso em: 27 jul. 2017.

¹⁷ Para mais detalhes, cf. respectivamente: Fausto (1995) e Santos (2004).

conservador” de Huntington nunca se firmou no Exército. Trata-se da abdicação das convicções políticas em favor da dedicação do militar estritamente ao seu âmbito profissional. Daí a contradição entre os fatos da história política brasileira e os discursos cotidianos da caserna e os oficiais da instituição, em preconizarem tal renúncia e advogarem uma “neutralidade política” em prol das atribuições constitucionais das FAs, de ênfase profissional. Até porque, como esclarece Santos (2004), dentre os papéis das escolas militares, destaca-se o de se constituírem como “berços de heróis” em seus processos de socialização e profissionalização, o de criarem na mentalidade militar do oficial brasileiro o entendimento de que uma das suas missões profissionais como militar é a de ser um oficial do tipo “herói salvador da pátria”, intervindo na política e na sociedade para garantir a “ordem e o progresso”. O que dá especificidade ao “realismo conservador brasileiro”.

Posteriormente, ainda conforme Morais (2009), a estrutura moderna da Força se fortaleceu. Isso porque a partir do Estado Getulista, mais especificamente do Estado Novo, a formação militar passou a ser caracterizada pela imposição do saber-poder profissional e pela intensa militarização dos militares. Assim, o autor (MORAIS, 2009, p. 378), identificou que os discursos dos sujeitos foram se elaborando no interior das relações dos indivíduos com o social, e, na caserna, as práticas de normalização, disciplinarização, governamentalidade, e, principalmente, docilização dos corpos, dentre outras; em harmonia com o caráter moderno da Força, levaram à formação de uma “mentalidade anticomunista” dominante que prevaleceu sobre os opositores progressistas (MORAIS, 2009, p. 139-251)¹⁸. Esses fatos mais refinaram a modernidade do EB do que se opuseram a ela. E, posteriormente, a partir dos governos do Regime Militar até a redemocratização em 1985, a governamentalidade militar, no sentido foucaultiano, enrijeceu o “realismo conservador” e o “anticomunismo”, mantendo sua base moderna como visão de mundo.

Situações resultantes, conforme Morais, de uma

...complexa transição de um militar partidarizado, apaisanado e vinculado a projetos políticos nacionais não institucionais para um militar profissionalizado, disciplinado, dócil e vinculado, exclusivamente, ao horizonte da caserna. Sem a modernização institucional republicana, o Exército não teria condições de garantir a coesão institucional suficiente para deflagrar um movimento político-militar capaz de instituir uma República Militar no país, onde o poder militar da caserna transferiu-se para o Estado, sem provocar tensão importante capaz de desestabilizar o regime imposto. A

¹⁸ Morais se fundamenta em Foucault (1979, 1987, 1995 e 2006) para analisar aquele contexto em questão e se referir a cultura militar moderna e a limitação estrita das ações da caserna dentro da disciplina e da hierarquia (MORAIS, 2009, p. 68).

unidade da cúpula militar sempre foi maior do que a cizânia, e a docilização da base hierárquica conquistada a partir dos anos 30 possibilitou a coesão militar que assegurou o estabelecimento de nova ordem após 1964 (MORAIS, 2009, p. 12-13).

Assim,

...a presença dos militares no controle político do país produziu o seguinte paradoxo: maior politização militar na esfera palaciana – no comando do poder civil – e a necessidade imperante de despartidarizar os militares da caserna, afastando-os do fazer político do tipo paisano, pois no Estado Militar há forçosamente a politização dos militares e a militarização da política. Destarte, nas práticas de mando, o Estado Militar teve que erigir territorialidades entre os militares enquanto governo e os militares enquanto instituição – operação delicada que provocou investidas do Estado para dirimir a cizânia institucional. O que contribuiu com a aceleração da despartidarização da caserna, pois, por meio da administração geral do Estado, a instituição militar sofreu um processo normalizante que amiúde a apartava da política civil, pois, no poder, os Generais Palacianos precisavam de um aparato militar despartidarizado e disciplinado – evitando assim a oposição armada. (MORAIS, 2009, p. 20-21).

E então, a

...militarização da política favoreceu a autonomia da instituição militar, mas isso somente foi possível com o desenvolvimento de política de controle do Estado Militar sobre as práticas militares, diminuindo as pressões internas. A corporação militar fechada sobre si mesma tornou-se forte o suficiente para neutralizar as pressões externas, o que favoreceu o cupulismo político dos generais que administravam políticas em nome da própria instituição (MORAIS, 2009, p. 390-391).

Por causa desses acontecimentos, o EB continuou mantendo, no decorrer de sua história, uma série de independências, inclusive autonomia interna para cuidar da formação de seus oficiais de carreira sem interferência do mundo civil (FAZIO, 2008, p. 58), e, de certo modo, adquiriu autonomia também para interferir na política após a redemocratização, já que no processo de constituinte foi determinado como uma das atribuições das FAs o papel de garantidoras da lei e da ordem, (MISSIATO, 2012 e 2016)¹⁹.

¹⁹ Segundo o artigo 142 da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1998), as Forças Armadas destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. E seus membros são denominados militares. Tendo em vista que tratar dessa questão não é o enfoque dessa pesquisa doutoral, para mais detalhes sobre as relações entre os militares com o período republicano brasileiro e a redemocratização, cf. Moraes (2009), França (2009), Passos (2014), Zaverucha (2005), Castro e D’Araujo (2001) e Missiato (2012 e 2016).

Diante disso, uma vez esclarecidos os fenômenos e acontecimentos responsáveis pela consolidação de um caráter de ideais modernos no EB, cabe-nos remetermos às transformações hodiernas que provavelmente estão modificando esse caráter, foco da pesquisa aqui realizada. Por conseguinte, o contexto analisado nessa pesquisa foi o da atualidade, após a “Nova República Democrática Brasileira”, etapa política subsequente ao término do Regime Militar (FAUSTO, 1995, p. 463-516), de 1985 em diante. Principalmente após as ações do EB que promoveram significativas mudanças no que tange as carreiras que constituem o seu oficialato, bem como no que se refere aos processos de ensino, de socialização e de formação do oficial como profissional militar.

Tudo isso será analisado no capítulo quatro, pois é a partir desses eventos que, ao que tudo indica, o EB teria começado a sofrer as transformações típicas da sociedade contemporânea.

Então, partindo do pressuposto de que, quando a sociedade se modifica, o seu exército também sofre mudanças, o problema central formulado nesta tese de doutorado é: em que medida o EB está se transformando? Como demonstrado, desde a Proclamação da República, a modernidade tem sido o paradigma que tem prevalecido na Força. Mas, e nos dias atuais? As transformações ocorridas no contexto da sociedade contemporânea e as em andamento hoje em dia estão modificando seu caráter moderno? Alterando a sua mentalidade baseada no “realismo conservador brasileiro” e no “anticomunismo”? Quais são as mudanças nesse sentido? Há alguma orientação para o futuro? São essas questões que foram desenvolvidas a seguir ao tratarmos do que tem acontecido recentemente no EB.

1.4. O Exército Brasileiro e as transformações da contemporaneidade

Na terça-feira do dia 07 de junho de 2016, foi realizado em Brasília, na sede do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada²⁰, o seminário *Tendências para o Brasil 2035*²¹, do Projeto Brasil 2035. Projeto que pertence à *Plataforma Brasil 2100 – construindo hoje o país de amanhã* – que tem como objetivo estimular o debate sobre possíveis caminhos e desafios

²⁰ O IPEA é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais. Os trabalhos do IPEA são disponibilizados para a sociedade por meio de inúmeras e regulares publicações eletrônicas e impressas, eventos e via programa semanal de TV em canal fechado. Cf. http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1226&Itemid=68
Acesso em: 25 jun. 2016.

²¹ Cf. https://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27915&catid=2&Itemid=5
Acesso em: 25 jun. 2016.

para a construção de uma sociedade mais próspera e solidária no Brasil até 2100²². O *Projeto Brasil 2035* é a primeira etapa da ação que visa buscar respostas acerca do caminho que o país deverá trilhar até essa data para que em 2100 alcance o patamar de país desenvolvido. O objetivo do projeto é produzir subsídios que contribuam com a tomada de decisão e a formulação de uma estratégia de longo prazo para dirigentes e empreendedores dos setores público e privado²³.

Do mesmo modo, e pelos mesmos objetivos, iniciativas similares também estão sendo realizadas em outras partes do mundo. Em 2012, a WFS - *World Future Society*²⁴, em seu encontro anual, discutiu sobre a construção de cenários prospectivos para o mundo em 2100. E na França, o mesmo debate tem sido feito pela associação *Prospective 2100*²⁵. De acordo com Thiesen,

O atual momento histórico, chamado por alguns estudiosos de “transição paradigmática”, vem produzindo uma incomensurável sensação de incerteza e de imprevisibilidade em todos os setores da vida social e econômica - fenômeno este que repercute diretamente no mundo das organizações e, em particular, nas circunstâncias da vida dos seres humanos. Sobre isso, Schwartz (2000) lembra que nas sociedades ocidentais as pessoas são ostensivamente livres, mas sentem-se presas pela imprevisibilidade dos eventos.

Esse intensivo movimento, não linear, de alta velocidade e de profunda complexidade, aponta para a necessidade de as organizações buscarem alternativas que as auxiliem a prospectar cenários futuros como sinalização de caminhos e de possibilidades, ainda que estes se situem no complexo campo das incertezas (THIESEN, 2009, p. 19).

²² Trata-se de uma ação coordenada a partir da parceria entre o IPEA, a ASSECOR - Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento e o CAEBXXI - Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI. Três instituições cujos quadros possuem técnicos com larga experiência na elaboração e implementação de planos governamentais e políticas públicas. Cf. <http://www.brasil2100.com.br/index.php/o-evento/> Acesso em: 25 jun. 2016.

²³ Cf. http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27165 Acesso em: 29 fev. 2016.

²⁴ A *World Future Society* é uma organização educacional e científica sem fins lucrativos com sede em Washington, DC. Foi fundada em 1966 com a finalidade de fazer previsões para o futuro. A associação é aberta a qualquer um que possa contribuir financeiramente e tenha interesse, tendo em sua composição sociólogos, cientistas, educadores, estudantes, instituições diversas, dentre outros. Cf. <http://www.wfs.org/> Acesso em: 29 fev. 2016.

²⁵ A *Prospective 2100* é uma organização sem fins lucrativos criada em 1995, cujo objetivo é promover prospecções para o futuro. Diversos pesquisadores da entidade, antes de sua fundação, publicaram em 1990 um estudo que prevê um colapso sistêmico no início de 2100. Esta ruptura seria uma mutação da civilização, uma transição da era industrial para uma civilização cognitiva. O estudo é intitulado “2100, *récitduprochainsiècle*” (*Éditions Payot*). Cf. <https://2100.org/asso/association/> Acesso em: 29 fev. 2016.

No Brasil, outros estudos semelhantes²⁶ adotaram o ano de 2035 ou datas próximas como marco temporal. Esses estudos²⁷ evidenciam uma questão cuja preocupação se tornou frequente no mundo todo, seja para indivíduos, empresas, governos, enfim, todo tipo de instituições ou grupos humanos: como se posicionar e agir na contemporaneidade? Considerando como sendo as principais características das sociedades contemporâneas: a produção de uma multiplicidade de culturas, crenças, ideais, valores e tecnologias; a proliferação de várias formas de conhecimento, de diversos meios de comunicação, de informação e de sociabilidade, sobretudo com a utilização do meio virtual e dos variados dispositivos móveis (*tablets e smartphones*), tudo isso em constante processo de aprimoramento e de transformação; planejar-se estrategicamente para o futuro e se precaver diante das possíveis mudanças que habitualmente são velozes na presente Era são ações mais que imperativas.

Assim, tendo em vista a necessidade dessas ações e a adoção da estratégia de cenários prospectivos²⁸ na contemporaneidade, a Força Terrestre brasileira iniciou em 2012 o denominado Processo de Transformação do Exército²⁹, cujo objetivo é adequar a Força³⁰ ao mundo contemporâneo. A concepção desse processo torna-se evidente a partir dos seguintes termos:

A imprevisibilidade e a incerteza do ambiente internacional, as indicações dos cenários prospectivos – onde se visualiza uma crescente demanda por alimentos, recursos hídricos, energéticos e minerais –, as novas tecnologias presentes no mundo atual e em constante evolução, as mudanças no ambiente operacional – cada vez mais urbano e sofrendo a interferência de novos atores internacionais, governamentais e não governamentais – e as profundas mudanças nos processos de atuação das forças militares são indutores para transformação dos atuais meios militares e a construção de um

²⁶O próprio IPEA lançou, em outubro de 2015, o livro: *Megatendências Mundiais 2030: o que as entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo?* A obra trata de assuntos que devem moldar o contexto mundial nos próximos anos nas áreas de população, economia, meio ambiente, geopolítica, ciência e tecnologia. Entre as referências do estudo estão o ativista ecológico Al Gore, ex-senador e ex-vice-presidente dos Estados Unidos, como também o sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Cf. <http://www.ebc.com.br/noticias/2015/10/ipea-lanca-publicacao-sobre-tendencias-mundiais-para-os-proximos-15-anos> Acesso em: 25 jun. 2016.

²⁷ Para mais detalhes sobre a metodologia de estudos e/ou cenários prospectivos, cf. Thiesen (2009).

²⁸ O EB – Exército Brasileiro possui no seu CEEEx – Centro de Estudos Estratégicos o NEP - Núcleo de Estudos Prospectivos. Para mais detalhes cf. <http://www.ceeex.eb.mil.br/index.php/nep> Acesso em: 29 fev. 2016.

²⁹ Neste trabalho optou-se pela ortografia com iniciais maiúsculas, Processo de Transformação, para a identificação do processo, que é um programa oficial de ações do EB. Já para tratar do processo de transformação advindo do amplo processo de mudança social geral, optou-se pela ortografia com iniciais minúsculas. Cabe pontuar que a perspectiva aqui adotada é que as transformações prescritas no programa oficial do EB fazem parte do amplo processo de mudança social geral em andamento, como fenômeno típico da sociedade contemporânea. Mas há transformações acontecendo no EB decorrentes do amplo processo de mudança social geral que não foram planejadas no programa oficial de Processo de Transformação do Exército.

³⁰ Aqui se usa a palavra Força como sinônimo de Exército, já que o tema de pesquisa se refere à Força Terrestre, o que exclui as outras Forças Armadas do Brasil, a Marinha e a Aeronáutica.

novo instrumento de defesa terrestre, mais efetivo e adequado a essa nova realidade e à estatura geopolítica que o País crescentemente adquire.

Esta Concepção decorre de estudos, análises e avaliações, que indicam como o Exército Brasileiro deverá ser organizado e, particularmente, como a Força Terrestre (F Ter) deverá ser articulada, preparada e empregada, abordando todos os aspectos que tenham influência sobre o cumprimento de sua missão constitucional (BRASIL, 2013, p.8).³¹

Ora, trata-se de uma percepção que emergiu a partir da implantação do MD – Ministério da Defesa no Brasil, criado através da Lei Complementar nº 97 de 09 de junho de 1999³². Com a criação do ministério, ocorreu a integralização das três FAs - Forças Armadas do país, do EB – Exército Brasileiro, da MB – Marinha do Brasil e da FAB – Força Aérea Brasileira; e a consequente substituição dos antigos ministérios correspondentes a cada uma dessas Forças por apenas um Ministério de Estado.

Deste modo, com a centralização administrativa, foi possível a vantagem de se realizarem compras unificadas de material e equipamentos de uso comum para cada uma das Forças, além da ampliação integrada entre alas em termos de sinergia, interoperabilidade de equipamentos, procedimentos e estratégias de defesa. Contudo, mais que racionalizar as diversas atividades das FAs, bem como aglutinar esforços conjuntos em prol da defesa nacional, era essencial a constituição de um sistema de defesa nacional, o qual pudesse formalizar uma política de defesa sustentável e adequada ao mundo contemporâneo, diversa da PND – Política Nacional de Defesa promulgada em 1996 (BRASIL, 1996a)³³, o que, por conseguinte, dependia da reunião das Forças Armadas e da subordinação dessas ao Chefe de Estado e de Governo do país. Portanto, uma vez estruturado o MD brasileiro aos moldes da tendência internacional, e com as condições de atingir esses objetivos, a PND de 1996 foi reelaborada³⁴ através do Decreto nº 5.484 de 30 de junho de 2005. Nela foi incluído o conceito de segurança segundo a ONU - Organização das Nações Unidas, e a OEA - Organização dos Estados Americanos, uma visão de segurança coletiva e cooperativa.

Posteriormente, o MD, em conjunto com a SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos – da Presidência da República, visando reorganizar e reorientar as FAs e suas políticas de

³¹ Concepção de Transformação do Exército 2013-2022. (BRASIL, 2013). Aprovado pela Portaria Nº 1253, de 05 de dezembro de 2013. EB: 64536.027630/2013-99. Documento disponível em: [http://www.ceeex.eb.mil.br/manuais/livreto_transformacao\(2\).pdf](http://www.ceeex.eb.mil.br/manuais/livreto_transformacao(2).pdf) Acesso em: 20 jun. 2016.

³² Alterada parcialmente pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, com o objetivo de criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa.

³³ A primeira PND foi promulgada em 1996, antes da criação do MD. Após a criação deste, promulgou-se em 2005 outra PND. Cf. Brasil (1996a e 2005).

³⁴ Para mais detalhes sobre as especificidades e diferenças entre a PND de 1996 e a de 2005, cf. Brasil (1996a), Brasil (2005), Santana (2007), Silva (2008) e Vasconcellos (2011).

composição dos efetivos, elaborou, em 2008, a END – Estratégia Nacional de Defesa, revisada em 2012³⁵. Esse documento determina ações estratégicas de médio e longo prazo com o objetivo de modernizar a estrutura nacional de defesa; estabelece políticas institucionais para garantir que o governo e a sociedade se engajem de modo decisivo em uma grande estratégia conjunta em prol da segurança da nação; e aborda temas especificamente militares ao estipular orientações para a atuação operacional da MB, do EB e da FAB (BRASIL, 2012a, p.45).

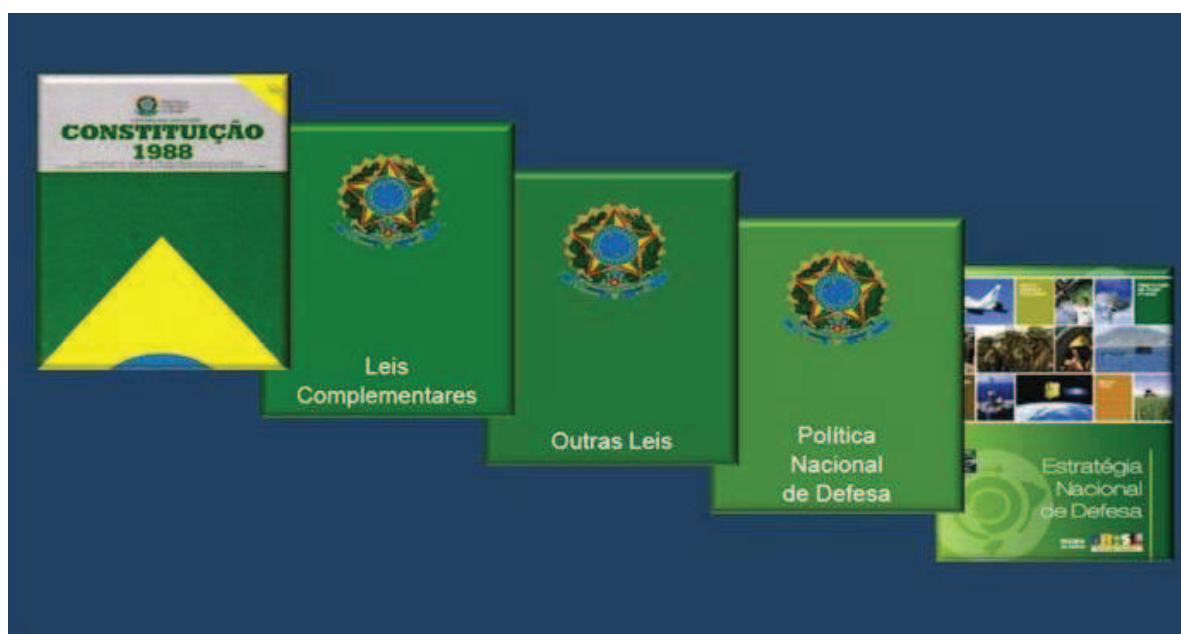


Figura 1: Base legal da END³⁶.

Todas essas ações se constituem como transformações institucionais no âmbito do Estado brasileiro, bem como orientações normativas para as transformações em curso e do futuro. No caso do EB, uma das primeiras estratégias elaboradas de acordo com tais orientações foi a EBF - Estratégia Braço Forte (BRASIL, 2009), que, segundo a revista Verde-oliva (2009, Nº 203, p.38-41)³⁷, é o resultado de um dos planejamentos coordenados pelo EME – Estado Maior do

³⁵ Foram publicados em 2012 em um só volume a PDN e a END. Documentos disponíveis no sítio: http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf Acesso em: 20 jun. 2016.

³⁶ Fonte da figura do Pannel 1: Apresentação do dia 23 de abril de 2013 no Congresso Nacional. Realizada pelo subchefe de Política e Estratégia do Ministério da Defesa, o General de Divisão César Augusto Nardi de Souza. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/audiencias-publicas/2013/abril/24-04-2013-politica-de-defesa-nacional-pdn-a-estrategia-nacional-de-defesa-end-e-o-livro-branco-de-defesa-nacional-lbdn/apresentacoes/pdn-end-general-nardi> Acesso em: 02 jul. 2016.

³⁷ A revista Verde-oliva é uma publicação do CCOMSEX - Centro de Comunicação Social do Exército. “Caracteriza-se como uma revista cultural e informativa, que mantém, pela publicação de notícias e artigos, o público em geral informado sobre a atuação do Exército Brasileiro (EB) e de suas organizações militares (OM)

Exército, constituído por diretrizes específicas, cujas ações seriam balizadas por três “Eixos Estruturantes”, previstos na END: reorganização das Forças Armadas; reestruturação da Indústria Nacional de Material de Defesa; e ampliação e valorização do Serviço Militar Obrigatório.

Do mesmo modo, conseqüentemente, o denominado Processo de Transformação do Exército nada mais é do que uma decorrência de todas essas ações supracitadas, uma vez que tal processo origina-se a partir da nova PND e da orientação executiva da END, e daí surgem diversas estratégias e planos de ação que serão elementos constitutivos do processo. É o que assevera Silva (2013, p.20), pontuando que, no âmbito do EB, os resultados dessas mudanças institucionais e da política de defesa foram: a EBF - Estratégia Braço Forte (BRASIL, 2009)³⁸, o Processo de Transformação do Exército (BRASIL, 2010a e 2010b)³⁹ e o PROFORÇA - Projeto de Força do Exército Brasileiro (BRASIL, 2012b)⁴⁰. O que igualmente afirma Hora (2013) nas seguintes palavras:

A partir dos gestos de leitura e da interpretação da END, cada Força Singular depreendeu as responsabilidades de sua competência e elaborou documentos específicos que norteassem as atividades em suas esferas de atuação. Fruto desse trabalho de interpretação, o Exército Brasileiro, instituição analisada nesta pesquisa, elaborou três documentos: a Estratégia Braço Forte, o Processo de Transformação do Exército e o Projeto de Força. (HORA, 2013, p.15).

nas várias atividades inerentes à Instituição, particularmente nas áreas social, comemorativa, assistência social, esportiva e organizacional”. Muito da história, da tradição, dos valores, princípios e modo de funcionamento do EB são explicitados nas publicações da revista, constituindo-se assim, as publicações fontes para pesquisa, conforme os termos de Chartier (2002). Para mais detalhes sobre a revista, cf. o sítio disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/noticias-e-multimedia/revista-verde-oliva/historico> Acesso em: 06 fev. 2017.

³⁸ Para mais detalhes sobre a Estratégia Braço Forte cf. Brasil (2009), Lorenzoni (2014) e a revista Verde-oliva (Nº 203, 2009, p.38-41), disponível em: http://www.eb.mil.br/c/document_library/get_file?uuid=7bddefca-a227-4cc5-895e-517a8a94bc25&groupId=52610 Acesso em: 22 fev. 2017.

³⁹ Há duas versões do documento com mesmo conteúdo, porém com capas e paginações diferentes. Estão disponíveis respectivamente no sítio: <http://www.ecsbrdefesa.com.br/defesa/fts/PTEB20152035.pdf> e no sítio: http://www.eb.mil.br/c/document_library/get_file?uuid=18d47a84-99ac-45d3-b7d5-f37c9b5e53dc&groupId=1094704 Acessos em: 22 fev. 2017.

⁴⁰ O PROFORÇA foi lançado oficialmente e publicamente em 27 de fevereiro de 2012, tendo sido estabelecido em 2011, segundo Ramos e Goldoni (2016, p. 159). Documento oficial disponível em: http://www.eb.mil.br/c/document_library/get_file?uuid=b8fd062b-d6c0-431f-a931-1d7ad6faccce&groupId=1094704 Acesso em: 03 jul. 2016. Para assistir à mensagem do Comandante do Exército na ocasião do lançamento acesse o vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K9SRKUeZiKw> Acesso em: 03 jul. 2016.



Figura 2: Processo evolutivo da transformação do Exército Brasileiro da Era Industrial para a Era do Conhecimento⁴¹.

Todavia, é importante destacar que, apesar de o EB adotar três documentos/ações, o PROFORÇA é a base final do Processo de Transformação, devido ao seu caráter integrador. Conforme os termos expressos no “Portal da transformação – Projeto de força do Exército” na *internet*:

A partir da percepção da necessidade de se transformar o Exército Brasileiro da Era Industrial para a Era do Conhecimento, fez-se mister um planejamento que determinasse um conjunto de ações estratégicas que conduziram esta Transformação – um Projeto de Força (PROFORÇA). Coerente com esta premissa, o PROFORÇA estabelece as bases para a Transformação do Exército Brasileiro, constituindo-se no seu principal projeto integrador.⁴²

Então, como ação integradora, infere-se que o Projeto de Força é o procedimento final para a conclusão da transformação, cuja meta temporal é 2031.

Destarte, detalham Ramos e Goldoni (2016):

⁴¹ Figura retirada da apresentação do 2º Painel de Gestão do Conhecimento do DECEX - Departamento de Educação e Cultura do Exército. Órgão vinculado ao Comando do Exército que tem o objetivo de conduzir as ações relacionadas ao Ensino, Educação Física, Desporto, Pesquisa e Desenvolvimento do EB. Disponível em: <http://slideplayer.com.br/slide/2583278/> Acesso em: 04 jul. 2016.

⁴² Portal da transformação – Projeto de força do Exército. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/proforca/apresentacao> Acesso em: 20 jun. 2016.

Em atenção ao previsto na END/2008 e de acordo com as diretrizes e orientações desse documento, o EB elaborou e remeteu ao MD, em junho de 2009, seu Plano de Equipamento e de Articulação, denominado Estratégia Braço Forte (EBF). Em seguida, o Estado-Maior do Exército (EME) iniciou um diagnóstico das atividades realizadas e concluiu, em 2010, pela necessidade de se conduzir um “Processo de Transformação” para atingir os objetivos propostos na EBF por meio de Vetores de Transformação (VT), elaborando o documento “O Processo de Transformação do Exército”.

Em 2011, a Instituição estabeleceu o Projeto de Força do Exército Brasileiro (PROFORÇA) para orientar o Processo de Transformação do Exército por meio de diretrizes para os VT. O PROFORÇA definiu as diretrizes para a Concepção Estratégica, as novas capacidades do Exército Brasileiro e os caminhos que devem ser seguidos para alcançá-las. Com base nessas novas capacidades, a Força Terrestre (F Ter) estabeleceu os Projetos Estratégicos do Exército (PEEx) como os indutores do Processo de Transformação em curso na Instituição (2016, p.159).

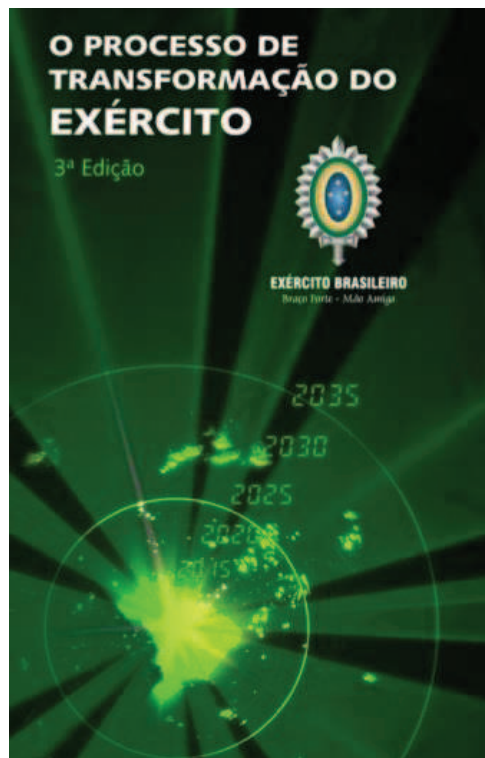




Figura 3: Capas dos documentos oficiais (BRASIL, 2010a, 2010b, 2012b e 2013).

Portanto, considerando todas essas transformações institucionais e a programação do EB para se adequar à contemporaneidade; e considerando como orientador final do Processo de Transformação do Exército o PROFORÇA, deve-se atentar que o projeto determina qual deve ser “o perfil da Força e o profissional do futuro” (BRASIL, 2012b, p.11) a ser construído para tal conformação. Isto é, estipula quais são os elementos que devem constituir o Exército Brasileiro do futuro e os que devem constituir a profissionalidade do oficialato e o perfil do militar do futuro, estando ambos os processos de constituição já em curso desde 2012.

No entanto, nossa hipótese é de que, apesar das ações já implementadas na Força e das demais em fluxo, as transformações sofridas e em andamento no EB não são resultados apenas de um planejamento político do Estado brasileiro e de uma administração do próprio Exército em prol de sua adequação à Era do Conhecimento, mas sim, são as consequências de transformações mais amplas nas sociedades ocidentais, mudanças sociais e culturais de âmbito global. Ou seja, não é, como supracitado, a PND, a END, o Processo de Transformação do Exército e o PROFORÇA que estão engendrando modificações no EB. Na verdade, todas essas ações são resultantes das atuais mudanças sociais e culturais mais amplas.

Uma das evidências disso é a tendência global mais ampla responsável pela constituição dos Ministérios de Estado da Defesa em vários países. Trata-se de um fenômeno mundial. Tanto é que, para a implantação do MD no Brasil, foram realizadas análises de países que já haviam feito este tipo de modificação, de centralizar o comando das Forças Armadas com o intuito de

promover uma política de defesa adequada ao mundo hodierno. Na ocasião, segundo Vasconcellos (2011, p.66), somente vinte e três países não possuíam MDs dos cento e setenta e nove pesquisados, sendo o Japão, o México e o Brasil os de grande porte que ainda não tinham MDs.

Tal tendência está relacionada com a preocupação mundial de precaver em relação ao futuro como já referido, uma vez que a contemporaneidade se apresenta como um processo dinâmico e constante de significativas transformações culturais, tecnológicas, econômicas e políticas, o que culmina na transformação do campo militar, conforme os fenômenos hodiernos em fluxo. De acordo com Silva,

É relevante mencionar que o fenômeno de mudanças no campo militar vem ocorrendo em larga incidência desde o início do século corrente, com distintos graus de amplitude e em países e instituições militares das mais variadas realidades políticas, estratégicas e culturais (SILVA, 2013, p.20).

Assim, como assevera o autor, não é dissonante da tendência planetária a mudança social do EB, ao contrário, o Exército do Brasil está em convergência com o que está ocorrendo na maioria de suas instituições congêneres no mundo. Isso reforça a ideia de que as mudanças sociais dos exércitos no mundo são consequências daquelas em curso na sociedade contemporânea.

Nesse cenário, é pertinente considerar uma tipologia macrosociológica que tipifica o pós-modernismo militar estruturado por estudiosos americanos das FAs, que sugeriria a transformação de grandes exércitos de conscritos em pequenos exércitos tecnológicos, cumprindo missões diversas das tradicionais guerras interestatais, dentre outras transformações.

Na obra *The Postmodern Military: Armed Forces after the Cold War* (2000), organizada por Charles C. Moskos, John Allen Williams e David R. Segal, várias análises sobre as tendências civis e militares na sociedade contemporânea foram reunidas. Elas foram realizadas por meio de uma equipe internacional de pesquisadores. Então, várias democracias ocidentais foram analisadas pelo prisma dos estudos das Forças Armadas e Sociedade⁴³. As da Austrália, Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Estados Unidos, Israel, Itália, Países Baixos, Nova Zelândia, África do Sul, Suíça e Reino Unido. Os resultados levaram os autores, principalmente

⁴³ De acordo com Kuhlmann, apesar de esse campo de estudo ter se consolidado como estudos das “Forças Armadas e Sociedade” (2007, p. 8), para a reflexão sobre o militar pós-moderno, o estudo do exército e o campo teórico em questão, derredor ao tema, é pertinente estruturar duplamente a perspectiva de análise. Tendo como base os estudos da Sociologia Militar e os das relações civil-militares (2007, p. 15-16). Exatamente como a concepção bicéfala original – da sociologia e da ciência política – segundo as respectivas áreas de atuação dos fundadores desse campo, Janowitz, sociólogo e Huntington, cientista político.

os organizadores, a advogarem na ocasião que um novo paradigma militar surgira na Era contemporânea, exatamente após a Guerra Fria, o qual foi denominado de paradigma militar pós-moderno.

Deste modo, os organizadores adotaram um modelo de três tipos ideais para caracterizarem três diferentes Eras que corresponderiam aos três tipos de paradigmas militares. O paradigma militar da Era moderna, o da Era da modernidade tardia, e o paradigma da Era pós-moderna.

O primeiro deles, o paradigma militar da Era moderna, tem datação convencionada a partir do século XIX até o final da Segunda Guerra Mundial. Os autores reconhecem que essa Era poderia ser rastreada desde o Tratado de Vestfália de 1648, assinado pelo Sacro Império Romano, isto é, pela França, Suécia e vários principados alemães. Justamente porque fora a partir de tal tratado que o princípio da soberania nacional se consolidou. Todavia, convencionaram, conforme a especificação acima, tendo em vista a importância da Revolução Francesa a partir da qual o conceito de soldados cidadãos se tornou uma das marcas das Forças Armadas no continente europeu.

Em relação ao segundo, que eles denominaram de paradigma militar da Era da modernidade tardia, a datação foi convencionada dos meados do século XX até o início dos anos 90. Exatamente o período da Guerra Fria. Os autores justificaram tal convenção porque foi nesse período que ocorreu a mudança do recrutamento em massa para o paradigma em que se adotou uma acentuação formativa no profissionalismo militar na classe dos oficiais. Antes dessa época, o comando militar na Europa, e em certa medida nos Estados Unidos também, era determinado principalmente pela linhagem, e não pela educação militar profissional das academias militares e faculdades de guerra.

E, finalmente, o terceiro tipo, o do paradigma militar da Era pós-moderna, cuja datação foi convencionada pelos organizadores com sua ascendência na contemporaneidade, exatamente após a Guerra Fria, mesmo com a admissão de que provavelmente o terceiro paradigma militar tenha iniciado sua formação antes⁴⁴. Os organizadores argumentaram que fora o colapso do comunismo na União Soviética e Europa Oriental que forneceu o impulso

⁴⁴ Nessa lógica, é relevante ressaltar que na perspectiva da teoria social, para a maioria dos historiadores, filósofos, cientistas sociais, dentre outros estudiosos; não há consenso sobre a possibilidade de datar quando a pós-modernidade se iniciou. Para outros, ela nem é uma realidade, mas sim uma presunção relacionada à crise da modernidade ainda em vigor, e, para os que apregoam uma aproximada datação, diversas são as datas tanto quanto a variedade de autores. Por isso, para uma melhor compreensão dessa questão, adiante, nos capítulos dois e três desta tese, foram discutidos os elementos constitutivos da modernidade e pós-modernidade respectivamente.

principal para mover os militares em direção ao tipo pós-moderno. Logo, eles fundamentaram as datações convencionadas para os três paradigmas através dos seguintes termos:

Sem a ameaça de invasão, os estados ocidentais não precisavam mais apoiar Forças Armadas cujos valores sociais fossem tão distintos dos da sociedade em geral. Embora os militares nesses países continuem a enfatizar o patriotismo nacional, a globalização das finanças, do comércio, da comunicação e de outras atividades humanas vitais corrói de forma constante grande parte da tradicional base da soberania nacional.

Por que esses três períodos e não outros? Primeiramente, porque eles dão sentido à direção das relações entre a sociedade e os militares em termos de um período decisivo, no qual o medo da aniquilação total estava presente. O armamento nuclear impôs uma realidade definitiva que forçou ambos os lados a se acomodarem - seja na construção do Muro de Berlim em 1961, durante a crise dos mísseis cubanos de 1962, ou nas guerras na Coreia, Vietnã e Afeganistão. O poder de destruir civilizações foi um aspecto definidor da Guerra Fria. Considerando que a ameaça nuclear não desapareceu, ela foi grandemente titubeada como um possível instrumento de guerra entre os principais estados. A tese central deste volume é que o fim da Guerra Fria deu início a um período de transição no qual as convencionais formas modernas de organização militar estão dando lugar a novas formas pós-modernas (SEGAL, MOSKOS, WILLIAMS, 2000, p.1-2)⁴⁵.

Assim, a partir da aplicação da tipologia macrossociológica à realidade das FAs dos Estados Unidos, Moskos (2000, p.14-31)⁴⁶ demonstrou, dentre várias, que relevantes transformações estavam ocorrendo. Que, na Era moderna, a ameaça percebida pelas FAs era a da invasão inimiga no território nacional; na Era da modernidade tardia, era a guerra nuclear, e na Era pós-moderna, são os conflitos subnacionais, como os de violência étnica e de terrorismo. Que, na Era moderna, a estrutura das FAs era de grandes efetivos pela conscrição; na Era da modernidade tardia, era de grande efetivo profissional, e, na Era pós-moderna, é de pequeno efetivo profissional. Que, na Era moderna, o perfil do profissional militar predominante nas

⁴⁵ Em todas as citações de língua estrangeira neste trabalho doutoral, utilizar-se-á no corpo do texto uma tradução própria para a língua portuguesa. Então, por meio de nota, será informada a citação original. Aqui a citação é a seguinte: Without the threat of invasion, Western states no longer needed to buttress armed forces so distinctive from the social values of the larger society. While the military in such countries continues to emphasize national patriotism, the globalization of finance, trade, communication, and other vital human activities steadily erodes much of the traditional basis of national sovereignty. Why these three periods and not others? Primarily, they make sense of the direction of societal-military relations at the conclusion of a watershed period, on in which the fear of total annihilation was present. Nuclear weaponry imposed an ultimate reality that forced both sides to accommodate – whether at the building of the Berlin Wall in 1961, during the Cuban missile crisis of 1962, or in surrogate wars in Korea, Vietnam, and Afghanistan. The power to destroy civilizations was the defining quality of the Cold War. Though the nuclear threat has not vanished, it has receded greatly as a possible instrument of war between major states. The core thesis of this volume is that the end of the Cold War has ushered in a period of transition in which the conventional Modern forms of military organization are giving way to new Postmodern forms.

⁴⁶ Cf. o Capítulo 2: “Toward a Postmodern Military: The United States as a Paradigm”, de Moskos In: Segal, Moskos e Williams (2000, p.14-31).

FAs era o do líder de combate (guerreiro); na Era da modernidade tardia, era o do administrador ou técnico, e, na Era pós-moderna, é o do oficial estadista ou oficial acadêmico. Que, na Era moderna, a atitude pública da sociedade com os militares era a de apoio; na Era da modernidade tardia, era ambivalente, e na Era pós-moderna, é indiferente. Que, na Era moderna, as relações entre as FAs e a mídia eram de incorporação; na Era da modernidade tardia, eram de manipulação e na Era pós-moderna, são de cortejo. Que, na Era moderna, o contingente de civis nas FAs era menor; na Era da modernidade tardia, era mediano, e, na Era pós-moderna, é grande. Que, na Era moderna, o papel das mulheres nas FAs era de corpos separados ou exclusão; na Era da modernidade tardia, era de integração parcial, e, na Era pós-moderna, é de integração completa. Que, na Era moderna nas FAs, o cônjuge do militar possuía um envolvimento integral; na Era da modernidade tardia, possuía um envolvimento parcial, e, na Era pós-moderna, não é envolvido. Que, na Era moderna, nas FAs, os homossexuais eram expulsos ou punidos; na Era da modernidade tardia, eram afastados, e, na Era pós-moderna, são aceitos.

Ora, independente dos acertos ou equívocos que a tipologia possa ter⁴⁷, é possível identificar que, no Brasil, algumas dessas transformações também estão impactando as FAs brasileiras, resultando em um considerável processo de mudança social do Exército Brasileiro contemporâneo. Algumas já foram consolidadas na Força Terrestre hoje, conforme o tipo da Era pós-moderna. Porém, outras dimensões ainda se constituem conforme os moldes das outras Eras, ou ainda estão em processo de mudança.

Por outro lado, algumas alterações estruturais fazem parte do programa oficial de ações de transformação da Força, alvos fixados pelo documento do Processo de Transformação do Exército (BRASIL, 2010b). Alguns deles nos parecem pertinentes por visarem a uma transformação cultural na instituição, os elencados nos VTs - Vetores de transformação: “Educação e Cultura” e “Gestão de Recursos Humanos”. Aí se destacam a aproximação da sociedade civil brasileira com as FAs, sobretudo, através da ampliação de civis e de militares temporários nos quadros das FAs, e a acentuação do caráter profissional dos militares da Força criando uma cultura da inovação no lugar da “cultura do erro zero”.

Portanto, torna-se evidente que há dois conjuntos de transformações influenciando o Exército Brasileiro. Um primeiro conjunto, mais abrangente, constituído pelas alterações sociais e culturais globais em fluxo na contemporaneidade; e um segundo, constituído por um

⁴⁷ Para uma discussão crítica sobre a tipologia e o denominado pós-modernismo militar, cf. Kuhlmann (2007, p. 31-78).

processo de ações oficiais. Este segundo conjunto faz parte do primeiro por visar adequar o EB ao contexto contemporâneo, mas é um conjunto que se distingue por possuir um caráter institucional.

Deste modo, cabe destacar que a ênfase do estudo doutoral aqui realizado é sobre o primeiro conjunto, pois parte-se da premissa de que há mais indícios de sua efetividade enquanto fluxo de transformações, sobretudo devido a sua amplitude. Ademais, como já dito, o primeiro conjunto abrange o segundo, o que significa que as ações oficiais e institucionais das transformações não deixarão de ser analisadas. E, finalmente, porque é esse primeiro conjunto, amplo, global e dinâmico, que parece corroborar a hipótese aqui advogada de que a pós-modernidade como característica típica da sociedade contemporânea é que está orientando as transformações do EB; de que são as influências socioculturais advindas do seu típico individualismo exacerbado e do contexto tecnológico contemporâneo as maiores forças modificadoras da atual profissionalidade militar, orientando o que provavelmente será constitutivo do oficialato militar do futuro, até mesmo na contramão dos processos usuais de socialização e formação do profissional militar do Exército Brasileiro, constituídos por traços modernos.

Finalmente, é relevante ressaltar que na cultura contemporânea há certas idiossincrasias que contribuem para a constituição de algumas das capacidades, habilidades e qualificações atribuídas pelo PROFORÇA ao perfil do militar do futuro (BRASIL, 2012b, p.11). As relacionadas à inovação, alta velocidade e uso de diversos meios de informação e comunicação, envolvendo tecnologias. Contudo, outras nos parecem totalmente incompatíveis. Principalmente aquelas relacionadas aos princípios e às virtudes militares, aos valores e tradições perenemente cultuados pelo Exército, de cunho moderno. As posturas, comportamentos e práticas inerentes à estrutura de funcionamento da própria Força, como, por exemplo, os princípios basilares da caserna⁴⁸, o da hierarquia e o da disciplina. Eles são elementos de conduta do profissional militar, institucionalizados e legitimados no universo simbólico da organização, sobretudo normativamente. Por isso, estão presentes no cotidiano de todas as atividades dos militares, sendo pré-requisitos para a ascensão em todas as etapas de promoção da carreira. São os indícios de antagonismos em relação a essa mentalidade e organização institucional que serão descritos na próxima seção.

⁴⁸ De acordo com o artigo 142 da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1998), as Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina.

1.5. Os antagonismos entre os ideais militares e os pós-modernos

De acordo com Mauss e Durkheim (1979), as noções, conceitos e interpretações que estão na base da estrutura e da lógica do pensamento social, presentes nos diversos âmbitos da sociedade, e que muitas vezes são imperceptíveis aos indivíduos, são exatamente assim porque o sistema de conhecimento humano se fundamenta no mundo social. Ou seja, o que caracteriza as noções ou valores sociais “é que as ideias estão nelas organizadas de acordo com o modelo fornecido pela sociedade” (MAUSS e DURKHEIM, 1979, p. 189), conforme uma constituição social comum entre os indivíduos de cada sociedade ou grupo social.

Destarte, uma característica significativa dessas noções é a força destas como convicções, dando-lhes um caráter afetivo, já que são elas construídas em meio aos laços sociais de um dado grupo, e, assim sendo, terminam por estarem ligadas aos estados coletivos manifestos afetivamente através das afinidades deste grupo. Esta força afetiva faz com que as noções sejam fechadas conceitualmente, segundo os laços sociais dos grupos em que estão inseridos e, portanto, só variem conforme os grupos. É o que destacam os autores nos seguintes termos:

Diferenças e semelhanças mais afetivas que intelectuais determinam a maneira pela qual elas afetam a sensibilidade social. É por isso – porque afetam diferentemente os sentimentos dos grupos –, que as coisas, de certo modo, mudam de natureza, segundo as sociedades (MAUSS e DURKHEIM, 1979, p. 201).

Assim, nos ideais e nos valores dos grupos ou sociedades estão presentes os conceitos inerentes aos princípios da estrutura da sociedade ou grupo em questão (DURKHEIM, 1996, p. XV). O que indica que a percepção de mundo e da realidade das coisas em um dado grupo se dá através das categorias que estão presentes em várias dimensões desta mesma sociedade.

É por isso que, para Durkheim, a consciência coletiva é a responsável pela formação dos valores morais que passam a exercer coerção sobre os indivíduos nos momentos de suas escolhas de ação. Essa consciência diz respeito aos valores do grupo em que o indivíduo está inserido, sendo transmitida entre as gerações pela educação e tornando-se elemento fundamental para a vida social. Desse modo, a consciência coletiva pode ser diversa, de acordo com a eficácia da transmissão entre as gerações, e, portanto, determinante da intensidade da coesão do grupo.

Então, pressupondo que para o combate em uma guerra seja indispensável a coesão do grupo de guerreiros, imprescindível é a existência de uma consciência coletiva e de certos valores neste grupo. Que, no caso dos militares, além de compartilhados, devem ser

estandardizados de modo a moldar os comportamentos e ações de cada indivíduo de acordo com o sentido atribuído a cada um dos valores. Assim, nessa perspectiva, é relevante salientar dois ideais típicos das FAs que entram em confronto com os ideais pós-modernos: o ideal de “militar virtuoso”, formado por um conjunto de “virtudes militares”; e o ideal “masculino de guerreiro”.

Historicamente, o Brasil sempre prescreveu quais devem ser os valores, deveres ou normas éticas dos militares, enumerando-as através de leis federais, manuais e regulamentos das FAs. No decorrer da história, as listas desses elementos tiveram conteúdos similares, mas definições diferentes. Então, aqui as agruparemos como “virtudes militares” e as classificaremos em valores, deveres e preceitos da ética militar. Conforme Miranda (2013, 2018), as “virtudes militares” constituem o “caráter militar”, sendo esse um termo que poderia também ser usado como “identidade militar”. Assim sendo, para esclarecer os elementos que constituem o que denominamos aqui de ideal de “militar virtuoso”, discorreremos sobre as “virtudes militares” tendo como base a Portaria nº 156, de 23 de abril de 2002, o *Vade-Mécum* de cerimonial militar do Exército (VM-10), um regulamento interno apenas do Exército⁴⁹.

Os valores militares são caracterizados pelo regulamento como os referenciais fixos, imutáveis e universais dos militares (BRASIL, 2002, p. 9). São eles: o Patriotismo, o Civismo, a Fé na Missão do Exército, o Amor à Profissão, o Espírito de Corpo e o Aprimoramento Técnico-profissional. Os deveres são classificados como morais ou jurídicos. Os morais são aqueles que o indivíduo se autoimpõe, então, cumpre as normas por uma determinação íntima e não por uma imposição externa. Já os jurídicos, por outro lado, devem ser cumpridos sob pena de haver punições; logo, é um dever imposto pelo superior hierárquico. Esses deveres militares são definidos como conjuntos de princípios que “emanam de um conjunto de vínculos morais e jurídicos que ligam o militar à Pátria e à Instituição” (BRASIL, 2002, p. 17). São eles: a Dedicção e Fidelidade à Pátria; o Respeito aos Símbolos Nacionais; Probidade e Lealdade; Disciplina e Respeito à Hierarquia; o Rigoroso Cumprimento dos Deveres e Ordens; e o Trato do Subordinado com Dignidade. E, finalmente, há a Ética Militar. Esta é um conjunto de regras

⁴⁹ O Estatuto dos Militares se constitui como o código de ética da profissão militar, determinado pela Lei Nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Como se trata de uma lei federal, é também válido para a Marinha e para a Aeronáutica. Antes deste estatuto, outros foram sancionados em forma de leis. O primeiro e o segundo estatutos, de 1941 e 1946, não apresentavam listagens explícitas, apenas indicação de valores e deveres. A partir do terceiro Estatuto dos Militares (1969), surge uma lista de valores militares igual à lista do quarto estatuto de 1971 e do quinto e atual de 1980. No caso do EB, além do Vade-Mécum como documento interno sobre o tema, há também o Manual de Campanha C 20-10 - Liderança Militar, de 24 de agosto de 2011. Este, além de ser o mais atual, é assinado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército e largamente utilizado nas escolas militares do Exército durante o processo de socialização dos novos oficiais e praças.

que conduzem o militar a observar e agir de acordo com o Sentimento do Dever, a Honra Pessoal, o Pundonor Militar e o Decoro da Classe (BRASIL, 2002, p. 25). Por serem virtudes ligadas à ética, estas características, assim como os deveres morais, devem proceder do íntimo do militar.

Ora, em relação à maioria dessas “virtudes militares”, os antagonismos são notórios (BOËCHAT, 2014). Segundo a perspectiva da pós-modernidade, noção discutida nos capítulos seguintes, a primeira incompatibilidade é o fato de a identidade pós-moderna ser transitória. Isto é, devido à fragmentação da vida social na contemporaneidade e às constantes mudanças socioculturais hodiernas, a identidade torna-se composta por várias identidades, as quais podem, inclusive, em alguns casos, segundo Hall (2006), ser até contraditórias. Então, conforme o autor, na pós-modernidade não há identidades fixas ou virtudes permanentes. O que há é uma necessidade de possuir uma identidade para cada paisagem social ou cultural.

Desse modo, como seria possível o indivíduo se pautar pelos referenciais fixos, imutáveis e universais dos militares? Como dito, a concepção de identidade do Exército é moderna, incompatível, então, com a pós-modernidade como elemento constitutivo da contemporaneidade.

Geralmente percebido como positivista, tecnocêntrico e racionalista, o modernismo universal tem sido identificado como a crença no progresso linear, nas verdades absolutas, no planejamento racional de ordens sociais ideais, e com a padronização do conhecimento e da produção. O pós-moderno, em contraste, privilegia a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras na redefinição do discurso cultural. [...] A fragmentação, a indeterminação e a intensa desconfiança de todos os discursos universais ou totalizantes são o marco do pensamento pós-moderno. (HARVEY, 2008, p. 19).

De acordo com Bauman (2001), uma caracterização precisa do tempo atual é o seu caráter líquido, com uma instantaneidade cada vez maior do tempo se impondo sobre tudo o que é fixo, durável e imutável, pois tudo o que era perene na modernidade, como as instituições militares, se liquefaz pela ação deste caráter instantâneo.

Segundo Lipovetsky, são outras características importantes da pós-modernidade o hedonismo, o consumismo, o desinteresse pela política e a atomização dos indivíduos na sociedade (LIPOVETSKY, 2005a). Não há mais a prevalência de valores externos ou princípios morais guiando os indivíduos. A falta de convicção sobre a existência de “Deus” faz com que os indivíduos procurem em primeiro lugar sua satisfação pessoal. De tal modo, as pessoas estão mais voltadas para seus próprios projetos. Sem “Deus” e sem a “ciência” para resolver as

frustrações humanas, os indivíduos, desconfiados dos valores, refugiam-se em si mesmos (LIPOVETSKY, 2005b). A cultura da aparência, do supérfluo, do descartável substituiu a cultura da essência, do original e do permanente.

Portanto, nesse contexto, o hedonismo ganha destaque. Mas, diferente da filosofia grega, que defendia o prazer como bem supremo e meio para se atingir a felicidade, a partir da pós-modernidade, ele está amalgamado com o consumismo, uma vez que a felicidade está vinculada ao acesso a bens e prazeres (LIPOVETSKY, 2005a). Ademais, tudo se torna pautado pelo “eu” do indivíduo em sua subjetividade. Trata-se do denominado hiperindividualismo (LIPOVETSKY, 2004), fenômeno contemporâneo de cunho pós-moralista que emergirá a partir da pós-modernidade segundo o autor (LIPOVETSKY, 2005b).

Assim, como seria possível a aderência à Fé na Missão do Exército, ao Amor à Profissão e ao Espírito de Corpo nesse ambiente? Como seria possível haver significado real no Sentimento do Dever, na Honra Pessoal, no Pundonor Militar e no Decoro da Classe? Alguma dessas virtudes seriam possíveis no contexto sociocultural a partir da pós-modernidade?

De resto, como observa Lyotard (1991), na pós-modernidade ocorre a crise e a consequente perda de legitimidade das metanarrativas que até então guiavam as ações humanas, o engajamento das pessoas, de modo a dar um sentido de finalidade para a vida em geral. É por isso que Esperândio (2007, p. 43) constatou o declínio de variadas metanarrativas, como o comunismo, o liberalismo, o cristianismo, o cientificismo, o humanismo, o nacionalismo, dentre outros diversos “ismos”. Mas que não teriam desaparecido, e sim se tornado ínfimos, além de competirem entre si. Então, ocorreria aí um esvaziamento dos “ismos” militares, do patriotismo e do civismo.

Conseqüentemente, no aspecto político, passa a existir um desinteresse cada vez maior por parte da população, mas não só isso; surge também um sentimento difuso de desilusão com a política. Sentimento esse que passa a ser propagado pelas redes sociais da *internet* e por meio dos dispositivos móveis (*tablets e smartphones*), hoje potencializado pelo *WhatsApp*. Esses mecanismos, de elevados níveis tecnológicos, permitem compartilhamento de ideias e desilusões da opinião pública, das comunidades nacionais, internacionais, ONGs, etc. Através de mensagens instantâneas que contrastam com as instituições políticas tradicionais, sendo estas, portanto, lentas e desajustadas para o mundo pós-moderno da instantaneidade e imediatidade.

Assim, mostra-se óbvio que, na pós-modernidade, a Soberania Nacional não é mais absoluta, principalmente nos países democráticos ocidentais como o Brasil, em que a opinião pública ganha importância cada vez maior nos assuntos de Estado. Foi o que ocorreu em junho

de 2013, quando milhares de cidadãos demonstraram suas insatisfações por não receberem de modo efetivo os direitos sociais que há tanto tempo aguardam desde a promulgação em 1988 da Constituição Federal do Brasil⁵⁰. Essa capacidade de manifestação revela uma população que se informa e que pode se organizar em tempo real, sem a necessidade de líderes para conduzir a agenda.

Portanto, diante desses fatos, surge um sentimento de revolta e injustiça, potencializando a descrença geral típica da pós-modernidade. Dessa maneira, são questionados a Dedicção e Fidelidade à Pátria; o Respeito aos Símbolos Nacionais; Probidade e Lealdade; a Disciplina; o Respeito à Hierarquia e o Rigoroso Cumprimento dos Deveres e Ordens como virtudes militares. Inclusive, traz ao Estado um problema seríssimo: como convencer os indivíduos a lutar em uma guerra? Como constituir um Exército efetivamente dissuasório à disposição do Estado, capaz de mobilizar o Poder Nacional em uma população pós-moderna, ou seja, individualista, hedonista e com tendências pacifistas?

De acordo com Lipovetsky (2005b), a sociedade contemporânea, ao invés de exaltar a observância dos preceitos superiores, lança-os ao descrédito e desaprecia os ideais de abnegação por meio de estímulos sistemáticos à satisfação das aspirações imediatas, à paixão pelo ego, à felicidade intimista e consumista. De tal modo, tornam-se inúteis todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas, como são as militares. Assim, os indivíduos deixam de reconhecer a necessidade de qualquer coisa que seja extrínseca a eles.

Todas essas situações se manifestam amplamente na sociedade, e, provavelmente, impactam a caserna. Os símbolos nacionais, as FAs e outras instituições políticas são ridicularizadas. As críticas e as desilusões são propagadas por todos os meios tecnológicos. Há uma desmotivação geral e uma falta de sentido no universal; por que não também no ambiente militar? São inúmeros os casos de militares com problemas de saúde, principalmente os relacionados à dimensão psíquica, à ansiedade, depressão, pânico e síndrome de *Burnout*⁵¹, aspecto típico da “vulnerabilidade” identificada por Lipovetsky como algo comum na sociedade

⁵⁰ Quase 2 milhões de brasileiros participaram de manifestações em 438 cidades, segundo divulgara a CNM – Confederação Nacional de Municípios no dia 21 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.bonde.com.br/bondenews/nacional/quase-2-milhoes-de-brasileiros-participaram-de-protestos-279381.html> Acesso em 09 abr. 2017.

⁵¹ Trata-se de um distúrbio psíquico de caráter depressivo, precedido de esgotamento físico e mental intenso. Geralmente conhecido na literatura médica como síndrome do esgotamento profissional.

contemporânea (2005a, p.28-29). Tanto é que o EB criou um local específico para cuidar daqueles que “piram na Força”, o CRI - Centro de Recuperação de Itatiaia⁵².

Há também inúmeros conflitos provocados pela inobservância da disciplina e do respeito aos superiores (à hierarquia), pois ambos são princípios de funcionamento da estrutura do Exército. Por isso, como em todas as atividades, tais princípios são os alicerces do funcionamento da instituição. E são cada vez mais crescentes as incontinências, muitas delas gerando punição aos subordinados, abandono da vida militar, bem como questionamentos judiciais.

Tendo sido tratado o ideal de “militar virtuoso”, constituído pelas “virtudes militares”, trataremos agora das evidências de transformação provocadas pelo confronto dos ideais pós-modernos contra o ideal “masculino de guerreiro”.

Segundo D’Araujo (2004), secularmente, a valentia, elemento primordial na constituição do militar profissional, sempre foi concebida como atributo masculino e, em várias sociedades, ainda é perene a associação entre a masculinidade e a guerra, e a associação entre a feminilidade e a paz (CARREIRAS, 1997a, 1997b, 2004 e 2009). Esse ideal de guerreiro, necessariamente viril e com vigor físico, está atualmente em transformação, sendo contundentemente questionado. Isso é consequência, sem dúvida, da crescente incorporação das mulheres nas FAs em todo o mundo⁵³.

Conforme D’Araujo (2004), aludindo à ideia das FAs como um microcosmo da sociedade, conceito dos autores David R. Segal e Mady W. Segal (1983, p. 151-170), a abertura para incorporação de novos perfis nas FAs, como a de mulheres e de homossexuais, acontece porque as instituições militares não são avulsas da sociedade, mas sim intrinsecamente ligadas ao processo social e ao projeto que cada sociedade institui para si, não só em termos de defesa, mas também de gramática política, social e de construção de direitos, de cidadania e de soberania.

Então, de acordo com a autora, o ingresso de mulheres nas FAs corresponde a um processo de democratização das sociedades e de expansão dos direitos de igualdade entre etnias, crenças, sexos e gêneros que pertencem a um contexto social específico, ao da presente Era, em que as sociedades estabelecem para si mesmas que a liberdade de escolha e os direitos são iguais

⁵² Centro de Recuperação de Itatiaia é uma organização militar de saúde do Exército Brasileiro que há quase 80 anos presta assistência médica à família militar verde-oliva. Sua história remonta à década dos anos 20 do século passado, com a criação do Sanatório Militar de Itatiaia (SMI) em 1º de maio de 1926.

⁵³ Para mais detalhes sobre a integração das mulheres nas FAs em vários países, bem como a elucidação da forma e evolução dessa integração, cf. Segal (1999), Carreiras (1997a, 1997b, 2004 e 2009), Mathias (2005 e 2009), Woodward e Winter (2007) e D’Araujo (2004).

para todos e partes invioláveis da soberania individual, algo típico do movimento da pós-modernidade.

Esse movimento sugere o distanciamento das “grandes narrativas” homogeneizadoras da história e da política, bem como uma aproximação epistêmica em direção às formas locais e particulares de diferença. [...] Deve-se recordar que, nas mesmas origens dos debates sobre o pós-moderno, encontravam-se temáticas que abordavam o nexa entre feminismo⁵⁴, teoria e política. (GADEA, 2007, p.26, aspas do autor).

Isso posto, conclui-se que o questionamento do ideal másculo de guerreiro, historicamente típico no mundo militar, é um dos resultados da assimilação dos ideais da pós-modernidade no contexto atual das FAs, já que a diferença é uma das suas ênfases principais.

Isso se mostra evidente quando se observa que só a presença das mulheres no ambiente militar já contribui para o declínio do ideal viril de guerreiro. Essa presença provoca rupturas com os padrões homogêneos antes estabelecidos. Engendra questionamentos sobre aquelas concepções e comportamentos que até então eram usuais na caserna. Segundo Mazulo, a incorporação das mulheres no EB,

trouxe consigo uma série de controvérsias em relação a vários aspectos como: fragilidade *versus* força; delicadeza *versus* habilidade; condicionamento físico *versus* capacidade; entre outros, gerando questionamentos das relações sociais que permeiam o atual orbe militar. (MAZULO, 2010, p. 18).

Portanto, as rupturas são inevitáveis. Exatamente porque acontecem pela demanda de fluidez das identidades, já que uma identidade singular não daria conta de atender as necessidades das pessoas nas diversas frentes em que estão inseridas. Trata-se de algo fundamentalmente pós-moderno, uma politização da identidade que, na verdade, é uma política de diferença, em que várias posições de sujeitos brotam a partir das divisões dos antagonismos sociais produzidos na sociedade.

Além disso, da transformação do ideal militar de guerreiro viril, a incorporação das mulheres no EB engendra outras mudanças relacionadas a esse ideal, as quais são percebidas nas práticas do cotidiano. Como, por exemplo, a constatação dos próprios militares, de ambos os sexos, sobre a incorporação do segmento feminino no EB. Segundo eles, essa inserção

deve ser considerada como uma experiência positiva e bem sucedida, havendo um reconhecimento da sua contribuição como profissionais no trabalho cotidiano, bem como uma sensação de “humanização” da própria organização, trazendo uma dose extra de civilidade aos ambientes masculinos, o que inclui um linguajar menos duro e comportamentos menos autoritários. (MAZULO,

⁵⁴ Para mais detalhes, cf. Flax (1992, p. 217-250) e Connor (1993, p. 185-187).

Neste sentido, é interessante ressaltar que mais transformações acontecerão, pois a incorporação das mulheres nas FAs brasileiras cada vez mais se torna significativa. Tendo sido iniciada em 1980 na Marinha⁵⁵ e em 1982 na Aeronáutica⁵⁶, no Exército essa inserção foi tardia. Somente doze anos após a pioneira Marinha formar sua primeira turma composta por profissionais das áreas administrativas e das de saúde é que, em 1992, o EB permitiu o ingresso das mulheres em suas fileiras. Hoje, pode-se perceber uma situação bastante distinta em termos de participação feminina no meio castrense⁵⁷. É possível encontrá-las desempenhando várias funções, não só em quartéis-generais ou unidades de saúde, mas também, mesmo que com número reduzido, em missões de operações de paz e em organizações militares operacionais.

Mas, em relação às transformações futuras, é preciso destacar duas situações. A primeira é que as mulheres ainda não puderam ocupar os mais altos cargos de comando, uma vez que não se passou tempo suficiente para que as primeiras a ingressarem na caserna tenham atingido patentes mais elevadas. Porém, com o passar do tempo, elas ascenderão e influenciarão a partir do topo. Já a segunda é que se antes elas não poderiam atingir a graduação máxima de um oficial combatente do sexo masculino, formado pela AMAN, de General de Exército, a partir do ano de 2017 não há mais esse óbice (BRASIL, 2012c)⁵⁸, pois ocorreu o ingresso da primeira turma feminina na EsPCEX - Escola Preparatória de Cadetes do Exército, as futuras oficiais combatentes em áreas antes restritas aos homens. Essas áreas proporcionam atingir o posto de General de Exército e, assim, também chegar ao cargo máximo da instituição, o de Comandante

⁵⁵ Tendo início em 1980, a participação feminina era restrita ao já extinto Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM). Entre 1995 e 1996, foi ampliado o acesso das Oficiais aos Corpos de Saúde e de Engenheiros Navais. A partir da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que reestruturou os Corpos e Quadros de Oficiais e Praças da Marinha (LRCQ), houve mais uma ampliação na participação das mulheres nas atividades da Força Naval. Dos Corpos e Quadros onde se distribuem, as Oficiais da MB – Marinha Brasileira possuem acesso aos postos de Oficial-General, até Vice-Almirante. Atualmente, são 6.922 mulheres na MB, sendo 3.197 Oficiais e 3.725 Praças. Cf. o sítio: <https://www.marinha.mil.br/content/mulher-na-marinha-0> Acesso em 09 Mar. 2017.

⁵⁶ A FAB – Força Aérea Brasileira é Força Armada nacional com o maior número de mulheres em seu efetivo. São cerca de 9.820 mulheres atuando, segundo dados de 2015. A FAB também foi a primeira das três Forças a abrir espaço para a atuação das mulheres na atividade fim da instituição: em 2003, recebeu a primeira turma feminina para o Curso de Formação de Oficiais Aviadores. Cf. o sítio: <http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/18842-mulheres-nas-forcas-aeronautica-e-a-forca-que-possui-o-maior-contingente-feminino> Acesso em 09 Mar. 2017.

⁵⁷ O termo castrense tem origem no direito militar, conhecido também pelo nome de direito castrense, palavra de origem latina, que designava o direito aplicado aos acampamentos do Exército Romano. Hoje o termo é usado para se referir ao meio militar.

⁵⁸ Devido à Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército Brasileiro foram alterados. O que passou a permitir o ingresso de mulheres como combatentes. A Lei deu à Força o prazo de até cinco anos para se preparar para integrar alunas às escolas dessa área de atuação, sendo o prazo final o ano de 2017.

do Exército Brasileiro. Fato inédito, que, no entanto, só será possível em 2063, após uma longa jornada na carreira militar.

Portanto, todos esses indícios evidenciam que muitas transformações aconteceram, recentemente, estão em andamento e eclodirão, sendo várias delas consequências dos fenômenos em curso na sociedade contemporânea, principalmente dos que surgiram a partir da pós-modernidade, como o do hiperindividualismo pós-moralista.

2. A MODERNIDADE E SUAS IDIOSSINCRASIAS

A sociedade contemporânea é objeto de estudo e de reflexão de diferentes estudiosos de variadas matizes teóricas. Nas Ciências Humanas em geral, sobretudo nas Ciências Sociais e na Filosofia, as análises são diversas na busca de esclarecer as suas características típicas, os processos e as transformações constantes e em curso na sociedade atualmente. Também são várias as discussões na busca de perspectivas teórico-analíticas pertinentes para a análise das realidades socioculturais presentes, em termos epistemológicos.

Uma das discussões mais destacadas no sentido de compreender tais transformações culturais da atualidade refere-se ao debate modernidade-pós-modernidade, remetendo a uma série de escolhas teóricas e analíticas que devem ser bem especificadas. O paradigma do pós-moderno, como ideia, crítica, experiência cultural e condição social, tem suscitado intensas discussões sobre essas transformações desde os anos de 1970, um debate de caráter escorregadio, multifacetado e de dinamismo e mutabilidade constantes (GADEA, 2007, p. 11), inclusive, envolvendo nas discussões outros conceitos da família de termos cognatos, como os binômios: modernidade – pós-modernidade, modernização – pós-modernização e modernismo – pós-modernismo (FEATHERSTONE, 1995, p. 17-30).

Assim, dentro de um amplo universo de possibilidades, em que não há consenso, adotamos neste trabalho uma perspectiva que será a base nas quais procederemos às análises em relação ao que denominamos de pós-modernidade, relacionada ao diagnóstico do que constitui a condição pós-moderna em termos de contexto sociocultural típico da contemporaneidade. Da mesma maneira, trata-se de um marco teórico-analítico específico como postura epistemológica que já se presume pós-moderna, alicerce de análise sobre o qual as situações sociais, políticas, culturais e de interação serão investigadas e estudadas.

Tratando-se de diagnósticos do contexto sociocultural da contemporaneidade, conforme Huyssen, duas vertentes têm se firmado em relação ao debate acima mencionado. Para alguns autores, a designação pós-modernidade refere-se a um período de vida social, no sentido de uma época, que se iniciou sem datação precisa, mas em que ocorreu uma ruptura radical com a modernidade, envolvendo o surgimento de uma nova totalidade social, com seus princípios organizadores próprios, então analisada em termos negativos ou positivos (HUYSSSEN, 1992, p. 22). Já outros autores pontuam que não há uma interrupção ou ruptura contundente entre a modernidade e a pós-modernidade, mas sim algumas mudanças em que as mais significativas são intensificações de alguns aspectos da modernidade em detrimento de outros, perspectiva amplamente adotada na presente tese. Assim, para a melhor compreensão da relação entre

modernidade e pós-modernidade, explicitaremos neste capítulo do que se trata a modernidade, o que permitirá no subsequente esclarecer a noção de pós-modernidade de modo preciso para os objetivos aqui propostos.

2.1. A modernidade

Ao traçar a ascendência da noção de pós-modernidade por meio dos seus aspectos históricos, sociais e culturais, bem como através dos principais pensadores do conceito, mormente das áreas das Ciências Sociais e da Filosofia, David Lyon (2005, p. 13-34) afirma a ocorrência de um percurso de épocas no Ocidente, da pré-modernidade para a modernidade e depois para a pós-modernidade. Assevera o autor que tais épocas podem ser compreendidas através de concepções basilares específicas, porém como decurso processual, considerando-se tanto mudanças como continuidades entre elas.

Nessa trajetória, primeiramente, o autor afirma que muitas ideias ocidentais começaram com base na noção de “providência”, que foi transposta para a concepção de “progresso”, e daí para o “niilismo” típico da pós-modernidade (LYON, 2005, p. 14). Assim, a modernidade deve ser entendida como uma época que se desenvolve a partir de um conjunto de concepções específicas provenientes de determinados acontecimentos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais que geraram uma série de transformações ocorridas no Ocidente, como as resultantes do Renascimento italiano do século XIV, da Reforma Protestante, da Revolução Francesa, da Revolução Americana, do movimento intelectual e filosófico do Iluminismo e da Revolução Industrial.

Conforme Featherstone (1995, p. 20), em geral afirma-se que a modernidade surge com o Renascimento e é definida em relação à Antiguidade. Isto é, com base nas diferenças entre os antigos das sociedades tradicionais e os novos das sociedades modernas. Daí a noção etimológica do termo moderno como modo (*modus*) hodierno (*hodiernus*), ou seja, maneira nova, modo atual, segundo Kumar (2006, p. 106). Featherstone, se referindo a Simmel, Weber e Tönies, pontua que a modernidade se contrapõe à ordem tradicional na medida em que surge no âmbito social a progressiva racionalização, diferenciação econômica e administrativa, que resultou na formação do moderno Estado capitalista e industrial.

Desse modo, enquanto o mundo tradicional ou pré-moderno é constituído com base nos costumes locais e na tradição, sobretudo religiosos, a modernidade é caracterizada pelo desenvolvimento de formas racionais de organização societária e de um modelo racional de conhecimento, o do pensamento científico, os quais juntos prometiam respectivamente a

libertação do uso discricionário do poder político no meio social, bem como a libertação das irracionalidades da religião no âmbito do conhecimento.

2.1. 1. A fé na ciência, na razão e no progresso

De acordo com Kumar (2006, p. 107), a concepção naturalista do mundo antigo percebia o tempo como movimentos cíclicos intermináveis com alternância das estações, entre dia e noite, entre nascimento, morte e novo nascimento. Assim, a noção de tempo humana era de um tempo repetitivo e regular.

Posteriormente, segundo o autor, com a ascensão da hegemonia do cristianismo na Idade Média, a concepção cíclica foi derrubada com a atribuição de uma finalidade e significado à história. A fé na providência divina passou a nortear o tempo humano de modo a emergir uma concepção de processo histórico linear para atingir uma finalidade específica sob o comando de Deus, inspirando, desse modo, uma esperança quanto ao futuro.

Já em relação à modernidade, acrescenta Lyon, o afastamento da razão em relação ao mundo medieval e à tradição determinou uma outra crença, a da fé na razão humana, sob o impacto do pensamento iluminista emergente. Todavia, tal fé seria do mesmo tipo da fé da cosmovisão da religião cristã até então em voga. Segundo Goudzwaard¹,

A fé no progresso não pode ser fundada apenas no certo conhecimento de que o progresso na civilização ocorreu no passado. Essa fé também exige a convicção de que um progresso semelhante será realizado definitivamente no futuro. “Agora fé”, lemos no Novo Testamento, “é a garantia das coisas que se esperam, a convicção de coisas que não se veem”. Isso também é verdade para a fé no progresso. Neste contexto, J. B Bury observa corretamente que “o progresso da humanidade pertence à mesma ordem de ideias que a providência ou à imortalidade pessoal. É verdade ou é falso e, como essas ideias não podem ser provadas, nem se verdadeiro e nem se falso. São crenças de um ato de fé”. Quando nos perguntamos como essa fé no progresso futuro pode se apresentar em nossa cultura, notamos que fora porque o homem ocidental da época adquiriu uma profunda confiança nas possibilidades de sua própria visão racional e inovação crítica. Presenciamos aqui a procissão triunfal do racionalismo (GOUDZWAARD, 1997, p. 37, aspas do autor)².

¹ O autor usa como referência a passagem da bíblia do livro Hebreus no capítulo 11, verso 1. E se refere também a BURY, John Bagnell. *The idea of progress: an inquiry into its origin and growth*. London: Macmillan, 1920.

² Faith in progress cannot be founded only on the certain knowledge that progress in civilization has occurred in the past. Such faith also requires the conviction that similar progress will definitely be made in the future. "Now faith", we read in the New Testament, "is the assurance of things hoped for, the conviction of things not seen". That also is true for faith in progress. In this context J. B Bury correctly observes that "Progress of humanity belongs to same order of ideas as Providence or personal immortality. It is true or it is false, and like them it cannot be proved either true or false. Belief in it is an act of faith". When we ask ourselves how this faith in future progress could lodge itself in our culture, we notice first of all that western man at the time acquired a profound confidence

Então, referindo-se ao estudo de Goudzwaard, dentre outros autores, Lyon conclui sobre a modernidade que

...com o destaque ao papel da razão e com a depreciação da intervenção divina, foram lançadas as sementes para a variante secular da Providência, a ideia de Progresso. A certeza dos nossos sentidos suplantou a certeza das leis de Deus e preparou o caminho para o surgimento de uma cosmovisão científica moderna. (LYON, 2005, p. 14).

É o que também ressalta Harvey sobre a concepção fundamental da modernidade, um projeto que tem como alvo o progresso, o domínio da natureza e a emancipação humana, planejamento que se desenvolve sob as rédeas da razão.

O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio na própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda humanidade ser reveladas (HARVEY, 2008, p. 23).

Assim, segundo Touraine, a modernidade é uma noção complexa de se definir, mas que possui como característica contundente uma forma de sociedade não mais organizada sob os antigos pressupostos religiosos, de modo a ser livre para buscar o saber científico e delinear seu destino independente de referenciais absolutos, que controlam o agir e subjugam a autonomia humana. Isso é o que estaria levando à expectativa de uma sociedade mais justa, estruturada e com um Estado mais eficiente.

A ideia de modernidade substitui Deus no centro da sociedade pela ciência, deixando as crenças religiosas para a vida privada. Não basta que estejam presentes as aplicações tecnológicas da ciência para que se fale de sociedade moderna. É preciso, além disso, que a atividade intelectual seja protegida das propagandas políticas ou das crenças religiosas, que a impersonalidade das leis proteja contra o nepotismo, o clientelismo e a corrupção, que as administrações públicas e privadas não sejam os instrumentos de um poder pessoal, que a vida pública e vida privada sejam separadas, assim como devem ser as fortunas privadas do orçamento do Estado ou das empresas.

A ideia de modernidade está, portanto, estreitamente associada à da racionalização. Renunciar a uma é rejeitar a outra (TOURAINÉ, 1994, p. 18).

in the possibilities of his own rational insight and critical ingenuity. We witness here the triumphal procession of rationalism.

Portanto, é possível evidenciar que, a partir dos pilares da razão e do progresso, a modernidade possuiu parâmetros claros em sua concepção, bem como foram transparentes as suas pretensões.

A ideia de modernidade, na sua forma mais ambiciosa, foi a afirmação de que o homem é o que ele faz, e que, portanto, deve existir uma correspondência cada vez mais estreita entre a produção, tornada eficaz pela ciência, a tecnologia ou a administração, a organização da sociedade, regulada pela lei e a vida pessoal, animada pelo interesse, mas também pela vontade de se liberar de todas as opressões (TOURAINÉ, 1994, p. 9).

Isso posto, ou seja, feito nítido o ideal de modernidade, devido a sua importância em termos de impacto social e histórico, vale pontuar suas realizações, fenômenos e respectivas consequências, como também destacar os elementos constitutivos da experiência de vida social que dela resultou. De acordo com Lyon,

As realizações da modernidade são extraordinárias. Num período de poucas décadas, começou na Europa uma transformação que alteraria o mundo de forma inédita e irreversível.

[...] rotinas da vida diária alteram-se, por exemplo, quando não precisamos mais de relacionamentos face a face para nos comunicar. Nossas relações sociais se estendem no tempo e no espaço, ligadas por redes de sinais de TV e cabos de fibra óptica. Cada vez mais, fazemos coisas a distância. [...] as atividades podem continuar sem interrupção mesmo com a perda da luz natural. A luz elétrica artificial simplesmente assume o comando.

Mas não são somente as consequências desses desenvolvimentos técnicos que são profundamente sociais; as causas também são. O motor mais evidente que as move é o capitalismo [...] (LYON, 2005, p. 38).

As transformações foram tão intensas que impactavam de modo significativo a vida cotidiana, modificando-a em apenas um relativo período de três gerações, realça o autor. Por exemplo, uma geração se comunica por cartas e utiliza como transporte cavalos e carroças; a seguinte se comunica por telégrafos e utiliza trens a vapor; e a posterior se comunica com telefones e utiliza os automóveis. Conforme Berman,

O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu *habitat* ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham

e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão. No século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se “modernização” (BERMAN, 2007, p. 25).

Foram tantas as mudanças na vida social, tão profundas e velozes que Berman detalha a experiência da modernidade como algo paradoxal.

Existe um tipo de experiência vital — experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida — que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiências como “modernidade”. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar”. (BERMAN, 2007, p. 24).

2.1. 2. As diferentes fases da modernidade

Historicamente, as transformações e experiências da modernidade foram acontecendo ao longo de aproximadamente quinhentos anos, apesar de desproporcionais e espantosas em termos de velocidade e em relação ao tempo se comparadas a outros períodos históricos. Assim, para melhor compreender o seu desenvolvimento, apogeu e crise, cabe explicitar como Marshall Berman e Alain Touraine classificaram a modernidade como um todo. Ambos a qualificaram em três fases com períodos semelhantes.

Touraine (1994, 1998a, 1998b, 2007 e 2009) definiu e classificou as suas fases em alta, média e baixa modernidades. A alta modernidade foi entre os séculos XV e XVIII, em que houve a formação de Estados nacionais, conforme a ordem imposta pela razão do Iluminismo. Desenvolveu-se o princípio de racionalização das leis e da educação na sociedade, como os objetivos da ordem e da integração social. Tinham papéis relevantes as instituições mais sólidas,

a família, a Igreja e o Estado nacional, como os de, por exemplo, unificar as divergências da modernidade, promover a racionalização do mundo e o individualismo moral. Ramos (2013), aludindo a Touraine, afirma que:

A alta modernidade foi subordinada à política e à lei, ela foi o período em que a atividade produtiva e a identidade pessoal mantinham uma unidade, enquanto que o Estado nacional se caracterizava pelo poder centralizador, simbolizando identidade e segurança (RAMOS, 2013, p. 35).

Já em relação à média modernidade segundo Touraine, Ramos (2013) ressalta que seu início se deu em meados do século XVIII, período da Revolução Industrial, da expansão do capitalismo e do surgimento da economia internacional e das primeiras ameaças ao Estado nacional. Nesse período, o ideal da modernidade da “razão cede espaço para o ideal de desenvolvimento e progresso, sendo sua organização um reflexo dessa nova lógica levada às últimas consequências” (RAMOS, 2013, p. 35). A fé supracitada no progresso sob a condução da razão impacta as várias esferas da vida social, tanto o universo material quanto os ideais de vida, valores e pensamentos humanos. Nessa fase surge a democracia dos movimentos sociais, que se organizaram em prol dos direitos sociais no decorrer da conquista do progresso. É quando se tornam mais notórias as primeiras contradições da modernidade, de modo a acarretar demandas políticas. O ápice desses antagonismos foi na década de 1970,

...quando a população mundial pôde sentir a distância entre a ordem social e os problemas trazidos pela modernidade obcecada pelo desenvolvimento e pelo espírito do individualismo. [...], a vida produtiva caminhava ininterruptamente em direção oposta aos cuidados do homem e aos seus direitos (RAMOS, 2013, p. 36).

Por fim, a baixa modernidade em Touraine é concebida como o período do colapso da modernidade, intensificado a partir da década de 1970 até os dias atuais (RAMOS, 2013, p. 37-41). Uma série de acontecimentos remete a isso. Dentre eles, a prevalência da economia internacional sobre os interesses locais e o consumismo como razão do descontrole da produção de bens materiais e culturais.

A separação entre as identidades (culturais, individuais e coletivas) e o universo econômico e exterior aos costumes e comportamentos de origem subjetiva foi o fenômeno-chave para o enfraquecimento das instituições sociais que, desde a alta modernidade, sempre tiveram a função de ordenar a sociedade (RAMOS, 2013, p. 37).

Isso significa que a decadência das instituições da modernidade possibilitou aos indivíduos, nessa última fase, mais liberdade de imaginação e inovação em relação às fases anteriores. Mas também potencializou as incertezas e o mal-estar coletivo. Assim, ocorreu o enfraquecimento da integração social como resultado do vazio formado desde o início da fé no progresso, entre as esferas objetivas e subjetivas. De acordo com Ramos,

Tal acontecimento significa, na crítica de Touraine, que as normas e os princípios universais se exauriram e favoreceram o aparecimento de problemas, como aumento da desigualdade social, insegurança econômica, impactos ambientais, tensões multiculturais e outros problemas que, no geral, pertencem ao que Alain Touraine chama de decomposição do social, mantida pelo fenômeno do individualismo e por forças que estão além da esfera social. [...] A descrição e análise da baixa modernidade conduziram Touraine a questionar as condições da vida atual em sociedade, as pressões sobre os indivíduos, o poder das mídias e da cultura do consumo, a desqualificação de propriedades humanas, como a autonomia e a consciência, a fragmentação do trabalho e a produção de bens separada da subjetividade do trabalhador (RAMOS, 2013, p. 38).

Então, diante da crise da modernidade caracterizada por essa última fase, Touraine defende que, para superá-la, sejam criadas novas categorias de análise com maior capacidade para denominar os novos atores, os conflitos, também novos; as representações do “eu” e as coletividades em um novo ponto de vista. Uma nova perspectiva que corresponda melhor às representações da vida social e que perceba uma mudança de paradigma no sentido de identificar a passagem do período industrial para o pós-industrial, o suceder da sociedade da produção para a sociedade do consumo e da comunicação (RAMOS, 2013, p. 39).

Em relação à classificação de Berman, diferente da perspectiva tourainiana, o autor a define em termos da experiência social dos indivíduos resultante da modernidade. A classificação é detalhada da seguinte forma:

Na primeira fase, do início do século XVI até o fim do século XVIII, as pessoas estão apenas começando a experimentar a vida moderna; mal fazem ideia do que as atingiu. Elas tateiam, desesperadamente, mas em estado de semicegueira, no enalço de um vocabulário adequado, têm pouco ou nenhum senso de um público ou comunidade moderna, dentro da qual seus julgamentos e esperanças pudessem ser compartilhados. Nossa segunda fase começa com a grande onda revolucionária de 1790. Com a Revolução Francesa e suas reverberações, ganha vida, de maneira abrupta e dramática, um grande e moderno público. Esse público partilha o sentimento de viver em uma era revolucionária, uma era que desencadeia explosivas convulsões em todos os níveis de vida pessoal, social e política. Ao mesmo tempo, o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro. É

dessa profunda dicotomia, dessa sensação de viver em dois mundos simultaneamente, que emerge e se desdobra a ideia de modernismo e modernização. No século XX, nossa terceira e última fase, o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo, e a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atinge espetaculares triunfos na arte e no pensamento. Por outro lado, à medida que se expande, o público moderno se multiplica em uma multidão de fragmentos, que falam linguagens incomensuravelmente confidenciais; a ideia de modernidade, concebida em inúmeros e fragmentários caminhos, perde muito de sua nitidez, ressonância e profundidade e perde sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas. Em consequência disso, encontramos hoje em meio a uma era moderna que perdeu contato com as raízes de sua própria modernidade (BERMAN, 2007, p. 25-26).

Diante disso, é possível perceber como o avanço da modernidade, inerente ao do capitalismo, criou novas contradições e exacerbou outras. Como é possível verificar nos autores clássicos da sociologia, os antagonismos que fazem da modernidade algo paradoxal sempre existiram desde o seu aparecimento. A exploração e alienação asseveradas por Karl Marx, a ansiedade e contingência dos afetados pela divisão social do trabalho e crescente especialização pontuadas por Émile Durkheim; a sociedade de estranhos, com o aumento da fragmentação e isolamento sociais destacado por Simmel e a racionalização invadindo todas as esferas da vida social, conforme realçou Max Weber, foram apenas alguns dos aspectos perversos do capitalismo moderno após sua ascensão, juntamente com o desenvolvimento da ciência e da sociedade industrial (LYON, 2005).

Assim, a importância do contexto de crise apontado por Touraine (1994, 1998b e 2007) e Berman (2007) está não só na questão da crise da modernidade em si mesma, com a ressalva da demanda de uma nova perspectiva analítica para a compreensão adequada da vida social contemporânea, bem como a advertência da fragmentação e da perda de sentido desta, mas também na continuidade desses fenômenos, em termos de suas acentuações e transformações que sobrevieram posteriormente. Essas mudanças levaram determinados autores a defenderem algumas teses que indicaram a ascensão de uma nova sociedade. Essa seria a denominada “sociedade pós-industrial”, um novo tipo de sociedade cujo desenvolvimento é central para a pesquisa aqui realizada, na medida em que suas características, principalmente suas contradições culturais, são exatamente as condições para o surgimento do que foi denominado de pós-modernidade³.

³ Para mais detalhes cf. David Lyon, capítulo 4: “Do pós-industrialismo à pós-modernidade” (2005, p. 59-83), bem como Krishan Kumar na obra **Da Sociedade Pós-Industrial à Sociedade Pós-Moderna** (2006).

Todavia, antes de nos determos na questão da sociedade pós-industrial, é necessário desenvolver uma maior compreensão acerca da fragmentação e da falta de sentido da vida na modernidade. Assim, a seguir isso será explorado através da teoria da modernidade de Max Weber. Logo após será discutida a questão da sociedade pós-industrial e suas contradições culturais, o que se relaciona com a demanda de uma nova perspectiva analítica que se pretende mais adequada sobre a contemporaneidade.

2.2 A teoria weberiana da modernidade

A consagrada obra do sociólogo alemão Max Weber é reconhecida mundialmente pela busca de compreender a peculiaridade ocidental. O autor foi responsável por pesquisar diversos fenômenos sociológicos do moderno Ocidente através de uma abordagem analítica de cunho sócio-histórico, com o intuito de construir um conjunto de modelos teóricos que auxiliariam na compreensão dos diversos aspectos sociais da civilização ocidental de sua época.

Segundo Pierucci (2005, p.18), Weber produziu uma sociologia, de modo geral, das racionalizações da vida, e outra, especificamente, da modernização cultural do Ocidente. Para realizar essas empreitadas, Weber desenvolveu extensos estudos tratando das religiões mundiais. Apesar disso, não é possível afirmar que Weber fora um sociólogo da religião, como área especializada, pois o seu objetivo era a busca pela compreensão do processo de racionalização ocidental como singularidade, isto é, especificamente da configuração moderna. É o que ressalta também Sell (2013) nos seguintes termos:

O objetivo de Weber não consiste em elaborar uma teoria *abstrata* e geral da racionalidade ou mesmo qualquer tipo de filosofia histórico-teleológica da racionalização. No centro da empreitada weberiana está colocado o objetivo *empírico* de compreender a gênese e especificidade do capitalismo ocidental moderno. É somente a partir deste foco que os outros elementos ganham sentido. [...] Mesmo a vasta investigação histórico-empírica de Weber, que o levou a mergulhar profundamente nas grandes religiões do mundo, não constitui um esforço de compreensão daquelas civilizações enquanto tais, pois se trata de instrumentos comparativos para entender o caráter próprio do mundo ocidental e moderno (SELL, 2013, p. 9).

Assim, é possível afirmar que o substantivo dos estudos sociológicos weberianos é uma sociologia da modernidade (KRONMAN, 2009, p. 255). O próprio autor explicita na sua obra mais renomada, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, o objetivo que perseguira como pesquisador. A partir de descrições do Oriente e do Ocidente, comparando seus

desenvolvimentos em termos de ordem científica, de produção técnica, política, jurídica e até mesmo de ordem artística, dentre outras, o autor indagou:

Por que lá [no Oriente] o desenvolvimento científico, artístico, político ou econômico não enveredou pelo mesmo caminho de racionalização que é peculiar ao Ocidente?

Porque, em todos os casos citados, trata-se do racionalismo específico e peculiar da cultura ocidental. Ora, por essa conclusão, podem-se entender coisas muito diferentes, como mostraremos no decorrer da discussão. Há, por exemplo, as racionalizações da contemplação mística, ou seja, em um contexto que, considerado de outras perspectivas, é especificamente irracional, da mesma forma que há racionalizações da vida econômica, da técnica, da pesquisa científica, do treinamento militar, do direito e da administração. Cada um desses campos pode ser racionalizado segundo fins e valores muito diferentes, e o que, dependendo do ponto de vista, parece racional, poderá ser irracional de um outro. Racionalizações dos mais variados aspectos têm existido nos mais diversos setores da vida e em todas as áreas culturais. Para caracterizar sua diferença do ponto de vista da história da cultura, deve-se analisar primeiro qual setor é racionalizado e em que âmbito. Por isso, surge o problema de entender e explicar a origem da peculiaridade do racionalismo ocidental, e, dentro desse campo, a forma ocidental moderna. (WEBER, 2003, p. 13-14).

Para responder à questão, Weber descreveu e analisou diversos fenômenos relacionados às religiões, quando não, aqueles estritamente de sentido ou de natureza essencialmente religiosa. O mais interessante disso, paradoxalmente, é que em certa medida esses fenômenos são os mesmos responsáveis pela ascensão da razão e da ciência como os pilares do conhecimento nas sociedades modernas, bem como pela reorganização social e política na modernidade, como também pela expulsão da dimensão religiosa da esfera pública com sua consequente privatização.

Então, para o entendimento adequado da teoria da modernidade weberiana, é importante ter em mente que, segundo o autor, a singularidade do Ocidente se dá por um longo e abrangente processo de racionalização, em uma diversidade de sentidos e usos (SELL, 2012, p.154). Esse processo primeiro e mais amplo abarca um segundo, o processo de desencantamento do mundo (PIERUCCI, 2000, p. 121-122), que, por sua vez, tem como resultado um terceiro processo, o nominado processo de secularização (PIERUCCI, 2000, p. 121). Desse modo, a interpretação de Weber da passagem da sociedade tradicional à moderna (SOUZA, 1999) esclarece aspectos essenciais quanto à demarcação cultural da modernidade, na medida em que os três processos são os responsáveis pela fragmentação da vida em esferas sociais autônomas e o seu consequente politeísmo de valores, aspectos basilares para a compreensão dos fenômenos de

subjetivação e de individualização modernos, cuja importância é fundamental no que se refere ao debate modernidade-pós-modernidade.

2.2.1. O racionalismo ocidental

O processo de racionalização ao qual Max Weber refere-se está relacionado com as transformações estruturais, culturais e sociais que as sociedades modernas sofreram no transcurso do tempo. Essas mudanças provocaram grandes impactos, aquelas descritas anteriormente, e que tiveram como consequências o surgimento do capitalismo e do vertiginoso crescimento dos meios urbanos, que se tornaram as bases da reordenação das organizações tradicionais que preponderavam até então.

Segundo Giddens (1991, p.11), a modernidade na qual Weber viveu é a que está relacionada com os modos de vida social e organização surgidos na Europa a partir do século XVII e que, posteriormente, tornaram-se mundiais em termos das suas influências. Logo, a preocupação de Weber estava em tentar apreender os processos pelos quais a racionalidade, ou o pensamento racional, interferiu nas instituições modernas, como o Estado, os governos e ainda o âmbito cultural, social e individual do sujeito moderno.

Todavia, cabe destacar que se por um lado é relativamente simples apontar na obra de Weber a relação entre o processo de racionalização e a configuração do mundo moderno ocidental, o mesmo não é concernente ao significado atribuído pelo autor ao termo “racionalização” e seus derivados, racional, racionalidade e racionalizar (SELL, 2013, p.9-14). Exemplos disso são as seguintes passagens da obra “*A psicologia social das religiões mundiais*”, na qual Weber afirma:

Temos de lembrar-nos, antes de mais nada, que “racionalismo” pode significar coisas bem diferentes. Significa uma coisa se pensarmos no tipo de racionalização que o pensador sistemático realiza sobre a imagem do mundo: um domínio cada vez mais teórico da realidade por meio de conceitos cada vez mais precisos e abstratos. O racionalismo significa outra coisa se pensarmos na realização metódica de um fim, precisamente dado e prático, por meio de um cálculo cada vez mais preciso dos meios adequados. Esses tipos de racionalismo são muito diferentes, apesar do fato de que em última análise estão inseparavelmente juntos. Tipos semelhantes podem ser distinguidos, mesmo dentro da compreensão intelectual da realidade; por exemplo, as diferenças entre a Física inglesa e a continental têm sido atribuídas a essa diferença de tipos dentro da compreensão da realidade. A racionalização da conduta de vida que vamos examinar aqui assume formas excepcionalmente variadas (WEBER, 1982, p. 337).

Já em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, o autor diz:

Pode-se mesmo [- e esta simples sentença, tantas vezes esquecida, caberia figurar na epígrafe de todo estudo que trate do “racionalismo” -] “racionalizar” a vida de pontos de vista últimos extremamente diversos e nas mais diversas direções. O “racionalismo” é um conceito histórico que encerra um mundo de contradições, e teremos ocasião de investigar de que espírito nasceu essa forma concreta de pensamento e de vida “racionais” da qual resultaram a ideia de “vocação profissional” e aquela dedicação de si ao trabalho profissional tão irracional, como vimos, do ângulo dos interesses pessoais puramente eudemonistas -, que foi e continua a ser um dos elementos mais característicos de nossa cultura capitalista. A nós, o que interessa aqui é exatamente a origem desse elemento irracional que habita nesse como em todo conceito de “vocação” (WEBER, 2004, p. 68-69).

Nesse sentido, o mais relevante não é o significado atribuído por Weber ao termo racionalização, até porque não é possível assegurar que sua sociologia buscou especificamente formular uma teoria da racionalidade; ao menos não uma ímpar que abarcasse o mundo ocidental moderno em todas as suas dimensões. Efetivamente, em nenhum texto do autor há a menção desse intuito exclusivo, mesmo que indicação implícita, da tentativa de explicar o processo de racionalização em toda a sua extensão. Há sim, como pontua Sell (2012 e 2013), a pretensão de constituir uma sociologia da racionalização na medida em que esta contribua para identificar a distinção das singularidades do racionalismo moderno ocidental, bem como explicar o seu desenvolvimento histórico.

Assim sendo, passemos a discutir o processo de desencantamento do mundo e o da secularização, mais detidamente o penúltimo, uma vez que é a causa do subsequente. Diferentemente do processo de racionalização, na obra weberiana esses processos possuem significados mais específicos, além de serem basilares para a compreensão de como a racionalização ocidental resultou na fragmentação da vida na modernidade, aspecto cujo enfoque é o mais importante em nossa análise.

2.2.2. O desencantamento do mundo

Em um estudo particular, o sociólogo brasileiro Antônio Flávio Pierucci, especialista na teoria sociológica weberiana, realizou um rastreamento cauteloso dos usos do termo “desencantamento”, suas derivações e flexões, com a finalidade de identificar os sentidos literais do conceito na obra de Max Weber. De acordo com o autor (2005, p.139), o termo denota dois sentidos bastante específicos: um desencantamento religioso do mundo, ético-prático, e um desencantamento científico do mundo, empírico-intelectual.

No primeiro, é a própria religião que desencanta, efetuando uma desmagificação das vias de salvação, “eticizando” o mundo; no segundo, é a ciência enquanto força empírico-intelectual que desencanta o mundo, transformando-o em um mero mecanismo causal, “deseticizando-o”. Portanto, o desencantamento do mundo ocorre quando os aspectos mágicos do pensamento vão sendo desalojados da dimensão religiosa, e as ideias e noções sobre o mundo vão ganhando no pensamento cada vez mais uma consistência sistemática e naturalística, isto é, consolidação científica. Ou seja, desencantamento do mundo não significa a anulação da religião, mas sim que a intelectualização da religião provocou uma moralização em termos de padrão de conduta ético, ao tornar a magia irracional. E, com o processo de modernização, a ciência tornou a religião irracional. Ao submeter a natureza à análise, a ciência a desencanta, anulando os mistérios e sentidos últimos da realidade, pois, conforme seus pressupostos, tudo pode ser explicado e dominado pelo cálculo, método e técnica.

Então, desse modo, Weber, de acordo com Pierucci (2000, p.119), constatou ser viável caracterizar com propriedade o extenso processo de racionalização religiosa pelo qual passou a religiosidade ocidental, precisamente devido à hegemonia cultural alcançada pela forma eticizada de religião desencantadora deste mundo, o judaico-cristianismo. Conforme o autor,

Weber quis situar precisamente o ponto de partida do processo de desencantamento: seus criadores, arautos, primeiros portadores e propagadores (*Träger*) foram os profetas de Israel, florão do judaísmo antigo. E foram as seitas puritanas seus radicais e autoconfiantes portadores, na época, pioneira da gestação histórica da moderna civilização do trabalho, seu ponto de chegada religioso, depois do qual, então, se transitou até a primazia da ciência moderna, o destino do nosso tempo, que reduz o mundo a um mero mecanismo causal (WB) (PIERUCCI, 2000, p. 120).

Em relação ao desencantamento religioso do mundo, o próprio Max Weber expõe tal processo, resumidamente, através de uma inserção tardia feita por ele mesmo numa edição de *A ética protestante e o espírito do capitalismo* em 1919-20, cuja versão primeira fora de 1904-05.

Aquele grande processo histórico-religioso do desencantamento do mundo que teve início com as profecias do judaísmo antigo e, em conjunto com o pensamento científico helênico, repudiava como superstição e sacrilégio todos os meios mágicos de busca da salvação, encontrou aqui sua conclusão (WEBER, 2004, p. 13-14)⁴.

⁴ Aqui são usadas como referências duas edições diferentes da obra em português. Uma da editora Pioneira Thompson Learning (WEBER, 2003) que conta com uma seção de introdução feita por Weber e não contém a inserção ressaltada por Pierucci, e outra da Companhia das Letras (WEBER, 2004) que contém tal inserção, mas não a introdução presente na edição citada anteriormente.

Para Weber, segundo seus estudos sobre as religiões (1982, 1987 e 2004), e conforme as duas últimas citações acima, no Ocidente as crenças e ideias das grandes religiões monoteístas, do Judaísmo e do Cristianismo, sobretudo através dos seus profetas, despojaram-se da magia gerando um desendeusamento da natureza, o que permitiu o desencantamento científico do mundo e o surgimento de uma orientação de conduta ética que resultou no ascetismo ativo.

Por outro lado, as religiões asiáticas do Oriente, em que o mundo é encantado, como, por exemplo, as da China e da Índia (WEBER, 1958 e 1968), resultaram no misticismo. Nessas religiões vigorava um monismo mágico com deuses, espíritos, seres humanos, e tudo mais, numa pura imanência homogênea de energias anímicas, onde quase tudo é ser vivente e há sempre um ser “divino” ou “espiritual” que se encanta através de algum elemento natural, como a água, ar, pedra, fogo ou raio.

Ademais,

Magia é coerção do sagrado, compulsão do divino, conjuração dos espíritos; religião é respeito, prece, culto, e, sobretudo, *doutrina*. Sendo principalmente *doutrina*, a religião representa em relação à magia um momento cultural de racionalização teórica, de *intelectualização*, com nítidas pretensões de controle sobre a vida prática dos leigos, querendo constância e a fidelidade à comunidade de culto. A normatividade que corresponde à magia é o tabu; a normatividade que vai resultar da religião é a ética religiosa (PIERUCCI, 2005, p. 70, grifo do autor).

Segundo Weber (1982, p. 373-375), o ascetismo contrasta radicalmente com o misticismo, pois, no segundo, o adepto é levado a fugir do mundo, mas no primeiro, a agir de modo intramundano. No misticismo, a religião concebe o ser humano como um recipiente do divino em contemplação, pressupondo uma abstenção de toda atividade mundana para se atingir um vazio interior que será preenchido pelo divino contemplado. Assim, a postura é de renúncia do mundo com uma glorificação de um ócio contemplador e dos rituais purificadores. Com isso, a magia do misticismo termina por possuir relação direta com o tradicionalismo.

Ora, magia implica necessariamente tabu ritual, ritualismo dos braboas, e tabu ritual é estereotipia de formas, diz Weber, de formas estéticas sem dúvida, [...] Esteriotipia é fixação, é apego congelante ao que sempre foi e sempre será. É tradicionalismo, portanto. Pois muito bem, que melhor lugar que a China para se observar de perto as implicações e consequências não antecipadas do respeito absoluto ao ritual e às tradições? Magia implica isso: *tradicionalismo* (PIERUCCI, 2005, p. 128-129).

Já no ascetismo, racionalmente ativo, por sua vez, a característica básica é uma postura ético-religiosa em que o ser humano se percebe como instrumento da volição divina. Conforme o que a religião concebe como vontade divina, a ascese pode se manifestar de dois modos diversos. Ou a ascese recusa o mundo, e o adepto adota a postura de “estar no mundo sem ser do mundo”, crendo ser um instrumento pela prática de orações e da caridade, agindo para estabelecer o “Reino de Deus” nesse mundo em que é estrangeiro, como é o caso da concepção monástica dos católicos medievais; ou a ascese acontece no mundo, de forma ativa, onde a ação do adepto é intramundana com o intuito de glorificar a Deus nesse mundo, tratando-se de uma ação de domínio do mundo, como é o caso, de acordo com Weber (2004), dos protestantes calvinistas no exercício do trabalho.

Quando a religião se moraliza “para valer”, ela desencanta o mundo; e vice-versa, quando uma religião se desmagifica, “até o fim”, não resta outro caminho àqueles que a seguem a não ser o ativismo ético-ascético no trabalho profissional cotidiano. A China não conheceu isso, pois permaneceu encantada (PIERUCCI, 2005, p. 126).

Então, a comparação de Weber é significativa. Ele faz questão de sublinhar o processo de “magificação” asiático, destacando como “imenso jardim encantado mágico” o budismo popularizado com seu excesso de ritualismo. Bem como, ao contrastar a religião de Israel, o judaísmo antigo, com a Índia, enfatiza que o mundo indiano permaneceu em um jardim encantado irracional (PIERUCCI, 2005, p.127).

Para romper o círculo mágico dessa pura imanência animada, só mesmo a profecia eticamente exigente enviada “de fora” por um Deus “outsider” a esse jardim povoado de potências invisíveis – e irracionais, porquanto “capazes de tudo por puro capricho” – um Deus único supramundano ético. Monoteísmo é básico para erradicação da magia. Para romper a inércia da racionalidade mágico-prática que faz do mundo um jardim de maravilhas [...], só mesmo a racionalidade ético-prática da ascese pedida pelo Deus ético em meio a um mundo “desvalorizado” como corrupto: sem Deus, sem valor. E isso, somente com a alavanca da profecia ético-emissária tal como narrada no Antigo Testamento, peculiar invenção da cultura religiosa judaica, elo-chave na cadeia causal histórico-explicativa do desenvolvimento do racionalismo ocidental (PIERUCCI, 2005, p. 129-130).

Assim, em Weber, o ascetismo ativo forma, juntamente com a noção de um Deus ético e a postura judaica contra a magia, uma das fundamentais condições para o desenvolvimento singular do Ocidente em termos de racionalização. Principalmente, o ascetismo ativo e intramundano levado às últimas consequências pelo protestantismo. De acordo com Schluchter:

Somente quando o protestantismo, em consequência da reforma, retomou as heranças judaicas e cristãs primitivas – amalgamando-as sobre o fundamento de um individualismo religioso radical – pôde acontecer a destruição completa de todas as instâncias intermediárias entre o Deus e o homem, e o desencantamento (*Entzauberung*) radical de todos os caminhos para ele. Nesse sentido, Weber pode afirmar o fato de somente aqui [no Ocidente] ser realizado o desencantamento completo do mundo com todas as consequências (SCHLUCHTER, 1999, p. 113).

É também o que afirma Nobre (2016) ao esclarecer esse processo descrito na obra weberiana nos seguintes termos:

A primeira configuração desmágicizadora corresponde ao Judaísmo Antigo e a segunda, ao Protestantismo Ascético. Sem dúvida, esta última ganhará relevo quando se trata de mostrar como a desmágicização veio a extrapolar o cenário religioso para fazer do desencantamento a face do mundo moderno, com suas esferas tipicamente não religiosas ou profanas, pois é mais do que conhecida a tese weberiana a respeito da influência da ascese intramundana protestante na sustentação inicial de todo o arcabouço racionalizador dos nossos tempos, e não só do capitalismo. O protestantismo é compreendido como o único movimento religioso de relevância histórica a associar a salvação com o desenvolvimento de uma ética de domínio racional e profissional do mundo cotidiano, numa indubitável contribuição para o destino do Ocidente se tornar o que veio a ser (NOBRE, 2016, p. 149).

Portanto, a partir de tal explicação, conclui-se que o desencantamento religioso do mundo se trata de um processo de desmágicização. A intelectualização da religião irracionaliza a magia em um processo especificamente intrarreligioso, devido ao fato de o caráter profético eliminar os intermediários para se chegar a Deus, implicando, portanto, uma ruptura com as práticas mágico-sacramentais. O resultado é que não há mais a necessidade de se recorrer à magia. De acordo com Pierucci (2005, p. 76), para Weber a magia é uma forma irracional de buscar salvação. Aí a crença na providência divina a substitui, constituindo-se assim, para ele, o que é caracterizado como a racionalização religiosa (PIERUCCI, 2005, p.72).

Nesse processo, por haver uma profunda sistematização teórica, há o estabelecimento de um padrão de conduta ética de moral religiosa, cujo destaque e exemplo weberiano é a conduta, que no protestantismo fora levado a cabo por causa da crença de que só se podia confiar em Deus, e não mais em nenhum outro meio.

...a perpetuação da palavra, não como um documento escrito, mas como uma potência do Espírito Santo atuante na vida diária do crente, falando diretamente ao indivíduo que quiser ouvi-la, era, segundo o testemunho das comunidades primitivas, o único signo de reconhecimento da verdadeira Igreja [...] Dessa ideia de uma revelação continuada resultou a célebre doutrina, [...] da significação em última instância decisiva do testemunho

interior do Espírito na razão e na consciência. Com isso se punha de lado, não a validade da Bíblia, mas sim sua autocracia e, no mesmo passo, iniciava-se uma evolução que varria radicalmente todos os resquícios da doutrina da salvação por via eclesiástica [...] As denominações anabatistas, ao lado dos predestinacionos e, sobretudo, dos calvinistas estritos, consumaram a mais radical desvalorização de todos os sacramentos como meios de salvação e assim levaram o “desencantamento” religioso do mundo as suas últimas consequências. Somente a “luz interior” [da revelação continuada] habilitava de modo geral à verdadeira compreensão das próprias revelações bíblicas de Deus (WEBER, 2004, p. 133).

Já em relação ao desencantamento científico do mundo na obra de Max Weber, a partir dos textos “*A ciência como vocação*” (WEBER, 1982, p.154-183) e “*Consideração intermediária*”, conhecido no Brasil pelo subtítulo de sua segunda edição alemã, “*Rejeições religiosas do mundo e suas direções*” (WEBER, 1982, p. 371-410), Pierucci faz duas constatações (2005, p. 135-166). A primeira, de que na pré-modernidade a história da humanidade estava alicerçada em um mundo de compreensão sagrada, de mistérios ocultos, que são estimados, mas não explicados. E a segunda, de que na modernidade a história do ser humano passa a ser baseada na capacidade de explicação da ciência, sobretudo devido ao pilar da razão. Isso significa que o processo de racionalização, com a sua intelectualização inicialmente de origem religiosa, terminou por contribuir para que o intelecto humano passasse a acomodar aquilo que pode ser explicado, excluindo-se, por consequência, o que está além disso.

Nesse sentido, o desencantamento do mundo realizado pela ciência se deu pelo desfazimento da imagem de mundo religiosa, de um Deus monoteísta supramundano que atribuía uma orientação ao mundo, uma vez que o intelectualismo próprio da ciência moderna ressignifica tal acepção, conferindo ao mundo um sentido mecânico, uma redução a um mecanismo apenas de causa e consequência em que não há possibilidade de haver um ser divino. Conforme asseverou Max Weber:

A tensão entre a religião e o conhecimento intelectual destaca-se com clareza sempre que o conhecimento racional, empírico, funcionou coerentemente através do desencantamento do mundo e sua transformação num mecanismo causal. A ciência encontra, então, as pretensões do postulado ético de que o mundo é um cosmo ordenado por Deus e, portanto, significativo e eticamente orientado. Em princípio, a visão do mundo, tanto empírica quanto matematicamente orientada, apresenta refutações a qualquer abordagem intelectual que, de alguma forma, exija um “significado” para as ocorrências do mundo interior. Todo aumento do racionalismo na ciência empírica leva a religião, cada vez mais, do reino racional para o irracional; mas somente hoje a religião se torna o poder supra-humano irracional ou antirracional (WEBER, 1982, p. 133).

Assim, se antes a religião desencantou o mundo da magia, do ritualismo, dos deuses, demônios e espíritos, engendrando um sentido uno para o mundo, depois, na modernidade, de acordo com Pierucci (2005, p.142), a ciência, com seus efeitos corrosivos, colocará em xeque “as pretensões de validade objetiva das visões de mundo que veem o mundo dotado de um sentido objetivo”. O autor reforça essa constatação nos seguintes termos:

...primeiro a religião (monoteísta ocidental) desalojou a magia e nos entregou um mundo natural “desdivinizado”, ou seja, devidamente fechado em sua “naturalidade”, dando-lhe, no lugar do encanto mágico que foi exorcizado, um sentido metafísico unificado, total, maiúsculo; mas depois, nos tempos modernos, chega a ciência empírico-matemática e, por sua vez, desaloja essa metafísica religiosa, entregando-nos um mundo ainda mais “naturalizado”, um universo reduzido a “mecanismo causal”, totalmente analisável e explicável, incapaz de sentido objetivo, menos ainda se for uno e total, e capaz apenas de se oferecer aos nossos microscópios e aos nossos cálculos matemáticos em nexos causais inteiramente objetivos, mas desconexos entre si, avessos à totalização, um mundo desdivinizado que apenas eventualmente é capaz de suportar nossa inestancável necessidade de nele encontrar nexos de sentido, nem que sejam apenas subjetivos e provisórios, de alcance breve e curto prazo.

A ciência, na verdade, obriga a religião a abandonar sua pretensão de nos propor o racional. Assim, acuada, ela tem de se conformar em nos oferecer o irracional, melhor, em retirar-se ela mesma no irracional (PIERUCCI, 2005, p. 145).

Então, com a retirada do sentido objetivo do mundo, dado por uma concepção metafísica proveniente de uma realidade ordenada e orientada por Deus, resta um mundo despido de sentido, reduzido a uma máquina cuja dominação científica é total, através da razão, método e técnica.

A crescente intelectualização e racionalização não indicam, portanto, um conhecimento maior e geral das condições sob as quais vivemos. Significa mais alguma coisa, ou seja, o conhecimento ou crença em que, se quiséssemos, poderíamos ter esse conhecimento a qualquer momento. Significa principalmente, portanto, que não há forças misteriosas incalculáveis, mas que podemos, em princípio, dominar todas as coisas pelo cálculo. Isto significa que o mundo foi desencantado. Já não precisamos recorrer aos meios mágicos para dominar ou implorar aos espíritos, como fazia o selvagem, para quem esses poderes misteriosos existiam. Os meios técnicos e os cálculos realizam o serviço. Isto, acima de tudo, é o que significa a intelectualização (WEBER, 1982, p. 165).

Portanto, considerando os aspectos ressaltados nas três últimas citações acima, é relevante destacar primeiramente que, conforme Weber, o desencantamento do mundo, abarcando tanto sua dimensão religiosa quanto científica, promove uma perda de sentido na realidade,

justamente devido à processual substituição da religião pela razão. Tendo em vista que para Weber é a religião que dá sentido à realidade, fornecendo a base para os valores últimos, não há nada mais a restar do que leis próprias, com suas relações de causa e consequência na natureza, submetidas à ciência para serem descortinadas, explicadas cientificamente através de seus nexos causais isolados, parcialmente concatenados, e nunca exauridos. (PIERUCCI, 2005, p. 157). Para além dessa redução naturalística, concepção fechada e mecânica da natureza, não há saída, afirmou Weber nas seguintes palavras:

O destino de nossos tempos é caracterizado pela racionalização e intelectualização e, acima de tudo, pelo “desencantamento do mundo”. Precisamente os valores últimos e mais sublimes retiraram-se da vida pública, seja para o reino transcendental da vida mística, seja para a fraternidade das relações humanas diretas e pessoais (WEBER, 1982, p. 182).

De acordo com Nobre,

Weber tinha consciência do caráter eminentemente técnico da empresa científica com sua potência de desencantamento do mundo, não só no sentido da exclusão de referências e procedimentos mágicos, mas também na recusa do dogmatismo religioso, conferindo ao conhecimento um sentido objetivo e, portanto, distante de qualquer prescrição ou orientação ética. A consagração cultural da ciência está no fato de que somente ela pode se comprometer com técnicas de conhecimento capazes de nos fornecer verdades “objetivamente válidas”, verdades potencialmente transmissíveis e compreensíveis em escala universal [...] ela só segue o dever do intelecto desperto, cético, reflexivo e, o fundamental, comprometido com as evidências empíricas. Mas igualmente desdenha de ser ela mesma dedicação sagrada ou um ofício em busca de um sentido superior qualquer ofício em busca de um sentido superior qualquer (NOBRE, 2016, p. 151-152).

Por isso, Weber (1982, p.154-183) não admitia o progresso da razão científica como algo imperativo em relação aos outros campos da vida. Não concebia que o aumento da racionalidade, exemplificado em nível máximo pela ciência, pudesse proporcionar felicidade ou outra coisa qualquer que favorecesse ou elevasse a humanidade na vida. Afinal, apesar de a ciência poder dominar tudo, não poderia conferir valor para além do técnico e prático. Não poderia servir como caminho para Deus, devido ao seu caráter irreligioso. Não poderia afirmar se é válido ser ou não um cientista, principalmente porque tais coisas, enquanto questões últimas, não fazem parte dos seus objetivos. “A Ciência Natural nos dá uma resposta para a questão do que devemos fazer se desejamos dominar a vida tecnicamente” (WEBER, 1982, p. 169). É o que fica esclarecido, inclusive, com a exemplificação do autor de que “... a Ciência Médica tem a tarefa de manter a vida como tal e diminuir o sofrimento na medida máxima de

suas possibilidades.” Entretanto, não é objetivo da medicina responder se é válido e/ou pertinente viver (WEBER, 1982, p. 170-171). Portanto, de acordo com Weber, não pertence à ciência dizer se a vida possui sentido ou não.

Sob essas pressuposições interiores, qual o significado da ciência como vocação, depois de desaparecidas todas essas ilusões antigas, o “caminho para o verdadeiro Deus”, o “caminho para a verdadeira felicidade”? Tolstói deu a resposta mais simples, com as palavras: “A ciência não tem sentido porque não responde à nossa pergunta, a única pergunta importante para nós: o que devemos fazer e como devemos viver?” É inegável que a ciência não dá tal resposta. A única questão que resta é o sentido no qual a ciência “não” dá resposta, e se ela ainda poderá ou não ter alguma utilidade para quem formule corretamente a indagação (WEBER, 1982, p. 169-170, aspas do autor).

Secundariamente, vale ressaltar que, segundo Weber, o desencantamento não elimina a religião, mas sim a confina em esfera de ação própria, privada, de modo a promover sua retirada das outras esferas da vida humana. Isso é tão verdadeiro em Weber que ele próprio o designará como um dos resultados desse fenômeno de processo de secularização.

De acordo com Pierucci, em um estudo que busca os significados do termo em Weber e em outras fontes sociológicas, “secularização” weberianamente falando trata-se de um processo que corresponde ao declínio da religião, contrastante com a centralidade que ela tivera outrora como força cultural no Ocidente. Além disso, a secularização é concebida por Weber como parte de uma dinâmica societária de diversificação de esferas culturais-institucionais (2000, p. 115).

Depois de Hegel, passando pelo determinismo evolucionista de Comte e Spencer, o processo de secularização cai sob o exame do sociólogo Weber, que agora, na entrada do século XX, na “etapa superior do capitalismo” (Lênin), era do “capitalismo triunfante” (Weber), aventura-se em emaranhadas pesquisas, em análises cada vez mais complexas, dedicadas ao *campo das transformações objetivas* que afetam a religião e seu estatuto cultural e, simultaneamente, aos processos de racionalização das diferentes esferas culturais de valor e dos modos de levar a vida (*Lebensführungen*) (PIERUCCI, 2000, p. 120, grifo do autor).

Isso, finalmente, nos remete à imagem weberiana da modernidade de uma vida fragmentada em diferentes esferas autônomas, com lógicas e normas de funcionamento próprias.

2.2.3. A fragmentação da vida social em esferas autônomas e o politeísmo dos valores

Conforme Weber, devido aos processos de racionalização, de desencantamento do mundo e de secularização, a vida e seu sentido deixaram de ser unívocos ao se libertarem do controle da religião na modernidade. Desse modo, ocorre a diversificação da realidade em diferentes esferas sociais, racionalizando o mundo e cada uma dessas esferas autonomamente. Esse acontecimento foi originado na delimitação da religião em termos de sua relação com o mundo.

Na verdade, quanto mais avançou a racionalização e sublimação da posse exterior e interior das “coisas mundanas” — no sentido mais amplo — tanto mais forte tornou-se a tensão, por parte da religião, pois a racionalização e sublimação consciente das relações do homem com as várias esferas de valores, exteriores e interiores, bem como religiosas e seculares, pressionaram no sentido de tornar consciente a *autonomia interior* e lícita das esferas individuais, permitindo, com isso, que elas se inclinem para as tensões que permanecem ocultas na relação, originalmente ingênua, com o mundo exterior. Isso resulta, de modo geral, da evolução dos valores do mundo interior e do mundo exterior no sentido do esforço consciente, e da sublimação pelo *conhecimento* (WEBER, 1982, p. 376-377, grifos e aspas do autor).

Ou seja, se formando como esfera autônoma devidamente delimitada e regida por normas próprias, a religião, a partir de suas tensões com a realidade, determinou os valores do mundo interior e exterior, gerando como resultado a constituição das demais esferas com a mesma dinâmica de racionalização. Assim, este será o cenário descrito pela teoria weberiana da modernidade, uma fragmentação de diferentes esferas constituindo a vida social, esferas autônomas entre si, racionalizadas e dotadas de lógicas e leis de funcionamento internas e inerentes a cada esfera específica. Em Weber esse é o processo responsável pela passagem da sociedade tradicional à sociedade moderna, descrito por Pierucci da seguinte forma:

O desencantamento do mundo pelo monoteísmo ético atravessa como vetor o Ocidente no bojo da milenar dominância cultural de uma imagem de mundo metafísico-religiosa crescentemente unificada e internamente sistematizada, que terminou por se impor como fundamento legítimo da ordem social como um todo. Com o advento da modernidade e a ruptura dos laços tradicionais por uma série de fatores, inclusive no plano cultural e no da personalidade, Weber diagnostica uma importante inflexão no processo de racionalização ocidental: agora é possível conceber a esfera doméstica e a economia, a política e o direito, a vida esfera de valor, ao se racionalizar, se justifica a si mesma: encontra em si sua própria lógica interna – uma legalidade própria [*Eigengesetzlichkeit*] – que leva a se institucionalizar autonomamente e a se consolidar e se reproduzir socialmente pela formação de seus próprios quadros profissionais, encarregados de garantir precisamente

sua autonomia (PIERUCCI, 2005, p. 138).

Assim, Weber caracteriza as diferentes esferas da vida moderna a partir do contraste com a esfera da religião. Ele faz isso especificando não só as peculiaridades da última, mas também das demais, a saber: a esfera econômica, a política, a estética, a erótica e a intelectual (WEBER, 1982, p.379-408).

Desse modo, Nobre (2016) enfatiza que em Weber a imagem do politeísmo dos valores é exatamente essa caracterização da modernidade como um cenário em que a vida está fragmentada em esferas de naturezas diversas e autônomas. Mesmo isso não significando isolamento ou incomunicabilidade entre elas.

Enquanto a imagem do racionalismo de domínio do mundo, faceta clarividente do desencantamento tardio, é a chancela da compactação de um modo de vida técnico, a imagem do politeísmo de valores, ao contrário, realça a fragmentação e incompatibilidade dos fins últimos. Não mais a compreensão de um sentido racionalista hegemônico, mas exatamente a ênfase na dispersão e no desarranjo entre as metas e os sentidos humanos. O desenvolvimento histórico, tal qual processado no Ocidente, veio a revelar que o mundo não carece de sentido, mas, mais precisamente, que o cosmos cultural é caracterizado pela multiplicação de sentidos que, uma vez exacerbados em sua peculiaridade, não se confundem nem se subordinam, ainda que possam apresentar relações de apoio mútuo. (NOBRE, 2016, p. 154).

O autor pontua que Weber identificou o desenvolvimento de cursos de ações racionalizadas conforme as direções, os meios e as estratégias próprias de cada esfera, sobretudo, no que tange às esferas tipicamente “racionais”, por apresentarem um maior grau de objetivação dos fins em relação aos meios adequados, de modo a compor o que Weber chamou de “racionalismo de domínio do mundo”. São exemplos dessas esferas as que estruturam racionalmente o cotidiano, como o capitalismo, o Estado, o direito e a ciência. Segundo Nobre, a essas Weber atribuiu mais consideração em sua obra, provavelmente, devido a maior importância e impacto delas sobre nossas vidas práticas.

Nobre também salienta que Weber identificou o mesmo em relação às esferas tipicamente “irracionais”, porém essas com racionalizações de características mais valorativas. É o caso das esferas extracotidianas, a erótica e a arte, por exemplo. De modo que há um traço substantivo dos processos racionalizantes desse conjunto, de cunho discursivo e valorativo, contrastante com o conjunto anterior de racionalização de natureza técnica, formal e instrumental.

Assim, enquanto há, por um lado, a hegemonia cotidiana de racionalizações na forma da submissão dos fins – o lucro, o poder, o conhecimento, a ordem legal –, por outro lado, temos as racionalizações do irracional, que se

manifestam melhor nos interstícios da cotidianidade, se baseiam mais na valoração e exaltação dos fins – a criação, o gozo. Tem-se posta uma divisão essencial na cultura moderna entre esferas mundanas cotidianas e procedimentais e esferas igualmente mundanas, porém de caráter extracotidiano e valorativo (NOBRE, 2016, p. 156).

Nesse sentido, dois são os aspectos relevantes concernentes ao politeísmo dos valores como marca da sociedade moderna em Max Weber. Primeiramente é o fato de a perda de sentido do mundo e a diversificação de esferas na vida social forçarem o indivíduo a atribuir um sentido subjetivo à realidade. Ou seja, escolher quais serão seus valores dentre os diversos relacionados às diferentes esferas, quais serão adotados e quais rejeitados. Não há outra saída para quem quiser conduzir sua vida conscientemente. Segundo Schluchter,

Antes de tudo é o caráter subjetivo, inextricavelmente ligado à experiência da modernidade desencantada, que forma a experiência especificamente moderna. Pois agora não somos mais escolhidos; nós escolhemos, e cada escolha é acompanhada pela consciência de que também teria sido possível uma outra escolha. Com isso a escolha torna-se autorreflexiva, num sentido radical. [...] a transição para a modernidade é um processo de internalização e de subjetivação, no qual o caminho para dentro tanto mais demora, quanto mais leva para nós mesmos – e não mais para cima, Deus. Só por causa disso a escolha de valores ganha uma importância existencial: meu destino (na cultura) não é objetivamente fixado com antecedência. Forma-se “uma cadeia de decisões últimas”, pela qual, conforme Weber, “como em Platão: a alma escolhe seu próprio destino – quer dizer, o sentido da sua ação e da sua existência” (SCHLUCHTER, 2000, p. 17-18, aspas do autor).

De acordo com o autor, diversamente de em Platão, o desencantamento do mundo religioso e científico destruiu a conexão entre a estrutura interna e a estrutura externa, isto é, entre a estrutura da alma e a estrutura das coisas. Assim, a crença em um universo orientado, em um sentido ético, como nas crenças platônica e cristã, não mais subsiste. Os processos de internalização e subjetivação da modernidade, nesse sentido, encerraram a possibilidade de uma estrutura racional preexistente, ou uma instância de fundamento anterior. Por isso, na modernidade desenvolveu-se uma noção de individualidade que não havia correspondência nas sociedades tradicionais, e as coisas tornaram-se centradas no indivíduo e em sua subjetividade; centradas, portando, no ser humano individual.

Dessa forma, como ser singular e único, a individualidade possibilitou o surgimento de um “eu” com força ativa na sociedade, uma vez que o indivíduo não seria mais uma entidade passiva, determinada por um conjunto de influências externas (GIDDENS, 2002, p.9). Ocorreu, então, o aparecimento da reflexividade na vida social moderna. A ação do indivíduo passou a

ter como autorreferência a si própria. Segundo Luhmann (1995, p. 443), esta reflexividade implicaria a autorreferência de um procedimento, distinguindo-se certa diferença no tempo, entre um antes e um depois, de modo que tal diferença seja o que constitui o próprio procedimento de autorreferência. Assim, uma vez manifesto este procedimento, simultaneamente à circulação da consciência num movimento de voltar-se a si mesma, o processo de reflexão, no seu âmbito social, diz respeito ao seu próprio ato de ação (de refletir), no sentido de dar mais conhecimento ao conteúdo elaborado por si mesmo ou de renovar o fluxo do seu próprio procedimento. É o que também pontua Giddens ao realçar a amplitude da reflexividade no mundo moderno:

A reflexividade do eu é contínua, e tudo penetra. A cada momento, ou pelo menos a intervalos regulares, o indivíduo é instado a autointerrogar-se em termos do que está acontecendo. Começando com uma série de perguntas feitas conscientemente, o indivíduo se acostuma a perguntar ‘como posso usar este momento para mudar?’ Nesse sentido a reflexividade pertence a historicidade reflexiva da modernidade, uma forma distinta do monitoramento reflexivo mais geral da ação (GIDDENS, 2002, p.75).

Isso significa que a ação individual na modernidade resultou no que Weber já havia indicado e que Giddens denominou de “referencialidade interna”, ou seja, “circunstância pela qual as relações sociais ou aspectos do mundo natural são organizados reflexivamente em termos de critérios internos” (GIDDENS, 2002, p. 223) voltados para o indivíduo como agente ativo, enquanto “eu” sujeito da ação. Neste caso, os critérios de referência externos ao indivíduo, como as regras de parentesco, os deveres sociais e políticos, a moral religiosa, enfim, as obrigações de natureza tradicional, não têm mais o poder de determinação sobre o indivíduo que outrora tiveram, na pré-modernidade, e somente podem trazer influências que passarão pelo crivo do sujeito em sua individualidade única.

O segundo aspecto importante em relação ao politeísmo dos valores é o fato de que os antagonismos ou as tensões apresentadas entre esferas tenderam potencialmente a se mostrarem e se exacerbarem na proporção em que passaram a asseverar suas finalidades últimas.

Ao ganharem consistência na cultivação histórica, os fins perseguidos nas ações humanas configuram-se como se fossem exclusivos. Ainda que existam em co-presença e possam carregar aspectos comuns alusivos a uma mesma contemporaneidade – assim como firmarem apoios mútuos –, os fins cultivados não mais se confundem ou aceitam relações de subordinação a outras finalidades. Passam, pois, a experimentar um grau notável de nomadismo. Daí a imagem weberiana do “politeísmo de fins” como marca genética da cultura, mas alusiva, de modo especial, à modernidade e seu povoamento por múltiplos cursos de racionalizações que se afiguram como

“individualidades históricas”. (NOBRE, 2016, p. 156, aspas do autor).

Desse modo, à medida que as “racionalizações do irracional” vão se tornando significativas, como a criação e o gozo, de modo a se imporem assumidamente e enlevadas de forma consciente, surge um distanciamento ético ou uma repulsa contundente das condutas que se posicionam antagonicamente. Como, por exemplo, é o caso da arte e do erotismo em relação ao cristianismo (NOBRE, 2016, p.157).

Entretanto, por esse ângulo, em relação ao exame dos resultados da valorização dos elementos irracionais e indomados da vida na modernidade, o interessante não são as tensões com a moral religiosa ou com as tradições. O importante são os conflitos típicos da contemporaneidade, suas disputas no interior de sua própria cultura, entre os estilos de vida que valorizam experiências, contravenções e atitudes, alternativamente aos arranjos do racionalismo de domínio do mundo.

Assim, no cômputo geral das variadas racionalizações que configuram a modernidade do ponto de vista de Weber, estabelecem-se novas tensões relativas aos fins cultivados, explicitados e valorizados, especialmente a tensão entre cotidianidade racional e extracotidianidade irracional, entre vida mental e vida instintual, entre sentido profissional e sentido vital, entre disciplina e extravagância, entre adaptação e intempestividade, entre normalidade e excepcionalidade. [...]

As perspectivas artística e erótica, como modos de vida cultivados em conversas de salões, narrativas literárias, performances existenciais, círculos eróticos, movimentos de contracultura, ideais libertinos ou transfiguradores da vida, todos eles estilos de vida que valorizam experiências, transgressões e deslocamentos são perspectivas que se apresentam, em simbologia e atitudes, como alternativas à manipulação do corpo e da alma pelas “frias mãos esqueléticas” do racionalismo de domínio do mundo (NOBRE, 2016, p. 159).

É exatamente esta a pista que deve ser perseguida, de que do conjunto das esferas tipicamente “irracionais”, ou mais precisamente, do desenvolvimento das racionalizações que possuem características mais valorativas, impulsionadas pelo contexto da “sociedade pós-industrial”, emergiu um hedonismo cultural que fortaleceu e reorientou a arte e o erotismo, transformando os estilos de vida, as experiências individuais e os ideais da modernidade, intensificando as tensões enumeradas acima por Nobre (2016). Esses são fenômenos afins com os processos de internalização e subjetivação identificados por Weber, bem como com a ascensão da individualidade moderna dotada de reflexividade e pautada na autorreferencialidade do indivíduo. Assim, para além da hegemonia da racionalidade, esses elementos culturais passariam a influenciar de forma contundente as demais esferas da vida social.

2.3 As contradições culturais da modernidade

Como já ressaltado, a modernidade se consolidou como produto de um longo processo de racionalização (WEBER, 2003) que aconteceu no Ocidente, influenciando demasiadamente todas as dimensões da vida social. Destaca-se na dimensão da política a constituição do Estado moderno e democrático; na da cultura, o desencantamento do mundo; e na da técnico-econômica, a Revolução Industrial e sua organização em torno do capitalismo, para citar os âmbitos mais importantes e cotidianos da vida em sociedade. Desse modo, o trabalho e o capital tornaram-se as variáveis básicas da modernidade, estruturando as sociedades industriais com relevantes implicações para a política e para a cultura. Isso acontece principalmente através da crescente mecanização advinda das novas invenções científicas e tecnológicas, sinônimas do progresso moderno.

Todavia, conforme Kumar (2006), muitas transformações ocorreram após a consolidação das sociedades industriais. As mais significativas são das décadas do meio do século XX, levando ao surgimento de novas teorias para explicá-las. Várias foram as designações atribuídas a essas sociedades, dentre as quais, as mais conhecidas são as de sociedades “pós-fordistas”, “pós-industriais”, “pós-modernas” e até mesmo “pós-históricas”. Segundo o autor,

Embora essas teorias continuem em curso, a elas se juntaram outras com pretensões mais ambiciosas. Nestas encontramos asserções que vão além da economia e da política para abranger por completo a civilização ocidental e, na verdade, mundial. Na revolução da informação e da comunicação, na transformação do trabalho e das empresas que ocorrem na economia global, e na crise das ideologias políticas e crenças culturais, essas teorias identificaram sinais de um momento decisivo na evolução das sociedades modernas (KUMAR, 2006, p. 9).

Assim, de acordo com Sá (2006, p.41), alguns autores como Habermas, Beck, Bauman e Rouanet pontuaram aquele momento como o da crise da modernidade. Para eles, isso fica claro especificamente no final das últimas fases daquelas duas tipologias de classificação realçadas anteriormente, a de Berman (2007), em relação à experiência social dos indivíduos, e a de Touraine (1994, 1998b e 2007), em relação aos períodos históricos.

Nesse sentido, vale asseverar que todas as referidas teorias se constituem como perspectivas de análise que buscaram compreender a nova, ou tardia, configuração das sociedades modernas industriais. A insinuação seria de que as sociedades industriais sofreram transformações tão vastas e fundamentais, que seria pertinente designá-las, a partir de então,

por outro nome (KUMAR, 2006, p.150). Foi nessa ocasião que ganhou destaque o trabalho do sociólogo americano da Universidade de Havard, Daniel Bell. Ele fora o intelectual que mais ganhou notoriedade dentre os sociólogos respeitados durante a década de 60 e início dos anos 70. Sobretudo, a partir de sua obra *O Advento da Sociedade Pós-Industrial*, editado originalmente em 1973, em que sustentou a ideia da sociedade pós-industrial (BELL, 1977) como uma transição social tão significativa e marcante quanto fora a mudança da sociedade agrária para a industrial. É o que também afirma Lyon na obra cujo capítulo intitulado “*Do pós-industrialismo à pós-modernidade*” descreve aquele contexto.

Os primeiros sinais sérios de que um “novo tipo de sociedade” estava em formação vieram de Daniel Bell. Embora o termo fosse usado antes dele, foi Bell quem popularizou a noção de pós-industrialismo. Esqueça a imagem do “operário de fábrica” do industrialismo; a nova “elite” profissional e técnica do setor de serviços é que sobressaía agora. A fase recente da sociedade industrial, predita desde os anos 60, baseava-se acima de tudo no conhecimento teórico. O industrialismo será transformado – Bell disse mais tarde que a nova condição seria uma “sociedade de informação” – pelo uso de novas tecnologias de informação e de comunicação, que iriam fazer pelo poder mental o que as máquinas, na revolução industrial, haviam feito pela força muscular (LYON, 2005, p. 59, aspas do autor).

Além disso, Bell (1992) demonstrou também que no contexto da sociedade pós-industrial ocorrera uma significativa mudança no âmbito da cultura, nos ideais, nos valores e nas ações dos indivíduos, principalmente nos sentidos subjetivos destas e suas relações com o “eu” individual. O autor constatou que a cultura burguesa originada do racionalismo ocidental, a da ética protestante, fora transformada de modo a conviver, e em certa medida ser substituída, por um hedonismo cujo princípio central é a autorrealização. Denominadas por Bell como contradições culturais do capitalismo, tornaram-se típicas as condutas baseadas no consumo de massa, em que algumas das suas principais características são o desenvolvimento de um desenfreado individualismo e a busca pelo prazer. Aspectos esses, segundo Lipovetsky (2004), elementares para o hiperindividualismo contemporâneo que emergirá a partir da pós-modernidade.

2.3.1 A sociedade pós-industrial e a Era da informação

Conforme Daniel Bell (1977), a sociedade pós-industrial pode ser compreendida a partir da comparação com os predicados das sociedades industriais e pré-industriais. A sociedade pré-industrial possuía uma economia com base agrária, artesanal e comercial, estruturada nos

modelos tradicionais na qual o poder em geral está atrelado à propriedade da terra. Segundo Bell, neste tipo de sociedade

[...] a força de trabalho é absorvida, sobretudo, pelas atividades extrativas: mineração, pesca, silvicultura, agricultura. A existência representa, antes de tudo, um jogo contra a natureza. Trabalha-se com a força bruta dos músculos, à moda dos antepassados, e o sentido que cada qual tem do mundo é condicionado pela dependência dos elementos: estações do ano, natureza do solo, quantidade de água. O ritmo da existência é modelado por essas contingências. [...] Por se tratar de um jogo contra a natureza, a produtividade é baixa e a economia fica subordinada às vicissitudes da natureza tangível e das caprichosas flutuações dos preços das matérias-primas na economia mundial. A unidade da vida social é uma extensão da vida doméstica (BELL, 1977, p. 146).

Já por sua vez, na sociedade industrial, o alicerce estava no desenvolvimento científico e tecnológico, utilizado em indústrias de modo a estruturar uma produção em série, manufaturada mecanicamente, padronizada e espacialmente concentrada no mundo urbano, tendo como principal fonte de recursos a natureza. Nessa sociedade, a economia e toda a organização social se constituíam em função do desenvolvimento da indústria e do poder econômico e político, que estavam nas mãos dos capitalistas. Daí a centralidade do capital e do trabalho como estruturantes da sociedade industrial.

Sua existência é um jogo contra a natureza fabricada. O universo tornou-se técnico e racionalizado. A máquina predomina, os ritmos de vida são mecanicamente regulados: o tempo é cronológica, mecânica e uniformemente dividido. A energia substituiu o músculo puro e simples, e fornece a força que constitui a base da produtividade – a arte de produzir mais gastando menos – sendo responsável pela maciça produção de bens [...] As capacitações subdividiram-se com componentes mais simples, e o artesão do passado foi substituído por duas novas figuras: a do engenheiro, responsável pelo planejamento e pelo fluxo do trabalho, e a do operário semiespecializado, o elo humano entre as máquinas – até o momento em que a engenhosidade técnica do engenheiro crie uma nova máquina, que o substitua também (BELL, 1977, p. 147).

Finalmente, conforme o autor, na sociedade pós-industrial se encontra o resultado das diversas modificações que ocorreram após a consolidação das sociedades industriais. Ela é caracterizada pelo crescimento do setor de serviços, em detrimento da manufatura industrial; pela ascensão e multiplicação das tecnologias de informação proporcionadas pelo desenvolvimento da microeletrônica, de modo que o conhecimento e a inovação tornaram-se os alicerces basilares da economia.

Uma sociedade pós-industrial tem como base os serviços. Assim, sendo, trata-se de um jogo entre pessoas. O que conta não é a força muscular, ou a energia, e sim a informação. A personalidade central é a do profissional, preparado por sua educação e por seu treinamento para fornecer os tipos de habilidades que vão sendo cada vez mais exigidos numa sociedade pós-industrial (BELL, 1977, p. 148).

Trata-se de uma concepção teórica que é ampla e genérica, mas cuja identificação das dimensões transformadas permite a compreensão objetiva da sociedade.

1. Setor econômico: a mudança de uma economia de produção de bens para uma de serviços;
 2. Distribuição ocupacional: a preeminência da classe profissional e técnica;
 3. Princípio axial: a centralidade do conhecimento teórico como fonte de informação e de formulação política para a sociedade;
 4. Orientação futura: o controle da tecnologia e a distribuição tecnológica;
 5. Tomada de decisões: a criação de uma nova “tecnologia intelectual”.
- (BELL, 1977, p. 28).

Deste modo, tais transformações culminaram numa nova configuração societária, de modo a impactar as questões da distribuição de riqueza, do poder e do status, peças centrais em qualquer sociedade (Bell, 1977, p. 60). A conclusão de Bell é de que, a partir do surgimento dessa nova fonte de criação, de riqueza e de novos determinantes da produção, foi iniciado um novo modo de produção, em que o trabalho e o capital, variáveis basilares da sociedade industrial, foram substituídas pelas variáveis do conhecimento e da informação.

De acordo com Lyon,

[...] as “sociedades avançadas” estavam em movimento para além de uma era histórica que poderia ser descrita como “industrial”. Uma mudança fundamental estava ocorrendo, uma mudança tal que os “princípios axiais” da sociedade estavam sendo cada vez mais concentrados no “conhecimento teórico” e não no “capital e trabalho” (LYON, 2005, p. 60-61, aspas do autor).

Por isso, a noção inicial de sociedade pós-industrial fora reformulada para a de sociedade da informação, mudança realizada tanto por Bell como por outros autores (KUMAR, 2006, p.9). Trata-se de uma sociedade em que as telecomunicações e os computadores seriam decisivos na condução dos intercâmbios econômicos e sociais, principalmente no tocante à produção do conhecimento.

Conforme Kumar (2006, p. 45-74), aludindo à constatação de Bell, só o computador por si só já teria gerado muitas transformações na sociedade industrial, mas foi a união do

computador (informática) com o desenvolvimento das comunicações, a televisão, o telefone, a fibra óptica e os satélites, que determinou maior precisão à informação, globalizou a economia e tornou possível o aumento do conhecimento de cunho qualitativo para além do quantitativo.

Ademais, destacou Bell que o conhecimento sempre foi fundamental e necessário para qualquer sociedade. Mas a diferença, no caso da sociedade pós-industrial, aconteceu na mudança da natureza do conhecimento em si mesmo.

O que tornou decisivo para a organização das decisões e para a direção das transformações foi a centralidade do conhecimento teórico: a primazia da teoria sobre o empirismo e a codificação do conhecimento em sistemas abstratos de símbolos que, a exemplo de todo sistema axiomático, podem ser utilizados para esclarecer muitas áreas de experiência diferentes e diversas (BELL, 1977, p. 34).

Assim, a sociedade pós-industrial como ambiente da “Era do conhecimento”, mais especificamente, “Era da informação”, se constituiu como uma das mais importantes bases para o início do período que seria designado de pós-modernidade. Isso justamente por causa dessa “primazia do conhecimento teórico” como elemento essencial da informação.

Descobriu-se que a fonte de todas as fontes chama-se informação e que a ciência, assim como qualquer modalidade de conhecimento - nada mais é do que um certo modo de organizar, estocar e distribuir certas informações. Longe, portanto, de continuar tratando a ciência como fundada na "vida do espírito" ou na "vida divina"; o cenário pós-moderno começa a vê-la como um conjunto de mensagens possível de ser traduzido em "quantidades (bits) de informação" (BARBOSA, 1991, p. ix, aspas do autor).

Portanto, tendo em vista essas mudanças como constituintes de um momento decisivo de evolução da modernidade, “para muitos, a pós-modernidade está para a sociedade pós-industrial como a modernidade para a sociedade industrial, ou seja, a ambiência das dimensões pós-modernas remete necessariamente ao pós-industrialismo” (SÁ, 2006, p.44). Essa associação também é defendida por Lyon (2005, p. 59-83) ao afirmar que a emergência da concepção de sociedade pós-industrial foi fundamental para o debate modernidade-pós-modernidade, mesmo sopesando-se as diferenças de enfoques, teses e aspectos analíticos entre os principais teóricos do pós-industrialismo e seus críticos.

Além do mais, de acordo com Kumar (2006, p. 141), os elementos das principais teorias relacionadas à sociedade pós-industrial, concebidas em diferentes esferas, como as da cultura e da economia, foram incorporados à teoria pós-moderna. Exemplo disso são os elementos da

teoria do pós-industrialismo e da sociedade da informação de Daniel Bell e os da teoria do pós-fordismo, dentre outros.

Por isso, para melhor compreender o que será definido por pós-modernidade, cabe ponderar sobre o que foi a dimensão socioeconômica estrutural da sociedade industrial e sua relação com a da sociedade pós-industrial. Nesse prisma, Sá (2006, p.42) ressalta a teoria do fordismo como a concepção estrutural e socioeconômica da modernidade, como sociedade industrial; e as teorias do pós-fordismo e da sociedade da informação, concepções estruturais e socioeconômicas da pós-modernidade, como sociedade pós-industrial.

Em relação ao fordismo, conforme o autor, aludindo a Harvey (2008), a organização produtiva se expande para a estrutura social, intensificando-se ainda mais através da massificação da produção e do consumo. Mas ele também pontua que

[...] foi somente no período após a Segunda Guerra Mundial que o progresso internacional do fordismo ocorreu de forma avassaladora. [...] esta expansão internacional trouxe à tona sinais gritantes de descontentamento, mesmo durante o ápice do sistema. As desigualdades resultantes produziram sérias tensões sociais e fortes movimentos sociais por parte dos excluídos. Estes movimentos circundavam questões de raça, gênero e etnia enquanto fatores determinantes para o acesso ou não ao emprego privilegiado. Essas desigualdades eram particularmente difíceis de se sustentar diante do crescimento das expectativas alimentadas, em parte, por todos os artifícios aplicados à criação de necessidades e à produção de um novo tipo de sociedade de consumo (SÁ, 2006, p. 44).

Já em relação à sociedade da informação, o autor realça que se trata de uma concepção em que se considera que o núcleo das forças produtivas da sociedade foi profundamente transformado pelas tecnologias da informação, tornando-se elementos cruciais para uma nova conformação social nela própria alicerçada. Assim, enquanto a teoria da sociedade da informação concebe uma mudança basilar nas forças produtivas (KUMAR, 2006, p. 45-74), a teoria pós-fordista concebe a composição de novas relações de produção devido à nova estruturação das relações de trabalho e dos sistemas produtivos em bases sociais, econômicas e geográficas completamente diferentes, sendo tal estruturação o resultado das novas tecnologias (KUMAR, 2006, p. 75-104). É o que Harvey (2008, p. 163-184) denominará de transição do capitalismo organizado para o do tipo desorganizado, e da rigidez fordista para uma nova forma de produção e acumulação flexível, conforme as noções do pós-fordismo.

Todos esses conceitos e asserções foram utilizados para analisar as transformações ocorridas após a consolidação da industrialização. Nesse sentido, cabe realçar que:

As diferentes teorias do pós-industrialismo – sociedade de informação, pós-fordismo, pós-modernismo – coincidem em muitos pontos. As diferenças são, certamente, mais do que de ênfase, embora reapareçam em todas elas alguns temas e números. A TI, por exemplo, que de certa forma define a ideia relativa à sociedade de informação, é também fundamental para a análise das duas outras teorias. Na globalização encontramos mais um denominador comum. A descentralização e a diversificação figuram com destaque em todas as descrições da nova era.

O que diferencia essas versões, portanto, não é tanto o tipo particular de desenvolvimento que escolhem, mas os parâmetros que usam para analisá-lo (KUMAR, 2006, p. 75-76).

Ora, essas teorias e perspectivas analíticas se concentram sob a estrutura social da contemporaneidade. Elas são importantes porque nos informam como tal estrutura foi constituída e os aspectos basilares de sua dinâmica social. Contudo, os elementos mais relevantes para o nosso enfoque estão na dimensão cultural, como as ações, valores, crenças e ideais dos indivíduos na sociedade. Em relação ao sentido subjetivo de suas ações, a relevância está principalmente no que se refere às tensões supracitadas anteriormente em Nobre (2016, p.159). Desse modo, nos deteremos mais profundamente na dimensão da cultura na medida em que ela elucidada como as transformações ocorridas na estrutura social daquele contexto contribuíram para engendrar o hiperindividualismo característico da sociedade contemporânea a partir da pós-modernidade.

2.3.2 A autonomia da esfera cultural e a ascensão do individualismo de ética hedonista e consumista

Segundo Giddens, como já mencionado, a modernidade estudada por Weber é a relacionada aos modos de vida social e organização surgidos na Europa a partir do século XVII, tendo se tornado influências mundiais posteriormente (GIDDENS, 1991, p.11). Já a análise de Daniel Bell foi realizada anos depois. O autor adotou como ponto de partida a teoria weberiana da modernidade em seus próprios termos, não só no que tange à questão do processo de racionalização e sua relação com a ética protestante identificada por Weber, mas também em relação ao cenário weberiano da vida moderna como fragmentada em diferentes esferas autônomas com lógicas e normas próprias de funcionamento.

Em sua teoria, Bell considera analiticamente, tanto na obra editada originalmente em 1973, *O Advento da Sociedade Pós-Industrial* (1977), quanto na editada pela primeira vez em 1976, *Las contradicciones culturales del capitalismo* (1992), a sociedade moderna como dividida em três áreas funcionais: a estrutura social, a política e a cultural (BELL, 1977, p. 25).

A estrutura social abrange a dimensão da economia, da tecnologia e do sistema ocupacional; a política, a da distribuição de poder e a das soluções de conflitos advindos das demandas dos indivíduos e dos grupos da sociedade; e a cultura, a do domínio do simbolismo expressivo e dos significados.

Nestes termos, fica evidente a perspectiva weberiana adotada porque para Bell cada uma dessas dimensões é governada por um princípio axial específico. Inclusive o autor salienta, assim como Weber, a intensificação do processo de autonomização.

No passado, estas três áreas encontravam-se ligadas por um sistema comum de valores (e na sociedade burguesa, através de uma estrutura comum de caráter). Em nossa época, porém, tem havido uma crescente disjunção das três, e, por motivos que serão analisados no Apêndice, essa disjunção irá ampliando-se (BELL, 1977, p. 26).

Isto é, na pré-modernidade, como explicado antes, a religião como única e legítima fonte de valores daquele contexto unificava a estrutura social com a política e a cultura. Todavia, com a modernidade e o processo de racionalização ocidental, essas dimensões ou esferas foram se constituindo separadamente, ainda que no início desse processo a autonomização não tenha sido completa. Desse modo, algumas esferas tiveram um caráter em comum durante certo tempo, como fora o caso da religião e da economia, mais especificamente o caso da ética protestante e o espírito do capitalismo identificados por Weber. Contudo, posteriormente e no século XX, Bell parece indicar que a autonomização se completara.

Nas obras supracitadas, o autor esclarece que utilizou dois enfoques analíticos específicos e diferentes. No livro *O Advento da Sociedade Pós-Industrial*, procurou delinear as mudanças que ocorreram, antes de tudo, na organização da estrutura social (BELL, 1977, p. 27), mostrando como a tecnologia, inclusive a tecnologia intelectual, e a codificação do conhecimento teórico, ambos como um novo princípio para a inovação e a política, estavam reformulando a ordem técnica e econômica como também o sistema de estratificação da sociedade (BELL, 1992, p.11). Já no outro, *Las contradicciones culturales del capitalismo*, buscou examinar a cultura (BELL, 1977, p. 27), especialmente a ideia de modernidade, e os problemas que surgem do manejo de uma complexa ordem política quando os valores da sociedade exacerbam um apetite sem restrições (BELL, 1992, p.11).

Assim, considerando o segundo enfoque como prioritário para esse trabalho, é relevante explicitar que para Bell as contradições culturais do capitalismo contemporâneo derivaram do desdobramento dos elementos que outrora mantinham unidas em conjunto a cultura e a

economia, e da influência do hedonismo ao se tornar o valor predominante da sociedade contemporânea (BELL, 1992, p.11).

Em sua análise, ele adota como ponto de partida que:

A ideia do pós-industrialismo, tenho sustentado, é limitada especificamente a mudanças na ordem tecno-econômica. Mas as mudanças na estrutura social não *determinam* a ordem política nem a cultura. Em vez disso, na maioria dos casos do mundo contemporâneo, é a ordem política que se tornou o verdadeiro sistema de controle da sociedade. O argumento desenvolvido neste livro é que as três áreas - a economia, ou a ordem política e a cultura - são governadas por princípios axiais opostos: a economia, pela eficiência; a ordem política, pela igualdade; e cultura, para autorrealização (ou autogratificação). As disjunções resultantes moldaram as tensões e os conflitos sociais da sociedade ocidental nos últimos 150 anos (BELL, 1992, p. 11-12, grifo do autor)⁵.

Então, baseando-se nisso, argumenta que:

[...] As contradições do capitalismo de que falo nestas páginas relacionam-se com a disjunção entre o tipo de organização e as normas exigidas pela esfera econômica e as normas de autorrealização que hoje são essenciais na cultura. As duas áreas que se uniram historicamente para dar origem a uma mesma estrutura de caráter, a do puritano e sua vocação, agora se separaram. Os princípios da esfera econômica e os da cultura agora levam as pessoas em direções opostas. Estas contradições surgiram principalmente na sociedade americana e outras sociedades ocidentais (BELL, 1992, p. 27-28)⁶.

Ou seja, segundo Bell, é a crescente autonomia entre a estrutura social, a política e a cultura, com suas normas e legitimidades não congruentes, diferentes ritmos de mudança e até mesmo tipos de comportamentos contrastantes, a responsável pelas contradições culturais do capitalismo tardio da sociedade moderna, mais especificamente a autonomia e a legitimidade que a cultura adquiriu, possibilitando uma série de transformações. Conforme Bell, a cultura

⁵ La idea del postindustrialismo, he sostenido, se limita especificamente a los cambios en el orden tecnoeconómico. Pero los cambios en la estructura social no determinan el orden político ni la cultura. Más bien, em la mayoría de los casos del mundo contemporáneo, es el orden político el que se há convertido em el verdadero sistema de control de la sociedad. La argumentación desarrollada em este libro es que los tres ámbitos – la economía, o el orden político y la cultura – se rigen por principios axiales contrarios: la economía, por la eficiencia; el orden político, por la igualdad; y la cultura, por la autorrealización (o la autogratificación). Las disyunciones resultantes han moldeado las tensiones y los conflictos sociales de la sociedad occidental em los últimos 150 años.

⁶ [...] las contradicciones del capitalismo de las que hablo em estas páginas se relaciona con la disyunción entre el tipo de organización y las normas que exige el ámbito económico y las normas de autorrealización que son ahora esenciales en la cultura. Los dos ámbitos que estuvieron unidos historicamente para dar origen a una misma estructura de carácter, la del puritano y su vocación, ahora se han separado. Los principios del ámbito económico y los de la cultura llevan ahora a las personas em direcciones contrarias. Estas contradicciones han surgido primeiramente em la sociedad norteamericana y otras sociedades occidentales.

“(…) converteu-se no componente mais dinâmico da nova civilização, superando o dinamismo da tecnologia (BELL, 1992, p. 45)⁷. ”

No contexto pós-industrial, ressalta o autor, a sociedade fez mais do que aceitar passivamente as inovações da “Era da informação”. Ela proporcionou o surgimento de um mercado que se orgulha do novo, valorizando-o como superior ao que é antigo. Assim, a cultura passou a se voltar para essa sensibilidade, da “tradição do novo”, o que permitiu, por exemplo, que a arte se libertasse dos seus obstáculos, destruísse os gêneros usuais e explorasse novas formas de experiência e sensação.

As novas sensibilidades e os novos estilos de comportamento associados a ela [a arte] são criados por círculos pequenos dedicados a explorar o novo. E uma vez que o novo é um valor em si e encontra pouca resistência, a nova sensibilidade e seu estilo de conduta se espalham rapidamente, transformando o pensamento e a ação da massa cultural (senão as massas populares mais amplas), essa nova e um vasto estrato de intelectualidade, nas indústrias de conhecimento e comunicação da sociedade. (BELL, 1992, p. 46)⁸.

Dessa forma, a arte com a exaltação do novo tornou-se vanguarda, de modo a superar a resistência contra mudanças daquela sociedade. Portanto, essa orientação da esfera da arte foi apenas um dos elementos pioneiros para que a cultura adquirisse a primazia na promoção da mudança social. Diferente do que ocorrera historicamente no Ocidente, em que a estrutura social tinha unidade com a cultura, Bell realça que, no contexto da sociedade pós-industrial, essa unidade se desfez. Se, no início dos tempos modernos, a cultura burguesa e a sua estrutura social formavam uma unidade peculiar e de caráter específico em torno da questão da ordem e do trabalho, posteriormente a situação tornou-se diferente, pois tudo passou a ser sensorial, conforme as experiências, materialista, extrovertido, guiado pela tecnologia e pelo hedonismo.

Segundo Bell, ocorrera

[...] a separação radical entre a estrutura social (a ordem técnico-econômica) e a cultura. O primeiro é governado por um princípio econômico definido em termos de eficiência e racionalidade funcional, a organização da produção ordenando coisas, incluindo homens entre as coisas. O segundo é pródigo, promíscuo, dominado por um humor antirracional e anti-intelectual, no qual o eu é considerado a pedra de toque dos juízos culturais, e o efeito sobre si

⁷ (...) se ha convertido em el componente más dinámico de nuestra civilización, superando hasta al dinamismo de la tecnología.

⁸ Las nuevas sensibilidades y los nuevos estilos de conducta asociados a ellas son creados por pequeños círculos que se dedican a explorar lo nuevo. Y puesto que lo nuevo es un valor en sí mismo y halla poca resistencia, la nueva sensibilidad y su estilo de conducta se difunden rápidamente, transformando el pensamiento y la acción de la masa cultural (si no de las masas populares más amplias), este nuevo y vasto estrato de intelectualidad, en el conocimiento y las industrias de comunicaciones de la sociedad.

mesmo é a medida do valor estético da experiência. A estrutura herdada do século XIX, com sua exaltação de autodisciplina, gratificação e restrições atrasadas, ainda responde às demandas da estrutura tecno-econômica; mas choca violentamente com a cultura, onde tais valores burgueses foram rejeitados, em parte, paradoxalmente, pela ação do próprio sistema econômico capitalista (BELL, 1992, p. 48)⁹.

É o que também destaca Scott Lash¹⁰ por outra perspectiva de análise, ao se debruçar sobre a relação da burguesia com a sociedade civil entre a fase inicial do capitalismo e o período do capitalismo tardio nas sociedades ocidentais. O autor indica que se antes os interesses possuíam elementos em comum, depois tornaram-se conflitantes.

Como modelo geral, portanto, pode-se dizer que no capitalismo primitivo a burguesia muitas vezes está do lado do desenvolvimento da sociedade civil e, no capitalismo tardio, muitas vezes se opõe a tal desenvolvimento. Se o desenvolvimento da sociedade civil no capitalismo tardio significa o crescimento de sindicatos fortes, partidos socialistas e um estado de bem-estar social, então a burguesia pode achar isso prejudicial aos seus interesses materiais. Se o desenvolvimento da sociedade civil significa no capitalismo tardio, digo a partir do final do século XIX, o florescimento de uma esfera estética e uma cultura independente, então esta pode, como argumentei no trecho acima, ser prejudicial para os grandes interesses, de fato para a própria identidade da burguesia. Essa tensão, ou, se preferir, essa contradição entre a burguesia e a sociedade civil parece estar inscrita na lógica do desenvolvimento das sociedades ocidentais. Nos primeiros séculos da modernidade, a modernização envolve uma autonomização parcial das esferas cultural e estética, de modo que a cultura é constitutiva da identidade burguesa. Com maior autonomização e o advento de modernismo, a cultura torna-se inacessível e, portanto, não pode mais funcionar positivamente para construir uma identidade tão estável, ou mais comumente, conforme argumentado acima, a cultura modernista vem minar e desestabilizar a identidade burguesa. Se a diferença de interesses entre burgueses e trabalhadores é a contradição social do capitalismo, então o advento da cultura modernista é o que Daniel Bell chamou justamente de contradição cultural do capitalismo, construído a partir de uma incompatibilidade crescente entre burguesia e sociedade civil.

A burguesia nacional de qualquer país pode ser dividida, seguindo as análises de Max Weber e, mais recentemente, Pierre Bourdieu, em duas frações: uma que está enraizada no "capital econômico" e a outra que está

⁹ [...] la radical separación entre la estructura social (el orden técnico-económico) y la cultura. La primera está regida por un principio económico definido em término de eficiencia y racionalidad funcional, la organización de la producción por del ordenamento de las cosas, incluyendo a los hombres entre las cosas. La segunda es pródiga, promiscua, dominada por un humor anti-racional, anti-intelectual, em el que el yo es considerado la piedra de toque de los juicios culturales, y el efecto sobre el yo es la medida del valor estético de la experiencia. La estructura de carácter heredada del silo XIX, com su exaltación de la autodisciplina, la gratificación postergada y las restricciones, aún responde a las exigencias de la estructura técnicoeconómica; pero choca violentamente con la cultura, donde tales valores burgueses han sido rechazados de plano, em parte, paradójicamente, por la acción del mismo sistema económico capitalista.

¹⁰ Cf. Lash (2013, p. 201-236), chapter 8: Modernism and Bourgeois identity: Paris/Vienna/Berlin.

enraizada no "capital cultural" (LASH, 2013, p. 235, aspas do autor)¹¹.

Por conseguinte, um dos resultados desse conflito pontuado por Lasch e Bell foi o triunfo da cultura. Mormente a exemplificada pela do modernismo, que se tornou autônoma e autodeterminada em uma sociedade cuja estrutura social (economia, tecnologia e bases ocupacionais) permanecera burguesa (BELL, 1992, p. 51).

Então, o movimento moderno tornou-se protagonista da cultura, e, devido ao efeito subversivo sobre os valores burgueses, muito influenciou, senão dominou, os estabelecimentos culturais e da arte em geral, as editoras, museus, galerias, jornais, teatro, cinema e as universidades (BELL, 1992, p.52). Tudo isso foi corroborado pela sociologia da década de 50, que se ocupou da teoria da sociedade de massas e identificou no movimento moderno a destruição dos vínculos grupais tradicionais, da família e da comunidade local, isto é, viu as ordens tradicionais substituídas pela massa, em que a pessoa vive de forma atomística ou anônima (BELL, 1992, p. 53).

Sob esse ângulo, cabe destacar que, de acordo com Kumar, modernidade não é modernismo. Entre os dois há uma cisão, entre o projeto social e político e a concepção estética, entre a “modernidade burguesa” e a “modernidade cultural”. Com efeito, o modernismo foi uma reação que aconteceu no fim do século XIX contra a própria modernidade. Um movimento cultural que ao mesmo tempo afiançava e denegava a modernidade, que imprimia continuidade a seus princípios, mas também os desafiava em seu próprio centro. “De um lado, a ciência, a razão, o progresso, o industrialismo; do outro, a refutação e rejeição apaixonadas dos mesmos, em favor do sentimento, da intuição e do uso livre da imaginação” (KUMAR, 2006, p. 123).

¹¹ As a general model, then, it might be fair to say that in early capitalism the bourgeoisie is very often on the side of the development of civil society, and in later capitalism it is often opposed to such development. If the development of civil society in later capitalism means the growth of strong trade unions, socialist parties and a welfare state, then the bourgeoisie might find this disruptive to its material interests. If the development of civil society means in later capitalism, say from the end of the nineteenth century, the flourishing of an independent cultural and aesthetic sphere, then this might, as I argued at length above, be disruptive to the ideal interests, indeed to the very identity, of bourgeoisie. This tension, or, if you will, this contradiction between bourgeoisie and civil society, seems to be written into the logico of development of Western societies. In the earlier centuries of modernity, modernization entails a partial autonomization of cultural and aesthetic spheres, so that culture is constitutive of bourgeois identity. With further autonomization and the advent of modernism, culture becomes either inaccessible and thus no longer can function positively to construct such a stable identity, or more commonly, as argued above, modernist culture comes to undermine and destabilize bourgeois identity. If the difference of interests of bourgeois and worker is the social contradiction of capitalism, then the advent of modernist culture is what Daniel Bell has rightly called the cultural contradiction of capitalism are built out of a developing incompatibility of bourgeoisie and civil society. The national bourgeoisie of any country can be divided, following Max Weber's and more recently Pierre Bourdieu's analyses, into two fractions: one which is rooted in 'economic capital' and the other which is rooted in 'cultural capital'.

É esse o principal antagonismo apontado por Bell como elemento fundante das contradições culturais advindas do capitalismo tardio da sociedade pós-industrial e contemporânea. Cabendo, dessa forma, destacar na descrição do autor alguns aspectos importantes.

Primeiramente, que na consciência ocidental fora duradouro o conflito entre a racionalidade e a não racionalidade, entre o que é concebido como racional e o que é não racional, entre a razão e o instinto, enfim, entre a razão e a vontade como forças que movem o indivíduo. Quaisquer que sejam as diferenças ou especificações dessas categorias, tradicionalmente o julgado como racional sempre fora considerado superior na hierarquia, e essa concepção e ordem têm dominado a cultura ocidental. Todavia, ressalta o autor, por volta dos anos 50, o modernismo arresvou essa hierarquia e possibilitou o triunfo do ardor, da vontade e tentou substituir a religião ou a moral por uma justificativa estética da vida (BELL, 1992, p. 59-60).

Secundariamente, que nos anos 60 o pós-modernismo levou a lógica do modernismo às últimas consequências. Substituiu a justificativa estética da vida pelo instinto, sendo essa, conforme Bell, uma das várias dimensões do temperamento pós-modernista. “Só o impulso e o prazer são reais e afirmam a vida, o resto, todas as outras coisas, são então neurose e morte” (BELL, 1992, p. 61)¹². No próximo capítulo, esse aspecto será analisado com mais detalhes. Aqui o importante é realçar que o prazer ganhou destaque na vida cultural, contrastando demasiadamente com a frugalidade típica da racionalidade moderna e da ética protestante.

Em terceiro lugar, que a revolução tecnológica da “Era da informação” e a economia de alto consumo com a oferta de uma grande diversidade de produtos, levou ao surgimento de inúmeros e variados estilos de vida e novos hábitos sociais. Nos países ocidentais mais desenvolvidos, através do automóvel, do cinema, do rádio e da TV, quebrou-se o isolamento rural e, pela primeira vez, surgiu uma cultura comum unificada nacionalmente. Junto a essa unificação, a sociedade de consumo, com sua exaltação de gastos e bens materiais, passou a corroer os valores tradicionais. O uso do *marketing* possibilitou identificar diferentes tipos de grupos de compradores, permitindo o estímulo estratégico do apetite do consumidor. A difusão do crédito, através das compras em parcelas, mais do que qualquer outro mecanismo social, acabou com o medo protestante da dívida. Ocorreu a expansão da vida urbana com grande variedade de distrações e diversos estímulos, inclusive com a intensificação da vida noturna boêmia e do lazer. Surgiram os novos papéis para as mulheres, criados pela ampliação das

¹² Solo el impulso y el placer son reales y afirman la vida; toda otra cosa es neuroses y muerte.

tarefas no mundo do trabalho e pelos contatos sociais e sexuais mais livres (BELL, 1992, p. 63-76).

Segundo Bell, todas essas transformações contribuíram para que ocorresse o fim do puritanismo como um conjunto de práticas que sustentavam o sistema de valores usuais ocidentais. Aquela cultura que exaltava a poupança, a frugalidade, o autocontrole e a rejeição dos impulsos foi corroída. As crenças e legitimações que sancionaram o trabalho e a contensão como princípios basilares da economia foram minadas.

A ética protestante e o temperamento puritano eram códigos que enfatizavam o trabalho, a sobriedade, a frugalidade, a contenção sexual e uma atitude proibitiva em relação à vida. Eles definiam a natureza da conduta moral e respeitabilidade social. A cultura pós-modernista da década de 1960 tem sido interpretada, por denominar a si mesma como uma "contracultura", como um desafio para a ética protestante, um anúncio do fim do puritanismo, e uma preparação para o ataque final aos valores burgueses. Isso é demasiadamente fácil. A ética protestante e o temperamento puritano, como fatos sociais, foram corroídos há muito tempo, e eles permanecem como ideologias pálidas, usadas mais por moralistas para admoestar e por sociólogos para mitologizar como são as realidades de conduta. A ruptura do sistema de valor tradicional burguês, na verdade, foi provocada pelo sistema econômico burguês, para ser mais preciso, pelo livre mercado. (BELL, 1992, p. 64)¹³.

É o que também corrobora Eva Illouz (2009, p.249) ao tratar das relações amorosas na contemporaneidade em sua obra *“El consumo de la utopía romántica. El amor y las contradicciones culturales del capitalismo”*. Partindo da tese belliana da disjunção entre o âmbito da produção e o âmbito do consumo, entre a ética racional, disciplinada e calculista do primeiro e o hedonismo do segundo, a autora identifica uma contradição insolúvel no cerne da cultura capitalista hodierna. Trata-se de uma forte incompatibilidade na prática cultural do amor romântico de modo a cindir a estrutura subjetiva dos indivíduos envolvidos. Por um lado, essa estrutura subjetiva possui os aspectos temporários e as propriedades emocionais da pós-modernidade, por outro responde à linguagem da ética da racionalidade, considerando os interesses investidos, as estratégias utilizadas e a maximização dos lucros.

¹³La ética protestante y el temperamento puritano fueron códigos que exaltaban el trabajo, la sobriedad, la frugalidad, el freno sexual y una actitud prohibitiva hacia la vida. Ellos definían la naturaliza de la conducta moral y de la respetabilidad social. La cultura posmodernista del decênio de 1960 há sido interpretada, a causa de que se titula a sí misma una “contra-cultura”, como um desafio de la ética protestante, um anuncio del fin del puritanismo y la preparación del ataque final a los valores burgueses. Esto es demasiado fácil. La ética protestante y el temperamento puritano, como factores sociales, fueron desgastados hace tiempo, y perduran como pálidas ideologías, usadas más por los moralistas para exhortar y por los sociólogos para mitologizar que como realidades de conducta. La quiebra del sistema valorativo burgués tradicional, de hecho, fue provocada por el sistema económico burgués: por el mercado libre, para ser precisos.

Nesse sentido, as relações amorosas são concebidas e administradas sob as categorias desse *ethos* utilitário e instrumental que forma o cerne do sistema econômico capitalista. É um discurso que entra em contradição com a utopia hedonista do amor baseada no consumo, mas ecoa a semântica empresarial do trabalho, controle e racionalidade que caracteriza a esfera da produção. Assim, o desalinhamento está entrelaçado com os prazeres, imagens e fantasias da esfera do consumo, mas também com a racionalidade econômica do capitalismo empresarial (ILLOUZ, 2009, p. 250)¹⁴.

Com efeito, a partir desse contexto, os impactos da “Era da informação” conjugados com os principais elementos do consumismo exacerbado e hedonista foram determinantes para que o individualismo se acentuasse na contemporaneidade.

Conforme Kumar (2006, p.191), as tecnologias de informação aceleraram os processos iniciados na sociedade industrial e modificaram a natureza do trabalho de inúmeras profissões. Através das tecnologias de informação, o capitalismo tardio passou a funcionar através de redes de informações, de modo a alterar suas principais operações. Ocorreu também a compactação do espaço e do tempo, acentuando a velocidade e o escopo das decisões.

Nessa conjuntura, consumismo exacerbado acoplado à “Era da informação” promoveu alterações significativas na esfera do lazer e do entretenimento. Essas modificações levaram para muito além o que Bell descreveu em sua análise. A sociedade da informação, juntamente com o consumismo, levou a emergir o que Kumar denominou de “sociedade centrada no lar”. Noção que é esclarecida pelos seguintes termos:

A tecnologia da informação, dirigida por um conjunto inteiro de grandes interesses empresariais, tem sido posta cada vez mais a serviço do consumo baseado no lar. O entretenimento é o exemplo mais óbvio. “Sair para dar uma volta” foi substituído pelo “ficar em casa”. Em vez de ir ao bar ou ao cinema, as famílias – coletiva ou separadamente – assistem a filmes no videocassete em casa ou escolhem programas entre os trinta canais de televisão local, por satélite ou cabo. Os computadores caseiros fornecem meios de acesso a um número infindável de jogos eletrônicos. Com ajuda da comida congelada que pode ser aquecida no forno de micro-ondas, uma das muitas atrações de ficar em casa é o gasto relativamente pequeno em comparação com sair para comer fora – compare-se, por exemplo, (...) com o custo de comprar entradas para o cinema e depois ir jantar em um restaurante – sem falar no custo do transporte e, talvez de uma babá (KUMAR, 2006, p. 192-193, aspas do autor).

¹⁴ En este sentido, las relaciones amorosas se conciben y se manejan bajo las categorías de ese *ethos* utilitario e instrumental que conforma el núcleo del sistema económico capitalista. Se trata de un discurso que entra en contradicción con la utopia hedonista del amor basado en el consumo, pero se hace eco de la semántica empresarial del trabajo, el control y la racionalidad que caracteriza a la esfera de la producción. Así, el romance se entrelaza con los placeres, las imágenes y las fantasías de la esfera del consumo, pero también con la racionalidad económica del capitalismo empresarial.

Ademais, acrescenta o autor, os outros serviços seguiram o mesmo caminho, surgindo o “telebanking”, o “teleshopping” e a “teleducação”. À medida que as tecnologias foram se aperfeiçoando, a privatização e a individualização foram se intensificando. A compra tornou-se uma atividade constante, 24 horas por dia e todos os dias da semana, dando credibilidade, segundo Kumar, ao *slogan* supostamente pós-modernista: “Compro, logo existo” (KUMAR, 2006, p. 193).

Desse modo, o autor evidencia que:

A verdadeira tendência da sociedade da informação é liberar e fortalecer o indivíduo, não a família. A promessa final do computador (...) é colocar todo o mundo do conhecimento e da informação nas mãos do indivíduo isolado. (...) Não há necessidade (...) de atividades coletivas e grupais (...)

Se, como argumentou Philippe Ariès, o individualismo da sociedade ocidental foi refreado pela moderna família nuclear (Ariès 1973: 393), as atitudes e artefatos da sociedade de informação ameaçam esse controle. A informática pretende liberar o indivíduo não só dos grilhões do trabalho em grupo ou de instituições culturais de massa, mas também da família. O lar torna-se o local preferido de atividades individuais, mas não gera finalidade coletiva nem senso de valores familiares compartilhados. O indivíduo pode na verdade resolver viver independentemente e isolado dos demais. O lar torna-se menos um “oásis em um mundo sem coração” para a família e mais semelhante a um hotel para pagantes (e não pagantes).

A sociedade de informação, paradoxalmente, é a sociedade privada ou privatizada – poderíamos quase dizer a sociedade narcisista (KUMAR, 2006, p. 195).

Nessa perspectiva, é possível constatar que as tensões pontuadas por Nobre (2016, p. 159), entre o âmbito do cotidiano racional e o da extracotidianidade irracional, se manifestaram de forma intensa a partir da segunda metade do século XX, à medida que as “racionalizações do irracional” foram se tornando significativas na cultura, algo já contemplado no pensamento sociológico de Max Weber. Klaus Lichtblau, ao realizar uma pesquisa sobre o autor, examinando não só as suas obras de teorias substantivas, como *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, mas também as de metodologia com o acréscimo de documentos biográficos e dos escritos de sua esposa Marianne Weber, afirma que:

Weber estava especialmente preocupado com a tensão entre a ética universalista da fraternidade e as seculares esferas da economia, da política e da ciência, por um lado, e as esferas do amor sexual e da arte, por outro. As duas últimas com forte oposição às religiões de salvação por causa de suas estreitas semelhanças com religiosidade mística. A semelhança psicológica entre as formas mais elevadas de erotismo e "as sublimadas formas de piedade heroica" e sua "mútua substituição psicológica e fisiológica" explicam por que

essas duas esferas se tornaram as rivais mais afiadas no mundo racionalizado e intelectualizado da modernidade. Apenas uma cultura que afirmava ser capaz, em princípio, de racionalizar todas as esferas poderia provocar o surgimento de uma "irracional" experiência subjetiva como uma esfera autônoma. (LICHTBLAU, 1993, p. 189, aspas do autor)¹⁵.

Ou seja, segundo Lichtblau (1993, p.180-181), ao realizar seu estudo sobre a ética protestante, o que Weber buscava eram respostas para as questões culturais relacionadas às raízes ascéticas da economia monetária capitalista e suas relações com a estrutura de personalidade do indivíduo moderno. Isso necessariamente abrangia a dimensão da subjetividade, a visão interior do “eu” consigo próprio e com o sentido construído a partir da visão exterior.

O autor argumenta que, tendo em vista o fato de Weber defender que um dos principais pré-requisitos da interpretação histórica são os próprios compromissos de valor do pesquisador (*Wertbeziehungen*) com as principais questões de sua época e cultura, é pertinente investigar quais eram os principais problemas do próprio Weber e de seu contexto, especificamente quando ele realizou seu estudo sobre os antecedentes religiosos da moderna ética capitalista profissional. Essa era uma visão que Weber compartilhava com os teóricos do seu tempo (LICHTBLAU, 1993, p.179).

Então, examinando o seu estudo sobre a genealogia das raízes ascéticas do estilo de vida moderno à luz da própria história familiar do autor, e de sua estreita relação com o movimento feminista na Alemanha, envolvendo as questões da "rebelião erótica" daquele tempo e do desenvolvimento da estrutura moderna familiar na virada do século, Lichtblau afiança que o trabalho de Weber está localizado dentro de um contexto cultural que não só deu origem à “descoberta” e à decodificação da “linguagem do inconsciente” por Freud, mas também a da “Filosofia do Dinheiro”, de Simmel, como teoria geral de um processo de simbolização. Daí as notórias “afinidades eletivas” entre os trabalhos de Simmel, Weber e Freud em relação às principais questões da crise cultural da sociedade burguesa na modernidade (LICHTBLAU, 1993, p.180-181).

¹⁵ Weber was especially concerned with the tension between the universalist ethic of brotherhood and the secular spheres of economy, politics, and science, on the one hand, and the spheres of sexual love and art, on the other. The latter two stood in particularly sharp opposition to the salvation religions because of their close similarities with mystical religiosity. The psychological similarity between the highest forms of eroticism and "the sublimated forms of heroic piety" and their "mutual psychological and physiological substitutibility" explain why these two spheres became sharpest rivals in the rationalized and intellectualized world of modernity. Only a culture that claimed to be able, in principle, to rationalize all spheres could provoke the emergence of "irrational" subjective experience as an autonomous sphere.

Por isso, conforme Lichtblau, o desvio de ação em favor de uma cultura subjetiva de hedonismo, consumismo, esteticismo e erotismo também foi um dos principais tópicos da crítica de Weber à cultura burguesa de seu período como um todo. Isto é, a procura dos indivíduos por uma genuína “experiência interior” (*inneres Erleben*) e pelo culto de uma conduta pessoal da vida parecia para Weber como sintoma de uma “decadência” geral das forças ativas no ser humano, que não só deu origem às “patologias” da cultura moderna, mas principalmente a algumas tensões dentro das próprias estruturas de personalidade dos sujeitos, bem como do interior da configuração dos modos de vida. Não é por acaso que o modernismo foi considerado uma das fontes de muitas patologias culturais e doenças humanas no século XIX, tanto por filósofos como por poetas como Schopenhauer, Kierkegaard, Baudelaire, Tolstoj e Nietzsche (1993, p.181).

Portanto, quando Bell identifica na sociedade pós-industrial que a autonomia da cultura possibilita a afirmação social do império absoluto do “eu”, do indivíduo como criatura que se autentica e é impulsionada para a busca do além (BELL, 1992, p. 57), o autor está corroborando os prognósticos weberianos quanto ao futuro da modernidade. Dali em diante o individualismo passaria a ser acentuado de modo crescente. Tanto é que Bell chama a atenção para o fato de que o livro de sociologia mais popular nos anos 50 e 60 foi o *The Lonely Crowd*, de David Riesman. Uma obra que descreve a ocorrência de uma significativa mudança na estrutura do personagem da sociedade contemporânea: do burguês histórico, indivíduo automotivado e autodisciplinado para o indivíduo sensível primeiramente ao grupo dos seus iguais e ao grupo de pressão dos outros (Bell, 1992, p.54). Transformação essa decorrente das contradições culturais descritas por Daniel Bell e previstas por Max Weber. Conforme Lichtblau:

Ao reconhecer a autonomia do “amor pelo amor” e da “arte pela arte”, Weber modificou decisivamente a estrutura conceitual da *Ética Protestante* em relação à sua teoria da modernidade. Assim, a obra de Weber relacionou-se com a vanguarda cultural que identificou a distinção da cultura moderna com uma diferenciação sistemática da esfera estético-expressiva das esferas puramente cognitivo-instrumental e moral-prática. Essa teoria da modernidade adotou como centrais os motivos da crítica da razão do romantismo primitivo, que se empenhara em defender a “infinitude interna do sujeito” (Hegel) contra os imperativos lógicos e substantivos do racionalismo teórico e prático, para reabilitar as esferas da estética e do amor sexual como matérias de autêntica expressividade. Reconhecendo a autonomia de valor dos reinos erótico e estético, Weber integrou esse modernismo estético-expressivo numa teoria de racionalização e modernização que começara com um maciço processo histórico de desencantamento religioso, e que agora evocava o retorno dos deuses. Como um “elogio do politeísmo”, a teoria de Weber pode ser entendida como “mito (*Mythos*) dirigido contra si mesmo”, uma atitude pós-histórica em relação à história. Assim, ele antecipou a ruptura entre o

modernismo e a modernidade que Daniel Bell posteriormente descreveu como uma contradição cultural do capitalismo. Assim, exigindo autorrealização ilimitada para o indivíduo, a contracultura “pós-moderna” representa uma cultura expressiva estético-hedonista e orientada para o consumo. Mas o núcleo institucional da sociedade moderna, que encontrou seu paradigma histórico na ética protestante, ainda se baseia em uma ética convencional. (LICHTBLAU, 1993, p. 190-191, aspas e grifos do autor)¹⁶.

¹⁶ In recognizing the autonomy of "love for love's sake" and of "art for art's sake," Weber decisively modified the conceptual framework of *The Protestant Ethic* in relation to his theory of modernity. Thus Weber's oeuvre linked up with the cultural avant-garde which identified the distinctiveness of modern culture with a systematic differentiation of the aesthetic-expressive sphere from the purely cognitive-instrumental and moral-practical spheres. This theory of modernity took up central motifs of the early romanticist critique of reason, which had endeavored to defend the "internal infinity of the subject" (Hegel) against the logical and substantive imperatives of theoretical and practical rationalism and to rehabilitate the spheres of aesthetics and of sexual love as matters of authentic expressiveness. By acknowledging the autonomy of the erotic and the aesthetic value realms, Weber integrated this aesthetic-expressive modernism into a theory of rationalization and modernization which had begun with a massive historical process of religious disenchantment and now conjured up the return of the gods. As a "praise of polytheism," Weber's theory can be understood as "myth (*Mythos*) directed against itself," a post-historical attitude to history. He thereby anticipated that break between modernism and modernity that Daniel Bell later described as a cultural contradiction of capitalism. Demanding limitless self-fulfillment for the individual, the "post-modern" counterculture represents an aesthetic-hedonist, consumption-oriented expressive culture. But the institutional core of modern society, which found its historical paradigm in the Protestant ethic, still rests on a conventional ethic.

3. A PÓS-MODERNIDADE E O HIPERINDIVIDUALISMO PÓS-MORALISTA CONTEMPORÂNEO

Na discussão desenvolvida no capítulo precedente, restaram evidenciados os principais fenômenos constitutivos da modernidade, os processos de racionalização da vida, de secularização, de desencantamento do mundo, de intelectualização da religião e da perda do sentido objetivo do mundo; acontecimentos que resultaram na promoção dos processos de internalização e subjetivação, de desenvolvimento da individualidade com a reflexividade e a referencialidade interna do “eu”, de fragmentação da vida em esferas autônomas e de constituição do politeísmo dos valores na cultura. Também foi sublinhada a crise da modernidade a partir dos surgimentos da sociedade pós-industrial como “Era da informação e do conhecimento”, da autonomização da esfera cultural e da emersão de um individualismo de ética hedonista e consumista, cujo princípio central é a autorrealização devido à intensificação das “racionalizações do extracotidiano irracional” na cultura a datar da segunda metade do século XX. Então, tendo por referências esses processos como especificidades da modernidade, neste capítulo será discutida a noção de pós-modernidade como ideia, crítica, experiência cultural e condição social, dando continuidade à delimitação do marco teórico-analítico sobre o qual as situações sociais, políticas, culturais e de interação serão investigadas.

Segundo Gadea (2017, p. 383-402), uma extensa lista de autores pensou a noção de pós-modernidade em sentido amplo. O autor destaca que três dentre os vários parecem convergir em discussões que incorporam tanto a esfera da cultura, como a do conhecimento, da economia e da vida social em geral, tratando do discurso pós-moderno de forma complementar. São eles: Jean François Lyotard (1991), com o debate sobre a pós-modernidade como “condição do saber das sociedades avançadas” em que entram em declínio “as metanarrativas” explicativas da realidade; Frederic Jameson (2002), com a discussão em torno do pós-moderno como “lógica cultural do capitalismo tardio”; e Zygmunt Bauman (2001), com sua metáfora de “modernidade líquida” na contemporaneidade. Ora, considerando as esferas realçadas por Gadea (2017), poderíamos somar ao grupo mais um autor cujas análises da pós-modernidade as abrange: o filósofo francês Gilles Lipovetsky (2004, 2005a, 2005b e 2015), pensador ainda vivo e em plena atividade como professor da Universidade de Grenoble na França.

Entretanto, Lipovetsky (2004) se diferencia por revisitar sua produção teórica devido às críticas ao conceito de “pós-modernidade”, mesmo tendo utilizado essa noção recorrentemente

em suas primeiras publicações. Ele possui esse aspecto em comum com Bauman, que passou a se referir à “modernidade líquida” ao invés de “pós-modernidade” nos seus últimos trabalhos. O último para evitar as confusões semânticas entre “sociologia pós-moderna” e “sociologia da pós-modernidade”, entre “pós-modernismo” e “pós-modernidade” (PALLARES-BURKE, 2004). Já Lipovetsky (2004) efetua uma revisão que vai além de dar maior precisão de sentido ao conceito, mas sim para expandir sua análise e acrescentar novas noções, como, por exemplo, a de “hipermodernidade”, concebendo, portanto, a “pós-modernidade” como um estágio de transição curto entre a “modernidade” e a sua fase atual, de caráter “hiper” (LIPOVETSKY, 2004, p. 58).

Isso posto, pontuamos que a discussão da noção de pós-modernidade aqui realizada terá como autor basilar Gilles Lipovetsky (2004, 2005a, 2005b e 2015), de modo que outros autores só serão utilizados na medida em que contribuirão para o esclarecimento dos conceitos e teses do autor, seja corroborando-o ou refutando-o. Essa escolha se justifica, primeiramente, porque algumas das fontes utilizadas por Lipovetsky são exatamente os elementos da teoria sociológica de Daniel Bell, que, por sua vez, segue os passos da teoria da modernidade de Max Weber. Isso nos permite continuar seguindo a mesma linha de raciocínio desenvolvida antes, com o ponto de partida na consideração do processo de racionalização como singularidade ocidental. E, secundariamente, por causa da metodologia utilizada pelo autor em suas análises, útil para a perspectiva da sociologia, como explicitou ele mesmo em uma entrevista para Sébastien Charles (2006) nos seguintes termos:

Antes de tudo, gostaria de esclarecer que não me situo no rastro da tradição filosófica no sentido estrito. [...] Minha problemática se inscreve na compreensão dos problemas através da história e não em uma perspectiva metafísica, ou, ao contrário, em uma vontade de desconstrução da metafísica. Procuro compreender a articulação de grandes problemas filosóficos – o humanismo, a democracia, a autonomia – que se encarnam no devir da história e, mais particularmente, da modernidade. [...] Quero compreender os problemas baseando-me a princípio em dados factuais, antes de apresentar sobre eles uma teoria compreensiva. Ora, entre os filósofos, é muitas vezes o contrário que ocorre. Só *o corpus* da tradição é importante e os fatos vêm inscrever-se nele apenas por acréscimo. Eu procuro antes recompor as lógicas da história, grandes momentos que intervêm a uma só vez na problemática da longa duração histórica e da extrema contemporaneidade, para dar inteligibilidade à história. Então, sou basicamente contrário tanto à abordagem *a priori* quanto ao esmiuçamento dos grandes textos. Aí está, se quiser, em que consiste minha metodologia, que é de uma sensibilidade mais histórico-sociológica que filosófica, mesmo que os sociólogos não me reconheçam como um dos seus. (LIPOVETSKY In: CHARLES, 2006, p. 147-

E, em terceiro lugar, para demonstrar que a intensificação das “racionalizações do extracotidiano irracional” na contemporaneidade pode ser mais bem interpretada sociologicamente quando se relaciona o processo de racionalização às novas categorias conceituais e analíticas introduzidas por Lipovetsky ao debate modernidade-pós-modernidade. Como, por exemplo, as de “hipermodernidade” e “hiperindividualismo”, e, sobretudo, as diferenciações do autor entre o “processo de individualização moderno” e o seu análogo surgido a partir da pós-modernidade e consolidado no decorrer da hipermodernidade, o “processo de personalização”. Ou seja, as distinções entre o individualismo moderno e o hiperindividualismo contemporâneo.

3.1 A análise de Gilles Lipovetsky

De acordo com Brito (2015), Gilles Lipovetsky é relevante para a compreensão do mundo hodierno por tratar dos seus predicados culturais, políticos, sociais e econômicos; bem como das suas tendências, direções, desafios, e, por conseguinte, do tipo de sujeito que nesse contexto é engendrado. O filósofo se destaca por dar atenção especial a temas pouco tratados na filosofia (COSTA, 2012, p. 24), presentes de forma significativa na vida contemporânea no dia a dia ordinário, “trazendo à tona assuntos corriqueiros que poderiam passar despercebidos aos olhares filosóficos voltados para o grandioso, para verdades universais e transcendentess” (CRUZ, 2013, p.15).

Um dos elementos principais da análise do autor é a construção de uma particular interpretação do fenômeno do “individualismo”, realizada descritivamente por uma arqueologia que esmiúça as múltiplas faces dessa ocorrência no mundo contemporâneo. Isto é, esse fenômeno é analisado pelo autor “numa perspectiva histórica e através das articulações homem/mundo que daí surgem” (PELOGIA, 2017, p.13), como as do culto da moda, do culto do luxo, das mudanças na ética e das transformações da economia, dos sexos e do âmbito da sociedade de consumo. Os seus livros focalizam diversos aspectos, que devem ser considerados elementos recorrentes e constitutivos da sociedade contemporânea: “individualismo; processo de personalização; vazio; sedução; indiferença; modernismo e pós-modernismo; violências; narcisismo” (BRITO, 2015, p. 156).

Segundo Lipovetsky, o hiperindividualismo contemporâneo é um fenômeno que se origina no processo de individualização iniciado na modernidade, se atualiza na pós-modernidade e atinge seu ápice na hipermodernidade ao configurar-se como “hiperindividualismo”, ou, de modo mais preciso, como “individualismo narcísico”. Assim, para a correta compreensão da análise lipovetskyana, utilizaremos nesta tese como principais referências do autor: *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo* (2005a), publicado pela primeira vez em 1983; *A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos* (2005b), editado originalmente em 1992; *Os tempos hipermodernos* (2004), escrito em parceria com Sébastien Charles, confesso seguidor do pensamento de Lipovetsky (PELOGIA, 2017, p.69); e *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo* (2015), lançado em 2006. Além disso, serão usados de modo complementar alguns trabalhos sobre o pensamento do autor (CHARLES, 2006; COSTA, 2012; CRUZ, 2013 e PELOGIA, 2017) e o concernente ao seu conceito de “hipermodernidade” (CHARLES, 2009).

3.1. 1. O individualismo moderno de cunho moralista laico

Para Lipovetsky (2004, p. 54), a modernidade possui “três axiomas constitutivos”: o mercado, a eficiência técnica e o indivíduo; sendo este último o elemento central de sua análise. Segundo Pelogia (2017, p. 14), o autor francês identifica “o advento da modernidade” com o “advento do indivíduo moderno”. Por isso Lipovetsky se refere à modernidade, tal como descrita no capítulo anterior, como primeira modernidade, desenvolvendo uma correlação entre essa e o que ele denominou de “primeira fase do individualismo” ou apenas de “individualismo moderno”.

Conforme Lipovetsky, o surgimento do estado moderno com a expansão da economia liberal resultou na eclosão do individualismo. Nessa fase histórica ocorreu o término da dependência pessoal como característica constitutiva dos laços sociais da pré-modernidade, o que levou ao surgimento da noção de indivíduo como independente, constituído sem ter sua base fundamentada nas alianças sociais, referências comunitárias e ideais das tradições. Um indivíduo voltado para seus próprios interesses, sem a necessária articulação com o referencial comunitário típico de sua formação anterior.

Tratava-se de uma nova forma de viver, com a elevação de diversas aspirações individuais, como as da ascensão financeira, da vida íntima, do bem-estar e as de aquisição de propriedade e de segurança (BRITO, 2015, p.160). Não havia mais o prevalecer da comunidade sobre o indivíduo e seus anseios. Os desejos individuais passaram a ter prioridade levando ao declínio dos códigos de comportamento que amarravam o ser humano ao seu grupo social.

Assim, com a eclosão do indivíduo nos termos supracitados, ocorreu a atomização dos indivíduos na modernidade, fenômeno responsável pelo potencial revolucionário daquele período, uma vez que, segundo o autor, nas sociedades tradicionais não havia possibilidade de revoluções (LIPOVETSKY, 2005a, p. 183). O indivíduo por si mesmo se reconheceu com poder de escolha e equidade. Então, em virtude daquele poder simbólico ideológico articulado pelo individualismo, transformações operadas por mãos humanas passaram a ser possíveis. Por isso, aquela etapa inicial de individualismo foi um momento histórico marcado por lutas sociais e intensos embates políticos. Ocorreram diversas revoluções sociais por causa das aspirações coletivas e individuais, que fizeram prevalecer um novo regime sócio-econômico-político, o das democracias modernas com princípios liberais. Foi o que o autor denominou de “primeira revolução individualista”, elemento basilar da cultura democrática da modernidade. De acordo com Lipovetsky:

Uma vez que o indivíduo não é mais o meio de uma finalidade exterior, mas, sim, é considerado, e se considera, como finalidade última, as instituições sociais perdem sua aura sagrada, tudo aquilo que procede de uma transcendência inviolável e se revela em uma heteronímia de natureza, encontra-se, em um prazo maior o menor, minado por uma ordem social ideológica cujo centro não é mais o além, mas o próprio indivíduo autônomo.

A sociedade homogênea em que todos são iguais e livres é indissociável, em uma era triunfante, de um conflito aberto e violento dirigido à organização da sociedade. Comandada pelo papel crucial da ideologia, que passa a substituir a instância religiosa, conservando o mesmo caráter absoluto e passional, a primeira fase individualista é uma era de revolução e de lutas sociais sangrentas (LIPOVETSKY, 2005a, p. 184).

Então, nestes termos, a análise do filósofo francês parece se harmonizar com vários aspectos salientados no capítulo anterior, mais ainda com a constatação de que na modernidade ocorreu a “perda do sentido objetivo do mundo”, responsável pelo surgimento do “individualismo” e da “ênfase na subjetividade”. Todavia, na continuação da citação, o autor observa que:

Emancipando-se do sagrado, a sociedade individualista não restituiu aos homens o pleno domínio do seu ser-conjunto a menos que os faça se

enfrentarem em conflitos, muitas vezes à base do interesse, é verdade, mas cujo maniqueísmo se deve ainda mais aos novos *valores* anexados aos direitos do indivíduo. Dessa maneira, a fase heroica do individualismo pode ser comparada mais a uma mobilização-politização de massa em torno de valores do que a retirada prudente em direção a preocupações estritamente particulares. A hipertrofia e o antagonismo ideológicos são inseparáveis do ser individualista-democrático (LIPOVETSKY, 2005a, p. 184).

Ora, tendo em vista essas afirmações, vale pontuar neste momento outro aspecto fundamental da análise lipovetskyana, elemento singular de seu pensamento: a demonstração de que a “laicização da moral” foi também um dos resultados do individualismo moderno, fenômeno descrito pelo autor como “A consagração do dever” (LIPOVETSKY, 2005b, p. 1-24).

Isto é, as transformações ocorridas nas sociedades ocidentais, responsáveis pela irrupção da modernidade, modificaram a moral até então em vigor, fundamentada e subordinada à religião. Como “uma ordem de coisas independente e universal”, a moral passou a ser concebida, tendo como referência na cultura democrática moderna somente a condição humana como elemento superior às demais esferas. Retirou-se do seu centro a religião, fixando-se ali o indivíduo.

As ideias de soberania individual e de igualdade civil, parte constitutiva da civilização democrática-individualista, exprimem os princípios “básicos e inquestionáveis” da moral universal, manifestam os imperativos imutáveis da razão moral e do direito natural que não podem ser ab-rogados por nenhuma lei humana. São “verdades evidentes por si”, e simbolizavam o novo valor absoluto dos tempos modernos: o indivíduo humano. Eis o objetivo de uma sociedade organizada segundo os princípios de uma ética laica, de base estritamente humano racional¹, que concretiza a passagem histórica para o período da modernidade democrática. Ao fazerem da ética uma instância criadora, elevando o indivíduo à condição de valor moral primeiro e último, as sociedades se afastaram da imemorial influência do poder religioso. É esse “o código genético” das democracias modernas: uma ética universalista laica (LIPOVETSKY, 2005b, p. 2-3, aspas do autor).

Neste sentido, vale realçar que, mesmo tendo o indivíduo como o mais importante referencial e se aludindo primeiramente à defesa e ao reconhecimento dos direitos subjetivos

¹ “Isso não quer dizer que o conceito de moral racional ou natural tenha sido invenção especificamente moderna. É sabido que os filósofos gregos, desde a Antiguidade, elaboraram sistemas morais que só admitiam a autoridade da razão ou da natureza. Contudo, exclusivamente os modernos foram capazes de ostentar, como dísticos da vida social, valores estritamente laicos; exclusivamente, foram os que tomaram a iniciativa de organizar uma estrutura social e política com base em princípios éticos não vinculados a confissões religiosas. Com efeito, o padrão moral e o fundamento último dos tempos democráticos modernos residem numa ética laica ou de cunho universalista” (LIPOVETSKY, 2005b, p. 2).

do ser humano, Lipovetsky indica que a ética laica em ascensão não extinguiu a dimensão dos deveres, apenas a das “obrigações em relação ao legislador divino” que fundamentavam o organismo social e político. Então, tornaram-se provenientes dos direitos fundamentais dos indivíduos tanto os direitos subjetivos quanto os seus deveres, ambos transformados em conceitos correlatos.

Quando ficou definido o princípio individualista do direito de cada um dirigir-se por si só, a ideologia moderna estabeleceu uma hierarquia de prioridades, bem como a obrigação irrestrita de não buscar apenas o interesse pessoal, mas também o sentido transcendente do ideal. O individualismo possessivo - que consagrava a primazia dos vínculos com as coisas sobre os vínculos com os homens - viu-se suplantado por um intransigente *individualismo moralista*. Assim, a ideologia econômica moderna não consentiu imediatamente na exteriorização de um individualismo sem entraves, pois a noção do dever como algo absoluto era um contrapeso ao perigo de transformar em egolatria o apreço aos direitos do indivíduo soberano (LIPOVETSKY, 2005b, p. 5, grifo nosso).

Isso significa que, para Lipovetsky, ainda que a consagração dos direitos subjetivos e a consolidação dos ideais de igualdade e liberdade tenham ocorrido, fazendo da felicidade um direito natural do homem, diretriz central da cultura individualista (LIPOVETSKY, 2005b, p. 3), o indivíduo formado pelo processo de individualização moderno não possuiu como elementos constitutivos do seu “eu” as manifestações da sua subjetividade, mas, sim, os ideais daquela moralidade e ética laicas consolidadas na modernidade. É o que também corrobora Pelogia ao tratar do tema da primeira revolução individualista em Lipovetsky:

Não há aqui indivíduo enquanto expressão de singularidades, de subjetividades. Todo o projeto modernizador, que relegou a tradição ao passado e negou a moral religiosa, colocou o indivíduo como princípio e fim de toda a sociedade democrática. Mas não o indivíduo enquanto homem vivente, histórico e social, contextualizado culturalmente, plural e contingente, e sim um indivíduo abstrato e ideal, homogêneo. Assim o dever ético não era para com o José ou João, para com fulano ou beltrano, mas para com o ideal de indivíduo racional postulado pela ética moderna (PELOGIA, 2017, p. 26).

Ademais, Lipovetsky apresenta outro aspecto que se coaduna com a consagração do dever como mecanismo, reforçando que o ideal de indivíduo da primeira modernidade não tenha se constituído de sua expressão subjetiva, mas de um modelo de indivíduo postulado. Trata-se do fato de o modelo predominante de socialização da primeira modernidade ter sido o do “adestramento autoritário e mecânico”, o da “administração impositiva” (LIPOVETSKY, 2005a, p. XVII), que implementou através de várias atividades uma normalização das individualidades

responsável pela predominante “ordem disciplinar-revolucionária-convencional que prevaleceu até o decorrer da década de 1950” (LIPOVETSKY, 2005a, p. XVII). Conforme observa Pelogia,

Lipovetsky vai até Foucault apontando que ele foi o pensador que, com sucesso, soube identificar na modernidade um processo de normalização que parte do controle dos corpos e segue até um controle das almas. Processo esse que se constitui assim como aquele cenário anteriormente apresentado por Lipovetsky de uma supressão das particularidades e singularidades. A lógica da disciplina funcionou, assim, como um dispositivo que também mergulhava o indivíduo nas uniformidades: dispositivo de padronização do comportamento (PELOGIA, 2017, p. 32).

No entanto, como o foco central de Lipovetsky é o fenômeno do individualismo, ele terminou por discernir as faces antagônicas desse processo já na primeira modernidade. É o que o autor esclarece em entrevista para Sébastien Charles:

Para Foucault, a modernidade se define pela razão e essa razão vai de par com um processo de exclusão, de normalização, de standardização e de controle sutil dos corpos e, por dedução, das almas. [...] Que haja na modernidade todo um conjunto de dispositivos visando ao controle dos corpos – como ele mostrou notavelmente através da lógica da disciplina – é evidente. [...] E hoje todas as obsessões narcísicas do corpo, da forma, da linha, da magreza, dos regimes, do esporte, etc. participariam dessa lógica de disciplinamento do corpo. No plano descritivo, isso é verdade; mas, paralelamente a isso, uma outra lógica, que Foucault omite, está em funcionamento. É a de uma emancipação dos indivíduos, pela modernidade, de seu grupo de pertencimento, e do estabelecimento de uma distanciação, de um recuo precisamente dos controles exercidos sobre os indivíduos pelas instâncias tradicionais da socialização (a família, a escola, o exército, em suma, as tradições em geral)². (LIPOVETSKY In: CHARLES, 2006, p. 151-152).

Nesse sentido, Lipovetsky identifica na primeira modernidade um processo de individualização com limitações significativas em relação à subjetividade, em que as particularidades e singularidades do indivíduo são suprimidas. Porém, ao mesmo tempo, percebe uma mudança no mesmo processo de individualização em direção ao que ele denominou de “processo de personalização”. Este

...procede de uma perspectiva comparativa e histórica, determina a linha

² Obviamente há várias diferenças entre a análise de Foucault e a de Lipovetsky. Para mais detalhes sobre essas diferenças, bem como para as afinidades, veja Pelogia (2017, p.31-43).

diretiva, o senso do novo, o tipo de organização e de controle social que nos liberta da ordem disciplinar-revolucionária-convencional que prevaleceu até o decorrer da década de 1950. Ruptura com a fase inaugural das sociedades modernas, democráticas-disciplinares, universalistas-rigoristas, ideológicas-coercitivas, este é o sentido do processo de personalização (LIPOVETSKY, 2005a, p. XVII).

Em outras palavras, de acordo com Pelogia (2017, p. 74), o processo de modernização ganhou velocidade através do “processo de personalização”, tendo sido para Lipovetsky a primeira modernidade a responsável pelo início desse processo, que, por sua vez, foi catalisado na segunda modernidade, passando-se do indivíduo idealizado para o indivíduo subjetivo.

É exatamente essa a tese de Lipovetsky na obra *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo* (2005a), de que a partir da chamada “pós-modernidade” ocorreu um “esvaziamento dos conteúdos rígidos” que preencheram o “eu” do indivíduo constituído na primeira modernidade. Então, a segunda revolução individualista engendrou a segunda modernidade de tal modo que aqueles conteúdos passaram a ser substituídos pelas manifestações da subjetividade do indivíduo, através do “processo de individualização” dessa segunda etapa, o que o autor denominou de “processo de personalização”, processo esse que atingirá seu ápice na “hipermodernidade” como será discutido mais adiante. Essa é a hipótese do autor explicitada já no prefácio do livro naquela ocasião: de uma “mutação sociológica global” em curso (2005a, p. XVI).

Mas então, naturalmente, cabe indagar: quais foram “os conteúdos rígidos” que constituíram o “eu” do indivíduo na primeira modernidade? Na obra de Lipovetsky isso não está explícito, uma vez que o autor foca seus estudos nos elementos constitutivos da sociedade dos dias atuais, ou seja, dá ênfase nos períodos subsequentes à pós-modernidade em diante, se remetendo à primeira modernidade apenas para, por comparação, esclarecer os elementos da sociedade contemporânea. Além disso, não seria possível identificar “todos os pormenores a fim de identificar cada motivação específica de cada homem e de cada instituição na construção da individualidade”, não foi essa a intenção da obra de Lipovetsky e nem faria sentido. O que é pertinente é “perceber uma base geral da qual o homem se valia para a construção existencial e formação de sua individualidade” (PELOGIA, 2017, p.51).

Tendo isso em vista, Pelogia analisa a obra lipovetskyana buscando traçar linhas de inteligibilidade em relação a essa base existencial (2017, p.13), terminando por considerar como aproximação aos conteúdos rígidos os seguintes elementos: a religião do dever laico (2017,

p.22-31), o poder e a disciplina, como mecanismo moderno de produção de individualidade (2017, p. 31-43); o engajamento emocional fundado nas crenças dos sistemas peritos e a teleologia do progresso (2017, p.43-52). Em outros termos, pode-se dizer que:

...no pensamento de Lipovetsky, a ideia de indivíduo dessa primeira revolução aparece como figura forjada pela lógica do poder, de um indivíduo comprometido com os cânones do dever para consigo mesmo – enquanto própria figura abstrata deste indivíduo – e para com os outros indivíduos – expressões dessa mesma figura abstrata; um indivíduo engajado emocionalmente, pois não simplesmente está sob um jugo da sujeição, uma vez que adota uma forma específica de individualidade porque de fato acredita nela, pois encontra nos peritos que postulam essa forma específica de individualidade sentidos de existência; e um indivíduo orientado para um futuro, numa perspectiva teleológica e escatológica da construção de sua individualidade (PELOGIA, 2017, p. 51).

Assim,

... em seu processo de individualização e construção existencial, o indivíduo da primeira modernidade dispunha de uma base geral que se constituía como linear e acumulativa: uma construção existencial que se dá por uma escala progressiva e teleológica. A individualização nesse caso não é justificada no próprio indivíduo, mas sim na figura de um indivíduo objetivo, transcendente a ele mesmo. Constituir-se como indivíduo é, nesse sentido, negar a subjetividade e as particularidades em função do modelo a se reproduzir: o indivíduo real é derivativo de um modelo de indivíduo (PELOGIA, 2017, p. 122).

3.1. 2. A pós-modernidade e a hipermodernidade

De acordo com Lipovetsky, após a consolidação do individualismo como fenômeno típico da modernidade, transformações sociais e culturais ocorreram de modo a resultar em um novo processo de individualização. Trata-se do que ele denominou de processo de personalização, fenômeno que, segundo o autor, surgiu na pós-modernidade e se consolidou atingindo seu ápice na hipermodernidade. Tendo em vista a complexidade desses conceitos na obra do autor, bem como suas relações com o novo processo de individualização identificado, torna-se pertinente esclarecer, antes de discutirmos tais noções, as influências de Jean-François Lyotard no pensamento de Lipovetsky. Isso se justifica porque é possível identificar duas influências que foram muito significativas. A primeira, a partir de uma experiência pessoal e de certo modo direta durante a formação do filósofo; e a segunda, devido à importância de Lyotard no crescimento e expansão do uso do conceito de “pós-moderno” nos meios intelectuais e

universitários de todo o mundo.

Em relação à primeira, parece-nos indicar como surgiu a orientação de Lipovetsky quanto a sua perspectiva sociológica, tomando como objeto a modernidade e já despontando preliminarmente como hipótese o caráter pós-revolucionário advogado por ele em relação à contemporaneidade. Em suas próprias palavras, o autor afirmou:

Eu lia sem muita paixão os textos fundadores da filosofia. Segui meus estudos um pouco como “artista” livre e decidia ele próprio os autores sobre os quais trabalhar. Lia com entusiasmo Lévi-Straus, Saussure, Freud, Marx e os epílogos. O que me animava era não as grandes questões da metafísica ou da moral, mas a interpretação do mundo moderno. (...) Por volta de 1965, fiz parte de um grupelho esquerdista, o Poder Operário, originário do Socialismo ou Barbárie, que tinha sido fundado por Lefort e Castoriadis e era em especial animado por Lyotard, Veja e Souyri. (...) Fiquei dois anos nesse grupo, mas, como eu frequentemente saía de férias, questionaram minha militância um pouco hedonista e descontraída demais! (...) A nova era do lazer já exercia sua influência (...) Para mim, “a vida de verdade” já estava em outro lugar. A bem dizer, a questão da revolução não me preocupava quase nada, porque eu não acreditava realmente nela – procurava, sobretudo, ferramentas de análise para compreender o real. (LIPOVETSKY, 2004, p. 109-110, aspas do autor)³.

Já em relação à segunda, ela pode ser identificada em termos dos aspectos substantivos do pensamento Lyotard, tendo em vista a importância do autor no que tange ao debate do “pós-moderno” na compreensão da relação entre a modernidade e a sociedade atual. Segundo Gadea,

É entre o início dos anos 70 e fins da mesma década que a polêmica ou o debate do pós-moderno ingressa com certa força nos meios acadêmicos europeus e norte-americanos, sendo, sem dúvida o trabalho **La condición postmoderna**, de Jean-François Lyotard (1989a), o que repentinamente geraria todo um debate nas ciências sociais. Esse debate se materializaria em torno do que constituiria um *diagnóstico do presente* e, fundamentalmente, em torno de uma eventual *crise de legitimação* que afetaria os diferentes espaços sociais e políticos, questionando-se o fato de que já não pareceria existir a possibilidade de recorrer-se a princípios que possam operar como “referenciais universais de valor” (GADEA, 2007, p. 24, negrito, grifos e aspas do autor).

Para Lyotard (1991), uma nova condição cultural surgiu com a passagem da era industrial para a idade “pós-industrial”, a condição denominada por ele de “pós-moderna”. O autor teve como o objetivo de sua obra analisar o estatuto do saber nas sociedades desenvolvidas,

³ O caráter de uma “sociologia filosófica” da modernidade típico da análise de Lipovetsky já estava presente naquela ocasião, tanto pelas escolhas dos autores a serem lidos quanto aos aspectos da vida ordinária que se tornariam objetos de sua reflexão.

realizando um diagnóstico dessa questão por encomenda do governo de Quebec, no Canadá. Ao ser publicado, o resultado de seu trabalho terminou por deixar de ser, como o próprio autor o delimitava, “um escrito de circunstância” (LYOTARD, 1991, p. xvii.), tornando-se um conjunto de referências conceituais sobre a noção de “pós-modernidade”.

É precípuo pontuar que um dos méritos de Lyotard foi tratar da questão na perspectiva epistemológica, não tendo sido ele quem utilizou pela primeira vez o conceito de pós-modernidade. Tanto é que em seu texto citou, do início ao fim, diversos autores que já adotavam o termo, conforme Pelogia (2017, p. 56), a sua maioria de pensadores da sociologia americana. Inclusive, um dos autores utilizados por Lyotard como base para se referir ao pós-moderno como cultura da sociedade pós-industrial é Daniel Bell (1977), cujas análises sobre a sociedade contemporânea (BELL, 1977 e 1992) foram detalhadas no capítulo anterior, tendo sido elas também usadas como suporte em Lipovetsky (2005a).

Em relação à análise de Lyotard (1991), dois são os seus elementos evidentes que podem ser realçados como importantes alicerces na obra de Lipovetsky. A questão da descrença das metanarrativas no contexto pós-industrial e a transformação da natureza do vínculo social na sociedade contemporânea.

Quanto ao primeiro, Lyotard o explicita como argumento central da sua tese na obra:

Este estudo tem por objetivo a posição do saber nas sociedades mais desenvolvidas. Decidiu-se chamá-la de “pós-moderna”. A palavra é usada, no continente americano, por sociólogos e críticos. Designa o estado de cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX. Aqui essas transformações serão situadas em relação à crise dos relatos.

Originalmente a ciência entra em conflito com os relatos. Do ponto de vista de seus próprios critérios, a maior parte destes últimos revela-se como fábulas. Mas, na medida em que não se limite a enunciar regularidades úteis e que busque o verdadeiro, deve legitimar suas regras de jogo. Assim exerce sobre seu próprio estatuto um discurso de legitimação, chamado filosofia. Quando esse metadiscurso recorre explicitamente a algum grande relato, como a dialética do espírito, a hermenêutica do sentido, a emancipação do sujeito racional ou trabalhador, o desenvolvimento da riqueza, decide-se chamar moderna a ciência que a isso se refere para se legitimar. (LYOTARD, 1991, p. xv – aspas do autor).

Então, para o autor, apesar de os relatos e a ciência serem formas de saber que se excluem a princípio, sobretudo no que tange à ciência em termos objetivos, o conhecimento científico “para legitimar suas próprias regras (regras do jogo da ciência), ele se valeu de relatos: os metarrelatos, metanarrativas, ou ainda metadiscursos”, isto é, “uma das características mais

marcantes da ciência moderna é que as regras do jogo científico são legitimadas por meio de grandes relatos: o conhecimento científico é legitimado pelo saber narrativo” (PELOGIA, 2017, p. 57).

Isso indica que o saber é algo significativamente amplo, segundo o autor, pois não se limita à ciência, uma vez que esta nada mais é que um subconjunto do conhecimento. Por sua vez, “O conhecimento é o conjunto dos enunciados que denotam ou descrevem objetos excluindo-se todos os outros enunciados, e suscetíveis a serem declarados verdadeiros ou falsos” (LYOTARD, 1991, p. 35). Assim, ele (o saber) também não se reduz ao conhecimento, não se limita a

...um conjunto de enunciados denotativos; a ele misturam-se as ideias de saber-fazer, de saber-viver, de saber escutar, etc. Trata-se então de uma competência que excede a determinação e a aplicação do critério único de verdade, e que se estende às determinações e aplicações dos critérios de eficiência (qualificação técnica), de justiça e/ou de felicidade (sabedoria ética), de beleza sonora, cromática (sensibilidade auditiva, visual), etc. Assim compreendido, o saber é aquilo que torna alguém capaz de proferir “bons” enunciados denotativos, mas também “bons” enunciados prescritivos, avaliativos... Não consiste numa competência que abrange determinada espécie de enunciados, por exemplo, os conectivos, à exclusão de outros. Ao contrário, permite “boas” *performances* a respeito de vários objetos de discursos: a se conhecer, decidir, avaliar, transformar... (LYOTARD, 1991, p. 36 – aspas e grifos do autor).

Desse modo, conforme Lyotard, assim como a sociedade industrial transformou-se numa manifesta sociedade pós-industrial, e a cultura moderna tornou-se uma cultura pós-moderna, o estatuto do saber também se modificou.

Simplificando ao extremo, considera-se “pós-moderna” a incredulidade em relação aos metarrelatos. É, sem dúvida, um efeito do progresso das ciências; mas este progresso, por sua vez, a supõe. Ao desuso do dispositivo metanarrativo de legitimação correspondem, sobretudo, a crise da filosofia metafísica e a instituição universitária que dela dependia. A função narrativa perde seus atores (*functeurs*), os grandes heróis, os grandes perigos, os grandes périplos e o grande objetivo. Ela se dispersa em nuvens de elementos de linguagem narrativos, mas também denotativos, prescritivos, descritivos, etc., cada um veiculando consigo validades pragmáticas *sui generis*. Cada um de nós vive em muitas dessas encruzilhadas. Não formamos combinações de linguagem necessariamente estáveis, e as propriedades destas por nós formadas não são necessariamente comunicáveis (LYOTARD, 1991, p. xvi – grifos e aspas do autor).

Considerando tudo isso, a pós-modernidade torna-se evidente. Não há como deixar de constatar a falência da modernidade, o ocaso da fé nos pilares da ciência, da razão e do progresso aludidos no capítulo anterior. Se outrora os relatos garantiam a legitimidade do conhecimento científico, na condição pós-moderna eles perdem sua confiabilidade. Este é o problema apresentado por Lyotard: “o que digo é verdadeiro porque o provo; mas o que prova que a minha prova é verdadeira?” (LYOTARD, 1991, p. 45). Nos termos de Pelogia,

Os atores da narrativa, os grandes heróis – como disse Lyotard – estão, pois, mortos; e aqueles que sobraram estão às minguas: não há mais realização do Espírito, não se acredita mais na emancipação humana ou na sociedade sem classes; em suma, os grandes objetivos fındaram-se e os metadiscursos de legitimação perderam sua credibilidade. Sem essa ancoragem sólida e segura, todo o saber como que flutua instável. Quem antes legitimava a ciência? O ideal de Razão, por exemplo? Porém, quem agora poderá assegurar a legitimação que a Razão dá à ciência, se a própria Razão foi abalada, desacreditada, ou, no mínimo, desesperançada? Quem legitimará aquele que outrora legitimava? (PELOGIA, 2017, p. 59).

Além disso, da questão da legitimidade, de acordo com Lyotard (1991, p.4-5), o esvaziamento das metanarrativas também está relacionado com o desenvolvimento da informática, da comunicação e da mídia, incidindo de modo contundente sobre o saber como um todo, bem como impactando o conhecimento científico. É o que também afirma Barbosa no prefácio da obra de Lyotard em sua edição brasileira.

O pós-moderno, enquanto condição da cultura nesta era, caracteriza-se exatamente pela incredulidade perante o metadiscorso filosófico-metafísico, com suas pretensões atemporais e universalizantes.

O cenário pós-moderno é essencialmente cibernético e informacional. [...] Neste cenário, predominam os esforços (científicos, tecnológicos e políticos) no sentido de informatizar a sociedade. Se, por um lado, o avanço e a cotidianização da tecnologia informática já nos impõem várias reflexões, por outro lado, seu impacto sobre a ciência vem se revelando considerável. (BARBOSA, 1991, p. vii, aspas do autor).

Sob essa ótica, de acordo com Lyotard (1991), o saber é afetado em suas principais funções: a pesquisa e a transmissão de conhecimentos. O avanço tecnológico e a possibilidade da miniaturização e comercialização de aparelhos modificam as operações de aquisição, classificação, acesso e exploração de conhecimentos. A supremacia da informática impõe uma nova lógica cujas prescrições versam sobre os enunciados aceitos como “do saber”. Assim, ocorre uma explosiva exteriorização do saber em relação ao sujeito que sabe em qualquer ponto

que este se encontre no processo de conhecimento, resultando em que o antigo princípio segundo o qual a aquisição do saber é indissociável da formação do espírito, e mesmo da pessoa, caia em desuso. Por isso Lyotard enfatiza que o saber é transformado em uma mercadoria, passando a ser produzido para ser vendido, trocado, deixando de ter para si mesmo o seu próprio fim, perdendo seu “valor de uso” (LYOTARD, 1991, p.5). “A legitimação do saber parece não estar mais em um valor de verdade, mas em uma de valor de eficiência” (PELOGIA, 2017, p. 60). É o que advoga Charles se referindo à derrocada da modernidade por muitas razões, dentre as quais ele ressalta também essas duas, o declínio dos metarrelatos e o desenvolvimento tecnológico.

Primeiro, esse projeto moderno construiu-se com base em grandes narrativas, as metanarrativas (sociedades sem classes sociais, felicidade universal, realização do Espírito, emancipação dos indivíduos), que não funcionam mais e cujo esvaziamento gerou a crise de uma História concebida como um caminho único e universal. Em segundo lugar, o desenvolvimento da tecnologia e da mídia de massa acabou com grande parte dos ideais da modernidade. Por um lado, a tecnologia da informática e da comunicação enfraqueceu o humanismo moderno ao valorizar uma visão de curto prazo, racional, pragmática, em detrimento de uma visão a longo prazo, preocupada com a universalidade e a felicidade coletiva. Por outro lado, a mídia de massa provocou uma diversificação da informação, permitindo, por conseguinte, a multiplicação das mensagens que torna impossível qualquer discurso unitário, e problemática a existência de valores unanimemente partilhados. [...] A saída da modernidade fez-se acompanhar de uma espécie de fragilidade e de incerteza ligadas à evidente relatividade dos valores e dos gostos, assim como o enfraquecimento das normas previstas para legitimá-las, donde a ideia de se evocar a entrada num período pós-moderno (CHARLES, 2009, p. 19-21).

Nesse sentido, é relevante asseverar que a obra de Lipovetsky, como detalharemos mais adiante, trata de forma recorrente desse primeiro elemento que salientamos na análise de Lyotard, relacionando-o com o surgimento de movimentos de eticidade de cunho pós-moralista, de diversificação de arranjos familiares, bem como de comportamentos sexuais, sobretudo, ao considerar os avanços tecnológicos e midiáticos, que resultaram num tipo de consumo de massa conjugado com a diversificação de padrões de conduta e de modos de vida. Todavia, tudo isso é inseparável do segundo elemento a se destacar, o da transformação da natureza do vínculo social.

Lyotard distinguiu o vínculo social de natureza moderna do vínculo social da natureza pós-moderna aludindo às transformações sociais ocorridas naquele contexto. Essas modificações levaram a uma mudança na concepção moderna de sociedade enquanto um todo

orgânico, dotado de “unicidade” (LYOTARD, 1991, p.20-21), para a concepção pós-moderna, em que a “atomização” do social é uma das principais características da sociedade. Daí a razão da noção dos vínculos sociais passarem a ter como base os “flexíveis jogos de linguagem” (LYOTARD, 1991, p.31).

Assim, a tese de Lyotard se desenvolve numa perspectiva de transformação do projeto moderno pontuado no capítulo anterior, de uma organização social universal, para uma organização baseada em um tipo de individualismo atomista, a partir da pós-modernidade. De acordo com o autor:

Cada qual é entregue a si mesmo. E cada qual sabe que este *si* mesmo é muito pouco.

Desta decomposição dos grandes Relatos [...] segue-se o que alguns analisam como a dissolução do vínculo social e a passagem das coletividades sociais ao estado de uma massa composta de átomos individuais lançados num absurdo movimento browniano. [...] O *si* mesmo é pouco, mas não está isolado; é tomado numa textura de relações mais complexa e mais móvel do que nunca. Está sempre, seja jovem ou velho, homem ou mulher, rico ou pobre, colocado sobre o “nós” dos circuitos de comunicação, por ínfimos que sejam. É preferível dizer: colocado nas posições pelas quais passam mensagens de natureza diversa. E ele não está nunca, mesmo o mais desfavorecido, privado de poder sobre estas mensagens que o atravessam posicionando-o, seja na posição de remetente, destinatário ou referente (LYOTARD, 1991, p. 28 – grifos e aspas do autor).

Ora, essas conjecturas sobre as mudanças sociais, segundo Pelogia (2017, p.61) pouco aprofundadas em Lyotard, nada mais correspondiam às análises sociais em prevalência naqueles anos tanto na França como nos Estados Unidos. Esses diagnósticos pressupunham o declínio de perspectivas universalistas e uma atomização do campo social. Esse é o ponto de partida de Lipovetsky quanto às noções de pós-modernidade e hipermodernidade, a articulação entre a descrença das metanarrativas no contexto pós-industrial e a transformação da natureza do vínculo social na sociedade contemporânea como a atomização dos indivíduos na modernidade.

Deste modo, Lipovetsky se aprofunda nas análises dessas questões no cotidiano e conclui “a emergência de um modo de socialização e de individualização inédito, numa ruptura com o modo instituído a partir dos séculos XVII e XVIII” (LIPOVETSKY, 2005a, p. XV), isto é, cisão com o modo de socialização da primeira modernidade. Como dito acima, a esse novo processo de socialização e de individualização ele nomeou de “processo de personalização”,

fenômeno que possui em sua constituição conceitual os dois supracitados elementos da análise de Lyotard.

O ideal moderno de subordinação do individual a regras racionais coletivas foi pulverizado, o processo de personalização promoveu e encarnou maciçamente um valor fundamental: o da realização pessoal, do respeito à singularidade subjetiva, da personalidade incomparável, quaisquer que sejam as novas formas de controle e de homogeneização realizadas simultaneamente. O direito de ser absolutamente si mesmo, de aproveitar a vida ao máximo é, certamente, inseparável de uma sociedade que instituiu o indivíduo livre como valor principal e não é mais do que a manifestação definitiva da ideologia individualista; mas foi a transformação dos estilos de vida ligada à revolução do consumo que permitiu esse desenvolvimento dos direitos e desejos do indivíduo, essa mutação na ordem dos valores individualistas. Salto adiante da lógica individualista: o direito à liberdade, teoricamente ilimitado, mas até então circunscrito à economia, à política, à cultura, ganha os costumes e o cotidiano. Viver livre e sem pressões, escolher seu modo de existência são os pontos mais significativos no social e no cultural do nosso tempo, pontos de aspiração, do direito mais legítimo aos olhos dos nossos contemporâneos (LIPOVETSKY, 2005a, p. XVI-XVII).

Portanto, foi no período chamado por Lipovetsky de “pós-modernidade” que sucedeu essa pulverização, bem como ocorreram todas essas transformações com a conseqüente ascensão do processo de personalização. Com o advento desse processo de individualização, a partir de então, não foram mais possíveis referências fora da subjetividade do indivíduo, não tiveram mais sentido os relatos externos a ele, mas só os que ele escolhesse e desejasse.

Entretanto, é relevante destacar que, apesar das influências de Lyotard, o pós-moderno em Lipovetsky terminou por significar algo diverso. E ainda que ele tenha utilizado o termo por mais de vinte anos em seus escritos, desde seu primeiro livro em 1983, *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo* (2005a); em 2004, na obra *Os tempos hipermodernos* (2004), o autor revisitou sua análise e apresentou o conceito de hipermodernidade como mais preciso para caracterizar a sociedade contemporânea.

Conforme Pelogia, o filósofo não escondeu o caráter problemático da noção de “pós-moderno” em seu pensamento, apontando ele mesmo os limites da conceituação uma vez que “(...) o sentido de pós-modernidade que é empregado por Lipovetsky em suas obras não marca categoricamente uma saída da modernidade e nem possui o estatuto de um conceito acabado” (PELOGIA, 2017, p.62). É o que explica o próprio autor quanto ao uso do conceito de pós-modernidade em seus primeiros textos. Isso aconteceu justamente na ocasião em que a noção era cada vez mais debatida no meio intelectual das universidades.

Na realidade, eu retomei essa noção, mas de maneira muito pragmática, nada teórica, nem menos ainda filosófica, simplesmente como uma ferramenta que possibilitava marcar uma ruptura, um *aggiornamento* histórico do funcionamento das sociedades modernas. Lyotard definia o pós-moderno como a crise dos fundamentos e o declínio dos grandes sistemas de legitimação. Isso era verdade, claro, mas não de todo, pois as democracias se fundamentavam especialmente num consenso muito forte em torno das bases principais delas. Em seguida, era preciso mostrar que havia não apenas ceticismo, incredulidade, falta de fé, mas também novas balizas, novos referenciais e modos de vida. Em minha mente, o pós-moderno implicava descontinuidade e continuidade, um estágio decerto pós-revolucionário, pós-disciplinar, pós-autoritário, mas ele também se inseria entre os corolários da lógica laica democrática e individualista - donde a ideia de “segunda revolução individualista” (LIPOVETSKY, 2004, p. 113, grifos e aspas do autor).

Ou seja, o pós-moderno concebido de modo que o prefixo “pós” indique a saída da modernidade como um fenômeno em que ocorre uma virada na história ocidental, com o surgimento de uma nova fase de caráter diverso e inédito, não é o conceito de Lipovetsky. Para o autor, o que ocorreu foi uma conversão inserida no decorrer da continuidade da modernidade.

O neologismo *pós-moderno* tinha um mérito; salientar uma mudança de direção, uma reorganização em profundidade do modo de funcionamento social e cultural das sociedades democráticas avançadas. Rápida expansão do consumo e da comunicação de massa; enfraquecimento das normas autoritárias e disciplinares; surto de individualização; consagração do hedonismo e do psicologismo; perda da fé no futuro revolucionário; descontentamento com as paixões políticas e as militâncias - era mesmo preciso dar um nome à enorme transformação que se desenrolava no palco das sociedades abastadas, livre do peso das grandes utopias futuristas da primeira modernidade.

Ao mesmo tempo, porém, a expressão *pós-moderno* era ambígua, desajeitada, para não dizer vaga. Isso porque era evidentemente uma modernidade de novo gênero a que tomava corpo, e não uma simples superação daquela anterior (LIPOVETSKY, 2004, p. 52, grifos do autor).

Como ele mesmo destaca, há a permanência dos axiomas constitutivos da primeira modernidade na segunda.

Eleva-se uma segunda modernidade, desregulamentadora e globalizada, sem contrários, absolutamente moderna, alicerçando-se essencialmente em três axiomas constitutivos da própria modernidade anterior: o mercado, a eficiência técnica, o indivíduo (LIPOVETSKY, 2004, p. 54).

O que Pelogia esclarece nos seguintes termos:

A argumentação preocupada de Lipovetsky é novamente um sinal de sua perspectiva filosófica que não delibera a favor de uma total descontinuidade histórica da modernidade, e sim de continuidades, mesmo que por outras vias, e que são justificadas pelo não rompimento com os princípios constitutivos da primeira modernidade: princípios como liberdade, igualdade, democracia e outros não estariam, pois, sendo solapados ou substituídos por outros princípios; ao contrário, estariam sendo exaltados ainda mais nessa segunda modernidade. Essa segunda modernidade que se levanta é “absolutamente moderna” e não teria uma natureza diversa da própria ideia de modernidade (PELOGIA, 2017, p. 68, aspas do autor).

Na verdade, Lipovetsky (2005a) já havia pontuado na sua primeira obra a problemática do uso da noção do pós-moderno e a continuidade do paradigma moderno em relação à utilização do conceito no movimento artístico comparado ao seu uso no pensamento filosófico e social.

Longe de estar em descontinuidade com o modernismo, a era pós-moderna se define pelo prolongamento e a generalização de uma das suas tendências constitutivas, o processo de personalização e, correlativamente, pela redução progressiva da sua outra tendência, que é o processo disciplinar. Por isso, não podemos aderir às problemáticas recentes que, em nome da indeterminação e da simulação, ou em nome da deslegitimação das metanarrativas, esforçam-se em pensar o presente como um momento absolutamente inédito na História. Atendo-nos ao tempo curto, ocultando o campo histórico, supervalorizamos o rompimento pós-moderno e perdemos de vista que ele prossegue, mesmo que por outros meios, o trabalho secular das sociedades modernas democrático-individualistas. Do mesmo modo que o modernismo artístico revelou uma manifestação de igualdade e de liberdade, também a sociedade pós-moderna, ao erigir o processo de personalização em modo dominante, continua a realizar os significados centrais do mundo moderno (LIPOVETSKY, 2005a, p. 91).

É o que pondera Charles na obra *Cartas sobre a hipermodernidade* (2009), utilizando outras categorias, nomeando princípios diferentes, mas argumentando em consonância com Lipovetsky:

O desaparecimento das metanarrativas basta aos pós-modernos para que falem de uma liquidação do projeto moderno. [...] No que concerne a essa fragilidade conceitual, podem-se fazer duas observações complementares: por um lado, nem todas as grandes narrativas foram desacreditadas com o tempo (a que diz respeito aos direitos humanos, por exemplo, continua atual, ainda hoje sendo um fundamento das nossas democracias); por outro lado, o desaparecimento de boa parte das metanarrativas não significa o fim da modernidade, pelo contrário. Eu acredito que essas narrativas eram essenciais para se transformar a ordem temporal e para fazer os homens dos séculos passados aceitarem o sacrifício de um tempo concebido unicamente sob a forma da repetição do

passado, assim como eu penso que elas hoje não têm a mesma influência de antes simplesmente porque nós pensamos e agimos como modernos e porque o combate contra a tradição já não está na moda (CHARLES, 2009, p. 21-22)

Para o autor, seria requisito para a aceitação da tese pós-moderna a demonstração de que os princípios nos quais se constituiu a modernidade foram desatualizados, justamente em razão da pós-modernidade. Todavia, não há indicações disso uma vez que eles continuam como centro da estrutura social, não tendo sido deslegitimados (CHARLES, 2009, p. 24). Conforme Charles, trata-se dos princípios: (1) a liberação e valorização do indivíduo (dentro do paradigma jurídico do século XVII), (2) a valorização da democracia como único sistema político viável (permitindo combinar liberdade individual e segurança coletiva), (3) a elevação do mercado como sistema regulador econômico entre as nações para a riqueza individual e coletiva e (4) o desenvolvimento tecnológico-científico (CHARLES, 2009, p. 23-24).

Então, torna-se claro que a virada histórica que ocorreu, segundo Lipovetsky, não foi uma ruptura entre a modernidade e a pós-modernidade, mas sim uma modificação no tipo de socialização em prevalência no decorrer da modernidade: a mudança no processo de individualização da primeira modernidade, de cunho moralista, para o da segunda modernidade, o processo de personalização.

Sociedade pós-moderna, maneira de significar a *virada histórica dos objetivos e das modalidades de socialização*, que o individualismo hedonista e personalizado tornou-se legítimo e já não encontra oposição; maneira de dizer que a era da revolução, do escândalo, da esperança futurista, inseparável do modernismo, está acabada. A sociedade pós-moderna é aquela em que reina a indiferença de massa, na qual domina o sentimento de repetição e estagnação, na qual a autonomia particular avança por si mesma, em que o novo é acolhido do mesmo modo que o velho, em que a inovação se torna banal, em que o futuro não é mais assimilado a um progresso inelutável (LIPOVETSKY, 2005a, p. XVIII-XIX, grifos nossos).

Além disso, a pós-modernidade em Lipovetsky também difere da de Lyotard por significar um tempo que se foi, uma vez que já estamos na segunda modernidade. E, conforme ele mesmo afirmou, esse período “não terá sido mais que um estágio de transição, um momento de curta duração. E este já não é mais o nosso” (LIPOVETSKY, 2004, p. 58). De acordo com Pelogia, ela foi “um entre-lugar, uns vinte ou trinta anos de mudanças na configuração social e cultura, como um parêntese entre a primeira e a segunda modernidade; ponto nevrálgico de clivagem na história da modernidade” (PELOGIA, 2017, p. 70). É o que também afirma Charles

em outros termos:

Não é, portanto, na análise que a pós-modernidade enganou-se, é na ruptura que ela acreditava representar com a modernidade. A pós-modernidade não é diferente da modernidade, ela é simplesmente a modernidade livre dos freios institucionais que bloqueavam os grandes princípios estruturantes que a constituem (o individualismo, a ciência tecnológica, o mercado, a democracia) de se manifestar plenamente. Se considerarmos assim a pós-modernidade, devemos compreendê-la não como uma ruptura, mas como um parêntese, bastante agradável na verdade, durando dos anos 1960 aos anos 1980, e marcando a decadência dos grandes discursos tradicionais contra os quais a modernidade em parte se construiu, a fim de liberar o indivíduo de qualquer sujeição. (CHARLES, 2009, p. 26).

Esse parêntese corresponde exatamente à fase subsequente a das contradições culturais do capitalismo na sociedade pós-industrial, período identificado por Daniel Bell em que ocorreu a afirmação social do império absoluto do “eu” (BELL, 1992, p. 57). Nos termos de Lipovetsky,

O momento denominado pós-moderno coincidiu com o movimento de emancipação dos indivíduos em face dos papéis sociais e das autoridades institucionais tradicionais, em face das limitações impostas pela filiação a este ou aquele grupo e em face dos objetivos distantes; aquele momento é indissociável do estabelecimento de normas sociais mais flexíveis, mais diversas, e da ampliação da gama de opções pessoais. Disso resultou um sentimento de “descontração”, de autonomia e de abertura para as existências individuais. Sinônimo de desencantamento com os grandes projetos coletivos, o parêntese pós-moderno ficou, todavia, envolto numa forma de sedução, ligada à individualização das condições de vida, ao culto do eu e das felicidades privadas (LIPOVETSKY, 2004, p. 64).

Enfim, a pós-modernidade teria sido um “ato de modernização da modernidade” (PELOGIA, 2017, p. 71), em que se tornou consolidado o politeísmo dos valores na cultura e a intensificação das “racionalizações do extracotidiano irracional” surgidos na modernidade conforme os prognósticos weberianos pontuados no capítulo anterior. Fenômenos relacionados não somente com a mudança de natureza dos laços sociais responsável pelo atomismo pontuado por Lyotard (1991, p. 28), mas também com atomismo realçado por Bell (1992, p. 53) ao se referir ao crescente hedonismo e à ascensão da cultura de massa de meados do século XX⁴.

Destarte, é possível inferir que a atualização da modernidade, realizada pela transição

⁴ Lipovetsky se remete a esses dois fenômenos descritos por Bell (1992) ao discutir a busca exacerbada do prazer na pós-modernidade (2005a) e o consumo contemporâneo como felicidade (2015) à luz do processo de personalização.

pós-moderna e pelo processo de personalização, tipifica no pensamento de Lipovetsky como uma abertura à construção individual. Abertura engendrada por transformações significativas na contemporaneidade e que provocou o declínio da lógica individualista específica da primeira modernidade, promovendo uma “espécie de avanço” na realização dos axiomas da modernidade.

Para Lipovetsky, o mundo da primeira modernidade, embora estivesse fundamentado nesses pilares, manteve-se preso a uma estrutura coercitiva que limitava a realização desses axiomas. O mercado existia, porém via-se limitado a uma experiência produtivista; o conhecimento técnico-científico se concentrava na vida acadêmica das grandes universidades; e o individualismo viu-se limitado a modelos específicos de individualização ditados pelas estruturas de sentido; em suma: somente na pós-modernidade esses três eixos puderam ganhar mais expressividade, pois somente nas transformações pós-modernas as estruturas coercitivas foram substituídas pela lógica mais permissiva do processo de personalização (PELOGIA, 2017, p. 72).

Daí a razão da constituição do conceito de “hipermodernidade” para se referir à “segunda modernidade” em Lipovetsky. De acordo com o autor,

O *pós de pós-moderno* ainda dirigia o olhar para um passado que se decretara morto; fazia pensar numa extinção sem determinar o que nos tornávamos, como se se tratasse de preservar uma liberdade nova, conquistada no rastro da dissolução dos enquadramentos sociais, político e ideológicos. Donde seu sucesso. Essa época terminou (LIPOVETSKY, 2004, p. 53, grifo do autor).

Para o filósofo, na época atual não é possível visualizar o fim da modernidade, mas ao contrário, “assiste-se a seu remate” com o liberalismo globalizado, com a mercantilização dos modos de vida, com o uso da razão instrumental até a liquidação dela mesma, tudo isso em um processo de excessiva individualização.

Tínhamos uma modernidade limitada; agora, é chegado o tempo da modernidade consumada.

Nesse contexto, as esferas mais diversas são o *locus* de uma escalada aos extremos, entregues a uma dinâmica ilimitada, a uma espiral hiperbólica. [...] Já faz tempo que a sociedade de consumo se exhibe sob o signo do excesso, da profusão de mercadorias; pois agora isso se exacerbou com os hipermercados e shopping centers, cada vez mais gigantescos, que oferecem uma pletera de produtos, marcas e serviços. Cada domínio apresenta uma vertente excrescente, desmensurada, “sem limites” (LIPOVETSKY, 2004, p. 54-55, grifos e aspas do autor).

É o que também corrobora Pelogia nos seguintes termos:

O processo de personalização e sua lógica permissiva suplantaram essas estruturas rígidas, o que possibilitou essas transformações e a aceleração do processo modernizador. O pensamento de Lipovetsky trabalha, assim, com o conceito de hipermodernidade enquanto um momento histórico no qual o processo de modernização ganha velocidade por meio da personalização, que se torna um catalizador que agencia de modo otimizado todo o processo modernizador: para Lipovetsky, a primeira modernidade foi que iniciou todo o processo, na busca por relegar a tradição ao passado, e esse processo é agora potencializado na segunda modernidade. Mas essa segunda modernidade, a hipermodernidade, não está mais orientada para uma perspectiva negadora, e sim agenciadora: não se trata mais de negar o passado e sim de modernizá-lo (PELOGIA, 2017, p. 74).

Desse modo, Lipovetsky descreve o contexto do mundo atual detalhando os aspectos do cotidiano que legitimam sua adjetivação de “hiper” atribuída à modernidade. Alude o hiper-realismo “pornô” das imagens dos corpos, as milhões de páginas e *sites* da *internet*, as aglomerações urbanas, as megametrópoles superpovoadas e asfixiadas. Menciona os milhões de dispositivos eletrônicos, como as câmeras, para a vigilância e identificação dos cidadãos. Questiona-se reiteradamente pelo que não é “hiper” na atualidade, se referindo ao hipercapitalismo, à hiperclasse, hiperpotência, hiperterrorismo e, finalmente, ao hiperindividualismo. É esse o conceito que o autor usa para assinalar como “segunda revolução individualista” o resultado do processo de individualização, o de personalização, da hipermodernidade, a segunda modernidade. Segundo o autor,

Tudo se passa como se tivéssemos ido da era do *pós* para a era do *hiper*. Nasce uma nova sociedade moderna. Trata-se não mais de sair do mundo da tradição para aceder à racionalidade moderna, e sim de modernizar a própria modernidade, racionalizar a racionalização (LIPOVETSKY, 2004, p. 56, grifos do autor).

Assim, para Lipovetsky, na hipermodernidade não há escolha para o indivíduo exceto a da mudança, acelerar para não ficar atrás da “evolução”. Conforme o autor, na atualidade, “o culto da modernização técnica prevaleceu sobre a glorificação dos fins e dos ideais”. Quanto menos previsibilidade para o futuro, mais ele deve ser reativo e flexível, suscetível à transformação, obrigando o indivíduo contemporâneo a permanecer disposto a constante mudança e inovação. Portanto, a hipermodernidade, ao mesmo tempo em que liberta o indivíduo da moralidade e dos ideais e referências externas modernas, força-o a construir a si

mesmo existencialmente por sua subjetividade.

É por isso que Lipovetsky se refere ao “esvaziamento dos conteúdos rígidos” que preencheram o “eu” do indivíduo constituído na primeira modernidade, porque, na hipermodernidade, o hiperindividualismo leva a emergir o que ele denomina de “narciso”, o indivíduo cuja lógica existencial é a do vazio, em que ele é forçado a dar sentido a sua existência a partir de sua subjetividade, e, mais que isso, a renovar esse sentido constantemente.

Isso posto, cabe enfatizar que a hipermodernidade se distingue por se constituir como nova sociedade cuja lógica de operação é mais tensa e complexa do que a da fase pós-moderna anterior, que já se encerrou juntamente com sua euforia. Principalmente porque o clímax de libertação daquela fase ganha ares de indecisão e angústia na hipermodernidade (PELOGIA, 2017, p.75). Segundo Lipovetsky,

Mudaram muitas “coisas”: houve rápida expansão da globalização e da sociedade de mercado, a consagração dos direitos humanos, as novas formas de pobreza e novas exclusões, a precarização do trabalho, o aumento dos medos e angústias de todo tipo [...] (LIPOVETSKY, 2004, p. 116, aspas do autor).

Isto é, na hipermodernidade não há mais o encanto do pós-moderno, mas sim o seu desencanto.

Já não estamos mais nessa fase [pós-moderna]: eis agora o tempo do desencanto com a própria pós-modernidade, da desmitificação da vida no presente, confrontada que está com a escalada de inseguranças. O alívio é substituído pelo fardo, o hedonismo recua ante os temores, as sujeições do presente se mostram mais fortes que a abertura de possibilidades acarretada pela individualização da sociedade. De um lado, a sociedade-moda não para de instigar aos gozos já reduzidos do consumo, do lazer e do bem-estar. De outro, a vida fica menos frívola, mais estressante, mais apreensiva. A tomada das existências pela insegurança suplanta a despreocupação “pós-moderna”. É com os traços de um composto paradoxal de frivolidade e ansiedade, de euforia e vulnerabilidade, que se desenha a modernidade do segundo tipo. Nesse contexto, o rótulo *pós-moderno*, que antes anunciava um nascimento, tornou-se um vestígio do passado, um “lugar da memória” (LIPOVETSKY, 2004, p. 64-65, aspas e grifos do autor).

Nesse sentido, parece que Lipovetsky traz à tona a tese de Lichtblau (1993, p.180-181) já referida no capítulo anterior, sobre as afinidades eletivas entre os trabalhos de Simmel, Weber e Freud em relação à crise cultural da sociedade burguesa na modernidade. De acordo com o autor, a cultura subjetiva de hedonismo, consumismo, esteticismo e erotismo foi um dos principais tópicos da crítica de Weber à cultura de seu período. O pressuposto seria de que a

procura dos indivíduos por uma genuína “experiência interior” não só deu origem às “patologias” da cultura moderna, mas principalmente a algumas tensões dentro das próprias estruturas de personalidade dos sujeitos. Ora, de certo modo Lipovetsky realça essa dimensão como uma das características centrais do hiperindividualismo típico da segunda modernidade.

O hiperindividualismo coincide não apenas com a internalização do modelo do *homo oeconomicus* que persegue a maximização de seus ganhos na maioria das esferas da vida (escola, sexualidade, procriação, religião, política, sindicalismo), mas também com a desestruturação de antigas formas de regulação social dos comportamentos, junto a uma maré montante de patologias, distúrbios e excessos comportamentais. Por meio de suas operações de normalização técnica e desligação social, a era hipermoderna produz num só movimento ordem e desordem, a independência e a dependência subjetiva, a moderação e imoderação (LIPOVETSKY, 2004, p. 56, grifos do autor).

Finalmente, tendo sido esclarecidas as noções de pós-modernidade, processo de personalização e hipermodernidade em Lipovetsky, passemos à discussão sobre o surgimento da sociedade pós-moralista. Afinal, foi ela o resultado das transformações ocorridas da pós-modernidade à hipermodernidade, que, através do processo de personalização, engendrou o segundo individualismo, conforme o autor, o hiperindividualismo, fenômeno decisivo na sociedade contemporânea, e, por isso, denominado nesta tese de “hiperindividualismo pós-moralista contemporâneo”.

3.1.3. O hiperindividualismo pós-moralista contemporâneo

De acordo com Lipovetsky (2005b), com as transformações que se sucederam na pós-modernidade e o avanço do processo de personalização, na hipermodernidade ocorreu o ocaso da “consagração do dever”. Aquela moral laica resultante da primeira revolução individualista, em que moral teocêntrica (da pré-modernidade) foi aluída, e que se constituiu a base ética da primeira modernidade com o antropocentrismo, foi progressivamente sendo minada pelo processo de personalização.

Desse modo, a concepção de indivíduo universal, abstrato, cujas aspirações subjetivas eram contidas pela lógica sacrificial do dever laico, foi se modificando de modo a permitir a formação da concepção de um indivíduo subjetivo. Nasceu uma nova realidade ética, cuja lógica religiosa do sacrifício não é mais uma adequação dessa estrutura para outra realidade,

como foi a mudança do princípio do dever religioso teocêntrico pré-moderno para o do dever religioso laico moderno. Segundo Pelogia (2017, p.80), o processo de personalização como novo processo de individualização e socialização constituiu-se como um “processo mais flexível e permissivo que o processo disciplinar-revolucionário, pois dá expressividade aos valores individualistas, em vez de circunscrevê-los em modelos determinados”. Assim, na pós-modernidade e na hipermodernidade, a lógica ética também se tornou flexível e mais permissiva, terminando por ser principalmente de ordem subjetiva, fazendo do dever não mais uma obrigação, mas apenas uma das opções possíveis. Hoje, segundo Lipovetsky:

O que se difunde é a ética, mas nunca e em nenhum lugar a ideia de dever irredutível. Assim, somos pávidos por regras justas e equilibradas, mas não de renúncia pessoal; queremos regulamentações, não imposições; “especialistas”, não fiscais da moral. Em suma, fazemos um convite à responsabilidade, mas não exigimos uma inteira imolação ao próximo, à família ou à nação. Para além da suposta retomada dos padrões éticos, a erosão da cultura do dever absoluto equivale a uma irresistível marcha em prol dos valores individualistas e eudemonistas. [...] São os direitos subjetivos, a qualidade de vida e a realização individual que impulsionam em larga escala nossa cultura, e não mais o imperativo hiperbólico da virtude (LIPOVETSKY, 2005b, p. 26, aspas do autor).

É o que também esclarece Pelogia, a partir da obra de Lipovetsky, quanto à modificação moral identificada na passagem da modernidade para a pós-modernidade e daí em diante até os dias atuais.

Eis a principal mudança nos parâmetros de avaliação dos critérios morais: não mais o sacrifício de si em função do todo, e sim, primeiro e antes de tudo, a realização de si mesmo, de suas particularidades. Anteriormente, percebemos que, segundo o autor [Lipovetsky], a lógica do dever fazia o indivíduo negar a si mesmo, em suas particularidades subjetivas, num compromisso para com uma determinada figura de indivíduo moderno. O bem comum e o compromisso com o outro eram sempre colocados, a partir dessa perspectiva, sobre o bem individual. O bem individual era derivativo do bem comum, portanto, o compromisso para consigo mesmo implicava necessariamente, primeiro, ~~o~~ compromisso para com a humanidade. E o compromisso para consigo mesmo não se constituía como compromisso para com as particularidades subjetivas, e sim um compromisso para com a figura do indivíduo a que se remetia. (PELOGIA, 2017, p. 78).

Então, a partir da pós-modernidade, inverteu-se essa lógica ética da concepção de felicidade individual como proveniente da felicidade coletiva. Na hipermodernidade, a máxima

prevalente é a da felicidade coletiva como resultado da felicidade individual, particular e subjetiva. “Espírito de responsabilidade, sim; dever incondicional, não! Após o ritual mágico do dever demiúrgico, eis a fase do minimalismo ético” (LIPOVETSKY, 2005b, p. 27). De acordo com Pelogia,

[...] enquanto na primeira modernidade, os diversos modelos específicos de individualização dispunham de uma base comum, em que a negação da subjetividade se dava em função da adaptação de si a esses modelos, na segunda modernidade, essa base não corresponde mais ao sacrifício do subjetivo; o dever enquanto mecanismo de negação de si não é mais um conteúdo rígido do Eu no processo de individualização. (PELOGIA, 2017, p. 79).

Essa é a tese de Lipovetsky sobre a ética preponderante na contemporaneidade na obra *A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos* (2005b).

Desde a metade do século XX, fixou-se um novo mecanismo social de avaliação dos critérios morais que já não se apoia naquilo que era a mola mestra do ciclo anterior: o culto do dever. Com efeito, onde nos deparamos hoje com elogios ao sentido glorioso do dever de imolação? Onde se glorificam as virtudes do sacrifício supremo e da abnegação pessoal? Mesmo a palavra *dever* só é utilizada em raríssimas circunstâncias, e ninguém mais ousa comparar a “lei moral que guardo em mim” à majestade do “céu estrelado que vale por mim”. Dever era um termo que se escrevia com letras maiúsculas; hoje grafa-se com minúsculas. Antes irredutível, tomou agora a forma de show recreativo. Antes, submissão incondicional da vontade à lei; hoje, uma sincrética conciliação entre dever e prazer, dever e *self-interest*. A fórmula “é preciso fazer...” cedeu lugar ao fascínio da felicidade; a obrigação peremptória à excitação dos sentidos; a proibição irretorquível à liberdade de escolha. [...] Ficou extinta a cultura do sacrifício do dever; entramos no período *pós-moralista* das democracias (LIPOVETSKY, 2005b, p. 25-26, grifos e aspas do autor).

De certa maneira, esse diagnóstico do autor já estava presente no seu primeiro livro, quando adotou como um dos pontos de partida de sua análise a teoria de Daniel Bell (1992), discutida no capítulo anterior dessa tese. A teoria sobre as contradições culturais do capitalismo, em que o sociólogo analisa, na esfera arte, o modernismo e o pós-modernismo, e, na da cultura, o modo de viver das sociedades capitalistas avançadas. Lipovetsky cita o americano inúmeras vezes, defendendo explicitamente a necessidade de “examinar bem de perto as teses de Daniel Bell e dar-lhes todo desenvolvimento que merecem” (LIPOVETSKY, 2005a, p. 60).

Desse modo, o filósofo francês parte da constatação de Bell da ascensão de uma cultura antinômica como fruto da crise do capitalismo no século XX, principalmente no que se refere ao declínio da visão de mundo burguesa protestante (BELL, 1992, p. 62-78) e ao surgimento de um espírito hedonista como estilo de vida (BELL, 1992, p. 62-89). De acordo com o autor, a moral protestante-ascética sofreu vários ataques dos artistas de vanguarda nos primeiros anos do século XX. E com a revolução do consumo de massa nos EUA na década de 1920, o hedonismo, até então apanágio de uma minoria de artistas e intelectuais, tornou-se o padrão geral de comportamento na vida cotidiana, tendo residido aí, conforme Lipovetsky, “a grande revolução cultural das sociedades modernas” (LIPOVETSKY, 2005a, p. 63).

Com a difusão em larga escala de objetos considerados até então de luxo, com a publicidade, a moda, a mídia de massa e, principalmente, o *crédito* - cuja instituição solapa diretamente o princípio da poupança -, a moral puritana cede lugar aos valores hedonistas encorajando a gastar, a aproveitar a vida, a ceder aos impulsos: a partir da década de 1950 a sociedade americana e até mesmo a europeia se tornam fortemente presas ao culto do consumismo, do ócio e do prazer. (LIPOVETSKY, 2005a, p. 63-64, grifos do autor).

Assim, há a disjunção entre o modo de vida produtivista e o modo de vida hedonista; o primeiro, de cunho burguês, com sua ética racional, disciplinada e calculista, carregada de frugalidade; e o segundo, de cunho boêmio, em que ocorrem “racionalizações do extracotidiano irracional”, típicas de artistas e intelectuais, em que “racionalização é mais valorativa”, cuja máxima de vida é o prazer, as sensações e o bem-estar; foi aos poucos sendo suprimida pela revolução consumista de meados do século XX. Isso se deu na medida, principalmente, em que essa revolução foi dando nova expressão aos direitos do individualismo moderno.

O direito de ser absolutamente si mesmo, de aproveitar a vida ao máximo, é, certamente, inseparável de uma sociedade que instituiu o indivíduo livre como valor principal e não é mais do que manifestação definitiva da ideologia individualista; mas foi a transformação dos estilos de vida ligados à revolução do consumo que permitiu esse desenvolvimento dos direitos e desejos do indivíduo, essa mutação na ordem dos valores individualistas. (LIPOVETSKY, 2005a, p. XVII-XVIII).

É o que também afirma Pelogia, que a revolução consumista acima referida viabilizou a concretização dos ideais individualistas, permitindo quanto aos objetos de consumo uma maior escolha individual, o que resultou numa nova forma de compreensão dos direitos. Desse modo, “A personalização, enquanto processo que opera a partir da lógica da adaptação às vontades

individuais e singulares, pôde ganhar força pela senda do consumismo” (PELOGIA, 2017, p. 80).

Nesse sentido, cabe ressaltar que, embora a ideologia do indivíduo como centro da sociedade tivesse instituído os valores individualistas, o processo de personalização não avançou na modernidade devido aos obstáculos da rígida estrutura social moderna, prevalecendo o processo de individualização e socialização de cunho disciplinar-revolucionário e os ideais abstratos de indivíduo. Assim sendo, para Lipovetsky, a modernidade se caracterizou por duas lógicas adversas com clara proeminência até os anos de 1950 e 1960, da de ordem disciplinar e autoritária. Mas, posteriormente, elas sofreram uma inversão nessa dinâmica, a responsável pela designação da sociedade como pós-moderna (LIPOVETSKY, 2005a, p. 90). “Longe de estar em descontinuidade com o modernismo, a era pós-moderna se define pelo prolongamento e a generalização de uma das suas tendências constitutivas, o processo de personalização e, correlativamente, pela redução progressiva da sua outra tendência”, a disciplinar (LIPOVETSKY, 2005a, p. 91).

É o que também ratifica Charles de outra forma:

A modernidade não é unívoca, mas binária: glorificou o ideal individualista sem por isso aplicá-lo, sendo impedida disso pelas estruturas familiares, sociais e religiosas. Então é de notar que o indivíduo desvaneceu-se diante do nascimento da pessoa gerada pelas sociedades pós-modernas. Essa pessoa, gozando de direitos inalienáveis daí em diante incontestados em nossas sociedades ocidentais, não vê mais exercer-se contra ela mecanismo forte de sujeição (CHARLES, 2006, p. 140-141).

Daí os exemplos de Lipovetsky sobre o controle de fecundidade permitido às mulheres através da pílula anticoncepcional e as possibilidades de casamento por amor, de divórcio e de não casamento nos dias atuais. Nessa perspectiva, não há apenas sujeição na modernidade, mas também ganho de autonomia. Trata-se do processo moderno de modernizar a si própria. Existe disciplina e controle, mas, simultaneamente, autonomia e emancipação (LIPOVETSKY, In: CHARLES, 2006, p. 153).

Assim, mesmo que ainda de modo muito primitivo, já se encontra o germe do processo de personalização dentro da primeira modernidade: ele é fruto da própria atitude moderna de modernizar. Viu-se barrado durante certo tempo, porém, a partir da revolução consumista, ele se expande e passa a operar como processo pelo qual acontece a individualização (PELOGIA, 2017, p. 87).

Por isso Lipovetsky defende a tese de que com o consumismo do século XX e o seu inerente hedonismo, a sociedade seguiu rumo ao pós-moderno (LIPOVETSKY, 2005a, p. 83). Terminou a grande fase do modernismo dos escândalos de vanguarda e foi o fim da tensão entre os valores da esfera artística e os do cotidiano no tocante à sociedade em geral, já que ninguém defendia mais a ordem e a tradição. O prazer e o estímulo dos sentidos passaram a ser os valores predominantes da vida comum. O pós-modernismo surgiu como a “democratização do hedonismo” e a “consagração do novo”, o triunfo do antimoral e do anti-institucional, ele se manifestou como uma cultura extremista que levou às últimas consequências a lógica do modernismo (BELL, 1992, p. 61 e LIPOVETSKY, 2005a, p. 83).

É no decorrer da década de 1960 que o pós-modernismo revela suas características maiores com o seu radicalismo cultural e político, com seu hedonismo exacerbado; revolta estudantil, contracultura, voga da maconha e do LSD, liberação sexual, mas também filmes e publicações pornô-*pop*, aumento da violência e da crueldade nos espetáculos, a cultura comum se harmoniza com a liberação, com o prazer e com o sexo. (LIPOVETSKY, 2005a, p. 83).

Tudo isso, segundo o autor, impulsionado pela revolução do consumismo que chegou a “seu pleno regime” após a Segunda Guerra Mundial, tendo como alcance mais profundo a realização definitiva da finalidade secular das sociedades modernas, “o controle total da sociedade” e “a liberação cada vez mais ampla da esfera particular, agora entregue a um *self-service* generalizado, à velocidade da moda, à flutuação dos princípios, dos papéis e *status*” (LIPOVETSKY, 2005a, p. 84, grifos do autor).

O indivíduo terminou por ser absorvido na correria em busca do nível de vida, ao tornar legítimo o esforço para realizar a si mesmo, sendo sufocado com imagens, diversas informações e cultura. A “sociedade do bem-estar” provocou uma “atomização”, ou seja, uma “perda radical de socialização” sem qualquer similaridade com a efetivada pela escolarização compulsória, pela conscrição, urbanização e industrialização do século XIX. Tais mudanças não só minaram a ética protestante, mas também destruíram o valor e a existência de tradições e costumes. Criou-se uma cultura nacional e internacional alicerçada na “solicitação de necessidades”, tirando o indivíduo de uma vida cotidiana estável, movimentando as suas relações com objetos, com os outros, com seu corpo e com si mesmo (LIPOVETSKY, 2005a, p. 84-85).

Conforme Lipovetsky, foi uma revolução “do cotidiano” que tomou vulto após as revoluções econômicas e políticas dos séculos XVIII e XIX, e a artística do século XIX ao XX.

“Agora o homem moderno está aberto às novidades, apto a mudar seu modo de vida sem resistência – ele tornou-se cinético” (LIPOVETSKY, 2005a, p. 85). Daí o autor (2015) asseverar o quão complexo foi o desenvolvimento do capitalismo de consumo, podendo ser mais bem compreendido por três fases distintas.

A fase I, a do nascimento dos mercados de massa, a partir da revolução industrial do século XIX. Caracterizada pela expansão dos mercados para além dos locais, através da melhoria das infraestruturas modernas de transporte e comunicação, mais do aperfeiçoamento das máquinas e aumento da produtividade com custos mais reduzidos, resultando no escoar de grandes quantidades de produtos. Ademais, o autor pontua que o surgimento desse “capitalismo de consumo” também foi resultado de uma construção cultural e social, pois exigiu a “educação” dos consumidores e demandou um espírito visionário e criativo dos empresários e gestores, que desenvolveram a produção de massa através da tripla invenção da marca, embalagem e publicidade. Todavia, apesar de essa fase ter inventado o “consumo-sedução” e o “consumo distração” do qual somos herdeiros até hoje, esse processo se constituiu como um consumo de massa “imperfeito”, predominantemente burguês, já que a maioria das famílias comuns não foi incluída nesse mercado consumidor por precariedade de recursos (LIPOVETSKY, 2015, p. 23-28).

Já a fase II corresponde ao surgimento da “sociedade de massa”, com a disponibilização de produtos típicos da “sociedade de afluência”, como o automóvel, a televisão e os aparelhos eletrodomésticos. De acordo com o autor, foi a primeira vez que as massas consentem na procura material psicologizada e individualizada, em um modo de viver que era limitado às elites sociais, com bens duráveis, atividades de lazer, férias, moda, etc. (LIPOVETSKY, 2015, p. 28-29). É a essa fase que Lipovetsky relaciona a sociedade pós-moderna, de cuja descrição feita por Bell (1992, p. 73-78) ele se apropria para o desenvolvimento da tese do seu primeiro livro (LIPOVETSKY, 2005a, p. 83-110). Refere-se à fase cuja sociedade ele qualifica como um contexto de incitamento dos desejos, de euforia publicitária, cenário luxuriante das férias e sexualização de corpos e símbolos.

Trata-se de um tipo de sociedade que substitui a coerção pela sedução, o dever pelo hedonismo, a poupança pela despesa, a solenidade pelo humor, o recalçamento pela libertação, as promessas do futuro pelo presente. A fase II assume-se como <<sociedade do desejo>>, toda a vida quotidiana se encontra impregnada de um imaginário de felicidade alcançada através do consumo, de sonhos de praia, diversão erótica, modas ostensivamente jovens. Música *rock*, banda desenhada, cartazes de mulheres atraentes, libertação sexual, *fun*

morality, design modernista: o período heroico do consumo tornou juvenis, eufóricos e ligeiros os símbolos da cultura cotidiana. Através de mitologias adolescentes, liberais e indiferentes ao futuro, operou-se uma profunda transformação cultural (LIPOVETSKY, 2015, p. 30-31, grifos e destaques do autor).

Nessa fase, o consumo manteve-se como um forte sinal de prestígio, não excluindo a consideração dos produtos como símbolos tangíveis de sucesso, evidências de ascensão e de consideração honoríficas. Mas, também, foi a fase em que se iniciou a corrosão da “lógica das despesas em função do estatuto social”, gerando um consumo de tipo cada vez mais individualista por causa do culto do bem-estar de massa então celebrado (LIPOVETSKY, 2015, p. 34). Foi uma fase constituída pela combinação de duas lógicas consumistas diversas, a da corrida ao estatuto e a da corrida aos prazeres. Assim, para Lipovetsky (2015, p. 35), tornou-se evidente o caráter específico da fase anterior, baseado na propagação concentrada de bens industriais duráveis e com o predomínio do consumo motivado pelo estatuto. Mas, por outro lado, também se tornou explícita a tendência pela qual a próxima fase se desenvolveria, de transformar o “hedonismo numa legítima finalidade de massa”, ocorrendo a redução dos gastos por questões de estatuto por causa da corrosão acima mencionada.

Finalmente, a fase III, que consiste na fase atual do capitalismo de consumo, a do “hiperconsumismo”, em que o consumo funciona como uma experiência íntima, tão individual quanto existencial, profundamente subjetiva. Com a incisiva diversificação da oferta, democratização do lazer, do conforto, do prazer, o acesso “ao novo” do mercado trivializou-se. As normas de classes desintegraram-se, e emergiram novos modos de comportamento e de anseios. “É a era do hiperconsumo, fase III da comercialização moderna das necessidades, orquestrada por uma lógica desinstitucionalizada, subjetiva, emocional” (LIPOVETSKY, 2015, p. 36). Por isso, o autor afirma:

Não encontro termo mais adequado que o de <<hiperconsumo>> para definir uma época em que os gastos já não têm por motor o desafio, a diferença, os confrontos simbólicos entre os homens. Quando as lutas de concorrência já não são a pedra angular da aquisição de produtos, começa a civilização do hiperconsumo, esse império sobre o qual brilha continuamente o sol do mercado e do individualismo (LIPOVETSKY, 2015, p. 37, destaque do autor).

Assim, segundo Lipovetsky, o consumismo da hipermodernidade se refere a um domínio em que o central não é apenas sinalizar um símbolo de riqueza ou sucesso, nem de criar um ambiente agradável e estético para o indivíduo de forma personalizada. Mas sim, mesmo se

tratando da compra de produtos estandarizados, permitir reinterpretações e novas composições de forma a exprimir identidade individual, em que o valor seja privado e único para o indivíduo. Que ele possa, ao menos parcialmente, revelar existencialmente quem ele é como indivíduo singular. Realizar um “consumo criativo” ao seu modo, através dos signos que ele mesmo associa, através do que compra, dos objetos que pertencem a seu universo pessoal. Nos termos do próprio autor:

Numa época em que as tradições, a religião ou a política são menos suscetíveis de produzir uma identidade central, o consumo encarrega-se cada vez mais de criar uma nova função identitária. Na corrida às coisas e ao lazer, e de forma mais ou menos consciente, o *Homo consumericus* esforça-se por dar uma resposta tangível, ainda que superficial, à eterna questão: quem sou eu? (LIPOVETSKY, 2015, p. 38-39, grifos do autor).

Trata-se do consumo como meio de manifestação da subjetividade, constituição do “eu” do indivíduo existencialmente. Daí a ênfase do filósofo francês na relação do individualismo hipermoderno e sua incerteza: com o luxo, o fetichismo das marcas, a ansiedade contemporânea, enfim, com o poder e a impotência do indivíduo no “hiperconsumo” caracterizado como “felicidade paradoxal”.

Portanto, com a vinda à tona do consumismo contemporâneo, originado na constituição da “sociedade de massa” na pós-modernidade, e consolidado no “hiperconsumismo” típico na hipermodernidade, o processo de personalização foi impulsionado de modo a modificar a ética e a moral até então em vigor, levando à constituição da sociedade pós-moralista. “A personalização é justamente, como o próprio conceito anuncia, uma adaptação das diversas realidades da vida às singularidades subjetivas dos indivíduos” (PELOGIA, 2017, p.89). Nessa perspectiva,

A civilização do bem-estar consumista foi a grande responsável pelo fim da gloriosa ideologia do dever. Ao longo da segunda metade do século XX, a lógica do consumo de massa alterou o universo das prescrições moralizadoras e erradicou os imperativos coativos, engendrando uma cultura em que a felicidade se sobrepõe à ordem moral, os prazeres à proibição, a fascinação ao dever. Por meio da publicidade, do acesso ao crédito, da superabundância dos haveres e lazeres, o capitalismo das necessidades aboliu a aura popular dos ideais, à guisa de uma busca de novos prazeres e da concretização do sonho de felicidade pessoal. Edificou-se uma nova civilização, não mais voltada para refrear o desejo, mas, ao contrário, para levá-lo à sua exacerbação extrema, despojando-o de qualquer conotação negativa. A fruição do momento presente, o culto a si próprio, a exaltação do corpo e do conforto passaram a ser a nova Jerusalém dos tempos pós-moralistas (LIPOVETSKY, 2005b, p.

29).

Logo, o processo de personalização através do consumismo gerou copiosos produtos cada vez mais personalizados e ajustados aos desejos do consumidor. E a ética e a moral adentraram por essa mesma lógica de “requisição contínua dos direitos individualistas, mas que não impusessem uma abnegação de si, e sim que fossem compatíveis com a singularidade e com a expressão de si” (PELOGIA, 2017, p. 81). Segundo Lipovetsky,

É apenas nessa ampla continuidade democrática e individualista que se desenha a originalidade do momento pós-moderno, a saber, a predominância do individual sobre o universal, do psicológico sobre o ideológico, da comunicação sobre a politização, da diversidade sobre a homogeneidade, do permissivo sobre o coercitivo (LIPOVETSKY, 2005a, p. 92).

Assim, Pelogia explica a tese do autor da seguinte forma:

A grande mudança que Lipovetsky apresenta é justamente a de que o dever perdeu sua força enquanto grande princípio a ser observado, pois incorria numa abnegação de si dentro do processo disciplinar que não é mais aceitável dentro do processo de personalização: toda a reestruturação que a ética e a moral sofrem por meio da personalização demonstram que [...] Atender ao chamado do dever não incorre mais em um compromisso austero e desinteressado: efetuar uma ação virtuosa requer que essa ação esteja de acordo com as aspirações singulares e contingentes dos indivíduos sociais e históricos. (PELOGIA, 2017, p. 81).

Indubitavelmente, Lipovetsky não concebe a sociedade pós-moralista como apenas resultado exclusivo do hiperconsumismo, mas também como consequência de determinadas influências e fenômenos contemporâneos específicos. Sobre as primeiras, o autor pontua algumas intrínsecas ao ocaso do dever. Observa que não foi o consumo o indutor do “processo histórico de depreciação do referencial moralista”, mas sim diversas influências intelectuais, filosóficas e socioculturais, como, por exemplo, a propagação das ideias estruturalistas, marxistas, freudianas e nitzscheanas nas décadas de 1960 e 1970 (LIPOVETSKY, 2005b, p. 29-30).

No tocante aos fenômenos, ele enumera como inerentes ao mundo atual o da “sedução” (LIPOVETSKY, 2005a, p. 1-16) e o da “indiferença” (LIPOVETSKY, 2005a, p. 17-30), principalmente por serem os dois elementos constitutivos tanto do hiperindividualismo como da própria hipermodernidade em si.

A “sedução”, para o autor, nada mais é do que a ação do processo de personalização de reduzir “os quadros rígidos e coercitivos” da disciplinarização moderna, suavizando-a de forma a atender os desejos e inclinações do indivíduo, seu bem-estar, liberdade e interesses (LIPOVETSKY, 2005a, p. 2-3). Conforme Pelogia (2017, p. 84), o processo de personalização operado pela sedução se constituiu em um novo mecanismo de produção de individualidade. Porém, diferente do que prevaleceu na primeira modernidade, não apresenta imposições ao indivíduo, mas sim o convida, o seduz a construir-se a si próprio diante de inúmeras opções de escolhas, nas quais ele pode fazer combinações diversas. Nos termos de Lipovetsky:

A sedução: uma lógica que abre caminho, que nada poupa e que, deste modo, realiza uma socialização flexível, tolerante, empenhada na personalização-psicologização do indivíduo.

A linguagem torna-se o eco da sedução. Não existem mais surdos, cegos, pernetas; estamos na era dos que ouvem mal, dos que enxergam mal, dos deficientes físicos; os velhos se tornaram pessoas da terceira ou da quarta idade; as criadas, secretárias domésticas; os proletários, parceiros sociais; as mães solteiras, mães celibatárias. Os capetinhas agora são crianças com problemas ou casos sociais, o aborto é interrupção voluntária da gravidez. Até os analisados são analistas. O processo de personalização faz uma assepsia não só no vocabulário como também no coração das cidades, nos centros comerciais e na morte. (LIPOVETSKY, 2005a, p. 5-6).

Ademais,

...essas relações de sedução não estão circunscritas às relações interpessoais, mas afetam também a educação, a informação, os costumes, etc. A sedução afeta todas as áreas da vida humana por meio da personalização, reestruturando as relações e diversificando as ofertas e as escolhas (PELOGIA, 2017, p. 84).

Isso não quer dizer, segundo Lipovetsky, que o modelo disciplinar foi extinto e há liberdade irrestrita, isto é, não há mais normalização. Significa sim que o modelo não se constitui como base do processo de individualização e socialização hodiernas, deixando de ser a tendência dominante. Daí ainda a presença de realidades como escolas tradicionais, quartéis militares, monastérios e instituições de música erudita e de balé, por exemplo. (PELOGIA, 2017, p. 84).

Finalmente, é pertinente pontuar a relação da sedução com o individualismo democrático, em que há descentralização do Estado e seu desengajamento somados à crescente valorização das iniciativas locais e regionais e das particularidades (LIPOVETSKY, 2005a, p.9).

Já no tocante à “indiferença”, conforme o autor, trata-se da condição de tudo estar sob comando da “indiferença pura”. Para Lipovetsky, isso é o resultado da personalização e da sedução, relacionados com o atomismo do indivíduo e a lógica “paradoxal do excesso e esvaziamento”. Em outros termos, estando o indivíduo diante de inúmeras opções, convidado a escolher entre inúmeras informações, diferentes conscientizações, vários produtos, ideologias, estilos de vida e grupos de afinidade afetiva, cultural e social, esse excesso gera um esvaziamento. Exatamente porque não há tempo para nada se consolidar, o que é hoje, amanhã ou depois de amanhã já não é. Não há apego. Não há possibilidade de prescrições, mas de apenas opções. O que somado ao descrédito das metanarrativas levou à eliminação dos engajamentos. Por isso o autor utilizou a metáfora do “deserto social”.

Longe de representar uma crise maior do sistema anunciando sua falência a um prazo mais ou menos longo, a deserção social não é mais do que sua realização extrema, sua lógica fundamental como se, depois das coisas, o capitalismo devesse tornar os homens igualmente indiferentes. Não há aqui fracasso ou resistência ao sistema, a apatia não é um defeito de socialização, mas, sim, uma nova socialização suave e ‘econômica’, uma descontração necessária ao funcionamento do capitalismo moderno enquanto sistema experimental acelerado e sistemático. Baseado no agenciamento constante de combinações inéditas, o capitalismo encontra na indiferença uma condição ideal para sua experimentação, que pode se realizar com um mínimo de resistência. Todos os dispositivos se tornam possíveis em tempo mínimo, a inconstância e a inovação capitalistas não encontram as aderências e fidelidades tradicionais, as combinações se fazem e desfazem cada vez mais depressa, o sistema do ‘por que não?’ se torna puro, do mesmo modo que a indiferença, a essa altura, sistemática e operacional (LIPOVETSKY, 2005a, p. 25 – grifos do autor).

De acordo com Pelogia, é a evidência da modernização da modernidade, do processo que percorre a modernidade, a pós-modernidade e a hipermodernidade.

Essa lógica paradoxal do excesso/esgotamento remete, justamente, à característica do *hiper* de que nos escreve Lipovetsky: as diversas instâncias da vida humana recebem um alto investimento, potencializando suas lógicas de funcionamento – onde podemos perceber claramente o alto investimento na técnica, no mercado e no indivíduo. Todo esse hiperinvestimento gera uma saturação, fazendo com que o mesmo processo que incha a vida com excessos, também gere um esvaziamento profundo, ou seja, uma indiferença pura. A cada dia novos produtos, novas propostas, novas informações, novas pesquisas são lançados, injetados em nossa sociedade, causando uma espécie de hipertrofia, (PELOGIA, 2017, p.101, destaques do autor).

Contudo, é importante realçar que ambos os fenômenos, o da sedução e o da indiferença⁵, estão intrinsecamente relacionados ao atual estágio do capitalismo de consumo, o que reforça o consumismo contemporâneo, de certo modo, como o fator mais significativo de constituição do pós-moralismo conforme aquela citação anterior.

Assim, por essas razões, a contemporaneidade adquire esta característica fundamental, a de se constituir como uma “era pós-moralista”. Algo não exclusivo, mas de “tendência dominante”. Um momento em que a lógica sacrificial é superada em todas as esferas da vida, e, por conseguinte, em Lipovetsky, pós-moralismo quer dizer “pós-dever”. Conforme ele mesmo define:

Sociedade pós-moralista é a designação de uma época em que o sentido do dever é edulcorado e debilitado, em que a noção de sacrifício pessoal perdeu sua justificação social, em que a moral já não exige o devotamento a um fim superior, em que os direitos subjetivos preponderam sobre os mandamentos imperativos, em que as lições de moral são encobertas pelo fulgor de uma vida melhor, do irradiante sol das férias de verão, do banal passatempo das mídias. Na sociedade pós-dever, o mal é transformado em espetáculo atraente, e o ideal é subestimado. É bem verdade que os vícios ainda inspiram censura; contudo, o heroísmo do bem perdeu o vigor. Os valores que hoje admitimos são mais de cunho negativo (“não faça isso”) do que positivo (“você é obrigado a fazer tal coisa”). Por detrás de toda revitalização ética, vê-se o triunfo de uma moral indolor, última fase da cultura individualista democrática, desvinculada, em sua lógica profunda, tanto das conotações de moralidade como de imoralidade (LIPOVETSKY, 2005b, p. 27).

Nesse sentido, é possível afirmar que o consumismo contemporâneo, inicialmente pós-moderno e depois hipermoderno, levou ao surgimento de “hiperindividualismo” (LIPOVETSKY, 2004 e 2015b) em que a lógica sacrificial é superada de modo a originar a prevalência da lógica da escolha individual, subjetiva, fazendo do pós-moralismo a base da “ética indolor” dominante no hiperindividualismo contemporâneo.

Portanto, são características desse hiperindividualismo o decréscimo do processo de individualização disciplinar e a ascensão do processo de personalização a partir dos anos de 1960, com a conseqüente constituição de um indivíduo subjetivo, cuja moral é caracterizada por uma ética indolor ou de pós-dever. Esse indivíduo age sem se pautar por engajamentos referentes a grandes metanarrativas, seja de referências externas ou ideais abstratos do individualismo da primeira modernidade, mas sim, engaja-se na busca do prazer e bem-estar

⁵ Lipovetsky distingue tanto a sedução como a indiferença de alienação e nihilismo (2005a).

particulares. Nesse individualismo “hiper” ocorre a centralização do “eu” em termos do processo de construção de si, caracterizado por Lipovetsky como estratégia de “narciso”, em que surge “um perfil inédito de indivíduo nas relações consigo mesmo e com o seu corpo, com os outros, com o mundo e com o tempo [...]” (LIPOVETSKY, 2005a, p. 32).

Além disso, através do hiperindividualismo contemporâneo, a ética indolor (de cunho pós-moral) se embrenha às diversas áreas da vida humana, vai além do que pontuou Bell, não se limita a transformar apenas o campo cultural, mas, ao “contrário, insiste nos efeitos e na extensão de um novo modo de socialização, o processo de personalização que agora atravessa mais ou menos todos os setores da sociedade” (LIPOVETSKY, 2005a, p. 91).

Assim, segundo o autor, o hiperindividualismo pós-moralista termina por influenciar várias esferas da vida social hoje, como a esfera erótica ou da sexualidade (LIPOVETSKY, 2005b, p. 36-59), na sua relação com o corpo (LIPOVETSKY, 2005b, p. 70-88), a da família e do trabalho (LIPOVETSKY, 2005b, p. 134-166), a da economia e mundo dos negócios (LIPOVETSKY, 2005b, p. 221-258); a da cidadania, com o altruísmo e filantropia (LIPOVETSKY, 2005b, p. 104-19), o patriotismo (LIPOVETSKY, 2005b, p. 171-179), a ecologia e bioética (LIPOVETSKY, 2005b, p. 185-206), enfim, diversas realidades. Mas, sobretudo, promovendo o livre agenciamento do indivíduo e o investimento em valores subjetivos em uma configuração ética cada vez mais livre de imperativos e coerções.

A fragmentação da vida social em esferas autônomas com lógicas internas próprias permanece, conforme Weber (1982), mas não com uma sociedade cujas tensões podem ser classificadas entre as do âmbito do “cotidiano racional” e as do “extracotidiano irracional” (NOBRE, 2016, p. 159). Com as “racionalizações do irracional”, todas adquirem a mesma importância, até porque suas perspectivas foram se tornando significativas na cultura, algo já contemplado no pensamento sociológico de Max Weber. Além disso, simultaneamente, todas as esferas são influenciadas pelo pós-moralismo do hiperindividualismo contemporâneo, levando a reinterpretar a lógica de cada esfera, sem consolidação duradoura, conforme o desejo do indivíduo subjetivo diante das diversas opções *à la carte*, resultando no encerramento do indivíduo sólido, preenchido por conteúdos rígidos, e, ao mesmo tempo, consolidando a dessubstancialização do “eu” (LIPOVETSKY, 2005a, p. 38) na constituição de um indivíduo flutuante, desestabilizado e aberto a experiências existenciais conforme desejar.

De tal modo, é possível afirmar que as transformações a partir do pós-moderno e que se solidificam e se intensificam na hipermodernidade se constituem como um avanço do processo

de racionalização e de secularização tratado no capítulo anterior, e que, agora, não só abrange determinadas esferas em detrimento de outras, mas atinge todas elas e todas as formas de compreensão da realidade, racionalizando-as e secularizando-as com a lógica do hiperindividualismo contemporâneo.

4. AS TRANSFORMAÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

No presente capítulo foram analisadas as transformações ocorridas e ainda em fluxo na Força Terrestre brasileira no contexto contemporâneo. Devido às dificuldades pontuadas por Carrilho (1978) na década de 70, mencionadas no capítulo 1, e que ainda se fazem presentes na realidade dos pesquisadores que têm como objeto as FAs - Forças Armadas - e as instituições militares, optou-se por utilizar como principais as fontes de dados secundários, as publicações e os documentos oficiais do EB – Exército Brasileiro juntamente com dados provenientes de pesquisas já realizadas da área da Sociologia Militar e Antropologia Militar brasileiras. Como complementação, foram usadas também algumas referências teóricas e de pesquisas internacionais, bem como alguns dados primários advindos de entrevistas e pesquisas de campo com observação participante no cotidiano das OMs - Organizações Militares da Força.

Apesar de terem um escopo reduzido em relação ao montante total de dados considerados, esses últimos foram analisados com significativa ênfase para a adequada descrição dos fenômenos relacionados às crenças, valores, padrões de comportamento e estilos de vida dos indivíduos oficiais do EB, enfim, os típicos da mentalidade e da subjetividade dos agentes.

Salienta-se que a redução de tal escopo ocorreu devido às dificuldades usuais na realização de trabalhos de campos em instituições militares brasileiras, semelhantes às relatadas na obra *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo* (CASTRO e LEIRNER, 2009). Vale a pena citar como exemplos as mais recorrentes: a pouca disposição dos militares de concederem entrevistas gravadas em áudio e a mudança de *performance* do entrevistado quando o gravador é desligado; a burocracia e as formalidades necessárias para conseguir deferimento de autorizações para entrar nas OMs, e, mesmo se tratando de um servidor civil da Força, dos constrangimentos realizados de praxe, como o do acompanhamento constante de um militar ao pesquisador durante o decorrer de todo o trabalho de campo dentro das instituições.

São essas as mesmas dificuldades enumeradas por Castro (1990) e Leirner (1997), o que indica se tratar de uma dificuldade inerente ao objeto de estudo, cujas características históricas ainda permanecem como empecilhos (CARRILHO, 1978) para as pesquisas até os dias de hoje.

4.1 A questão do profissional militar: do individualismo moderno ao hiperindividualismo pós-moralista

Conforme a discussão realizada no capítulo 1, os dois principais autores clássicos da Sociologia Militar americana possuem como objeto central de suas obras as relações civis-militares, se encontrando no âmbito deste objeto o desenvolvimento de discussões, análises e prescrições sobre os elementos constitutivos do que designaram como profissionalização militar moderna tanto Samuel Huntington (1996) quanto Morris Janowitz (1967). E, como já dito, apesar das diferenças entre eles¹, os dois abordaram em seus trabalhos os aspectos macrossociológicos e microsociológicos das instituições militares e das FAs em um contexto de Estado-Nação moderno já consolidado.

Segundo Janowitz (1967), a concepção de um profissionalismo militar, tratado como um técnico altamente especializado, é recente na história, tendo ocorrido devido ao vasto processo iniciado na Segunda Guerra Mundial de contribuição da razão e da ciência modernas, conjugadas com a industrialização, para a potencialização dos conflitos armados em grande escala. Movimento intensificado posteriormente por causa da corrida armamentista de desenvolvimento de tecnologias bélicas e de energia nuclear no decorrer da Guerra Fria.

Assim, de acordo com Huntington (1996), o profissional militar é apenas o oficial, no caso o oficial moderno, uma vez que uma “profissão é um tipo peculiar de um grupo funcional com características altamente especializadas” (1996, p. 25). E é esse profissionalismo ligado à formação do exército como instituição nacional, do Estado, a distinção principal do oficial moderno, diferenciando-se do dos guerreiros ou militares do passado, como o mercenário e o aristocrático (1996, p.38).

Nessa perspectiva, vale destacar que, segundo Mancuso (2005), é possível identificar elementos constitutivos da profissionalização militar moderna afins com o que Freidson (1998) denomina de fenômeno do profissionalismo. As credenciais, a expertise e o status oficial e público são exemplos disso, principalmente devido ao reconhecimento e legitimidade dados pelo Estado, uma vez que o militar existe em função dele.

Entretanto, no que concerne ao fenômeno do profissionalismo propriamente dito, cabe asseverar que nesta pesquisa não há um aprofundamento de questões relacionadas

¹ Já tratadas no capítulo 1.

ao âmbito da Sociologia das profissões e das ocupações², enfatizando conceitos, tais como o de profissão, ocupação, profissionalismo, credencialismo, profissionalização, dentre outros típicos dessa área. Não que as abordagens e os referenciais teóricos adotados desconsiderem tal perspectiva, mas, como o foco da pesquisa é sobre os fenômenos relacionados ao mundo militar em específico e suas transformações, só será feita referência a essa perspectiva teórica quando for imprescindível.

Huntington e Janowitz partiram do pressuposto de Max Weber de que uma das características fundamentais do Estado Moderno é o seu monopólio no uso da violência (WEBER, 1982, p.97-153), aspecto essencial para tratar das relações entre os militares, o Estado e a sociedade. Sobretudo, porque é nesse contexto que a profissionalização militar está inserida, os oficiais como especialistas da “administração da violência”, com as qualificações intelectuais e de responsabilidade para tal, e os praças, por sua vez, como os “aplicadores”, arte de um ofício técnico, não o exercício de uma profissão (HUNTINGTON, 1996). Daí a necessidade da diferenciação entre carreiras no interior do corpo militar. Uma cúpula menor como “elite militar”, com qualificações políticas específicas e poder discricionário, e outro grupo mais amplo com funções técnicas e rotinizadas (JANOWITZ, 1967, p.19).

Desse modo, tendo sido influenciados pelo sociólogo alemão, os dois autores americanos teorizaram, a partir da noção weberiana de tipos ideais (FREUND, 2003, p. 47-55), modelos para o profissionalismo militar, preceituando noções essenciais específicas e ideais para o profissionalismo militar moderno³, tanto Huntington (1996, p. 25-36) quanto Janowitz (1967, p.15-24). Ambos, inclusive, destacaram, dentre as peculiaridades da profissão militar nos tempos modernos, a sua formação através de um processo de socialização e profissionalização⁴ em instituições de ensino específicas, militares, e a constituição de uma “visão de mundo” ou “mentalidade”, que seria própria desse profissional.

Conforme Huntington, o “realismo conservador” da ética do profissional militar moderno é o que constitui sua “mentalidade”, determinando suas ações, condutas, convicções e valores.

O contínuo desempenho objetivo da função profissional dá origem a uma contínua *weltanschauung* ou “mentalidade” profissional. Nesse

² Para mais detalhes sobre esse assunto, cf. Rodrigues (2002) e Freidson (1986, 1996 e 1998). No que se refere a essa perspectiva tendo como tema o profissional militar, cf. Mancuso (2005) e Fonseca (2003 e 2008).

³ Enumeradas no capítulo 1.

⁴ Para mais detalhes sobre processos de socialização e profissionalização, cf. Dubar (2005 e 2012).

sentido, a mentalidade militar consiste dos valores, atitudes e perspectivas inerentes ao desempenho da função militar e que se deduzem da natureza dessa função. A função militar é desempenhada por um técnico de profissão pública burocratizada, especialista na administração da violência e responsável pela segurança militar do Estado. Um valor ou uma atitude só faz parte da ética profissional militar se for deduzido ou derivado da especialização, da responsabilidade e da organização peculiares da profissão militar (HUNTINGTON, 1996, p. 79, grifo e aspas do autor).

Assim, ao utilizar a expressão “*Weltanschauung*”, termo alemão adotado por Max Weber (2004) para se referir à “cosmovisão” no tocante à ética protestante, Huntington está firmando a “mentalidade militar” como uma percepção da realidade que organiza a relação dos indivíduos com o mundo, determinando o tipo de ética e visão de cidadania tanto quanto a percepção de si mesmo, exterior e interiormente. Isso porque, de acordo com Souza, na obra de Weber, uma “*Weltanschauung*” consiste na base de “uma concepção de mundo por inteiro”, no caso da ética protestante, o seu racionalismo específico, o racionalismo da dominação do mundo. Assim, quando uma “*Weltanschauung*” é constituída ou modificada, seu impacto abrange

[...] a forma e o conteúdo do agir e pensar humano em todas as suas dimensões: 1) em relação à natureza exterior, ao mundo objetivo; 2) em relação ao convívio dos homens entre si, ao mundo social, portanto; 3) assim como em relação à própria natureza interior, ao mundo subjetivo. Todas essas dimensões são redefinidas [...] (SOUZA, 1994, p.137)

Essa é a razão de Huntington advogar que a mentalidade do militar, uma vez forjada e consolidada no processo de profissionalização, deve ser perene e não passível de modificações devido à extensão das consequências que adviriam. Por isso, para o americano, o processo de socialização e profissionalização do militar deve ser restrito à caserna e distante da sociedade em geral, apartando-se, mormente, da dimensão política para se dedicar a sua missão de “administrar a violência”, garantia do controle civil das FAs (HUNTINGTON, 1996).

Ao tratar a mentalidade militar como um tipo ideal weberiano, o autor termina por preconizar uma concepção essencialista dessa mentalidade, reportando-se a um tipo universal de militar profissional moderno.

A mentalidade militar é, pois, definida abstratamente como um tipo ideal à maneira de Weber, em termos do qual as crenças de homens e grupos reais podem ser analisadas. Nenhum indivíduo ou grupo, é óbvio, prender-se-á a todos os elementos constitutivos da ética militar, já que não há indivíduo ou grupo que seja sempre motivado por considerações exclusivamente militares. A oficialidade, qualquer que seja, só se prenderá à ética até ao ponto em que ela for profissional, isto é, na medida em que seja moldada mais por imperativos funcionais do que por societário. [...] De mais a mais, a ética profissional militar é “não datada e não localizada”, tal como a profissão cuja expressão intelectual representa. Desde que não haja alteração básica na natureza inerente da função militar, não haverá mudança alguma no conteúdo da ética profissional. Meras mudanças em técnicas militares, como desenvolvimento na tecnologia de armas ou maior importância da economia nos negócios militares, em nada alteram o caráter da ética militar, assim como a descoberta da penicilina em nada modificou a ética médica. Em consequência, a ética militar constitui um padrão constante pelo qual é possível julgar o profissionalismo da oficialidade a qualquer tempo e em qualquer lugar (HUNTINGTON, 1996, p. 80, aspas do autor).

Isso posto, mais que pertinente é a explicitação do que consiste em “realismo conservador” como mentalidade militar, segundo Huntington.

Sumário: Realismo conservador. A ética militar enfatiza a imutabilidade, a irracionalidade, a fraqueza e a maldade da natureza humana. Proclama a supremacia da sociedade sobre o indivíduo e a importância da ordem, da hierarquia e da divisão de funções. Saliencia a continuidade e o valor da história. Aceita o Estado-nação como a forma mais alta de organização política e reconhece a constante probabilidade de guerra entre países. Destaca a importância do poder nas relações internacionais e adverte contra os perigos à segurança do Estado. Sustenta que a segurança do Estado depende da criação e da manutenção de Forças Armadas fortes. Preconiza a limitação da ação estatal com relação aos interesses imediatos do Estado, a restrição de compromissos exagerados e taxa de indesejáveis políticas belicosas e aventureiras. Considera a guerra como um instrumento da política, que os militares são servidores do governante e que o controle civil é essencial ao profissionalismo militar. Exalta a obediência como a maior das virtudes do militar. Desse modo, a ética militar é pessimista, coletivista, historicamente influenciada, orientada para o poder, nacionalista, militarista, pacifista e instrumentalista em sua visão de profissão militar. É, em suma, realista e conservadora. (HUNTINGTON, 1996, p. 96, negrito do autor)

O mesmo é realçado por Janowitz (1967), o caráter do profissional militar moderno como portador de uma precisa “cosmovisão”, que envolve uma comunidade própria responsável pela persistência dos seus valores, maneiras de agir e de se comportar, abrangendo um estilo de vida específico (1967, p.175-194), como, por exemplo, uma

etiqueta e cerimonial (1967, p.195-210), bem como uma identidade e ideologia particulares, cuja tradição é a privativa do serviço público (1967, p.213-273). É fundamental que o oficialato se pautem por um código de honra que esteja acima das convicções políticas e não se desintegre pelas ambições financeiras e cujos valores, como o da fidelidade e a fraternidade (1967, p. 218-220), estejam no bojo, guiados por uma autoimagem (1967, p. 223-229) de honra e altruísmo.

Inclusive, o autor, assim como Huntington, ressalva que tais atributos devem ser considerados com equilíbrio pelos sociólogos, para não resultar em uma generalização sem medida. Afinal, tais aspectos envolvem não só uma única autoconcepção comum ou unificada, mas um produto da própria personalidade individual impactada pela experiência organizacional que só os vários anos de serviço podem engendrar. Segundo o autor: “Em qualquer caso individual é difícil separar os componentes pessoais e organizacionais da autoconcepção” (1967, p. 225).

Contudo, enquanto Huntington (1996), na obra *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*, advogava um profissionalismo institucional ou integral de cunho duradouro, remetendo-se à diferenciação entre os valores e as atitudes civis e os dos militares, com base no “isolacionismo” das Forças Armadas como estratégia de garantia do controle civil, Janowitz (1967), em *O Soldado Profissional: um estudo social e político*, apregoava uma concepção de militarismo pragmático ou funcionalista como algo mais favorável ao controle civil nas relações civis-militares. Para o último, as Forças Armadas poderiam e deveriam se integrar à sociedade, aproximando o mundo militar do mundo civil como uma estratégia acertada ao considerar as transformações do mundo contemporâneo. Perspectiva que rompe com o passado das FAs de isolamento social e intelectual da sociedade civil, concepção huntingtoniana, que, apesar de ter ajudado a manter antes o “*sprit de corps*” e a reter seu “pessoal graduado”, hoje deve ser encarada de modo diverso já que nos tempos hodiernos o contexto social é outro (JANOWITZ, 1967, p.22).

É o que corrobora Schwether (2016) em relação às concepções dos autores:

De acordo com Janowitz (1967), sociólogo e teórico da identidade militar, o âmbito militar é como um sistema social, neste as características profissionais do corpo de oficiais, suas competências e normas sofrem alternâncias ao longo do tempo, por essa razão, a profissão militar estaria em mutação, e cada vez mais se aproximaria da identidade civil. O oficial estaria se transformando em um funcionário, o que afeta diretamente a formação da cultura militar. Apesar de,

originalmente, ser uma instituição fechada e conservadora, tendo como elemento central a masculinidade, concebe como preocupante o isolamento social desta.

Sob um outro prisma, Huntington (1957) enfoca sua análise nas relações entre a organização militar e o sistema político no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, perante este cenário aponta que as Forças Armadas possuem como característica essencial o profissionalismo militar, que é mantido constante ao longo dos anos. (SCHWETHER, 2016, p. 24)

Nos termos do próprio Janowitz:

A história da moderna instituição militar pode ser descrita como uma luta entre líderes heroicos, que encarna o tradicionalismo e a glória, e os “administradores militares”, que tratam da conduta científica e racional da Guerra. Esta distinção é fundamental. O administrador militar reflete as dimensões científicas e pragmáticas da guerra; é o profissional com laços efetivos com a sociedade civil. O líder heroico é a perpetuação do tipo do guerreiro, o oficial montado que encarna o espírito marcial e o tema do valor pessoal. (...) Com a introdução de armas e balísticos nucleares, as forças armadas parecem ter-se quase transformado num gigantesco complexo de engenharia. (...) Especialistas técnicos podem vir a representar cruciais papéis de liderança, mas isso exige uma modificação de suas qualificações e perspectivas. À medida que a constituição militar passa a depender cada vez mais de uma tecnologia mais complexa, aumenta a importância do administrador militar. Ele não substitui o líder heroico, mas corrói o antigo tradicionalismo da instituição militar e enfraquece sua oposição à inovação tecnológica. Com o incremento do administrador militar, a inovação tecnológica rotiniza-se. (JANOWITZ, 1967, p. 25)

Daí a ênfase do sociólogo americano na distinção feita pelo historiador alemão Alfred Vagts entre “atitude militar” e “atitude militarista”:

Atitude militar é marcada por uma concentração fundamental de homens e materiais para a conquista de objetivos específicos de poder com a máxima eficiência, ou seja, com o mínimo dispêndio de sangue e dinheiro. Tem escopo limitado, restringe-se a sua função e é científica em suas qualidades essenciais. O militarismo, por outro lado, exibe uma enorme quantidade de costumes, interesses, prestígio, ações e pensamentos associados a exércitos e guerras, mas que, no entanto, ultrapassam propósitos verdadeiramente militares. Na realidade, o militarismo é constituído de maneira tal que pode obstar e destruir os propósitos da atitude militar (VAGTS, 1937 apud JANOWITZ, 1967, p. 25)⁵.

⁵ Citação em nota de pé de página de Janowitz (1967, p. 25) de VAGTS, A. *The History of Militarism*. Nova York, 1937, p. 11.

Assim, tendo em vista essas respectivas concepções dos autores americanos e suas diferenças, adotar-se-á como ponto de partida para a análise dos dados delimitados nessa tese a questão da profissionalização militar promovida pelo Exército Brasileiro na atualidade. Afinal, sendo a hipótese geral aqui advogada a de que o hiperindividualismo contemporâneo surgido a partir da pós-modernidade está gerando transformações no EB, a proposição é que tanto como organização quanto em sua profissionalidade a Força está se modificando.

A premissa é a de que a visão de mundo moderna consolidada como característica basilar do profissional militar da Força, que tem como características fundamentais da mentalidade militar o “realismo conservador brasileiro” e o “anticomunismo”, que promove o “isolacionismo” do EB em relação à sociedade civil, incentiva a “atitude militarista” e valoriza o “tradicionalismo militar” do tipo oficial “herói salvador da pátria” como atributo individual, em direta correspondência com os ideais de “militar virtuoso” e de “guerreiro másculo”, estaria sendo modificada pelas diferentes carreiras do profissional militar em voga no oficialato atual da Força. Tipos de carreiras que, devido às necessidades geradas pela “Era do Conhecimento e da Informação”, estão cada vez mais se impondo ao EB, influenciando-o por serem típicas do “mundo civil” hodierno e afim ao “hiperindividualismo contemporâneo”.

Ou seja, a profissionalidade militar moderna do EB, conexa à racionalidade instrumental da modernidade em que a fé na ciência e na razão se constitui como baluarte do progresso, da igualdade e da justiça social, afim ao “individualismo moderno de cunho moralista laico”, em que a individualidade advém de um processo de individualização de ordem “disciplinar-revolucionária-convencional”, que engendrou um indivíduo de ideal abstrato e cujas aspirações subjetivas são contidas pelo prevalecer de uma “lógica sacrificial de dever laico”; dever para com o coletivo, a pátria e a sociedade, estaria entrando em declínio e dando lugar a uma nova profissionalidade. Esta, afim ao “hiperindividualismo contemporâneo”, em que há uma “atomização do social” de modo a não haver mais a prevalência de concepções “universalistas-rigoristas” e “ideológico-coercitivas”, devido ao crescente “processo de personalização” surgido a partir da pós-modernidade e consolidado no decorrer da hipermodernidade. Consequentemente, isso acaba libertando o indivíduo da moralidade, dos ideais modernos e laicos e das referências externas, esvaziando os “conteúdos rígidos do eu” e comprometendo a efetividade do “espírito militar” de modo a tornar o profissional militar semelhante ao profissional do mundo civil em termos de visão de mundo, tornando-o um indivíduo flexível sem a

necessária absolutização e adesão dos ideais de “militar virtuoso” e de “guerreiro másculo”, engendrando um militar livre para construir a si mesmo existencialmente através de sua própria subjetividade e permitindo-o se pautar a partir dos termos do hiperindividualismo pós-moralista contemporâneo.

Portanto, para verificarmos em que medida essa guinada pode ser constatada ou está em andamento, foram analisadas nas seções seguintes, a partir das fontes de dados supracitadas, (1) as carreiras do oficialato atual da Força, o histórico delas, suas diferenças entre si e em relação aos processos de socialização militar e formação profissional; (2) as últimas mudanças institucionais ocorridas no EB em conjunto com o Processo de Transformação como meta oficial e (3) as crenças e valores manifestos nos comportamentos e nas falas dos próprios oficiais militares nos trabalhos de campo nas OMs.

4.2. As carreiras do oficialato atual e o papel dos processos de socialização na reestruturação de identidades

Atualmente, como na maioria das Forças Armadas do mundo, os militares brasileiros são classificados em oficiais, os que exercem as funções de comando, chefia e direção, “administradores da violência”; e em praças ou graduados, os que exercem as funções de executores e auxiliares, “aplicadores da violência”. Segundo Castro e Leirner (2009), a hierarquia militar brasileira é organizada da seguinte forma nas três FAs:

EXÉRCITO	MARINHA	AERONÁUTICA
Oficiais gerais		
Marechal*	Almirante*	Marechal do ar*
General de Exército	Almirante de esquadra	Tenente - brigadeiro
General de Divisão	Vice – almirante	Major - brigadeiro
General de Brigada	Contra – almirante	Brigadeiro
Oficiais superiores		
Coronel	Capitão de mar e guerra	Coronel
Tenente Coronel	Capitão de fragata	Tenente Coronel
Major	Capitão de corveta	Major

Oficiais intermediários		
Capitão	Capitão Tenente	Capitão
Oficiais subalternos		
Primeiro Tenente	Primeiro Tenente	Primeiro Tenente
Segundo Tenente	Segundo Tenente	Segundo Tenente
Aspirante	Guarda marinha	Aspirante
Praças ou graduados		
Subtenente	Suboficial	Suboficial
Primeiro Sargento	Primeiro Sargento	Primeiro Sargento
Segundo Sargento	Segundo Sargento	Segundo Sargento
Terceiro Sargento	Terceiro Sargento	Terceiro Sargento
Cabo	Cabo	Cabo
Soldado	Marinheiro	Soldado
* Postos preenchidos somente em caso de guerra.		

Figura 4: Hierarquia militar brasileira. (CASTRO E LEIRNER, 2009, p. 11).

Essa hierarquia é recheada de ritos e símbolos (CASTRO, 1990 e LEIRNER, 1997) para significação dos agentes desse universo, o que, no caso do Exército, fica evidente nos seguintes termos:



Figura 5: Símbolos das fardas dos oficiais e graduados do Exército Brasileiro. (Manual de Fundamentos EB20-MF-10.101, BRASIL, 2014, p. 4-7).

Nesse sentido, é importante destacar que o universo que abrange os militares é amplo, diversificado e formado por vários grupos com características distintas. De acordo com Leirner (1997, p. 71), em razão de sua destinação constitucional, eles formam uma categoria especial de servidores da pátria, divididos entre as três FAs e em uma das seguintes situações: os da ativa, podendo ser os de carreira ou os incorporados às FAs para prestação de serviço militar inicial, durante os prazos previstos na legislação que trata do serviço militar, ou durante a prorrogação daqueles prazos. Os da reserva das FAs, quando convocados, reincluídos, designados ou mobilizados. Os alunos dos órgãos de formação de militares da ativa e da reserva, e, em tempo de guerra, os cidadãos brasileiros mobilizados para o serviço ativo. O que faz de todo cidadão brasileiro do sexo masculino um militar em potencial.

No que é concernente ao oficialato, objeto específico desta tese, além de contemplar as situações supracitadas, em suas particularidades, ele se divide em várias carreiras, áreas de especialização, dentre outras classificações e subclassificações. Isso porque, a partir das décadas de 1980 e 1990, novas carreiras foram criadas e as outras começam a ser modificadas devido a uma ampla reforma organizacional aos poucos implementada na Força por causa do contexto político nacional e das demandas da Era do Conhecimento e da Informação.

Tais décadas correspondem ao fim do Regime Militar e início da “Nova República Democrática Brasileira” (FAUSTO, 1995, p. 463-516) no âmbito político nacional. E ao período em que surgiram mudanças tecnológicas incisivas e globalmente na ciência e na área da informação, sobretudo, após o surgimento da rede mundial de computadores. Foi quando o Exército deu início ao movimento pela modernização do ensino militar, resultando em ações para aperfeiçoar e modernizar todas as escolas do Sistema Militar de Ensino brasileiro (LUCHETTI, 2006, p. 103).

Assim, na ocasião, foi criado o GTEME - Grupo de Trabalho para o Estudo da Modernização, que teve como chefe o Coronel de artilharia Paulo Cesar de Castro. Depois ele foi promovido ao posto de general e ocupou a função de diretor do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP). O grupo elaborou um documento oficial denominado de *Fundamentos para a Modernização do Ensino* (BRASIL, 1996b), que indicou “a necessidade de redimensionamento do perfil do militar profissional, tendo em vista os desafios esperados para os primeiros anos do século XXI” (BRASIL, 1996b, p. 1).

Na realização de um estudo entre o ano de 1985 ao ano 2000 sobre a modernização do ensino, Fazio (2008) pontua sua importância como principal caminho para a

introdução de modificações na Força a partir da redemocratização, bem como no modelo de formação do profissional militar a partir de então. Ao entrar em vigor em 1996, a modernização do ensino militar reformulou a sua legislação básica, a metodologia para elaboração e revisão de currículos, os perfis profissiográficos (LUCHETTI, 2006, p. 103-164) e o sistema de avaliação⁶. Isso deu origem às atuais normas que regem o Sistema de Ensino Militar e à equivalência legal entre os cursos superiores das instituições do Exército e os da educação civil (FAZIO, 2008).

A partir daí o distanciamento entre as instituições civis e as militares de ensino e de pesquisa diminuiu. Se antes os civis não podiam estar presentes nas instituições militares, e nem os militares nas civis, agora a participação passou a ser recíproca, reconhecida e incentivada, levando inclusive a intercâmbios acadêmicos e institucionais em prol da área da defesa, não mais restrita como apenas da alçada militar, mas sim de toda a sociedade (FONTOURA, 2015 e OLIVEIRA, 2016).

Ademais, de acordo com Silva (2006),

O contexto mundial, a partir do final do século XX, é caracterizado por mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas, impondo às organizações públicas e privadas o desenvolvimento de uma capacidade administrativa que seja capaz de responder às demandas de diversos setores da sociedade, em seus ambientes operativos, conjugando eficiência, com relação a custos, e efetividade com relação à qualidade de seus produtos ou serviços colocados à disposição de sua clientela. (SILVA, 2006, p. 12).

O Brasil na ocasião se encontrava numa crise política causada pela transição do regime militar para o regime civil e numa crise econômica motivada pela crise fiscal do Estado e pela exaustão da estratégia de crescimento nacional-desenvolvimentista. Isso levou a uma ampla reforma administrativa do Estado Brasileiro, em que o país buscou implantar um modelo de administração gerencial para reduzir custos e aumentar a eficiência dos serviços públicos. O objetivo foi, a partir de 1995, implementar uma concepção de administração pública de cunho profissional e moderno que adotasse os princípios da “Qualidade Total” aplicados nos setores privados, tendo como foco o cliente-cidadão (SILVA, 2006, p. 20-21).

Antes disso, no Exército, uma concepção semelhante já era adotada na área específica da tecnologia, em que os esforços eram voltados para a busca de eficiência e qualidade. Tanto é que a Força administrou inúmeras mudanças no ensino e na área de

⁶ Para mais detalhes, cf. Luchetti (2006), Fazio (2008) e Oliveira (2016).

Engenharia. No decorrer da história, implementou o ensino da área em instituições próprias, que também ofertavam, além da formação de engenheiros, a formação de oficiais combatentes das armas. Ofertou cursos na área para oficiais militares, da ativa e da reserva, como também para civis que não iriam seguir a carreira militar. Separou a formação de oficiais combatentes da Arma de Engenharia da formação de oficiais Engenheiros Militares, até instituir, como é hoje, escolas diferentes, altamente especializadas para cada uma das últimas formações mencionadas⁷.

Mas, a partir da adoção de tal concepção na reforma administrativa do Estado Brasileiro, o Exército implementou essa mesma perspectiva na Força como um todo. Principalmente, após o início da Nova República Democrática, que atingiu o seu orçamento com cortes e reduções sistemáticas. Segundo Silva (2006), uma das medidas para a nova institucionalidade foi a criação, em 1989, da carreira do QCO – Quadro Complementar de Oficiais⁸, cuja formação profissional em curso superior é feita em instituições civis para posterior formação militar. Exatamente como era a única exceção para ingresso no oficialato naquele período, sem a necessidade de realizar a formação profissional específica em uma instituição militar, a do caso dos oficiais do Serviço de saúde (das áreas da medicina, odontologia e farmácia). Porém, antes de essa concepção ser adotada na Força Terrestre e a carreira do QCO ser criada, uma ação com o mesmo prisma já tinha sido realizada em relação aos Engenheiros Militares e sua formação no IME – Instituto Militar de Engenharia⁹. De acordo com Lucena,

Em 1988 se iniciou a nova sistemática de formação dos oficiais do QEM - Quadro de Engenheiros Militares. Os alunos, matriculados no Curso de Formação e Graduação do IME, eram também matriculados no NPOR - Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva, com a duração de quatro anos. A seguir, eram declarados Aspirantes a Oficial R/2 do Quadro de Material Bélico, promovidos a 1º Tenente e matriculados no CFOEM - Centro de Formação de Engenheiros Militares, no 5º ano de Engenharia. Ao terminar o curso, eram graduados nas diversas engenharias e declarados 1º Tenentes do Quadro de Engenheiros Militares. Havia, ainda, duas vertentes, de menor monta, para obtenção de Engenheiros Militares. A primeira, mediante curso de graduação, com duração de quatro anos, para oficiais tenentes

⁷ Para mais detalhes, cf. Lucena (2005).

⁸ Cf. Lei nº 7.831, de 1989.

⁹ O IME - Instituto Militar de Engenharia, localizado no Rio de Janeiro (RJ), é uma instituição acadêmica de nível superior pública do DCT - Departamento de Ciência e Tecnologia responsável, no âmbito do Exército Brasileiro, pelo ensino superior de Engenharia e pela pesquisa básica. Ministra cursos de graduação, pós-graduação e extensão universitária para militares e civis. É a única instituição responsável pela formação dos Engenheiros Militares do EB. Para mais detalhes, cf. o sítio da IME disponível em: <http://www.ime.eb.br/> Acesso em: 28 dez. 2018.

formados na Academia Militar das Agulhas Negras. A segunda, mediante curso de formação militar, com duração de um ano, para engenheiros graduados em outras escolas do País. (LUCENA, 2005, p. 17).

Essa segunda vertente de menor monta é semelhante ao formato do QCO, cuja formação profissional em curso superior é feita em instituições civis para posterior formação militar.

Segundo as informações de um oficial engenheiro da reserva do QEM - Quadro de Engenheiros Militares¹⁰, os oficiais que ingressaram no quadro naquela oportunidade tornaram-se conhecidos como “haroldinhos”, em alusão ao General Haroldo Erichsen da Fonseca, responsável pela iniciativa. Aqueles oficiais tiveram a sua formação militar questionada devido ao curto período de tempo (um ano) em comparação com os outros oficiais, tendo sido considerados “impuros” assim como os oficiais do QCO e os das outras carreiras que descreveremos a seguir.

Portanto, conclui-se que várias foram as ações do EB, que, a partir do novo período democrático e das demandas da Era do Conhecimento e da Informação, promoveram mudanças nas carreiras que constituem o seu oficialato. Inclusive em termos dos processos de ensino, de socialização e de formação do profissional militar, além das ações implementadas após a criação do MD – Ministério da Defesa (FUCCILLE, 2006, SILVA, 2013 e PASSOS, 2014), que também trouxeram várias modificações no âmbito das relações civis-militares brasileiras (VASCONCELLOS, 2011 e MADRUGA, 2015).

Em nossa análise das carreiras, foi considerada a nova sistemática de formação dos oficiais do QEM, instituída a partir de 1988 e modificada em 1995 para o formato atual, que esclareceremos adiante. A instituição, em 1989, do QCO – Quadro Complementar de Oficiais (SILVA, 2006) que, posteriormente, em 1992, foi a carreira que primeiro permitiu o ingresso das mulheres no EB como oficiais (MAZULO, 2010 e GOMES, 2014). E a criação, segundo Fontoura (2015, p. 44), do OTT - Quadro de Oficiais Técnicos Temporários por volta de 1996 e 1997.

Deste modo, uma pertinente diferenciação entre os tipos de agentes do oficialato atual do EB é a divisão deles em oficiais de carreira permanente e temporários. Sendo que cada um desses grupos pode ser dividido em outras categorias.

Os oficiais temporários são os selecionados em âmbito regional conforme a idade e escolaridade. Podem ser classificados em OCT - Oficiais Combatentes Temporários e

¹⁰ Entrevista informal com um oficial da reserva do QEM no posto de Coronel.

OIT – Oficiais Intendentes Temporários, que ingressam através do Serviço Militar Obrigatório¹¹, restrito aos homens, e em oficiais voluntários¹², que ingressam por processo seletivo específico e são contratados. Esses oficiais podem ter seus contratos renovados anualmente até o limite máximo de oito anos. Os voluntários são constituídos pela categoria MFDV, da área da saúde, especificamente das profissões de médico, farmacêutico, dentista e veterinário; pela categoria OEMT – Oficiais engenheiros militares temporários, e pela categoria OTT – Oficiais técnicos temporários¹³, os últimos profissionais de áreas diversas, contratados conforme a necessidade da Força Terrestre.

Os oficiais permanentes são aqueles que ingressam no Exército mediante a aprovação em concurso público, de âmbito nacional e de acordo com a sua faixa etária e escolaridade. Os ingressantes tornam-se oficiais permanentes após as formações profissionais e como militar, ganhando a estabilidade típica do serviço público federal e podendo alcançar a inatividade com o tempo mínimo de trinta anos. São distribuídos em torno de funcionalidades e especializações às quais pertence o militar, definidas como Armas, Quadros ou Serviços, conforme a figura abaixo.



Figura 6: Armas, quadros e serviços do Exército Brasileiro. (Manual de Fundamentos EB20-MF-10.101, BRASIL, 2014, p. 5-2).

Segundo Fontoura (2015),

As armas englobam o militar combatente por excelência e é considerada a atividade-fim da profissão. São elas: Infantaria, Cavalaria, Artilharia,

¹¹ Formados pelos Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva. Para mais detalhes, cf. Kuhlmann (2001), as edições N° 233 e 234 da revista Verde-oliva (2016) e o sítio do EB disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/ingresso/servico-militar> Acesso em: 28 dez. 2018.

¹² As fontes dos detalhes sobre as diferentes carreiras militares do EB tratadas neste capítulo foram as edições N° 233 e 234 da revista Verde-oliva (2016).

¹³ Os pormenores estão descritos no sítio do EB disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/ingresso/militar-temporario> Acesso em: 28 dez. 2018.

Engenharia e Comunicações. Os Quadros reúnem os militares que, de origem diversa, ali se concentram com uma finalidade geral própria. São eles: o Quadro de Material Bélico, Quadro Complementar de Oficiais (integrado por oficiais possuidores de formação superior em diferentes áreas do conhecimento e especializações técnicas), Quadro Auxiliar de Oficiais (oficiais que ascenderam hierarquicamente dos postos de subtenentes) e o Quadro de Engenheiros Militares (oficiais que concluíram o curso do Instituto Militar de Engenharia, o IME). Por fim, há os Serviços que têm uma atividade de apoio bem definida, normalmente de cunho logístico. São eles: o Serviço de Intendência, o Serviço de Saúde e o Serviço de Assistência Religiosa. (FONTOURA, 2015, p. 25).

Assim, tendo em conta que as análises das carreiras partem da questão da profissionalização militar, a delimitação do atual oficialato do EB nesta tese foi realizada com base em dois critérios, a saber:

- 1) ter como pré-requisito para ser oficial a exigência de formação em curso superior de graduação completo, e
- 2) possuir na Força um quantitativo de membros e de tempo na ativa significativo em relação aos grupos de oficiais permanentes cujo provimento é de maior número e com previsão de maior tempo.

O primeiro critério se justifica porque o contexto hodierno demanda dos oficiais uma performance adequada ao elevado grau de complexidade do exercício de suas funções e de especialização técnica, bem como às responsabilidades de comando, sobretudo, devido ao contexto da Era do Conhecimento e da Informação. O segundo, obviamente, porque devido ao pequeno quantitativo de presença na ativa e de tempo desses oficiais no Exército, torna-se irrelevante abarcá-los no escopo desta pesquisa. Desse modo, estão excluídos da delimitação os oficiais combatentes temporários (cuja exigência de escolaridade mínima para ingresso é igual ou superior ao 3º ano do Ensino Médio), os oficiais do SAREx - Serviço de Assistência Religiosa (com baixo número de membros na Força), os da Reserva de 2ª Classe do QEM - Quadro de Engenheiros Militares (devido ao pouco tempo na ativa)¹⁴ e os oficiais do QAO - Quadro Auxiliar de

¹⁴ Aqueles que ingressam no Curso de Formação e Graduação de Oficiais da Reserva de 2ª Classe do Quadro de Engenheiros Militares. Destinado aos (às) candidatos (as) que não desejam seguir a carreira militar. Assim, tornam-se militares apenas durante o curso de formação militar, e depois deixam a Força seguindo

Oficiais¹⁵, em que o militar ingressa no EB como praça (sem a exigência de curso superior de graduação completo) e, a partir dos critérios de “mérito” e “antiguidade” (tempo de serviço), vai subindo na hierarquia¹⁶ até tornar-se um oficial.

Segundo Miranda, apenas os oficiais provenientes da AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras e os do QEM – Quadro de Engenheiros Militares realizam cursos superiores de graduação em instituições do Exército. “Os engenheiros militares graduam-se no Instituto Militar de Engenharia (IME) e os cadetes graduam-se em ciências militares na AMAN. Os demais graduam-se em instituições civis e depois ingressam no Exército” (MIRANDA, 2013, p.104).

Para proceder às análises, seguindo os critérios supracitados, o oficialato foi dividido em dois grupos de oficiais¹⁷:

- O **grupo 1**, que denominaremos de grupo dos oficiais de espírito militar rígido, daqueles que ingressam na Força no início da vida adulta (pouco tempo antes ou pouco tempo depois de completar 18 anos) e realizam a formação em cursos superiores de graduação nas instituições do Exército.
- E o **grupo 2**, que denominaremos de grupo dos oficiais de espírito militar flexível, daqueles que ingressam na Força já no decorrer da vida adulta e possuem cursos superiores de graduação completos e realizados em instituições civis.

Os termos rígido e flexível são para esclarecer o tipo de individualidade dos oficiais. Conforme Lipovetsky (2005), a individualidade moderna possui conteúdos rígidos no “eu” e a individualidade hipermoderna possui um “eu” vazio de tais conteúdos de modo a dar lugar às manifestações da subjetividade dos indivíduos, aos seus desejos. Desse modo, por analogia, associaremos esses tipos de individualidade às identidades dos oficiais, relacionando-as aos processos de socialização e formação pelos quais eles

no curso de graduação como pertencentes à reserva não remunerada. Cf. sítio do vestibular do IME disponível em: <http://inscricoes.ime.eb.br/vestibular/cfg/> Acesso em: 21 jan. 2019.

¹⁵ Para pormenores sobre os oficiais do SAREx e do QAO, cf. o Manual de Fundamentos EB20-MF-10.101 (BRASIL, 2014).

¹⁶ Para mais detalhes sobre a hierarquia no EB, cf. Leirner (1997).

¹⁷ Tanto em relação ao conjunto do grupo 1 quanto do grupo 2, as informações sobre as carreiras militares do EB foram levantadas através da revista Verde-oliva (Nº 233, 2016), bem como do sítio do Exército Brasileiro disponível em: <http://www.eb.mil.br/> Acesso em: 28 dez. 2018.

passam ao longo da carreira. Os quadros esboçados nas seções a seguir explicitarão isso, as diferenças entre as identidades militares conforme os processos de socialização conjugados ou não com as formações profissionais.

Conforme Dubar (2005 e 2006), o que constitui uma identidade ou uma instituição profissional são vários processos de socialização, sejam eles simultâneos ou não. Assim, os processos pelos quais os indivíduos passam ao ingressar no EB são imprescindíveis na determinação das suas identidades como militares e profissionais.

A concepção de socialização desse autor é diferente das outras abordagens das Ciências Sociais, como a de Durkheim, em que “é a sociedade que nos lança fora de nós mesmos, que nos obriga a considerar outros interesses que não os nossos, que nos ensina a dominar as paixões, os instintos, e dar-lhes lei, ensinando-nos o sacrifício, a privação” (DURKHEIM, 2011, p.45). Dubar (2005, p.133) enfoca a dimensão individual como parte do centro da análise social. O que é relevante para o estudo das carreiras militares atuais, uma vez que o âmago da experiência moderna é o seu processo de internalização e de subjetivação enquanto modernidade desencantada (SCHLUCHTER, 2000).

Dubar, ao revisar diversas contribuições sobre o tema nas Ciências Sociais, propõe uma “teoria sociológica da identidade” com base na premissa da dualidade no social.

Desse ponto de vista, a identidade nada mais é que *o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições*. O que essa noção traz além - ou de diferente - das noções de grupo, classe ou categoria utilizadas em uma perspectiva macrosocial, ou das noções de papel e de status definidas a partir de uma perspectiva microssocial? A resposta parece clara: ela tenta introduzir a dimensão subjetiva, vivida e psíquica no cerne da análise sociológica. (DUBAR, 2005, p. 136, grifos do autor).

O autor reforça sua perspectiva com o argumento do interacionismo simbólico, conforme Mead (1972), de que a ação das pessoas em relação às coisas se baseia nos significados que essas coisas têm para elas, sendo esses significados os resultados da interação social, modificados no curso da ação pelas interpretações dessas mesmas pessoas. Deste modo, de acordo com Dubar (2005, p.116), a socialização deve ser concebida também, nos termos de Mead (1972), como uma construção da identidade social (*self*) provocada pela comunicação com os outros. O que confirma a compreensão de que a identidade social não está desassociada da identidade individual. Ambas, como

defende Dubar (2005), resultariam dos diversos processos de socialização pelos quais os indivíduos passam, inclusive as identidades profissionais.

Nessa perspectiva, o autor, a partir de Bourdieu, ao definir:

(...) o *habitus* como “sistemas de disposições duradouras e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações”. (DUBAR, 2005, p.77-78).

Realça duas interpretações para o conceito. Uma em que o conceito se remete a um conjunto de disposições fixas e duráveis que são incorporadas na personalidade dos indivíduos (DUBAR, 2005, p.80). E outra, cujo caráter plástico relativo ao conceito sob uma perspectiva individual, implica uma lógica contrária à reprodução ou conservação, em que os indivíduos agem e reagem e, em alguns casos, alteram suas próprias trajetórias sociais.

Destarte, no plano individual, esse caráter plástico possível no *habitus* originário permite que o sujeito seja não apenas o produto de uma condição social, mas também de uma trajetória. Dependendo dessa e do seu impacto na sua subjetividade, o sujeito, no decorrer de sua experiência individual, pode optar em não adotar os parâmetros de sua origem, seja da família ou do contexto de sua infância, por exemplo. Em vista disso, Dubar (2005) relaciona as condições objetivas e as condições subjetivas da construção das identidades sociais:

Se as identidades sociais são produzidas pela história dos indivíduos, elas também são produtoras de sua história futura. Esse futuro depende não somente da estrutura “objetiva” dos sistemas em que se manifestam as práticas individuais e principalmente do estado das relações sociais no interior desse campo, mas também do balanço “subjetivo” das capacidades dos indivíduos, capacidades essas que influenciam as construções mentais das oportunidades desses campos. As identidades resultam, pois, do encontro entre trajetórias socialmente condicionadas e campos socialmente estruturados. Mas esses dois elementos não são necessariamente homogêneos, e as categorias significativas das trajetórias não são necessariamente as mesmas que estruturam os campos da prática social. Essa defasagem abre espaços de liberdade irreduzíveis que tornam possíveis e, às vezes, necessárias conversões identitárias que engendram rupturas nas trajetórias e modificações possíveis das regras do jogo nos campos sociais. (DUBAR, 2005, p.94, aspas do autor).

Segundo Zanatta (2011, p. 42), com base nessa compreensão, autores como Strauss (1999), Goffman (1985, 1988), Berger e Luckmann (1973) levaram em conta que o indivíduo está inserido em diversas esferas interligadas, como a família e o mercado de trabalho, e então, ao participar desses âmbitos da vida social, adotam os papéis sociais correspondentes a essas instituições cujo impacto é significativo para a constituição das suas identidades.

Nesse sentido, como são diversas as carreiras do oficialato do Exército Brasileiro, variando os seus contextos de vida social, na Força haveria também diferentes identidades. Em algumas carreiras, os indivíduos participam de diversas esferas da sociedade, exercendo uma diversidade de papéis e estando inseridos em diferentes contextos. Mas em outras, como veremos adiante, o militar se vê confinado socialmente apenas na esfera militar.

Há casos em que a formação do oficial se dá através de internato por vários anos, com saídas esporádicas nos finais de semana. Em outros casos não. Há casos em que o militar mora com sua família fora do quartel, participando de outros contextos sociais. Mas em outros, o oficial e sua família moram na vila militar, o que faz da família uma extensão da instituição (SILVA, 2010, p. 126)

A compreensão dos conceitos de socialização e formação identitária, considerando a vinculação dos indivíduos a várias esferas de vida social, segundo Dubar (2005, p.120), possibilitou o desenvolvimento da abordagem construtivista de Peter Berger e Thomas Luckmann (1973). Isso permitiu a emancipação dos conceitos do campo escolar e da infância, para aplicá-los ao campo profissional e relacioná-los a problemáticas envolvendo mudanças sociais.

Em particular, a redescoberta de Max Weber e de sua posteridade fenomenológica (Schultz), e também de Georg Simmel e de sua posteridade interacionista (Mead), vai fecundar a abordagem construtivista de Peter Berger e Thomas Lückmann, *The Social Construction of Reality* [A construção social da realidade] (1966). É a partir dessa obra que a distinção entre "socialização primária" e "socialização secundária" permitirá que o conceito se emancipe do campo escolar e da infância, se aplique com um sucesso crescente ao campo profissional (e também a outros) e, sobretudo, se conecte às problemáticas da mudança social. Se a socialização já não é definida como "desenvolvimento da criança", nem como "aprendizado da cultura" ou "incorporação de um *habitus*", mas como "construção de um mundo vivido", então esse mundo também pode ser desconstruído e reconstruído ao longo da existência. A socialização se torna um processo de construção, desconstrução e reconstrução de identidades ligadas às diversas esferas de atividade (principalmente profissional)

que cada um encontra durante sua vida e das quais deve aprender a **tornar-se ator**. (DUBAR, 2005, p. XVII, grifos e aspas do autor).

Trata-se da noção de socialização como a maneira pela qual os indivíduos realizam suas aprendizagens a partir de suas vivências nas relações sociais, aprendem como se comunicar, se comportar e o que pensar. Esse é um processo permanente na vida do ser humano, em que ele internaliza crenças, valores, normas, rituais e conhecimentos próprios do contexto social onde está inserido.

Assim, a “socialização primária” corresponde à primeira interiorização no indivíduo, à promoção do “saber básico”, como, por exemplo, o da linguagem, basilar para a criança e que permite, por meio dos códigos da leitura e escrita, bem como da fala, fazer uma ligação entre sua subjetividade e o mundo externo, já organizado socialmente, com sua lógica particular e seus sistemas simbólicos. Então ela deverá incorporar e compreender o entorno para valorar e dar sentido à relação entre ela, os objetos, palavras e comportamentos sociais uns com os outros, conforme a relação estabelecida entre e com os adultos e a família, com a escola e com outras instituições presentes no contexto.

Já a “socialização secundária” corresponde a qualquer processo subsequente que insere o indivíduo já socializado em novas instâncias do mundo objetivo de sua sociedade (BERGER e LUCKMANN, 1973, p.175).

A socialização primária termina quando o conceito do outro generalizado (e tudo que o acompanha) foi estabelecido na consciência do indivíduo. Neste momento é um membro efetivo da sociedade e possui subjetivamente uma personalidade e um mundo. Mas esta interiorização da sociedade, da identidade e da realidade não se faz de uma vez para sempre. A socialização nunca é total nem está jamais acabada. [...] Logo que tal ocorre, a socialização secundária torna-se necessária.

A socialização secundária é a interiorização de “submundos” institucionais ou baseados em instituições. A extensão e caráter destes são, portanto, determinados pela complexidade da divisão do trabalho e a concomitante distribuição social do conhecimento. (BERGER e LUCKMANN, 1973, p.184-185).

Nessa perspectiva, para Dubar (2005), na socialização primária se dão as aquisições dos “saberes básicos” acima descritos. E na secundária, a dos “saberes profissionais”. Tais aquisições:

São maquinarias conceituais que compreendem um vocabulário, receitas (ou fórmulas, proposições, procedimentos), um programa

formalizado e um verdadeiro "universo simbólico" que veiculam uma concepção do mundo (*Weltanschauung*), mas que, ao contrário dos saberes básicos da socialização primária, são definidos e construídos com referência a um campo especializado de atividades e, portanto, "situados diversamente no interior do universo simbólico como totalidade". (DUBAR, 2005, p.122, aspas e grifos do autor).

É o que também afirmam Berger e Luckmann nas seguintes palavras:

A socialização secundária exige a aquisição de vocabulários específicos de funções, o que significa em primeiro lugar a interiorização de campos semânticos que estruturam interpretações e condutas de rotina em uma área institucional. Ao mesmo tempo, são também adquiridas compreensões táticas, avaliações e colaborações afetivas desses campos semânticos. Os "submundos" interiorizados na socialização secundária são geralmente realidades parciais, em contraste com o "mundo básico" adquirido na socialização primária. Contudo, eles também são realidades mais ou menos coerentes, caracterizadas por componentes normativos e afetivos, assim como cognoscitivos. (BERGER e LUCKMANN, 1973, p.185).

Assim sendo, no que tange aos processos de socialização e formação do profissional militar do oficialato do EB, pode-se enumerar três conclusões.

A primeira é que socializações secundárias diferentes engendram formações e identidades profissionais diferentes, "submundos" específicos e, portanto, distintos. E, como será possível constatar adiante, no mundo militar também haverá essa variedade tanto quanto forem diversos os processos de socialização.

A segunda é que, ao se tornar militar, o indivíduo deverá internalizar uma linguagem específica, bem como valores e uma série de comportamentos e sentidos simbólicos próprios do mundo militar, além da expertise profissional de sua função técnica na Força. Isso significa que há duas facetas diferentes na profissionalidade militar do oficial, ou seja, duas identidades profissionais: a do militar em si como agente estatal, especialista na administração da violência, e a do especialista de formação superior técnico-científica, o engenheiro, ou médico, ou artilheiro, etc, como veremos adiante.

E a terceira é de que, dependendo da socialização secundária, não ocorrerá necessariamente uma passagem automática e fluida entre o "universo do saber básico" e o "universo do saber especializado". Embora seja possível existir uma continuidade entre a socialização primária e a secundária, por sintonias entre os conteúdos, a dissintonia é o que geralmente ocorre, uma vez que se trata da imersão em um novo mundo específico.

É o que Dubar (2005, p. 122-125) concebe como possíveis rupturas entre as socializações, duas, a saber: a que corresponde a “acidentes biográficos”, em que a realidade interiorizada durante a infância é desintegrada. Assim os acidentes resultam no que Dubar denomina de um duplo processo, em que há a “transformação do mundo” e a “desestruturação e reestruturação” de identidade. Por conseguinte, a socialização secundária poderá constituir uma identidade mais satisfatória ou consistente do que a produzida no “universo do saber básico”. E aquela que acontece quando as identidades antes formadas se tornam “problemáticas”, isto é, não são mais atraentes frente à realidade e suas opções possíveis. Quer dizer, a ruptura não advém dos “fracassos” da socialização primária, mas das pressões sobre os indivíduos para alterar suas identidades e torná-las compatíveis com as transformações. Assim, “A construção de um aparelho de socialização secundária eficaz se torna, então, um elemento fundamental de êxito do processo de transformação social” (DUBAR, 2005, p. 125).

Portanto, como um saber profissional a ser estabelecido, através de uma maquinaria conceitual que compreende vocabulário, receitas de conduta, proposições e procedimentos; um programa formalizado e um universo simbólico veiculador de uma concepção do mundo, isto é, uma “Weltanschauung” específica (DUBAR, 2005, p. 122); um submundo a ser interiorizado pela socialização secundária (BERGER E LUCKMANN, 1973, p.185), o processo de socialização e formação militar dos oficiais do EB se constitui como um processo de desestruturação e reestruturação de identidades com o objetivo de formar no indivíduo o “espírito militar” (CASTRO, 1990), seja porque a socialização anterior (primária) foi desintegrada no decorrer da trajetória dos indivíduos, seja porque as pressões sobre os indivíduos levaram às modificações de suas identidades para torná-las compatíveis com a profissionalidade ali proposta.

É o que buscamos verificar nas seções seguintes, ao descrevermos a organização dos processos de socialização e formação dos indivíduos que ingressam no EB para tornarem-se oficiais.

4.2.1. Os oficiais de identidade afim com o individualismo moderno laico: os de espírito militar rígido

No caso do conjunto das carreiras do grupo 1, daqueles que ingressam na Força no início da vida adulta (pouco tempo antes ou pouco tempo depois de completar 18 anos) e realizam a formação em cursos superiores de graduação nas instituições do Exército, os

candidatos a oficiais ingressam no EB através de concurso de admissão nacional com exames intelectuais e físicos para realizarem o curso nível superior e de formação militar. É porque se submetem a um duradouro e intenso processo de socialização e formação militar, logo no início da vida adulta e profissional, que os denominamos de oficiais de “espírito militar rígido”.

Os candidatos devem preencher, dentre outros pré-requisitos¹⁸, o de completar o 3º (terceiro) ano do Ensino Médio para efetuar a matrícula e ter a idade, até 31 de dezembro do ano de matrícula, de no mínimo 16 (dezesesseis) anos para o IME e EsPCEX¹⁹, 17 (dezessete) anos para a AMAN²⁰ e no máximo 21 (vinte e um) anos para a EsPCEX e 22 (vinte e dois) anos para a AMAN e para o IME.

No caso daqueles que desejam se tornar oficiais combatentes, do QMB - Quadro de Material Bélico, do Serviço de Intendência ou das Armas, Armas-Base (Infantaria e Cavalaria) ou Armas de Apoio ao Combate (Artilharia, Engenharia e Comunicações), o ingresso se dá através da admissão para o curso da EsPCEX. Ali os indivíduos realizam o primeiro ano de sua formação militar e o primeiro ano do curso superior de Bacharel em Ciências Militares. Então se tornam “cadetes”, título dado aos estudantes da AMAN, onde terão a continuidade de suas formações de militar e bacharelado.

Após concluírem o curso de formação (um ano na EsPCEX e quatro anos na AMAN), serão declarados aspirantes a oficial e receberão, através de ritos especiais e ritos de simbolismo, a espada e as estrelas definitivas de oficial do Exército Brasileiro, fazendo jus à extensa socialização secundária (de cinco anos) que tiveram em regime de internato. A partir de então, seguirão para uma das OMs – Organização Militares localizadas no país e, após um período específico no posto, serão promovidos ao de 2º tenente, dando prosseguimento à carreira.

Esses que se formaram na AMAN são os únicos oficiais que podem chegar ao posto máximo em tempo de paz, o de General do Exército, único posto que permite ao oficial

¹⁸ Cf. incisos II e III, do Art. 3º, da Lei nº 12.705, de 2012.

¹⁹ A EsPCEX - Escola Preparatória de Cadetes do Exército, localizada em Campinas (SP), é um estabelecimento de ensino do EB que visa selecionar e preparar o futuro cadete da AMAN - Academia Militar das Agulhas Negras, dando início à formação do oficial combatente do Exército Brasileiro. Para mais detalhes, cf. o sítio da EsPCEX disponível em: <http://www.espcex.eb.mil.br/> Acessos em: 28 dez. 2018.

²⁰ A AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras, localizada em Resende (RJ), é o único estabelecimento de ensino superior que forma os oficiais combatentes de carreira das armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações, do Quadro de Material Bélico e Serviço de Intendência do Exército Brasileiro. Para mais detalhes, cf. o sítio da AMAN disponível em: <http://www.aman.eb.mil.br/> Acesso em: 28 dez. 2018.

tornar-se “Comandante do Exército Brasileiro”, o chefe da Força Terrestre no âmbito nacional.

Relativo aos que optam por ingressar no EB através do QEM - Quadro de Engenheiros Militares, há quatro diferentes vertentes²¹ de ingresso como oficial. Uma delas não será tratada por não preencher os requisitos da delimitação do oficialato realizada para o estudo desta tese²². Outra será tratada adiante por ter as características descritas como do grupo 2. E duas são as vertentes que pertencem ao conjunto de características descritas como do grupo 1 e relativas ao ingresso como oficiais da Ativa do QEM.

No que tange a essas últimas, uma é destinada ao oficial que já realizou a formação militar na AMAN (passando pela EsPCEX) e deseja migrar para o QEM fazendo o curso de Engenharia do IME. Ele realiza uma seleção específica e opta por uma dentre as seguintes especialidades: Fortificação e Construção (Engenharia Civil), Eletrônica, Comunicações, Elétrica, Mecânica e de Armamento, Mecânica e de Automóveis, Materiais, Química, Cartográfica e Computação. Nessa vertente o indivíduo já é um oficial formado pela AMAN, bacharel em Ciências Militares, e irá adquirir outra formação em curso superior numa instituição do próprio Exército.

A outra é a em que o candidato, após concluir o Ensino Médio, presta vestibular para ingressar nos cursos simultâneos de formação militar e de graduação em engenharia em uma daquelas especialidades, ambos os cursos de cinco anos. Os oficiais do QEM podem ascender no máximo ao posto de General de Divisão, o penúltimo na hierarquia.

Assim, os oficiais desse grupo de carreiras prosseguem para galgarem os próximos postos hierárquicos através de diversas exigências, dentre elas, a de realização de outros cursos variados e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

Para os oficiais que estão no meio da carreira e já assumiram o posto de Capitão, para galgarem outras posições hierárquicas superiores na Força, é necessário realizar aperfeiçoamento na EsAO – Escola de Aperfeiçoamento do Oficiais²³. Os cursos da escola visam capacitar esses oficiais para o exercício do comando e chefia das unidades

²¹ Para mais detalhes, cf. sítio do IME disponível em: <http://inscricoes.ime.eb.br/vestibular/cfg/> Acesso em: 21 jan. 2019.

²² Como já mencionado, há possibilidade de ingresso no IME no Curso de Formação e Graduação de Oficiais da Reserva de 2ª Classe do QEM.

²³ A EsAO, localizada no Rio de Janeiro, é um estabelecimento pertencente à linha de ensino militar bélico que atua no aperfeiçoamento de capitães do Exército Brasileiro. Para mais detalhes, cf. o sítio da EsAO disponível em: <http://www.esao.eb.mil.br/> Acesso em: 16 out. 2017.

das Armas, Quadros e Serviços, habilitando-os para o exercício das funções de oficial superior não privativas dos oficiais do EME - Estado-Maior do Exército.

Já aqueles que estão atingindo ao topo da carreira, no final dela, é preciso a capacitação como líderes do “Alto Comando”, produtores de conhecimento para pensar o Exército do futuro e contribuir para a construção de uma mentalidade de defesa na sociedade brasileira, primando pela competência profissional em nível de excelência. Então, esses oficiais devem realizar cursos na ECEME - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército²⁴, tornando-se oficiais do EME, cujas atuais atribuições são a elaboração da política, o planejamento estratégico e a orientação do preparo e do emprego da Força. Conforme Fontoura (2015, p. 24), são funções do EME, “no quadro das decisões e diretrizes ministeriais, estudar, planejar, orientar, coordenar e controlar todas as atividades fundamentais relativas à atuação do Exército, na paz e na guerra”. Os oficiais que realizarem tais capacitações e assumirem tais funções estão aptos a ascenderem ao generalato. Para os que não passarem por tais capacitações, a ascensão garantida nas carreiras é de até o posto de Coronel.

Grupo 1: Oficiais de espírito militar rígido				
Daqueles que ingressam na Força no início da vida adulta e realizam cursos superiores de graduação nas instituições do Exército.				
Oficiais	Escolaridade mínima como pré-requisito para ingresso no EB	Instituição em que gradua em cursos superiores	Escolas em que devem ser socializados com a formação específica de militar	Escolas que podem cursar para capacitação e possibilidade de ascensão na carreira militar
Oficiais permanentes				
Armas-Base: Infantaria e Cavalaria.	Ensino Médio	EsPCEEx e AMAN	EsPCEEx e AMAN	EsAO e ECEME
Armas de Apoio ao Combate: Artilharia, Engenharia e Comunicações.	Ensino Médio	EsPCEEx e AMAN	EsPCEEx e AMAN	EsAO e ECEME

²⁴ A ECEME é localizada no Rio de Janeiro e é um estabelecimento de ensino cuja missão é a de preparar oficiais superiores para o exercício de funções de Estado-Maior do Exército. Assim, vale ressaltar que na Escola há a oferta de diversos cursos, inclusive, dos de mestrado e doutorado em Ciências Militares. Para mais detalhes, cf. o sítio da ECEME disponível em: <http://www.eceme.eb.mil.br/> Acesso em: 27 jul. 2017.

Serviço de Intendência	Ensino Médio	EsPCEEx e AMAN	EsPCEEx e AMAN	EsAO e ECEME
QMB – Quadro de Material Bélico.	Ensino Médio	EsPCEEx e AMAN	EsPCEEx e AMAN	EsAO e ECEME
QEM-Quadro de Engenheiros Militares	Ensino Médio	EsPCEEx, AMAN e IME	EsPCEEx e AMAN	EsAO e ECEME
	Ensino Médio	IME	IME	EsAO e ECEME

Figura 7: Quadro informativo sobre o grupo 1 e as instituições de formação ao longo da carreira.

Vale pontuar que os indivíduos que ingressam nas carreiras desse grupo iniciam o processo de socialização e de formação como profissional militar no final da adolescência e/ou início da vida adulta, o que facilita a intensidade da socialização secundária, primeira internalização após a socialização primária, com vistas à “desestruturação e reestruturação” de identidades, cujo objetivo é formar neles a “mentalidade militar”, segundo Huntington (1996) ou o que Castro (1990) denominou de “espírito militar” em seu estudo etnográfico na AMAN.

Conforme Gitirana, no caso da construção dessa mentalidade no Exército Brasileiro, apesar das diferenças de termos e de métodos entre Huntington e Castro, o que “ambos os autores pretenderam descrever se aproxima, *grosso modo*, de um mesmo conceito, que ambos, em alguns momentos, explicam se valendo de termos coincidentes: *valores, atitudes*” (GITIRANA, 2010, p.26, grifo do autor). Exatamente aqueles prescritos nos documentos oficiais do EB e no Estatuto do Militares, formando um conjunto específico de “virtudes militares”, constituintes do ideal de “militar virtuoso” e em harmonia com o ideal “masculino de guerreiro”, ambos discutidos no capítulo 1.

Além disso, o autor, tendo empreendido o estudo como de caso típico através da perspectiva da sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann (1973), constata que as estratégias utilizadas nesse processo de construção no decorrer da formação do militar se constituem, sim, uma socialização secundária responsável pela internalização de um mundo objetivo específico pelo indivíduo, mas que também resultam em efeitos que se assemelham aos de uma socialização primária em termos afetivos e de solidez subjetiva²⁵.

²⁵ Para mais detalhes sobre as peculiaridades da socialização primária e secundária, cf. Berger e Luckmann (1973), e para a consideração dessas socializações na construção da mentalidade militar brasileira, cf. Gitirana (2010) para o Exército Brasileiro e para as demais Forças Menezes (2007 e 2016).

É o que corroboram na área da psicologia os estudos de Wortmeyer (2007 e 2017). Na pesquisa *Desafios da internalização de valores no processo de socialização organizacional: um estudo da formação de oficiais do Exército* (2007), a autora explicita a eficácia do processo para a internalização da disciplina e da lealdade pelos sujeitos. E, em *O desenvolvimento de valores morais na socialização militar: entre a liberdade subjetiva e o controle institucional* (2017), identifica a emergência, continuidade, amplificação e transformação de campos afetivo-semióticos relacionados a valores morais das trajetórias de vida dos indivíduos a partir dos impactos causados pela socialização militar, demonstrando o quão é incisiva a socialização a que são submetidos os futuros oficiais.

As evidências desses estudos, dentre outros (FAZIO, 2003 e ROSSI, 2001), somadas à descrição de Castro (1990) do processo de socialização e de formação da identidade militar, levam à conclusão de que os que ingressam no EB após o Ensino Médio se submetem a um aparelho de socialização secundária realmente eficaz, que incorpora um civil ao entrar na Força e o transforma em um indivíduo cuja identidade possui uma “weltanschauung” específica e sólida, chamada de “espírito militar rígido”.

Nesse sentido, o mais relevante aqui não é detalhar como se dá tal socialização, mas sim indicar as características da identidade do profissional militar por ela formada e como ela é afim com o que chamamos de individualismo moderno laico. Segundo o que é veiculado pelo Exército Brasileiro na *internet*²⁶, as características da profissão militar são:

a. Risco de vida

Durante toda a sua carreira, o militar convive com riscos. Seja nos treinamentos, na sua vida diária ou na guerra, a possibilidade iminente de um dano físico ou da morte é um fato permanente de sua profissão. O exercício da atividade militar, por natureza, exige o comprometimento da própria vida.

b. Sujeição a preceitos rígidos de disciplina e hierarquia

²⁶ Características transcritas diretamente do sítio do Exército disponível em: <http://www.eb.mil.br/caracteristicas-da-profissao-militar> Acesso em: 21 jan. 2019.

Ao ingressar nas Forças Armadas, o militar tem de obedecer a severas normas disciplinares e a estritos princípios hierárquicos, que condicionam toda a sua vida pessoal e profissional.

c. Dedicção exclusiva

O militar não pode exercer qualquer outra atividade profissional, o que o torna dependente de seus vencimentos, historicamente reduzidos, e dificulta o seu ingresso no mercado de trabalho, quando na inatividade.

d. Disponibilidade permanente

O militar se mantém disponível para o serviço ao longo das 24 horas do dia, sem direito a reivindicar qualquer remuneração extra, compensação de qualquer ordem ou cômputo de serviço especial.

e. Mobilidade geográfica

O militar pode ser movimentado em qualquer época do ano, para qualquer região do país, indo residir, em alguns casos, em locais inóspitos e destituídos de infraestrutura de apoio à família.

f. Vigor físico

As atribuições que o militar desempenha, não só por ocasião de eventuais conflitos, para os quais deve estar sempre preparado, mas, também, no tempo de paz, exigem-lhe elevado nível de saúde física e mental. O militar é submetido, durante toda a sua carreira, a periódicos exames médicos e testes de aptidão física, que condicionam a sua permanência no serviço ativo.

g. Formação específica e aperfeiçoamento constante

O exercício da profissão militar exige uma rigorosa e diferenciada formação. Ao longo de sua vida profissional, o militar de carreira passa por um sistema de educação

continuada, que lhe permite adquirir as capacitações específicas dos diversos níveis de exercício da profissão militar e realiza reciclagens periódicas para fins de atualização e manutenção dos padrões de desempenho.

h. Proibição de participar de atividades políticas

O militar da ativa é proibido de filiar-se a partidos e de participar de atividades políticas, especialmente as de cunho político-partidário.

i. Proibição de sindicalizar-se e de participação em greves ou em qualquer movimento reivindicatório

O impedimento de sindicalização advém da rígida hierarquia e disciplina, por ser inaceitável que o militar possa contrapor-se à instituição a que pertence, devendo-lhe fidelidade irrestrita. A proibição de greve decorre do papel do militar na defesa do país, interna e externa, tarefa prioritária e essencial do Estado.

j. Restrições a direitos trabalhistas

O militar não usufrui alguns direitos trabalhistas, de caráter universal, que são assegurados aos trabalhadores, dentre os quais se incluem: remuneração do trabalho noturno superior à do trabalho diurno, jornada de trabalho diário limitada a oito horas, obrigatoriedade de repouso semanal remunerado; e remuneração de serviço extraordinário, devido a trabalho diário superior a oito horas diárias.

k. Vínculo com a profissão

Mesmo quando na inatividade, o militar permanece vinculado à sua profissão. Os militares na inatividade, quando não reformados, constituem a “reserva” de 1ª linha das Forças Armadas, devendo se manter prontos para eventuais convocações e retorno ao serviço ativo, conforme prevê a lei, independente de estarem exercendo outra atividade, não podendo por tal motivo se eximir dessa convocação.

l. Consequências para a família

As exigências da profissão não ficam restritas à pessoa do militar, mas afetam, também, a vida familiar, a tal ponto que as condições do militar e as da sua família se tornam estreitamente ligadas: a formação do patrimônio familiar é extremamente dificultada, a educação dos filhos é prejudicada, o exercício de atividades remuneradas por cônjuge do militar fica, praticamente, impedido e o núcleo familiar não estabelece relações duradouras e permanentes na cidade em que reside, porque ali, normalmente, passará apenas três anos.

Ora, tais características deixam claro como na prática cotidiana deve ser a postura e as atitudes dos oficiais ao adquirirem o espírito militar, e como se constitui a identidade deles reconstruída e delimitada pelos ideais militares através de um longo e intenso processo de socialização e formação profissional. Portanto, verifica-se que, devido à determinação dos ideais militares, a manifestação da subjetividade torna-se reprimida. Trata-se de uma individualidade assentada em um ideal abstrato de indivíduo cujo “eu” possui conteúdos rígidos específicos, como afirma Lipovetsky (2005a) sobre o individualismo moderno laico. No caso, os conteúdos rígidos são aqueles determinados pelo regulamento do Exército Brasileiro como referenciais fixos, imutáveis e universais dos militares (BRASIL, 2002, p. 9): o Patriotismo, o Civismo, a Fé na Missão do Exército, o Amor à Profissão, o Espírito de Corpo e o Aprimoramento Técnico-profissional. Elementos que demonstram, como pontuou Lipovetsky (2005b, p. 1-24), “a consagração do dever” e a “moral laica” como os guias da identidade, juntamente com deveres militares, como a Dedicção e Fidelidade à Pátria; o Respeito aos Símbolos Nacionais; Probidade e Lealdade; Disciplina e Respeito à Hierarquia; o Rigoroso Cumprimento dos Deveres e Ordens; e o Trato do Subordinado com Dignidade. E a Ética Militar, que determina o agir de acordo com o Sentimento do Dever, a Honra Pessoal, o Pundonor Militar e o Decoro da Classe (BRASIL, 2002, p. 25).

Sobre essa identidade engendrada é pertinente salientar também que, como espírito militar, ela se constitui como uma “identidade contrastiva” (CASTRO, 1990). Ou seja, se fundamenta a partir de referências que abalizam os contrastes entre dois mundos, aquele com o qual alguém se identifica e o outro que é identificado por se diferenciar do primeiro (LEIRNER, 1997, p. 72). Trata-se da oposição destacada por Castro (1990 e 1993) como elemento constitutivo do “espírito militar”, a assimetria entre os militares e os denominados “paisanos”, isto é, os civis (CASTRO, 1990, p. 15-51).

De acordo com Castro,

O termo depreciativo usado informalmente entre militares quando se referem aos civis - "paisanos" - já indica que nesse processo de construção de identidade social as características negativas e positivas são atribuídas, respectivamente e sem exceção, aos civis e aos militares. Enquanto os militares seriam idealmente ativos, disciplinados, respeitosos, altruístas e preocupados com a Pátria, os "paisanos" seriam em geral preguiçosos, indisciplinados, individualistas e ocupados apenas com seus próprios interesses. Ou seja, a mensagem que se transmite é a de que em geral os militares são não apenas diferentes dos civis, mas também melhores: uma elite, fundada sobre princípios éticos e morais corretos e sãos. Há, todavia, um elemento que pode desestruturar a visão ideal da carreira militar assumida pela instituição; a interação social no "mundo de fora", o mundo dos paisanos. (CASTRO, 1993, p. 230, grifos e aspas do autor).

Daí mais uma razão para o isolamento dos militares em relação ao mundo civil, a preservação da valorização do coletivo em detrimento ao individual. Algo considerado honroso e melhor. É o que enfatizou Castro ao estudar a vida dos que ingressaram na AMAN:

Um oficial explica aos cadetes por que “aqui dentro” não deve haver cola: “Aqui não pode virar paisanaria.” Uma frase no quadro de aviso do Curso Básico afirma que “Cadete! Você é o melhor. Faça da Academia o melhor.” A meu ver, todos esses ensinamentos são fundamentais para a construção do espírito militar. A notícia que eles transmitem é clara: Os militares são diferentes dos paisanos. E não apenas diferentes, mas também melhores. São melhores – nessa visão – não por características singulares que os militares tenham ou venham a ter individualmente, mas porque eles – enquanto coletividade, corpo – *viveriam da maneira correta*. Englobando e fundamentando todos os níveis de características diferenciais entre militares e paisanos acima mencionadas, existe uma experiência totalizadora e básica para a identidade militar: a da preeminência da coletividade sobre os indivíduos. O resultado é a representação da carreira militar como uma “carreira total” num mundo coerente, repleto de significação e onde as pessoas “têm vínculos” entre si. (CASTRO, 1990, p. 43, grifos e aspas do autor).

Conforme Silva (2010, p. 11), Castro define a instituição militar como “totalizante” e por isso apresenta a carreira militar dessa forma, porque ela abarca toda a vida do indivíduo, se estende para “além das fronteiras profissionais do quartel, e abarca a vida pessoal, familiar, círculo de amigos, etc. dos militares”. Ele usa como referência a noção de instituição total do sociólogo canadense, radicado nos Estados Unidos, Erving Goffman (1974, 23-69), mas apenas um dos seus elementos constitutivos, o do “mundo

do internato”. Esse é o regime adotado no processo de socialização e formação dos futuros oficiais, em que a totalidade de suas vidas passa a ocorrer dentro da instituição naquele período, mas, de certa forma, após concluírem suas formações também. Continuam “dentro” daquele mundo porque, na maioria dos casos, os oficiais ficam restritos ao âmbito militar como locus de convívio social. Devido à movimentação constante, vivem em vilas militares, matriculam seus filhos em escolas militares e se divertem em clubes militares, onde os conhecidos das suas famílias são os das outras famílias militares, tornando-se estrangeiros para o mundo de “fora” (SILVA, 2010).

Assim, para Castro (1990), o contraste entre esses mundos, o “mundo militar”, dos “de dentro” do Exército e o mundo “de fora”, o mundo civil, é essencial para a compreensão do espírito militar como identidade. A noção de coletividade inerente à identidade militar passa a distingui-la da identidade do paisano, em que o individualismo é dominante. É o que se percebe também em algumas passagens de entrevistas feitas por Castro:

O soldado aprende a guardar a individualidade dele e respeitar a coletividade, o que na nossa sociedade nunca acontece. Geralmente as pessoas são muito mesquinhas, pensam muito em si. (...) São tantos valores que distinguem um militar dum civil (...) Justamente porque isso aí vem de uma raiz bem embaixo que se chama *pensamento em coletividade* - que nós temos, e muito (...) lá fora é o lobo comendo o lobo. (1º ano)

Lá fora é diferente... tem fila, o pessoal discutindo, não respeitam a fila (...) Lá fora é generalizado, o egoísmo é muito grande. Então, aquele individualismo de certa forma é natural, porque lá fora as pessoas não têm vínculos fortes, as pessoas não dependem tanto umas das outras como aqui a gente depende um do outro. Você teve oportunidade [o cadete refere-se à patrulha de que participei], inclusive deve ter criado algum vínculo ali na fome, no frio, no cansaço... é aí que realmente você conhece as pessoas, você cria amizades. (4º ano) (CASTRO, 1990, p. 44, grifos do autor).

Portanto, os oficiais socializados nas carreiras desse grupo podem ser considerados militares “puros”, devido à intensidade e durabilidade do processo de socialização e de formação a que são submetidos para adquirirem o espírito militar. “Espírito militar rígido”, em que a individualidade do “eu” possui conteúdos específicos, fixos e imutáveis.

Mais ainda os que ingressam através do QMB - Quadro de Material Bélico, do Serviço de Intendência ou das Armas, pois os do QEM, apesar de também se formarem em cinco anos, nem todos passam pela AMAN, a academia de excelência na intensidade da socialização e de formação da carreira principal da Força. Por isso os oficiais do QEM

não alcançam o último nível da hierarquia, o posto de General de Exército. Já os outros são os únicos cuja carreira permite ascender ao posto máximo e adquirir a possibilidade de exercer o comando geral da Força.

4.2.2. Os oficiais de identidade afim com o hiperindividualismo pós-moralista: os de espírito militar flexível

No caso do conjunto de carreira do grupo 2, daqueles que ingressam na Força já no decorrer da vida adulta e possuem cursos superiores de graduação completos e realizados em instituições civis, podemos dividi-lo em dois subgrupos, o dos oficiais permanentes, que sofrem uma socialização e formação militar mediana, e o dos oficiais temporários, que sofrem uma socialização e formação militar precária.

É porque se submetem a processos de socialização e formação militar muito inferiores ao do grupo anterior, e porque já adultos com expertise e identidade profissional consolidada, que os denominamos oficiais de “espírito militar flexível”, ou seja, são militares ao mesmo tempo que paisanos.

Em relação aos primeiros, trata-se de socialização militar mediana. Isso porque os oficiais passam por um curto período de formação, muito inferior em tempo e intensidade se comparado aos das carreiras de “espírito militar rígido”. Mas, apesar do caráter frágil da socialização, ao todo ela se torna mediana por causa do extenso tempo de interação social dentro da Força. Como servidores públicos federais, concursados, que ficarão na instituição até se aposentarem, terminam por se adequarem ao espírito militar, porque querem gozar da estabilidade de um cargo cujo salário é razoável, privilégio em um país no qual o desemprego sempre foi um problema permanente, e se habitam ao papel como atores sociais. Portanto, adotam a identidade militar para garantirem as vantagens dessa posição. É o que se pode constatar pelos dados coletados no trabalho de campo²⁷:

Com certeza a estabilidade de concursado dá muita segurança. E o salário, bem, até poderia ser melhor, mas se comparado ao caso da maioria dos brasileiros, é muito bom! Então isso influencia, não é que fui moldada, é porque tenho o interesse. Quando eu entrei para o Exército já tinha mais de trinta anos, minha cabeça já estava feita ... tendo trabalhado em outras instituições, tinha experiência profissional. É diferente daqueles que a cabeça é formatada na AMAN, ... e que ainda mal saíram da adolescência e não sabem como a vida é difícil. Estão

²⁷ Em entrevistas informais.

saindo da casa dos pais ainda. Conosco é diferente, é mais complicado para o Exército moldar a cabeça da gente, colocar a viseira! Já estou quase indo pra reserva e me aposentando, aí vou poder ser eu mesma, pendurando a farda de vez! (Uma professora oficial QCO posto de Tenente Coronel).

Quanto aos oficiais temporários, a socialização é mais curta ainda, o que faz da adequação ao papel algo pífio, muito mais artificial. Como eles informam, a pressão sobre eles é muito maior, pois, se não agirem conforme o padrão, no final de um ano de contrato, não haverá renovação por mais um ano. Então, o espírito militar deve ser um comportamento estratégico, incorporado para, nos momentos pertinentes, se mostrar nítido.

A gente só não é mais capacho do que os praças, esses sim sofrem. Mas, até que é tolerável, sabemos que é assim enquanto estamos aqui dentro. Quando está ficando quase insuportável, pronto, terminou o expediente. Já trabalhei, o dim dim vai cair na minha conta, está tudo certo. Depois que eu sair daqui é partir para outra. Ao menos já terei experiência e fiz meu pé de meia. Faz parte da vida, há situações muito piores lá fora. (Uma dentista oficial temporário MFDV no posto de 1º Tenente).

Assim, diferentes daqueles que ingressam nas carreiras do grupo 1 e entram em um processo de desestruturação e reconstrução de identidades, responsável por engendrar um “espírito militar rígido” nos oficiais, os das carreiras do grupo 2 são indivíduos que já passaram por uma socialização secundária de cunho profissional. Já possuem uma identidade social e profissional constituída no “mundo de fora”, um maquinário conceitual específico, bem como uma concepção de mundo já formada. Nesse sentido, tornam-se oficiais cuja identidade paisana já está formada e em sintonia com o individualismo do processo de personalização típico da hipermodernidade, o de caráter pós-moralista (LIPOVETSKY, 2005b). “Lá dentro, é apenas a interpretação de um papel”. É o que é possível verificar pelas formas de organização dessas carreiras, dos processos de socialização e formação usuais para os ingressantes deste grupo tornarem-se oficiais.

4.2.2.1. Os profissionais consolidados como oficiais de carreiras permanentes

Esses oficiais permanentes ingressam no EB através de concurso de admissão nacional com exames intelectuais e físicos para realizarem o curso de formação militar. Já são profissionais com formação em cursos superiores em instituições civis e devem

ter, além da formação e/ou especialização determinada no edital do concurso, uma idade máxima específica até 31 de dezembro do ano da matrícula na escola em que farão a formação militar. Nessa escola, geralmente por um ano, o candidato é socializado como militar e preparado para assumir as funções e as responsabilidades inerentes ao oficial do Exército Brasileiro. Dentre as atividades de ensino, para uma melhor adaptação à vida profissional e para o aperfeiçoamento de sua formação militar, o agente realiza: visitas a várias OMs das Forças Armadas, exercícios de longa duração e, em alguns casos, a “Manobra Escolar” da Academia Militar das Agulhas Negras. Participa, ainda, de formaturas diárias (entrar em forma perante os superiores) e, para o aprimoramento de seu condicionamento físico é incentivado à prática desportiva com participação em competições internas e externas. Nisso consiste o processo de socialização e formação como militar do futuro oficial permanente do grupo 2. No decorrer do processo, recebe o soldo, a alimentação, o alojamento e a assistência médico-odontológica. É considerado aluno com posto de 1º tenente na hierarquia.

Após a formação, o ingressante torna-se oficial e servidor público federal, podendo alcançar a inatividade com o tempo mínimo de trinta anos. Daí em diante, os próximos passos para ascender na carreira são os mesmos já descritos antes, preencher diversas exigências, dentre elas a de realização de outros cursos variados e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Como não são considerados oficiais da atividade-fim da profissão militar, não podem alcançar o posto máximo da hierarquia em tempo de paz, o posto de General de Exército. Trata-se do caso das carreiras dos que ingressam no Serviço de Saúde (medicina, farmácia e odontologia), no QEM e no QCO – Quadro Complementar de Oficiais.

O Serviço de Saúde (Medicina, Farmácia e Odontologia) é antigo e, na história do Exército Brasileiro, junto com o QEM, antes dos anos 80 e 90, eram as únicas oportunidades para candidatos com cursos superiores civis ingressarem na Força Terrestre diretamente como oficiais.

No caso dos que ingressam pelo Serviço de Saúde, a idade máxima exigida é de até 36 anos. As vagas disponibilizadas no concurso podem incluir diversas especialidades para a medicina e odontologia, de acordo com a demanda do Exército. Para os farmacêuticos, as especialidades abrangidas são a Farmácia Industrial e a Bioquímica. Atualmente, o concurso também disponibiliza vagas para médicos não especialistas, que, em um futuro próximo, poderão se especializar em outras instituições de ensino no país ou no exterior. Durante 37 semanas daquele ano letivo de ingresso, o agente realizará o

Curso de Formação de Oficiais do Serviço de Saúde na EsSEX - Escola de Saúde do Exército²⁸. Ao concluí-lo, torna-se oficial do Serviço de Saúde, estando em condições de desempenhar as funções inerentes à vida militar, apto para atuar nas áreas técnica e profissional, bem como preparado para servir em uma das OMs do Exército. Aos médicos é possível ascender na hierarquia até o posto de General de Divisão, mas para os dentistas e farmacêuticos, apenas até o posto de Coronel.

Relativamente aos que desejam ingressar no QEM na vertente de entrada no grupo 2, o processo e as condições são semelhantes ao do Serviço de Saúde. É a vertente de ingresso no quadro para engenheiros graduados em instituições civis, mediante um ano do Curso de Formação de Oficiais Engenheiros Militares no IME. As exigências são de idade máxima de 25 anos e de título na especialidade da engenharia determinada no edital do concurso. Como já dito, os oficiais do QEM podem ascender no máximo ao posto de General de Divisão.

Para os que desejam ingressar no QCO, o processo é semelhante aos demais casos dos oficiais do grupo 2. A exigência é de idade máxima de 36 anos, curso superior concluído em área determinada no edital conforme a necessidade da Força e Curso de Formação de Oficiais do QCO na EsFCEX - Escola de Formação Complementar do Exército²⁹. Algumas das áreas usuais são: Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Direito, Economia, Enfermagem, Estatística, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Informática, Nutrição, Magistério, Psicologia, Pedagogia, Serviço Social, Terapia Ocupacional e Veterinária. No curso de formação militar acontecem as formações básica e específica, de forma concomitante. A formação básica é a militar e a específica capacita para o desempenho dos cargos e funções previstos para o QCO, conforme as áreas e subáreas de atividade. Como os demais oficiais, as exigências para ascender na hierarquia da carreira são as mesmas descritas antes, preencher diversas exigências, dentre elas a de realização de outros cursos variados e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Porém os oficiais QCO não têm direito a se aperfeiçoar na EsAO presencialmente, apenas através de cursos

²⁸ A EsSEX - Escola de Saúde do Exército, localizada em Benfica na cidade do Rio de Janeiro (RJ), é um estabelecimento de ensino de formação de grau superior, da Linha de Ensino Militar de Saúde, diretamente subordinado à DESMil - Diretoria de Educação Superior Militar. É responsável pela seleção e pela formação dos oficiais, de ambos os sexos, do quadro de médicos, farmacêuticos e dentistas do Serviço de Saúde do Exército. Cf. o sítio da EsSEX disponível em: <http://www.essex.eb.mil.br/> Acesso em: 28 dez. 2018.

²⁹ A EsFCEX é um estabelecimento de ensino que visa à formação dos oficiais do Quadro Complementar, em diversas áreas de interesse do Exército. Localiza-se em Salvador (BA) e funciona na mesma área em que está instalado o CMS – Colégio Militar de Salvador. Cf. o sítio EsFCEX disponível em: <http://www.esfcex.eb.mil.br/> Acesso em: 28 dez. 2018.

a distância. Também não podem cursar ECEME, o que permite apenas que ascendam até ao posto de Coronel.

Grupo 2: Oficiais de espírito militar flexível				
Daqueles que ingressam na Força já no decorrer da vida adulta e possuem cursos superiores de graduação completos.				
Oficiais permanentes				
Oficiais	Escolaridade mínima como pré-requisito para ingresso no EB	Instituição em que graduam em cursos superiores	Escolas em que devem ser socializados com a formação específica de militar	Escolas que podem cursar para capacitação e possibilidade de ascensão na carreira militar
Serviço de Saúde	Cursos superiores em medicina, farmácia e odontologia.	Instituições civis.	EsSEX	EsAO e ECEME
QEM-Quadro de Engenheiros Militares	Cursos superiores em engenharias.	Instituições civis.	IME	EsAO e ECEME
QCO - Quadro Complementar de Oficiais	Cursos superiores em diversas áreas.	Instituições civis.	EsFCEX	EsAO em curso a distância (não presencial).

Figura 8: Quadro informativo sobre as carreiras dos oficiais permanentes do grupo 2 e suas instituições de formação.

4.2.2.2. Os profissionais consolidados como oficiais de carreiras temporárias

Os oficiais temporários, no caso das carreiras delimitadas nesta tese, são os que ingressam no EB através de processos seletivos regionais com exames intelectuais e físicos. Já são profissionais com formação em cursos superiores em instituições civis e devem ter, além da formação e/ou especialização determinada no edital do concurso, uma idade máxima de 38 anos até 31 de dezembro do ano da incorporação. Sendo selecionados, a formação militar, denominada de Estágio é de 45 dias em uma das OMs pertencentes à RM - Região Militar específica na qual está fazendo o processo seletivo. Nesse estágio, o ingressante é socializado como militar e preparado para assumir as funções e as responsabilidades inerentes ao oficial do Exército Brasileiro. No seu decorrer, recebem o soldo, a alimentação, o alojamento e a assistência médico-

odontológica. Sendo aprovados no estágio, tornam-se oficiais temporários, iniciando na hierarquia da carreira no posto de Aspirante a oficial. Posteriormente podem ascender para o de 1º Tenente, podendo chegar, no máximo, ao posto de 2º Tenente. Seus contratos como oficiais têm vigência de um ano, podendo ser renovados anualmente até o total de oito anos de serviço.

Grupo 2: Oficiais de espírito militar flexível				
Daqueles que ingressam na Força já no decorrer da vida adulta e possuem cursos superiores de graduação completos.				
Oficiais temporários				
Oficiais	Escolaridade mínima como pré-requisito para ingresso no EB	Instituição em que gradua em cursos superiores	Escolas em que devem ser socializados com a formação específica de militar	Escolas que podem cursar para capacitação e possibilidade de ascensão na carreira militar
Oficiais Temporários (MFDV)	Cursos superiores em medicina, farmácia, odontologia e medicina veterinária.	Instituições civis.	Estágios de Instrução, Adaptação e Serviço na OM designada.	
Oficiais Técnicos Temporários	Cursos superiores em diversas áreas.	Instituições civis.	Estágio de Serviço Técnico na OM designada.	
OEMT-Oficiais Engenheiros Militares Temporários	Cursos superiores em engenharias.	Instituições civis.	Estágio de Instrução Complementar de Engenheiro Militar na OM designada.	

Figura 9: Quadro informativo sobre as carreiras dos oficiais temporários do grupo 2 e suas instituições de formação.

Ora, não ocorrendo rupturas nas trajetórias profissionais, entre a socialização e vida profissional anterior, e a nova trajetória profissional de cunho militar, uma identidade ambivalente é a resultante ao invés de uma unívoca como a dos oficiais de “espírito militar rígido”. O que indica que, com essa estrutura de organização funcional no EB, com diversos tipos de oficiais e subcategorias, é inexorável a promoção de identidades

militares diferentes. Todavia, as mudanças ocorridas nos últimos anos não só levaram a uma diversificação do padrão identitário de “espírito militar” da Força Terrestre, ou aproximaram a identidade profissional do oficial militar do EB da identidade profissional do civil, do paisano, em termos de “mentalidade” e concepção de mundo, mas também fizeram com que os estilos de vida e de interação social, típicos da vida militar, dos indivíduos de “de dentro”, se tornassem semelhantes aos típicos da vida civil, dos indivíduos “de fora”. Justamente devido às mudanças que criaram a variedade de carreiras do oficialato conjugadas com a implementação de outras transformações estruturais como as do Processo de Transformação do Exército (BRASIL, 2010b e 2013).

4.3. As mudanças na organização profissional militar e o Processo de Transformação do Exército oficial

Conforme já salientado, estudiosos americanos, através de uma tipologia macrossociológica, apresentaram um modelo analítico denominado de o pós-modernismo militar para demonstrar que o fim da Guerra Fria trouxe mudanças significativas no seio das Forças Armadas nas sociedades ocidentais. Segundo Segal, Moskos e Williams (2000, p.1-13)³⁰, o paradigma militar moderno, que surgiu no século XIX, desenvolveu-se associado ao Estado-nação. Dessa maneira, os exércitos recrutavam em massa, eram masculinos na composição e no etos, e com uma estrutura claramente diversa da cultura da sociedade civil, sendo orientada para a guerra. Em contraste, os exércitos, após a Guerra Fria, afrouxaram os laços com o Estado-nação, tornaram-se polivalentes na missão, e passaram a possuir um efetivo profissional menor. Tornaram-se também cada vez mais andróginos na composição e no etos, não sendo mais exclusivamente masculinos, e adquiriram uma maior permeabilidade com a sociedade civil.

Para explicitar como o paradigma militar da “Era pós-moderna” influenciou as FAs dos Estados Unidos, Moskos (2000, p.14-31)³¹ apresentou a aplicação da supracitada tipologia ao caso americano através do quadro subsequente.

³⁰ Cf. o Capítulo 1: *Armed Forces after the Cold War* In: Segal, Moskos e Williams (2000, p.1-13).

³¹ Cf. o Capítulo 2: “Toward a Postmodern Military: The United States as a Paradigm”, de Moskos In: Segal, Moskos e Williams (2000, p.14-31).

	Variáveis	Moderna (Antes da Guerra Fria) 1900-1945	Tardiamente Moderna (Guerra Fria) 1945-1990	Pós-moderna (Pós-Guerra Fria) Desde 1990
1	Ameaçada percebida	Invasão inimiga	Guerra nuclear	Subnacional (Exemplos: violência étnica e terrorismo)
2	Estrutura da força	Exército em massa, conscrição	Grande exército profissional	Pequeno exército profissional
3	Definição da missão predominante	Defesa do território nacional	Apoio a uma aliança	Novas missões (exemplo: forças de manutenção da paz e missões humanitárias)
4	Profissional militar dominante	Líder de combate	Administrador ou técnico	Soldado-estadista ou soldado-acadêmico
5	Atitude pública em relação aos militares	De suporte	Ambivalente	Indiferente
6	Relações com a mídia	Incorporada	Manipulada	Cortejada
7	Empregados civis	Componente menor	Componente médio	Componente maior
8	Papel das mulheres	Corpos separados ou excluídos	Integração parcial	Integração total
9	Cônjuge do military	Parte integral	Envolvimento parcial	Removido
10	Homossexuais nas Forças Armadas	Punido	Posto de lado	Aceito
11	Objeção consciente	Limitada ou proibida	Permitida rotineiramente	Submetido ao serviço civil

Figura 10: Table 2.1. *Armed forces and postmodern society: the USA*. (MOSKOS, 2000, p.15)³².

Segundo Kuhlmann (2007, p. 31-78), várias foram as críticas³³ a essa tipologia, principalmente após o ataque às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. Então, John Allen Williams (2000, 2004 e 2008), um dos três organizadores do livro da coletânea em que a tipologia foi lançada³⁴, criou um novo modelo de análise

³² A referência do quadro é a fonte original examinada. Todavia, optou-se por utilizar aqui a versão do quadro traduzida em Oliveira (2016, p. 36).

³³ Para mais detalhes sobre as críticas, cf. SEGAL, BOOTH e KESTNBAUM. "Are Post-Cold War Militaries Postmodern?" In: *Armed Forces & Society*, Vol. 27, Issue 3, 2001, p.319-342.

³⁴ Cf. SEGAL, MOSKOS e WILLIAMS (2000).

intitulado *Postmodern II – Armed Forces in the Security State*, (KUHLMANN, 2007, p. 36). Mas, como o próprio pesquisador afirmou³⁵, não se trata de descrever objetivamente a realidade, mas sim de usar os modelos tipológicos como indicadores para esclarecerem em que medida as transformações estão ou não acontecendo.

Assim, analisaremos a seguir algumas das recentes mudanças no Exército Brasileiro, ressaltadas nesta tese, relacionando-as a algumas das diretrizes de transformação elencadas pelos documentos “O Processo de Transformação do Exército” (BRASIL, 2010b) e “Concepção de Transformação do Exército 2013-2022” (BRASIL, 2013). Tais diretrizes nos parecem pertinentes por visarem à mudança cultural na instituição, sendo elas delimitadas de forma precisa através de dois dos sete VTs - Vetores de transformação determinados pelo EB: o vetor “Educação e Cultura” e o vetor “Gestão de Recursos Humanos”, cujos conteúdos estão intrincados.

Tendo em vista que essas diretrizes de transformações se relacionam com a questão do profissional militar, foco desta tese, buscaremos verificar se elas são afins ou não com o hiperindividualismo pós-moralista contemporâneo surgido a partir da pós-modernidade.

Como referências teóricas em relação às transformações analisadas, utilizaremos duas tipologias desenvolvidas por Moskos (1986 e 2000). A primeira tipologia³⁶ é a do quadro acima (MOSKOS, 2000, p. 15), em que as seguintes variáveis que tangenciam a questão profissional estão claramente sofrendo transformações no âmbito do EB: a estrutura da Força, o perfil profissional de militar predominante, o emprego dos civis e o papel das mulheres na Força.

Já a outra é uma tipologia elaborada pelo autor antes de ele ter proposto a que foi mencionada antes. O seu pressuposto é o mesmo asseverado nesta tese, de que as transformações nas FAs refletem transformações que ocorrem em larga escala da sociedade, assim como também, em algumas ocasiões, as impactam (MOSKOS, 2000, p. 14). Trata-se da tipologia defendida pelo autor em 1977, no artigo na revista *Armed Forces & Society*, intitulado *From Institution to Occupation: Trends in Military Organization* (MOSKOS, 1977). Modelo atualizado posteriormente e denominado de “paradigma I/O” através de outro artigo publicado na *Armed Forces & Society*, o *Institutional/Occupational Trends in Armed Forces: An Update* (MOSKOS, 1986).

³⁵ Por email Williams me afirmou que considera interessante a aplicação do modelo às FAs brasileiras, mesmo com as diferenças de contexto.

³⁶ Uma aplicação prescritiva dessa tipologia foi feita por Côrtes (2001) ao caso brasileiro, porém, segundo Kuhlmann, sem validade analítica. Para mais detalhes, cf. Kuhlmann (2007).

Segundo Oliveira (2016, p. 30), na segunda tipologia, Moskos explorou algumas transformações pelas quais passava a profissão militar nos Estados Unidos, e, através de uma criteriosa diferenciação dos termos instituição e ocupação, defendeu a ideia de que o modelo profissional das FAs americanas estava migrando de um modelo institucional para um modelo ocupacional.

Para o sociólogo americano, o modelo institucional é aquele legitimado por normas e valores, em que os objetivos da organização transcendem os interesses individuais com vistas a alcançar um bem maior em termos coletivos. Os profissionais deste modelo se consideram singulares, com distinções próprias que os fazem pertencer a um grupo diverso da sociedade. Trata-se de um modelo em que a instituição engendra nos seus profissionais uma concepção de mundo específica em que o coletivo é mais importante que o indivíduo. Portanto, segundo o autor, as organizações militares possuem várias características “institucionais” (MOSKOS, 1977, p. 42). É exatamente o que ocorre no caso da “mentalidade militar” (HUNTINGTON, 1996) e do “espírito militar” (CASTRO, 1990) do EB, do que nomeamos de “espírito militar rígido”. No âmbito desse modelo,

As noções de autossacrifício e dedicação estão internalizadas em seus membros. O salário não é o ponto central da carreira, podendo ser compensado por benefícios sociais e simbólicos. Mesmo com o aparecimento de demandas, seus membros não se articulam em grupos de interesse. Cada indivíduo procura resolver suas demandas separadamente, recorrendo ao seu superior hierárquico e internamente, em vez de recorrer ao Judiciário (OLIVEIRA, 2016, p. 31)

A descrição do modelo institucional em Moskos (1977) corresponde exatamente às características enumeradas anteriormente como próprias da profissão militar do Exército Brasileiro³⁷, que, como indicamos, em termos de identidade e individualidade, é afim com o individualismo moderno laico. Ademais, como destaca Oliveira, para Moskos (1977), o sistema de ensino militar para os oficiais de carreira, tal como é organizado nas escolas de comando e guerra, termina por ser tanto um reforço institucional quanto um treinamento profissional estreito. Já que o poder de internalizar em seus alunos crenças e valores é efetivo, como realçamos no que se refere às instituições de ensino militares brasileiras (OLIVEIRA, 2016, p.31).

³⁷ Para mais detalhes, cf. as características disponíveis no sítio do EB em: <http://www.eb.mil.br/caracteristicas-da-profissao-militar> Acesso em: 21 jan. 2019.

Além disso, o modelo ocupacional se apresenta como uma forma de dar prioridade ao interesse pessoal do indivíduo, que estaria acima dos interesses da instituição em que ele exerce a profissão (MOSKOS,1977, p. 43). Ou seja, não é a dimensão coletiva que deve prevalecer, mas sim a individual, conforme o desejo dos indivíduos, algo típico da hipermodernidade pós-moralista. Por isso, o modelo ocupacional é legitimado em termos de mercado de trabalho, fundamentando-se na ideia do salário equivalente à competência demonstrada. Há uma força do profissional em relação ao salário e as condições de trabalho, mas ambas são contrabalançadas pelas obrigações contratuais na relação com o empregador. Daí a pertinência da articulação de sindicatos no envolvimento dos profissionais com as instituições da área industrial e da área governamental.

Portanto, a tese de Moskos é a de que estaria ocorrendo a recepção de alguns imperativos ocupacionais por parte das organizações militares contemporâneas, cujo resultado nas FAs seria na dimensão profissional a deterioração do formato institucional e a ascendência do formato ocupacional. O que no caso brasileiro corresponde a uma passagem gradativa, mesmo que inicial, de uma identidade cuja individualidade pautada no individualismo moderno dá lugar a uma identidade cuja individualidade é pautada no hiperindividualismo pós-moralista contemporâneo.

Como esclarecido antes, devido às demandas provocadas pelos avanços tecnológicos e pela busca por eficiência administrativa, a partir dos anos 80 e 90 mudanças foram realizadas nas carreiras dos oficiais do EB. Conforme demonstrado, essas modificações criaram uma diversidade de tipos e subtipos de oficiais que possuem perfis diferentes em relação à intensidade do “espírito militar” como identidade típica do Exército Brasileiro. Então, surgiu um corpo de oficiais de “espírito militar flexível” prejudicando a soberania dos oficiais de “espírito militar rígido”. Os primeiros oficiais são mais livres para construir a individualidade de si mesmos através de suas próprias subjetividades, sobretudo, porque já possuem uma identidade profissional formada que não é suprimida por sua identidade profissional como militar, posteriormente constituída.

Iniciou-se, assim, um processo de declínio da individualidade moderna como guia do ideal de profissional militar no EB, aquela de ideais abstratos de indivíduo. Concomitantemente a isso, alvoreceu-se um processo de ascensão da individualidade resultante do hiperindividualismo pós-moralista contemporâneo, em que a constituição do indivíduo se dá pelas manifestações de sua subjetividade. Essa seria a individualidade que gradualmente passaria a estar presente na profissionalidade da Força Terrestre. Ou

seja, a partir do processo contemporâneo de profissionalização militar, as transformações das carreiras estavam resultando em uma crescente paisanização do EB.

Aliás, isso foi corroborado em 1992 pela entrada das mulheres no EB através do QCO - Quadro Complementar de Oficiais (MAZULO, 2010). À medida que o individualismo moderno foi deixando de ser predominante, tornou-se possível que as aspirações subjetivas dos indivíduos se manifestassem de modo a permitir concepções de profissional militar não atreladas ao ideal “guerreiro másculo”. Daí o reconhecimento do Exército de uma mulher, Maria Quitéria de Jesus, a Paladina de Independência, como Patrono do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro (GOMES, 2014, p. 82).

De resto, sendo o QCO um quadro que visava à eficiência administrativa e à competência profissional na máquina burocrática do EB (SILVA, 2006), diante da ampliação da participação do segmento feminino em ambientes de trabalho e profissões predominantemente masculinos e perante o reconhecido êxito profissional do segmento, a feminização³⁸ do EB tornou-se apenas uma questão de tempo (SCHWETHER, 2016).

Segundo Gomes, (2014, p. 82-83), em 1996, o Exército instituiu o Serviço Militar Feminino Voluntário para categoria MFDV, da área da saúde, incorporando 290 mulheres naquela ocasião como oficiais temporárias. Em 1997, o IME matriculou a primeira turma de mulheres alunas a serem incluídas no QEM e a EsSEx formou a primeira turma de oficiais médicas, dentistas, farmacêuticas, veterinárias e enfermeiras de nível superior no Quadro de Saúde do Exército. Em 1998, o EB incorporou a primeira turma feminina de OTTs com 519 mulheres (advogadas, administradoras de empresas, contadoras, professoras, analistas de sistemas, engenheiras, arquitetas, jornalistas, etc).

Ou seja, as mulheres aos poucos foram sendo incorporadas no EB exatamente nas carreiras de oficiais cujas mentalidades são as do tipo do “espírito militar flexível”, em que a individualidade é constituída a partir do processo de personalização típico da hipermodernidade. Somado a isso, de acordo com Mazulo, a presença delas no EB trouxe flexibilização dos conteúdos rígidos modernos, típicos da individualidade pautada no individualismo moderno, inserindo algumas controvérsias nas relações sociais que permeiam o mundo militar, tais como: “fragilidade *versus* força; delicadeza *versus*

³⁸ Segundo Schwether (2016, p. 49), a expressão “feminização” costuma designar o processo de inserção e ampliação da presença das mulheres em ambientes de trabalho e profissões majoritariamente masculinos, sugere o estudo das mudanças nas relações sociais entre os sexos, nas identidades e representações profissionais e mudanças institucionais de várias ordens, que costumam acompanhar esta integração.

habilidade; condicionamento físico *versus* capacidade; entre outros” (MAZULO, 2010, p. 18).

Com certeza, essa mesma flexibilização ocorrerá no âmbito dos oficiais combatentes após o ingresso do segmento feminino ocorrido em 2017. Aliás, mesmo nesse âmbito, lugar de excelência quanto à constituição do “espírito militar rígido”, a influência do hiperindividualismo pós-moralista já está ocorrendo. Como detalharemos na próxima seção, os oficiais dessas carreiras já têm apresentado um perfil de valores, crenças e atitudes típicos da pós-modernidade (MIRANDA, 2013).

Nesse sentido, cabe pontuar que, apesar de o EB ter garantido sua autonomia interna para cuidar da formação de seus oficiais de carreira sem interferência do mundo civil (FAZIO, 2008, p. 58), o ingresso do segmento feminino nas carreiras de combatentes foi uma imposição “de fora”, especificamente do Governo Civil da Presidente Dilma Roussef. Conforme Gomes,

No Brasil, no contexto de um governo marcado por uma orientação ideológica favorável às políticas de ação afirmativa, o que inclui o gênero, estabelecido a partir de 2000, as mulheres tiveram o seu direito de ingresso à carreira militar sob a Lei nº12705, de 08 de agosto de 2012, em condições e níveis de acesso a serem determinados pelas Forças Armadas.

Dois artigos incluídos pelos militares na lei foram vetados pela presidenta Dilma. Um que impedia a entrada de mulheres casadas, com união estável ou dependentes, e outro que impedia candidatas com tatuagens que, por “suas dimensões ou natureza, prejudiquem a camuflagem e comprometam as operações militares”.

A intenção inicial da presidenta Dilma Roussef era implantar o plano imediatamente, mas foi convencida do contrário devido à apreensão dos militares, que alegaram a necessidade de uma preparação mínima em termos de infraestrutura e de realização de estudos de caráter interdisciplinar que respaldem as decisões quanto aos modos de implementação. O Alto Comando do Exército conseguiu então um prazo de até cinco anos para executar a lei, [...]

Apesar de não declarado oficialmente, ainda persistem na caserna muitas resistências internas e muitas incertezas na Força Terrestre em relação à mudança, que se confronta com tabus multisseculares na Instituição militar. (GOMES, 2014, p. 83-84)

Outro aspecto relevante a ser ressaltado é que o aumento do número de oficiais temporários a partir dos anos 90 intensificou a paisanização ainda rudimentar anteriormente. Ela apenas ocorria através das carreiras de oficiais em que os processos de socialização e formação militar são medianos, das carreiras permanentes do grupo 2. Mas, no caso dos oficiais temporários, os processos de socialização e formação militar são

ainda mais precários. Como esclarecido antes, tais oficiais são militares ao mesmo tempo em que são paisanos. Desse modo, a paisanização é acentuada duplamente, pelo aumento numérico dos oficiais de “espírito militar flexível” na Força, os temporários somados ao conjunto dos permanentes, bem como pelo caráter ainda mais “flexível” que os temporários possuem.

Segundo um oficial combatente no posto de Coronel³⁹, que pesquisou no Doutorado em Ciências Militares a importância do desenvolvimento da liderança nos diversos níveis da carreira militar, existe um cálculo realizado a partir da hierarquia em que para cada oficial em posto superior existe um número de militares comandados nos postos inferiores. Assim, considerando que a carreira principal é a dos oficiais combatentes, e sendo ela previsível, o número de Coronéis da Força nas principais funções de comando do Exército corresponde aproximadamente ao número de ingressantes na AMAN 30 anos antes. Como o número de postos superiores é sempre menor que o dos postos inferiores, e a partir do ingresso anual na AMAN de 400 cadetes, foi uma inteligente estratégia a criação dos oficiais temporários, pois eles suprem a demanda de tenentes que não terão acesso aos postos superiores. Além disso, ingressam na Força já com a qualificação profissional de nível superior consolidada, sem que seja necessário o Exército custear suas formações. E, por fim, se desligam tornando-se militares da reserva não remunerada sem a necessidade de amparo social do EB em termos de reforma (aposentadoria).

Ora, ao contratar anualmente indivíduos já consolidados como profissionais para atuarem como oficiais temporários, em que os processos de socialização e formação militar são precários, o Exército está, ele próprio, promovendo em sua profissionalidade a ascensão do formato ocupacional em detrimento do formato institucional.

Os oficiais temporários demonstraram⁴⁰ que não estão preocupados com os valores institucionais e as atribuições difusas do seu trabalho como militar, mas sim priorizam os seus salários, suas experiências profissionais e suas atribuições conforme a área de formação. Possuem um estilo de vida igual ao civil, “aos de fora”, não vivem em vilas militares, não são movimentados pelo país e não estão restritos ao mundo militar nas suas relações sociais. Ao contrário dos outros oficiais militares cujo isolamento da sociedade é usual, eles possuem como características da vida profissional os elementos inerentes ao formato ocupacional, como Moskos elencou.

³⁹ Em entrevista formal.

⁴⁰ Aspectos identificados no trabalho de campo e através de entrevistas informais.

Organização Social Militar: Institucional versus Ocupacional		
Variável	Institucional	Ocupacional
Legitimidade	Valores normativos	Economia de mercado
Papel a ser desempenhado	Difuso	Específico
Bases de compensação	Posto e antiguidade	Nível de habilidade e de mão de obra
Modo de compensação	Muito na forma do “não dinheiro” (ganhos indiretos)	Salário e bônus
Nível de compensação	Baixo salário para os recrutas	Alto salário para os recrutas
Residência	Adjacência entre os locais de trabalho e residência	Separação dos locais de trabalho e residência
Cônjuge	Parte integrante da comunidade militar	Removida (deslocada) da comunidade militar
Relação social	Estima baseada na noção de serviço	Prestígio baseado no nível de compensação
Grupos de Referência	Vertical	Horizontal
Avaliação da Performance	Holística e qualitativa	Segmentada e quantitativa
Sistema legal	Justiça Militar	Jurisprudência civil
Status pós-serviço ativo	Benefícios aos veteranos e preferências	O mesmo que o dos civis

Figura 11: Organização Social Militar: Institucional *versus* Ocupacional (MOSKOS, 1986, p. 378)⁴¹.

Nesse sentido, é pertinente destacar que, em consonância com as mudanças enumeradas antes, no sentido de elas contribuírem para a crescente paisanização do EB, parece-nos que as diretrizes determinadas pelos documentos “O Processo de Transformação do Exército” (BRASIL, 2010b) e “Concepção de Transformação do Exército 2013-2022” (BRASIL, 2013) fazem o mesmo ou talvez até a ampliam. Elas determinam a implementação de medidas que acentuam na profissionalidade do EB o formato ocupacional, afim com o hiperindividualismo pós-moralista. Mas simultaneamente, tentam manter a individualidade proveniente do individualismo moderno, a do “espírito militar rígido” com o “Fortalecimento dos Princípios, dos

⁴¹ A referência do quadro é a fonte original examinada. Contudo, optou-se por utilizar aqui a versão do quadro traduzida em Oliveira (2016, p. 33).

Valores, dos Deveres e da Ética Militar”. Conforme o documento “Concepção de Transformação do Exército 2013-2022” (BRASIL, 2013),

A missão do Exército exige dos seus soldados inúmeros sacrifícios, inclusive o da própria vida em benefício da Pátria. Esta peculiaridade conduz à necessidade de valorizar os princípios que lhes são imprescindíveis. Valores, deveres e ética militar são conceitos indissociáveis, convergentes e que se complementam para a obtenção de objetivos individuais e institucionais.

Os novos desafios da Era do Conhecimento, compostos por diversas mudanças culturais, exigem a manutenção e o fortalecimento dos princípios para que a Instituição possa cumprir suas missões. O culto às Tradições Históricas do Exército Brasileiro deve servir como um dos pilares desse fortalecimento. (BRASIL, 2013, p.14).

Todavia, há a necessidade urgente de modificações em outra direção.

O Sistema de Educação e Cultura deverá fomentar o desenvolvimento de competências individuais, habilidades (interpessoais, de reflexão, de análise crítica e do pensamento crítico), atitudes, valores e experiências necessárias para o profissional da Era do Conhecimento (BRASIL, 2013, p.24).

Apesar de tratar-se de um processo que foi pensado e planejado minuciosamente, o efeito de paisanização provavelmente não seja consciente, pois a transformação concebida como algo propositalmente lento e gradual impede a percepção de tal efeito claramente.

De acordo com um oficial combatente no posto de General⁴², que trabalhou na subchefia (departamento) do EME – Estado Maior do Exército, órgão responsável na época pela Política Estratégica do EB, “que cuida do futuro”⁴³, o embrião do Processo de Transformação foi o PROFORÇA - Projeto de Força do Exército Brasileiro (BRASIL, 2012b), tendo sido este organizado por uma equipe escolhida e reunida que analisou outros Exércitos do mundo, como os dos Estados Unidos, Inglaterra e França. Decorrente disso, essa equipe começou a pensar as diferentes realidades do EB.

A partir do PROFORÇA...é, aí sim, eu já chego no Estado Maior do Exército e já herdando esse PROFORÇA, a gente começa a trabalhar na “Concepção da Transformação do Exército”, que é um livreto pequenininho, mas que mexe com o Exército todo! [...] Eu tenho o meu, até ra...rabiscado. [o General se levanta e busca o documento] [...] Esse

⁴² Em entrevista formal.

⁴³ Mencionado na entrevista pelo General, como também o “Conselho Superior de Transformação” tomando decisões.

livrinho, ô...a estrutura da transformação está toda aqui, tá? Pequenos parágrafos aqui, quer dizer muita coisa. Um parágrafo desses quer dizer dez, quinze anos de transformação. Então, ... precisa, é tempo, mas existe uma concepção. [...] Ela, em cima dela o Exército tem trabalhado, algumas vezes rápido, outras menos rápido, então existem essas diferenças entre os vetores. (Oficial combatente no posto de General)

Entretanto, ao ser indagado sobre a aproximação da profissionalidade da Força com o formato ocupacional, principalmente considerando a formação externa do profissional militar na comunidade acadêmica e no meio universitário civil, em instituições de ensino “externas”, da sociedade em geral, o General respondeu que a aproximação entre o Exército e as instituições “de fora” tem outros objetivos.

O primeiro é o de multiplicar o sistema de ciência e tecnologia, porque o IME não tem condições de formar todos os profissionais de que o EB necessita para esse sistema dele.

Já o segundo é levar para esse meio a discussão sobre o tema defesa. Para que o tema não seja apenas dos militares, mas de toda a nação. “Lá estão os empresários do futuro e que podem levar isso para a sociedade em geral”. Não só o tema defesa, mas o conhecimento do que é o Exército e sua importância. Trata-se de algo que a sociedade em geral deve reconhecer e valorizar. Só assim será possível a elevação orçamentária para a área da defesa e para as Forças Armadas.

Ainda, segundo o General, outra razão para a aproximação do EB com a sociedade é a propagação dos valores e tradições da Força, do patriotismo, da ética e da conduta ilibada do cidadão para que tenhamos uma Pátria melhor. Daí o destaque do entrevistado para o fato de os oficiais temporários, após conviverem com tais valores, retornarem para o mercado de trabalho, para o mundo civil. Certamente, após trabalharem no Exército, alguns por até oito anos, é inexorável que tenham absorvidos a visão de mundo da caserna e que influenciem com ela positivamente o mundo lá fora.

Porém, de acordo com o General, apesar da aproximação com o mundo civil, o EB continuará tendo suas Escolas de Formação, pois o Sistema de Ensino da Força é um sistema que deu certo e é “louvável”. Proposição que também o documento “O Processo de Transformação do Exército” (BRASIL, 2010b) afirma. No entanto, indica notória a qualidade na educação do Exército como promotora da constituição do “espírito militar”, mas não em relação à capacitação.

Inicialmente, faz-se mister estabelecer a distinção entre educação e capacitação.

A educação é a atividade destinada a produzir efeitos permanentes sobre os RH. Visa a promover o desenvolvimento pessoal, incidindo sobre as áreas cognitiva, afetiva e psicomotora, proporcionando os atributos necessários ao exercício da profissão.

Ao longo dos tempos, a educação tem, sem solução de continuidade, recebido prioridade absoluta pelas lideranças da Força, [...]

Em razão desses cuidados, geração após geração, o EB tem sido capaz de preservar seus valores fundamentais, graças aos comprometimentos gerados em nossas Escolas, em relação aos companheiros, à Instituição e a seus princípios, resultando um Exército disciplinado e coeso. Repousa aí nosso mais rico patrimônio, capaz de manter o entusiasmo e a devoção individual e coletiva, a despeito das precariedades permanentemente enfrentadas. Trata-se, portanto, de um bem que não pode, sob nenhuma hipótese, ser colocado em risco por qualquer empreendimento de transformação. Excelente!

A **capacitação**, por sua vez, destina-se ao desenvolvimento de habilidades específicas, com ênfase na realização de tarefas que exijam algum tipo de especialização. Seu alcance normalmente é limitado no tempo e no espaço e requer atualizações periódicas. A introdução de novas concepções, projetos, processos e equipamentos, tende a exigir um eficiente sistema de capacitação como condição essencial de êxito.

O uso dessa ferramenta no desenvolvimento de recursos humanos ocorre em nosso Exército, normalmente, não em decorrência de necessidades presentes específicas, mas sim em razão de dados colhidos ao longo de séries históricas. [...]

Precisamos desenvolver um sistema calcado no uso de ferramentas de gestão do conhecimento.

A própria implementação dos vetores de transformação acarretará uma demanda crescente de capacitação dos quadros. Por outro lado, [...] a disponibilidade de RH nos quais o Exército prematuramente deixa de investir causa o desperdício de talentos e o arrefecimento do entusiasmo profissional (BRASIL, 2010b, p.34-35, grifos e negritos originais).

Destarte, um ponto central no Processo de Transformação é a determinação que uma gestão de pessoal adequada corrija dois aspectos específicos do desenvolvimento dos RH - recursos humanos da Força: a precária mentalidade de inovação dos quadros e a baixa eficiência da atividade de capacitação (BRASIL, 2010b, p. 34). “Talvez a precária mentalidade de inovação seja uma das maiores deficiências de nossos recursos humanos” (BRASIL, 2010b, p. 36), ocasionada pelo cerceamento da iniciativa decorrente da cultura do “erro-zero” na instituição (BRASIL, 2010b, p. 37).

Segundo o General, “essa é a ferida”, isto é, um aspecto de difícil solução porque se trata de uma mudança de mentalidade que só com o tempo poderá ser alterada. Sendo o militar formado de modo a não poder “errar”, cria-se uma mentalidade que impede o

risco, pois este pode levar ao erro. Isso impede a inovação porque somente o “padrão” é constantemente perseguido.

E mudar a cultura do “erro-zero” não se trata apenas de uma mudança cultural e de mentalidade. Há uma dimensão do exercício da carreira militar em que é imprescindível a busca do “erro-zero”, aquela em que vidas estão envolvidas. Então, ao mesmo tempo em que é preciso eliminar o “erro-zero”, ele deve ser mantido.

Assim, para engendrar mudanças necessárias e processuais nos paradigmas arraigados da cultura institucional da Força, o Processo de Transformação do Exército determinou várias diretrizes na gestão dos RH que já estão em andamento (BRASIL, 2010b e 2013). Dentre elas, se destacam as seguintes:

(1) a redução dos efetivos profissionais no âmbito da atividade-fim altamente especializada;

(2) para liberar os oficiais da atividade fim de outras funções, a valorização e aumento do efetivo de temporários e de estagiários, inclusive a contratação de militares que foram para a reserva em postos elevados e com elevada qualificação para PTTC - Prestação de Tarefa por Tempo Certo, de modo que, se confirmada a pertinência dessa solução, devem-se estudar novas formas de ampliá-la com a criação de atrativos adicionais e a preparação dos militares para a ocupação futura de cargos específicos, quando ainda na ativa;

(3) a ampliação do emprego de civis, também para liberar os oficiais da atividade fim de outras funções, em um sistema que englobe capacitação e a elaboração de um plano de carreira, conforme verificado em países desenvolvidos, onde a participação de civis amplia a parcela da sociedade diretamente interessada no fortalecimento das estruturas de defesa;

(4) a incorporação de novas linhas de especialização, em razão da multiplicação das áreas do conhecimento;

(5) a revisão na concepção das armas, quadros e serviços, bem como das carreiras em si no sentido de flexibilizar os requisitos de progressão funcional, permitindo um

maior aproveitamento das especializações e das aptidões adquiridas ao longo da vida profissional;

(6) a adoção de ações voltadas para o desenvolvimento de uma mentalidade de inovação;

(7) o inculcar nos militares a preocupação com a permanente atualização e a consciência de que o domínio de novas tecnologias será condição básica para o êxito profissional;

(8) o término do cerceamento da iniciativa decorrente da cultura do “erro-zero”;

(9) o estímulo para o desenvolvimento de lideranças com perfil inovador;

(10) a maior convivência com militares de outras Forças, com civis e com estrangeiros; viagens de estudos a países mais desenvolvidos; e cursos de mestrado e doutorado em instituições civis, com o benefício adicional de desestimular a realização por conta própria de cursos universitários em circunstâncias que poderão provocar desprofissionalização.

Portanto, fica evidente que tais diretrizes, somadas às mudanças anteriores, estão resultando cada vez mais em uma Força Terrestre de profissionalidade paisanizada. Isso faz com que o Exército, devido às ações da profissionalização militar inerentes ao contexto tecnológico da sociedade contemporânea, se apresente com um caráter ambivalente em termos das Eras moderna e pós-moderna da tipologia de Moskos (2000, p.15).

Refere-se, segundo Retz e Sá (2015), ao que Zygmunt Bauman constatou com precisão sobre a época atual.

A modernidade não cumpriu suas promessas, diz Bauman. Estamos diante da ambivalência de todas as opções, identidades e projetos de vida.

A pós-modernidade seria uma época de reconciliação com a ambivalência, aprendendo a viver num mundo implacavelmente ambíguo (RETZ e SÁ, 2015, p. 95).

Nos termos de Bauman:

A ambivalência, possibilidade de conferir a um objeto ou evento mais de uma categoria, é uma desordem específica da linguagem, uma falha da função nomeadora (segregadora) que a linguagem deve desempenhar. O principal sintoma da desordem é o agudo desconforto que sentimos quando somos incapazes de ler adequadamente a situação e optar entre ações alternativas.

É por causa da ansiedade que a acompanha e da conseqüente indecisão que experimentamos a ambivalência como desordem – ou culpamos a língua pela falta de precisão ou a nós mesmos por seu emprego incorreto. [...]

Classificar significa separar, segregar. Significa primeiro postular que o mundo consiste em entidades discretas e distintas; depois, que cada entidade tem um grupo de entidades similares ou próximas ao qual pertence e com as quais conjuntamente se opõe a algumas outras entidades; e por fim tornar real o que se postula, relacionando padrões diferenciais de ação a diferentes classes de entidades (a evocação de um padrão de comportamento específico tornando-se a definição operacional de classe) (BAUMAN, 1999a, p. 9, parênteses do autor).

Assim sendo, torna-se claro que esse é um aspecto constitutivo da institucionalidade do corpo profissional e de pessoal atual do Exército Brasileiro, a ambivalência⁴⁴. Do mesmo modo que Bauman a pontuou como característica intrínseca à sociedade contemporânea em várias das suas dimensões nas obras: *O mal-estar da pós-modernidade* (1998), *Modernidade e ambivalência* (1999a), *Globalização: as conseqüências humanas* (1999b), *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos* (2004), *Vida para o consumo* (2008) e *A arte da vida* (2009).

Um Exército que se apresenta como uma instituição cujos elementos identitários são diversos em coexistência, alguns de traços modernos e outros de traços pós-modernos.

Uma Força Terrestre estruturada com um efetivo menor de oficiais profissionais, altamente especializados, voltados para atividade fim, e não um efetivo em massa com pouca profissionalização. Mas uma profissionalidade que busque ter atitudes as quais sejam predominantemente “atitudes militares” sem desprezar as “atitudes militaristas” (JANOWITZ, 1967, p. 25).

Uma profissionalidade cuja característica principal seja algo entre o “administrador” e/ou “técnico” no mínimo e o “soldado-estadista” ou “soldado-acadêmico” no máximo. Sem excluir o líder de combate, afinal, “[...] todos os papéis permanecem necessários” (WILLIAMS, 2000, p. 267). Exatamente como confirma

⁴⁴ Para mais detalhes sobre o conceito de ambivalência em Bauman, cf. Bazzanella (2012).

Oliveira (2016) ao estudar a aproximação entre o Sistema de Ensino do EB e o do meio civil. O autor identifica a ascensão do “soldado-acadêmico”, possuidor de diversos títulos universitários, inclusive títulos provenientes de cursos civis de formação. Da mesma forma corrobora o Coronel entrevistado⁴⁵ ao afirmar que, por mais que a guerra hoje se dê por meios tecnológicos, o combate com presença física é necessário para a ocupação do espaço inimigo, ou seja, só a intelectualidade não é suficiente, e, portanto, a “rusticidade” do “líder heroico” permanece necessária.

Um Exército em que o isolamento da sociedade não seja mais sólido como no passado, mas que apresente um aumento da interpenetrabilidade das esferas civil e militar, estrutural, social e culturalmente falando (MOSKOS; WILLIAMS; SEGAL, 2000, p. 4), bem como um maior contingente de profissionais civis.

E, finalmente, mesmo não fazendo parte do Processo de Transformação oficial, mas sim sendo algo imposto pela sociedade civil, uma Força Terrestre que no futuro próximo terá uma profissionalidade cujo segmento feminino estará completamente integrado.

Tudo isso demonstrando que há no Exército Brasileiro de hoje componentes e/ou valores de sentidos distintos em relação a ele mesmo se opondo mutuamente. A propósito, não só na estrutura profissional da instituição, mas também nos elementos constitutivos das identidades dos oficiais militares, como é possível perceber a seguir.

4.4. A ambivalência nas identidades dos oficiais militares do Exército Brasileiro

No tocante às identidades dos oficiais militares da Força Terrestre, o mesmo aspecto se faz presente. As crenças e os valores manifestos nas falas dos próprios oficiais militares e correspondentes nas suas atitudes e comportamentos confirmam os indícios antes realçados de antagonismo e coexistência conjunta dos ideais modernos e pós-modernos. Ou, mais precisamente, corroboram tal conformação entre os ideais do individualismo moderno laico, como os do ideal de “militar virtuoso” e do ideal “masculino de guerreiro”; com os típicos do hiperindividualismo pós-moralista contemporâneo, como os ideais de conforto e bem-estar, de autonomia sexual no que tange à moral e à família, de hedonismo e de autodeterminação do que é melhor até mesmo em relação às

⁴⁵ Aquele mencionado antes, que pesquisou no Doutorado em Ciências Militares a importância do desenvolvimento da liderança nos diversos níveis da carreira militar.

obrigações consigo mesmo, ideais em que os anseios do “eu” e da subjetividade dos indivíduos são as referências principais.

Destarte, esses ideais e virtudes militares embaralhados com os do hiperindividualismo contemporâneo pós-moralista muitas vezes convivem juntos e em contradição, e por outras vezes são reinterpretados ou adaptados conforme a subjetividade dos sujeitos, de maneira a demonstrar, como afirmou Agier, que nos tempos atuais

Toda identidade, ou melhor, toda declaração identitária, tanto individual quanto coletiva (mesmo se, para um coletivo, é mais difícil admiti-lo), é então múltipla, inacabada, instável, sempre experimentada mais como uma busca que como um fato. (AGIER, 2001, p.10).

Bem como que,

Em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em *transição*, entre diferentes posições; que retiram os seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são produtos desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez comuns (HALL, 2006, p.88).

Portanto, componentes constitutivos dessas identidades instáveis e ambivalentes, juntamente com características organizacionais em transformação e também ambivalentes, são evidenciados a partir das práticas adotadas nas OMs, tanto no âmbito institucional quanto individual.

Em relação à ênfase dada à questão tecnológica, bem como quanto à exigência de profissionais de perfis de alta qualificação, algumas situações são exemplos significativos. Em uma das OMs em que foi realizado o trabalho de campo, os agentes devem possuir expertise no uso de tecnologias de informática e de comunicação. Utilizam *notebooks* e computadores *desktop* no trabalho diário, usando sistemas internos ligados a serviços *online*. Todavia, com a justificativa da necessidade de controle e segurança, é proibido o uso da conexão *wi-fi* do quartel para todos. É permitido apenas nos *notebooks* institucionais, que são alguns poucos. A maioria dos agentes usam *notebooks* pessoais para trabalhar, sendo proibido o uso de *modem* 3G pessoal. Os computadores *desktop* possuem *internet* a cabo, mas são os itens de menor número. Contraditoriamente, neste quartel, os servidores não possuem endereços eletrônicos institucionais, nem os setores da instituição. Esses últimos possuem *e-mails* de provedores gratuitos e os anteriores utilizam na instituição os seus de uso pessoal. Finalmente, muitas das ordens são comunicadas através de grupos de *WhatsApp*, obrigando todos a possuírem *smartphones*

peçoais e com contas de dados móveis pagas pelos próprios usuários, sob pena de punição por insubordinação caso alguma ordem não seja cumprida.

Ainda no tocante a esse aspecto, envolvendo a importância da ciência e da tecnologia nas FAs, cabe pontuar que no documento “Concepção de Transformação do Exército 2013-2022” (BRASIL, 2013) há a determinação das ações de “atrair, reter e motivar” como princípio estratégico de gestão de pessoal da Força. Uma das ações para atrair e reter o pessoal é a valorização da “Força da nossa Força”, os recursos humanos. Aí se destaca o FUSEX – Fundo de Saúde do Exército, uma espécie de plano de saúde complementar do EB, que segue as regras da Agência Nacional de Saúde Complementar, para o qual os servidores militares contribuem obrigatoriamente com taxa descontada em folha de pagamento, além de taxas de coparticipação. Trata-se de uma ampla rede de prestação de serviços de saúde em todo o país envolvendo instituições da própria Força, como também organizações civis conveniadas, visando a uma assistência de qualidade para todos os que trabalham no EB.

Contudo, a precariedade do sistema de informação, comunicação e processamento burocrático do fundo é deplorável enquanto o trâmite se encontra no interior da Força Terrestre. Para a emissão das guias de atendimento eletivo e de exames, os beneficiários não podem solicitar os serviços através de telefone ou pela *internet*. Para a solicitação de guia para uma simples consulta médica de rotina é preciso ir pessoalmente a um dos Postos Médicos do Exército em território nacional, realizar a solicitação verbalmente e aguardar a impressão da guia. Em uma das unidades visitadas, o atendimento é feito por um soldado em serviço obrigatório que anota em um papel de rascunho o código do beneficiário e do pedido. Posteriormente ele é processado e lançado no sistema para a impressão da guia. Nesse posto, em específico, o atendimento para impressão de guias é realizado apenas durante os dias da semana no período da manhã. Vários são os militares que necessitam parar seus trabalhos, autorizados pela chefia imediata, para, durante o horário de expediente, se deslocarem fisicamente até a unidade de atendimento.

Ambas as situações demonstram ambivalências na organização em si, bem como na atuação imposta aos profissionais, já que o Exército, no discurso do Processo de Transformação oficial, se diz em busca da adequação pertinente à Era do conhecimento e da informação.

Além disso, constata-se que, na prática cotidiana da Força Terrestre, os processos de socialização, isto é, os de individualização, se apresentam articulados e ambigualmente constituindo as individualidades na organização, tanto o processo “de cunho disciplinar-

revolucionário” como o “de personalização”. Na prática, o que é promovido é um amálgama entre o mundo dos ideais laicos modernos, das virtudes militares, e o mundo hodierno de cenário pós-moderno e essencialmente cibernético e informacional. Segundo Lyotard, devido à pós-modernidade, tais virtudes não são mais pressupostas *a priori* (BARBOSA, 1991), daí a ambivalência.

De acordo com o General entrevistado, as propagandas do EB veiculadas na TV exibem simuladores de combate, painéis de máquinas de guerras (como de tanques e helicópteros) para atrair para o ingresso no EB os “melhores talentos” dessa geração jovem atual. Aqueles cujo mundo a que pertencem seja o informacional e de cunho tecnológico, em que o jovem estuda, escreve um trabalho universitário, ao mesmo tempo em que ouve músicas, navega em redes sociais, envia mensagens de texto pelo *smartphone* e ainda joga vídeo game. “O que são esses simuladores, senão vídeo games?”.

Porém, são veiculadas também nas propagandas, bem como nas contas oficiais do EB nas redes sociais, *facebook* e *youtube*, por exemplo, essas mesmas imagens com as palavras dos valores militares e suas frases de apoio. Do mesmo modo que, conforme Miranda (2013, p. 88), é usual a divulgação de tais frases em murais, alamedas internas das OMs e nos informativos eletrônicos e impressos do EB.

VALORES: esta é a nossa força	
VALORES	FRASES DE APOIO
Iniciativa	Fazer acontecer.
Espírito de corpo	Ninguém fica para trás.
Camaradagem	Companheirismo a toda prova.
Competência	Errar nunca.
Coesão	Ninguém é mais forte que todos juntos.
Patriotismo	Brasil acima de tudo.
Trabalho em equipe	Juntos superamos qualquer obstáculo.
Decisão	Decidir com coragem, firmeza e responsabilidade.
Persistência	Tentar sempre, desistir nunca.
Coragem	Enfrentar o desconhecido.
Atitude	Um gesto que contagia.
Comprometimento	“...dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria...”
Lealdade	Ser fiel em qualquer situação.
Dever	Missão dada, missão cumprida.
Honra	Está no homem, não no posto.
Disciplina	A base de nossa Força.

Figura 12: Quadro de valores e frases de apoio (MIRANDA, 2018, p. 54).



Figura 13: Exemplo de cartaz mencionado por Miranda (2013, p. 88).

Dessa maneira, o padrão do “militar virtuoso” é imposto mesmo que haja a certeza tácita de que se trata de algo apenas formal, com o conhecimento claro de que o conteúdo substantivo é outro. Isso se torna notório em relação às orientações do EB quanto à política.

Segundo um oficial combatente no posto de Major⁴⁶, o militar não pode se manifestar politicamente. Trata-se de uma imposição normativa. Ao menos, não o fazer como militar. Então, por exemplo, se ele for participar de uma manifestação pública, alguma passeata, ele deve participar sem estar vestido com a farda e sem o uso de qualquer adorno ou símbolo que se remeta ao vínculo que possui com o Exército. Seja uma manifestação cuja perspectiva política é afim com o Exército, instituição de valores conservadores em consonância com a direita política (algo reconhecido pelos militares em geral), seja uma manifestação de apoio à esquerda política. Aliás, nesse último caso é pior ainda. Então, é preferível não se manifestar. “Deixar isso para fazer em casa com amigos e familiares”. Questionado sobre se o militar estiver participando de uma manifestação sem farda e sua fotografia for divulgada numa rede social como o *facebook*, o major respondeu que, dependendo do chefe imediato do militar, isso pode prejudicá-lo. Ele pode ser punido porque cometeu uma infração. Como a infração pode ser questionada legalmente, porque ele estava na manifestação sem farda, ele pode sofrer uma advertência verbal e ser punido informalmente com excesso de tarefas por algum tempo, já que os militares podem ser obrigados a trabalhar longas jornadas sem pagamento de hora extra de serviço. Mas, como afirmou um oficial no posto de Capitão⁴⁷, “é normal nós termos nossas preferências políticas” e não será essa norma da caserna que o impedirá (no caso, o Capitão) de manifestar e influenciar quem ele quiser, basta saber como e quando se posicionar para não ser repreendido.

Nesse aspecto, envolvendo manifestações políticas, cabe descrever alguns episódios observados que explicitam como as vidas pessoais dos militares se confundem com suas vidas profissionais. O que resulta, conseqüentemente, em um significativo impacto sobre suas identidades.

O primeiro se refere às eleições presidenciais de 2018. Como militar da reserva do EB, o então candidato Jair Messias Bolsonaro usou como parte de seu slogan de campanha a frase de apoio do valor de “patriotismo” do EB: “Brasil acima de tudo” como indicado no quadro acima. Uma oficial no posto de Major postou no seu perfil no *facebook* esse *slogan* e provocou uma discussão política com seus amigos na rede social, tanto civis como militares. O interessante foi que os amigos da Major que são militares também participaram da discussão, contudo, para tal, tanto ela quanto os seus colegas de caserna mudaram os seus perfis na rede social. Se antes os perfis informavam que

⁴⁶ Em entrevista formal.

⁴⁷ Em entrevista informal.

trabalhavam no EB, essa informação foi retirada. Se em seus álbuns tinham fotografias com eles ou outros de fardas, essas fotos foram retiradas. Tudo o que aludia ao caráter militar dos envolvidos foi retirado da rede. Supostamente para indicar que as identidades daqueles perfis não eram de militares, mas de cidadãos civis, isto é, paisanos se posicionando em relação à candidatura de um militar da reserva, porém, defendendo “virtudes militares”, ideais típicos do individualismo moderno laico, que usualmente os militares não atribuem à visão de mundo dos paisanos.

Um outro episódio foi o da demissão de uma estagiária voluntária do curso de licenciatura em sociologia que estava atuando nessa disciplina em uma das unidades do SCMB - Sistema Colégio Militar do Brasil do Exército Brasileiro. Ela fora aluna naquela mesma unidade e, ao mencionar para fins didáticos, numa aula sobre movimentos sociais, o mote “fora Temer”, terminou desligada do estágio. O comandante da unidade ficou sabendo do fato porque um dos estudantes da classe, filho de militar, informou ao pai, que, por sua vez, acionou o comandante. Como o professor da disciplina era um servidor civil, sujeito à legislação diversa a dos militares em seu exercício funcional, ele poderia questionar a legalidade da atitude do comandante. Então, a justificativa para a demissão foi a de que o vínculo do estágio fora feito sem previsão legal. Não existia um termo de cooperação formal entre o EB e a universidade em que a licencianda estudava.

Aliás, ainda nesse contexto, é importante realçar que nas provas do Colégio é solicitado aos professores não usarem o termo “ditadura” para se referir ao “Golpe Militar de 64” denominado pelo EB de “Revolução civil-militar popular democrática”. Porém, um professor destacou que substituiu a expressão por “período de governos com ausências de instituições democráticas tradicionais (como eleições diretas e imprensa livre). E, então, não houve ressalva dos chefes militares. Do mesmo modo, foi possível utilizar o termo “minorias sexuais” quando solicitaram a retirada da prova do termo “LGBTTI - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexos”, pois tais palavras, tão explícitas” poderiam constranger os valores militares.

Por fim, cabe destacar como os militares em suas vidas pessoais são afetados por toda essa ambiguidade e confronto de visões de mundo, cujos conteúdos simultaneamente se remetem ao “espírito militar rígido” e ao “espírito militar flexível”.

Um oficial combatente na patente de Capitão⁴⁸ afirmou que o EB não permite tratamentos diferenciados entre os oficiais por razões de orientação sexual. Essa é uma

⁴⁸ Em entrevista informal.

questão superada no contexto atual e só diz respeito à vida pessoal de cada um. “Quem o oficial é ou deixa de ser, o que ele faz ou não faz não importa”, desde que não comprometa o exercício profissional. Como, por exemplo, um oficial “falar fino” e com “trejeitos afeminados” estando de farda e em serviço. No quartel isso é inadmissível, porém mais ainda se estiver atuando no ambiente externo, pois prejudicaria a “imagem ilibada” da instituição perante a sociedade. “O que pensariam do Exército diante de um soldado que morde a fronha? (Sic) A seriedade da Força seria questionada!” Todavia, ao ser indagado sobre a mesma situação tendo como objeto uma oficial, o Capitão asseverou que se trata de algo diferente. É menos comprometedor uma mulher oficial do Exército “falar grosso” e ter “trejeitos másculos”, pois o que se espera da Força é exatamente isso, “firmeza”, mesmo que seja advindo de uma mulher.

Ainda em relação ao que é atribuído à identidade feminina, outros aspectos também se destacam. Segundo um diálogo presenciado entre um oficial QCO no posto de Tenente Coronel com outro do mesmo quadro no posto de Major, para o último é óbvio que a mulher não preenche os requisitos da atividade fim do EB, na hora da briga ela “não tem a mesma força e brutalidade necessária”. Então o anterior replicou que no cotidiano, a presença de “tenentes gostosas” (mais jovens e por isso em posto inferior na hierarquia) favorece o trabalho na Força, com mais rigor intelectual e competência estratégica, torna o ambiente de trabalho mais produtivo.

Em outra entrevista⁴⁹, uma oficial no posto de Major informou que, no ambiente da caserna, as mulheres que são mães são mais valorizadas do que as que não são. E no caso dela, que se identifica com os valores tradicionais do EB, faz parte dos seus planos adotar uma criança. Ela possui uma relação homoafetiva não assumida no ambiente de trabalho porque esse contexto é ainda muito preconceituoso. Mas assim que possível, como uma cristã praticante, católica fervorosa, pretende se casar e constituir uma família. “Nós de famílias homoafetivas estamos sendo famílias mais conservadoras do que as famílias tradicionais, tão negligentes no amor, afeto e cumplicidade familiar”.

Por causa desse alvo, ela admite que, a contragosto, estaria disposta a fazer outro concurso público, abandonando a carreira militar de que ela gosta e com que se identifica. Corroborando o que concluíra Miranda (2018) em uma pesquisa de questionário de *Survey* que inquiriu um significativo número de oficiais do EB. O autor identificou um aumento de insatisfação com a carreira através do crescimento do número de oficiais que

⁴⁹ Em entrevista formal.

prestaram concurso público para outras áreas civis após ingressarem no EB. O que remete à crescente paisanização do oficialato que, ao que tudo indica, resulta da profissionalidade da Força em que também crescem os elementos identitários provenientes do hiperindividualismo pós-moralista contemporâneo. Conforme Miranda,

O alto índice de oficiais que admitem a possibilidade de mudança de carreira também é reflexo da modernidade líquida em que não há amarras que sejam suficientemente fortes para prender os indivíduos. Cada um buscará seu próprio caminho para a satisfação, inclusive mudando de carreira se for necessário (MIRANDA, 2018, p.68).

Portanto, o Exército Brasileiro se apresenta atualmente como uma Força em que o individualismo moderno laico ainda permanece presente, aquele responsável pelos ideais abstratos de indivíduo, mas que perde o vigor lenta e gradualmente, dando lugar ao hiperindividualismo contemporâneo pós-moralista surgido a partir da pós-modernidade, em que os conteúdos rígidos do “eu” são esvaziados de modo a permitir que a individualidade do militar seja constituída a partir de sua própria subjetividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, tendo como referência a relação entre os estudos dos militares e as Ciências Sociais, partimos do pressuposto de que o exército é uma organização intrínseca ao fenômeno da guerra, e assim, resultado da organização social e cultural das sociedades. Assim sendo, como uma instituição deste caráter, se o exército está inserido em um contexto de mudanças sociais e culturais, inexoravelmente ele também experimenta modificações.

Nos últimos anos, na contemporaneidade, o Brasil e o mundo, as sociedades em geral, vêm passando por significativas transformações, principalmente a partir da pós-modernidade, em que ocorreu a produção de uma multiplicidade de culturas, crenças, ideais, valores e tecnologias, a proliferação de várias formas de conhecimento, de diversos meios de comunicação, de informação e de sociabilidade, tudo isso em constante processo de aprimoramento e de modificação. Considerando isso, elaboramos como proposição que, por consequência, ao identificarmos diferentes conjuntos de alterações no cenário social e cultural brasileiro, verificaríamos também uma série de transformações no âmbito do EB - Exército Brasileiro.

Então, ao nos filiaros à perspectiva dos dois autores clássicos da Sociologia Militar americana, Huntington (1996) e Janowitz (1967), a pesquisa que aqui empreendemos ao tomarmos como objeto de estudo o EB - Exército Brasileiro no contexto atual buscou desenvolver tanto uma abordagem macrosociológica, com o enfoque sobre os aspectos institucionais, quanto uma abordagem microsociológica, com o enfoque também nos aspectos relacionados aos indivíduos, seus valores, padrões de comportamento, suas mentalidades e subjetividades individuais.

A hipótese elaborada nesta pesquisa doutoral foi a de que a pós-modernidade como característica típica da sociedade contemporânea está orientando as transformações hodiernas do EB. As já iniciadas há poucos anos, as em andamento e as que sobrevirão.

Para verificarmos tal suposição, realizamos um levantamento histórico a partir de dados de cunho bibliográfico e documental, em que constatamos que o EB, ao longo de sua existência, passou por diferentes fases quanto a sua institucionalização como organização do Estado brasileiro, sobretudo em relação à formação dos seus oficiais em termos de profissionalização.

Apuramos que, no final do século XIX, dentre outros fatores, o cientificismo e o desenvolvimentismo tecnológico do pensamento industrializante contribuíram para que

o EB tivesse um papel basilar na Proclamação da República, o que o levou a gestar um projeto nacionalista e modernizador para todo o Brasil. Surgira naquela ocasião como protagonista a denominada “mocidade militar”, ávida da modernização para a nação e para o próprio Exército, deslumbrada pelo tempo social “moderno”, “adiantado” e “veloz” a fazer contraste com o “lento” e “atrasado”, fascinada com a industrialização e com o desenvolvimento tecnológico. Isso levou a profundas reformas e mudanças nas políticas de ensino das Escolas Militares, as responsáveis pelas formações dos oficiais.

Somada a isso, no início do século XX, ocorrera também uma reforma simbólica na Escola Militar de Realengo, levando à consolidação da mentalidade moderna no EB. Iniciativa concatenada com a criação da Escola Militar de Resende, posterior AMAN - Academia Militar das Agulhas Negras, a única escola formadora de oficiais de carreira das Armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações, do Quadro de Material Bélico e do Serviço de Intendência da Força Terrestre. Escola onde uma série de tradições, expressadas através de diversos símbolos e ritos, engendram, até hoje, ideais modernos responsáveis pela visão de mundo que até então prevalecera no Exército.

Tudo isso, juntamente com outros fatos e ações institucionais que aconteceram notadamente nos períodos do Estado Novo Getulista (1937-1945) e do Regime Militar (1964-1985), levou à consolidação da mentalidade moderna no oficialato do EB, de modo a torná-la elemento constitutivo do caráter da Força Terrestre e da sua profissionalidade.

Por outro lado, por meio de dados provenientes de documentos e fontes oficiais de informações do Estado brasileiro e do seu exército, bem como dos advindos através de pesquisas da área da Sociologia Militar e Antropologia Militar no país, nos certificamos de que uma série de ações políticas foi iniciada a partir da Nova República Democrática Brasileira (1985) de modo a impactar as Forças Armadas do país. Como, por exemplo, entre outras coisas, a criação do MD – Ministério da Defesa do Brasil, a implementação de PNDs – Políticas Nacionais de Defesa, e, mais recentemente, a adoção global de cenários prospectivos para a tomada de decisões e a formulação de estratégias de longo prazo para os setores público e privado.

Essas ações nos direcionaram na identificação de determinadas mudanças em andamento na Força Terrestre do Brasil, algumas propositais, determinadas por um Processo de Transformação oficial e outras em sintonia com diagnósticos e suposições enunciadas por pesquisas internacionais na área da Sociologia Militar. Em especial, as relacionadas a uma tipologia macrossociológica que tipifica o paradigma do pós-modernismo militar, defendido nas últimas décadas por sociólogos americanos das Forças

Armadas, e que sugeriria a transformação dos grandes exércitos de conscritos surgidos com a formação dos Estados Modernos em pequenos exércitos tecnológicos na contemporaneidade (SEGAL, MOSKOS, WILLIAMS, 2000).

A partir daí, acrescentando as fontes de dados já utilizadas, os elementos adquiridos nos trabalhos de campo em OMs – Organizações Militares do EB, com entrevistas e observações participantes, detectamos indícios de antagonismos entre a mentalidade e a institucionalidade modernas do EB e os elementos constitutivos da sociedade contemporânea a partir da pós-modernidade. Mormente, entre os ideais militares constituintes da identidade moderna típica do oficial militar, estão os dos princípios basilares da caserna, o da hierarquia e o da disciplina, e, em particular, o ideal de “militar virtuoso”, formado por um conjunto de “virtudes militares”, e o ideal “masculino de guerreiro”; e os ideais pós-modernos constituintes da identidade contemporânea de caráter transitório (HALL, 2006) e líquido (BAUMAN, 2001), de ênfase imediata no “eu” individual, em sua subjetividade (LIPOVETSKY, 2005a), na busca do prazer imediato (LIPOVETSKY, 2005b), sem referências *a priori* e externas aos indivíduos (LYOTARD, 1991).

Isso deu maior precisão à hipótese conjecturada, a saber, de que são as influências socioculturais advindas do individualismo exacerbado e do contexto tecnológico contemporâneo a partir da pós-modernidade as maiores forças modificadoras da atual profissionalidade militar, orientando o que provavelmente será constitutivo do oficialato militar do futuro. Até mesmo na contramão dos processos usuais de socialização e formação do profissional militar do Exército Brasileiro, constituídos por traços modernos.

Por conseguinte, desenvolvemos duas discussões que visaram ao aprofundamento teórico acerca do debate modernidade-pós-modernidade. O objetivo foi o de esclarecer quais foram as perspectivas adotadas na pesquisa para a delimitação dos marcos teóricos-analíticos específicos das noções de modernidade e pós-modernidade. Elas foram utilizadas posteriormente para proceder às análises das situações sociais, políticas, culturais e de interação investigadas, de maneira a dar substância teórica através de diversos autores das Ciências Sociais e da Filosofia para a interpretação sociológica das transformações em processo no EB atualmente.

Na primeira discussão, tratamos da modernidade, suas fases históricas e peculiaridades, destacando como característica fundamental o desenvolvimento de formas racionais de organização societária e de um modelo racional de conhecimento, o do pensamento científico, os quais, juntos, prometeram respectivamente a libertação do

uso discricionário do poder político no meio social, bem como a libertação das irracionalidades da religião no âmbito do conhecimento. Adotamos como ponto de partida a teoria da modernidade de Max Weber (1982, 1987 e 2004), de modo que restaram evidenciados os principais fenômenos constitutivos do mundo moderno, os processos de racionalização da vida, de secularização, de desencantamento do mundo, de intelectualização da religião e da perda do sentido objetivo do mundo. Esses acontecimentos resultaram na promoção dos processos de internalização e subjetivação, de fragmentação da vida em esferas autônomas e de constituição do politeísmo dos valores na cultura (SCHLUCHTER, 2000 e WEBER, 1982 e 1987).

Neste contexto de fragmentação e politeísmo, a religião se formou como esfera autônoma, devidamente delimitada e regida por normas próprias, e, a partir de suas tensões com a realidade, determinou a constituição dos valores do mundo interior e exterior. Ou seja, a dinâmica de racionalização e de sublimação da posse exterior e interior das coisas do mundo, em sentido mais amplo, tornou consciente a “autonomia interior” das esferas individuais, permitindo, com isso, que elas se inclinassem para as tensões que permaneceram ocultas na relação com o mundo exterior (WEBER, 1982).

Assim, prosseguindo na análise da obra de Weber, verificamos que, apesar de ele ter diferenciado, no processo que chamou de “racionalismo de domínio do mundo”, as esferas tipicamente racionais, por apresentarem um maior grau de objetivação dos fins em relação aos meios adequados, das esferas mais valorativas e, por isso, denominadas “irracionais”, o mesmo processo ele observou em relação às últimas. Isso mesmo atribuindo como traço substantivo da racionalização dessas esferas consideradas extracotidianas, como a erótica e a arte, o cunho discursivo e valorativo em contraste com a racionalização de cunho técnico, formal e instrumental das esferas cotidianas da modernidade, como as do capitalismo, do Estado, do direito e da ciência.

A partir dessa pista e do fato de a perda de sentido do mundo e a diversificação de esferas na vida social forçarem o indivíduo a atribuir um sentido subjetivo à realidade, relacionamos ao desenvolvimento da individualidade com a reflexividade e a referencialidade interna do “eu” (LUHMANN, 1995 e GIDDENS, 2002) a racionalização de esferas tipicamente “irracionais”, que possuem características mais valorativas, justamente devido aos impulsos da sociedade pós-industrial (BELL, 1977) e da sociedade da informação (KUMAR, 2006), que, por exemplo, modificaram a esfera do lazer e do entretenimento e criaram a “sociedade centrada no lar”. Tais impulsos, ao se conectarem ao consumismo, principalmente devido ao crescimento do setor de serviços e ao

desenvolvimento informacional, levaram a um hedonismo cultural que transformou os estilos de vida a partir dos meados do século XX.

Destarte, esta relação, que estabelecemos entre as “racionalizações do extracotidiano irracional” e o desenvolvimento da individualidade com a reflexividade e a referencialidade interna do “eu”, foi respaldada por Daniel Bell (1992) ao averiguar que a cultura burguesa originada do racionalismo ocidental, a da ética protestante estudada por Weber (2004), foi transformada de modo a conviver e, em certa medida, ser substituída pelo hedonismo presente na ascensão da autonomia da esfera cultural naquele contexto, cujo princípio central é a autorrealização. Com isso, foi engendrada, por fim, a emersão do consumo de massa e de um desenfreado individualismo de busca pelo prazer.

Com suporte nisso, promovemos a segunda discussão tratando da pós-modernidade. Optamos por fundamentar o debate nas análises do filósofo Gilles Lipovetsky (2004, 2005a, 2005b e 2015) sobre a sociedade contemporânea. Primeiramente porque o autor partiu das análises de Daniel Bell, que, por sua vez, deu continuidade à teoria da modernidade de Max Weber. Isso nos permitiu continuar seguindo a mesma linha de raciocínio desenvolvida antes, em que o traço distintivo da modernidade é o desenvolvimento do seu processo de racionalização como singularidade ocidental. E, secundariamente, porque a metodologia das análises do filósofo é de uma sensibilidade mais histórico-sociológica que filosófica (CHARLES, 2006).

Em suas análises, Lipovetsky (2004, 2005a e 2005b) distingue a modernidade em primeira modernidade e segunda modernidade. A primeira correspondendo ao período em que o processo de socialização predominante, também processo de individualização, se dá por uma disciplinarização dos indivíduos, cujo modelo é o do “adestramento autoritário e mecânico”, o da “administração impositiva”, de cunho autoritário. E a segunda, correspondendo ao período em que o processo de socialização predominante, também processo de individualização, se dá pela personalização dos indivíduos, de modo a permitir a manifestação das suas subjetividades. O autor ressalta que nas duas modernidades há os dois processos, porém com diferenças de desenvolvimento e predominância, insinuando que o segundo processo seria, de certo modo, a continuidade e evolução do primeiro.

Com base nestes termos, o autor distingue a constituição da individualidade desenvolvida na primeira modernidade, caracterizando-a como uma individualidade abstrata que surgira a partir do término da dependência pessoal como característica constitutiva dos laços sociais da pré-modernidade, levando a uma noção de indivíduo sem

ter sua base fundamentada nas alianças sociais, nas referências comunitárias e nos ideais das tradições, substancialmente religiosas.

Os anseios individuais passaram a ter prioridade, levando ao declínio dos códigos de comportamento que amarravam o ser humano ao seu grupo social. Por isso ocorrera a atomização dos indivíduos na modernidade, fenômeno responsável pelo potencial revolucionário daquele período. Porém, a ética laica resultante daquelas circunstâncias não extinguiu a dimensão dos deveres, e sim apenas do aspecto religioso que fundamentava o organismo social e político. Então, nessa primeira revolução individualista, os direitos subjetivos individuais tinham como correlatos os seus deveres. O autor identificou que, ainda que a consagração dos direitos subjetivos e a consolidação dos ideais de igualdade e liberdade tenham ocorrido, fazendo da felicidade um direito natural, diretriz central daquele individualismo, o indivíduo formado pelo processo de individualização moderno não possuiu como elementos constitutivos do seu “eu” as manifestações da sua subjetividade, mas, sim, os ideais daquela moralidade e ética laicas consolidadas na modernidade (LIPOVETSKY, 2005b).

Por isso, denominamos tal individualismo de “moderno laico”, em que o indivíduo se constitui de ideais abstratos, preenchendo o seu “eu” de conteúdos rígidos que dizem o que ele deve ser e como deve agir para cumprir os deveres cujos conteúdos o constituem.

Em relação à segunda modernidade, a partir do diagnóstico de Daniel Bell, dando prosseguimento à perspectiva de Max Weber como supracitado, Lipovetsky (2005a) esclarece que as mudanças culturais dos meados do século XX, em especial a ascensão do hedonismo como estilo de vida e do que denominou de hiperconsumismo (LIPOVETSKY, 2015), levaram ao declínio do processo de socialização disciplinar até então predominante, resultando na intensificação do processo de personalização. Ele nomeia essa fase de pós-modernidade, período de transição entre a modernidade e a hipermodernidade (LIPOVETSKY, 2004), sendo esta última responsável pela libertação do indivíduo por completo, da moralidade e dos ideais e referências externas modernas. Essa liberdade levou o indivíduo a construir a si mesmo existencialmente por sua subjetividade. Desse modo, ocorre o “esvaziamento dos conteúdos rígidos” que preenchem o “eu” do indivíduo constituído na primeira modernidade.

Na hipermodernidade, devido à predominância do processo de personalização, o hiperindividualismo leva à emersão do “narciso”, o indivíduo cuja lógica existencial é a do vazio, em que ele é forçado a dar sentido a sua existência a partir de sua subjetividade, e, mais que isso, a renovar esse sentido constantemente. Trata-se do que Lipovetsky

denominou de “hiperindividualismo pós-moralista”, em que ocorre a superação dos ideais abstratos modernos, laicos, sobretudo, dos ideais de dever de maneira a originar a prevalência da lógica da escolha individual e subjetiva. O que constituirá a base da nova ética dominante no contexto contemporâneo, a “ética indolor” do hiperindividualismo pós-moralista (LIPOVETSKY, 2005b).

Ora, ao analisarmos dados secundários oriundos dos documentos e publicações oficiais do EB, bem como das pesquisas da área da Sociologia Militar e Antropologia Militar brasileiras, identificamos que o “espírito militar” constatado por Castro (1990) como característica basilar da identidade social dos oficiais militares do Exército Brasileiro se coaduna com a individualidade promovida pelo individualismo moderno laico. Os conteúdos rígidos acima mencionados, os quais preenchem o “eu” dos oficiais, são os ideais militares constituintes da identidade moderna típica do oficial militar. Tal espírito, segundo Castro (1990), se opõe ao civil, denominado de “paisano” pelos militares por ser individualista e sem a moral e conduta típicas da mentalidade militar.

Mais precisamente, vale pontuar que o “espírito militar” possuiria ideais que se fundamentam nos princípios basilares da caserna: o da hierarquia e o da disciplina, e que podem ser enumerados, em particular, pelo ideal “masculino de guerreiro” e pelo ideal de “militar virtuoso”, formados pelo conjunto de “virtudes militares” determinadas pelo Exército Brasileiro (BRASIL, 2002). A saber: (1) Os valores militares, referenciais fixos, imutáveis e universais dos militares; o Patriotismo, o Civismo, a Fé na Missão do Exército, o Amor à Profissão, o Espírito de Corpo e o Aprimoramento Técnico-profissional. (2) Os deveres militares, a Dedicção e Fidelidade à Pátria; o Respeito aos Símbolos Nacionais; Probidade e Lealdade; Disciplina e Respeito à Hierarquia; o Rigoroso Cumprimento dos Deveres e Ordens; e o Trato do Subordinado com Dignidade. (3) E a Ética Militar, o conjunto de regras que conduzem o militar a observar e agir de acordo com o Sentimento do Dever, a Honra Pessoal, o Pundonor Militar e o Decoro da Classe.

Então, tendo em vista esses traços modernos das identidades dos oficiais militares e o atual contexto do hiperindividualismo pós-moralista, para avaliar a hipótese, somamos aos dados acima referências teóricas de pesquisas internacionais, também alguns dados primários advindos de entrevistas e trabalhos de campo com observação participante feitos nas OMs da Força. Assim, procedemos às análises dos dados, com o foco sobre a questão do profissional militar do EB, tendo por base (1) as carreiras do oficialato atual da Força, o histórico delas, suas diferenças entre si e em relação aos processos de

socialização militar e formação profissional; (2) as últimas mudanças institucionais ocorridas no EB em conjunto com o Processo de Transformação como meta oficial e (3) as crenças e valores manifestos nos comportamentos e nas falas dos próprios oficiais militares nos trabalhos de campo nas OMs.

No que diz respeito às carreiras, verificamos que elas possuem diferenças relevantes em relação aos processos de socialização e formação profissional, resultando, em termos gerais, em dois tipos de profissionais: os oficiais de “espírito militar rígido”, cujos ideais militares são sólidos porque eles ingressaram na Força no início da vida adulta e realizaram a formação em cursos superiores de graduação nas instituições do Exército. E os de “espírito militar flexível”, aqueles que seriam militares paisanizados e sem ideais militares sólidos porque ingressaram na Força já no decorrer da vida adulta e se formaram em cursos superiores de graduação realizados em instituições civis.

Verificamos também que, no decorrer da história, principalmente a partir do século XX em diante, quanto mais crescia a demanda por profissionais de áreas científicas e tecnológicas, mais eram reformuladas as carreiras dos oficiais da Força, bem como mais elas se diversificavam. Então, surgiram ambivalências no oficialato, isto é, ocorreu uma paisanização da profissionalidade da Força Terrestre por terem sido implementadas mais carreiras caracterizadas pelo “espírito militar flexível”.

Em relação às últimas mudanças institucionais ocorridas no EB em conjunto com o Processo de Transformação como meta oficial, verificamos que elas geram ambivalências na sua organização profissional. Elas visam à manutenção dos traços modernos que caracterizam o “espírito militar rígido” na profissionalidade da Força, no seu oficialato. Mas também, contraditoriamente, promovem a aproximação do mundo militar ao mundo civil, o aumento dos civis no corpo pessoal e profissional do Exército e uma mudança cultural que propicia a introdução de aspectos pós-modernos na mentalidade militar. O que significa também mais um movimento de paisanização da profissionalidade da Força Terrestre.

E, no tocante às crenças e valores manifestos nos comportamentos e nas falas dos próprios oficiais militares, observamos que elas também são ambivalentes. As suas ações e falas remetem aos ideais militares por um lado e aos pós-modernos por outro. O hiperindividualismo pós-moralista contemporâneo está presente com os ideais de conforto e bem-estar, de autonomia sexual no que tange à moral e à família, de hedonismo e de autodeterminação do que é melhor até mesmo em relação às obrigações consigo mesmo. Então, os ideais e os anseios do “eu” e da subjetividade dos indivíduos são

referências tanto quanto são os ideais militares. Desse modo, as identidades são múltiplas e transitórias, apresentam elementos identitários diversos em coexistência, alguns de traços modernos e outros de traços pós-modernos, indicando uma paisanização das identidades dos oficiais.

Portanto, com base nessas análises e no percurso de pesquisa aqui realizado, cremos ter demonstrado a firmeza de duas asserções sociológicas.

A primeira é a de que até mesmo uma instituição milenar como é o Exército, consolidada na maioria dos países e cuja solidez é inquestionável devido a sua importância, extensão e presença nas muitas vidas humanas, nada mais é do que um fenômeno social oriundo da organização social e cultural das sociedades e das suas transformações através dos tempos.

A segunda é a de que, ao tomarmos como objeto as transformações do Exército Brasileiro no contexto hodierno, corroboramos a hipótese aqui advogada de que a pós-modernidade como característica típica da sociedade contemporânea é que está orientando as transformações da instituição.

Nesse sentido, é possível conceber que os processos de racionalização, de desencantamento do mundo e de secularização identificados por Max Weber (1982, 1987 e 2004) em sua teoria da modernidade se desenvolveram de modo a resultarem, mais especificamente nos últimos anos, em um fenômeno mais amplo, promotor das “racionalizações do irracional”. Isso fez com que as diferentes esferas da fragmentação da vida social moderna se tornassem influenciadas pelo hiperindividualismo pós-moralista contemporâneo (LIPOVETSKY, 2004, 2005a e 2005b) proveniente dessas racionalizações. O que resulta na reinterpretação da lógica de funcionamento de cada esfera de modo fluido, líquido (BAUMAN, 2001), sem constituição perene. Isso conforme o desejo do indivíduo subjetivo diante das diversas opções *à la carte*, indivíduo de individualidade dessubstancializada, desestabilizado e aberto a experiências existenciais conforme desejar.

Ou seja, é possível conceber que as transformações ocorridas a partir da pós-modernidade e que se solidificaram e se intensificaram na hipermodernidade se constituem como um avanço dos processos ocidentais de racionalização e de secularização, e que, agora, não só abrangem determinadas esferas em detrimento de outras (racionais *versus* irracionais), mas atingem todas elas e todas as formas de compreensão da realidade, racionalizando-as e secularizando-as com a lógica do hiperindividualismo pós-moralista contemporâneo.

Por fim, conforme a perspectiva do sociólogo Pierre Bourdieu, inferimos também que talvez o papel desta pesquisa de doutorado “seja menos o de concluir, de encerrar, de colocar um ponto final, do que o de indicar um novo ponto de partida” (2004, p. 119). Isso porque, por mais exaustiva que fosse a pesquisa feita, e por mais hercúleo que fosse o esforço de interpretação, não tendo sido nem um e nem outro, o que se evidencia de modo límpido é que se trata de um processo de gigante amplitude, de caráter complexo e em andamento, que, em termos modernos, só poderia ser conhecido se já estivesse acabado, o que não está devido à própria natureza do contemporâneo (CONNOR, 1993, p. 11-26).

Então, esse é o “novo” do qual se deve partir para a compreensão do que está se manifestando, tendo em conta que o percurso do trabalho doutoral aqui desenvolvido permitiu distinguir que o que há de “novo” é a passagem do individualismo moderno ao hiperindividualismo pós-moralista.

REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. “Distúrbios identitários em tempos de globalização”. **Mana**. 2001, vol.7, n.2, p.7-33. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v7n2/a01v07n2.pdf> Acesso em 18 dez. 2018.
- ALEXANDER, J. C. “O novo movimento teórico”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 2, n. 4, 1987.
- ALVES, Cláudia M. C. **Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- BARBOSA, Wilmar do Valle. “Tempos pós-modernos”. In: LYOTARD. **O pós-moderno**. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991, p. vii-xiii.
- BARROS, Alexandre de Souza C. **The Brazilian Military: Professional socialization, political performance and state building**. Tese (Doutorado em Ciência Política), The University of Chicago, Chicago, Estados Unidos, Mimeo, 1978.
- BAUER, M; GASKEL, George (orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, Editora Vozes, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.
- _____. **O mal-estar da pós- modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.
- _____. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999a.
- _____. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999b.
- _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- _____. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.
- _____. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.
- _____. **Vida para o consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.
- _____. **A arte da vida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009.
- BAZZANELLA, S. L. “O conceito de ambivalência em Zygmunt Bauman”. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 2, 2012, p. 59-82.
- BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- _____. **Las contradicciones culturales del capitalismo**. Cuarta reimp. Madrid: Alianza Universidad, 1992.
- BELLINTANI, A. I. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução Doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1973.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. 2ª reimp. São Paulo: Cia das Letras - Companhia de bolso, 2007.

BOËCHAT, Igor Sidhartha. **As virtudes do Exército Brasileiro na Pós-Modernidade**. (Monografia) Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia. Rio de Janeiro: ESG, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. **História do Exército Brasileiro**. 3 Volumes. Estado-Maior de Exército (EME), 1972.

_____. **Lei N° 6.880, de 9 de dezembro de 1980**. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6880.htm Acesso em 09 abr. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 16 mai. 2016.

_____. **Política de Defesa Nacional**. Brasília: Imprensa Nacional, 1996a.

_____. MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. **Fundamentos para a modernização do Ensino**. Brasília: Departamento de Ensino e pesquisa, 1996b. Disponível em: http://www.decex.eb.mil.br/port_/leg_ensino/8_outras/a_memoria_moderniz_ensino/6_doc49_15Jul1996_FundamentosModernizEns_GTEME.pdf Acesso em: 28 dez. 2018.

_____. **Lei Complementar n° 97, de 09 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp97.htm Acesso em: 16 mai. 2016.

_____. Ministério da Defesa. Comando do Exército. **Portaria n° 156**, de 23 de abril de 2002, que aprova o Vade-Mecum de Cerimonial Militar do Exército – Valores, Deveres e Ética (VM 10). Brasília, DF: EGGCF. 2002.

_____. **Decreto n° 5.484, de 30 de junho de 2005**. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm Acesso em: 16 mai. 2016.

_____. **Estratégia Braço Forte**. Ministério de Defesa. Estado-Maior do Exército. Brasília, 2009.

_____. **Política de Defesa Nacional. Estratégia Defesa Nacional**. Ministério de Defesa. Brasília, 2012a. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. **PROFORÇA – Projeto de Força do Exército Brasileiro**. Estado-Maior do Exército. Brasília, 2012b. Disponível em: http://www.eb.mil.br/c/document_library/get_file?uuid=b8fd062b-d6c0-431f-a931-1d7ad6facc&groupId=1094704 Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. **Verde-oliva**, N° 203, 2009, p.38. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/revista-verde-oliva/edicoes-antiores> Acesso em: 27 jul. 2017.

_____. **Verde-oliva**, N° 233, 2016, p.13. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/revista-verde-oliva/edicoes-antiores> Acesso em: 27 jul. 2017.

_____. **Verde-oliva**, N° 234, 2016, p.13. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/revista-verde-oliva/edicoes-antiores> Acesso em: 27 jul. 2017.

_____. **Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010.** Altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp136.htm Acesso em: 16 mai. 2016.

_____. **O Processo de Transformação do Exército Brasileiro.** Estado-Maior do Exército. Ed. Brasília, 2010a. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/PTEB20152035.pdf> Acessos em: 22 fev. 2017.

_____. **O Processo de Transformação do Exército Brasileiro.** Estado-Maior do Exército. 3ª Ed. Brasília, 2010b. Disponível em: http://www.eb.mil.br/c/document_library/get_file?uuid=18d47a84-99ac-45d3-b7d5-f37c9b5e53dc&groupId=1094704 Acesso em: 22 fev. 2017.

_____. **Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012.** Dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército. 2012c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12705.htm Acesso em: 06 fev. 2017.

_____. **Concepção de Transformação do Exército 2013-2022.** Ministério de Defesa. Exército Brasileiro. Gabinete do Comandante. Portaria nº 1253, de 5 de dezembro de 2013. Disponível em: [http://www.ceeex.eb.mil.br/manuais/livreto_transformacao\(2\).pdf](http://www.ceeex.eb.mil.br/manuais/livreto_transformacao(2).pdf) Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. **Manual de Fundamentos EB20-MF-10.101.** Ministério de Defesa. Estado Maior do Exército. Exército Brasileiro. Chefe do Estado Maior do Exército. Portaria Nº 012 – EME, de 29 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/documents/10138/6563889/Manual+-+O+Ex%C3%A9rcito+Brasileiro/09a8b0d2-81d0-4a69-a6ea-0af9a53eaf45> Acesso em: 20 jun. 2016.

BRITO, W. C. “Os conceitos pós-modernidade e hipermodernidade em Gilles Lipovetsky”. **Perspectivas em Psicologia**, v. 19, n.2, 2015, p. 155-182.

BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa.** Ed. Rev. e atual. São Paulo: FTD: LISA, 1996.

CARREIRAS, Helena. **Mulheres nas Forças Armadas portuguesas.** Lisboa: Edições Cosmos, 1997a.

_____. “Família, maternidade e profissão Militar”. **Revista Estudos feministas.** Rio de Janeiro: IFCH/UFRJ, vol. 5, p.69-81, 1997b.

_____. **Diversidade Social nas Forças Armadas: Gênero e Orientação Sexual em Perspectiva Comparada.** Nação e Defesa, 2004, 107(2), 61–88.

_____. “O olhar dos homens: resistência e cumplicidade nas respostas masculinas à integração de mulheres nas Forças Armadas”. In: MATHIAS, Suzeley Kalil. **Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas.** São Paulo, UNESP, 2009.

CARRILHO, Maria. “Principais tendências na sociologia militar: literatura e seleção bibliográfica”. **Instituto da Defesa Nacional.** Ano III, Nº 7, Ago-Out, 1978, p. 157-169. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/2934> Acesso em: 22 jul. 2016.

CARVALHO, José Murilo de. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: FAUSTO, Boris (org.) **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil republicano.** São Paulo: Difel, 1978.

_____. “Forças Armadas e Política, 1930-1945”. In: “**A Revolução de 30**”. Brasília: UNB, 1983.

CARVALHO, Maria F. F. **Uma análise da hierarquia e da identidade militar baseada em uma observação participante**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2004.

CASTRO, C; D’ARAUJO, M. C. (Org.). **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2001.

CASTRO, C.; GAGLIARDI, J. “A revolta da Escola Militar da Praia Vermelha (1904)”. **Militares e política**. UFRJ, N.5 (julho-dezembro) 2009, p. 47-64. Disponível em: http://www.lemp.historia.ufrj.br/revista/ante/Militares_e_Politica_LEMP_n_05.pdf Acesso em: 27 mar. 2019.

CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero de Camargo (Org.). **Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CASTRO, Celso. **O espírito militar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

_____. “A origem social dos militares: novos dados para uma antiga discussão”. **Novos Estudos Cebrap**. nº 37, novembro, 1993, p. 225-231.

_____. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. **A socialização profissional dos militares brasileiros: notas sobre uma investigação antropológica na caserna**. *Etnográfica*, Lisboa, v. VIII, n.1, 2004, p.79-90.

_____. **Exército e nação: estudos sobre a história do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CHARLES, Sébastien. (Org.) **Comte-Sponville, Conche Ferry, Lipovetsky, Onfray Rosset: é possível viver o que eles pensam?** São Paulo: Barcarolla, 2006.

CHARTIER, Roger. **História da cultura: entre práticas e representações**. 2a ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

_____. **Cartas sobre a hipermodernidade ou O hipermoderno explicado às crianças**. São Paulo: Barcarolla, 2009.

COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

_____. “A Instituição Militar No Brasil”. In: **BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 19, 1985.

CÔRTEZ, Marco Henrique C. “A Defesa Nacional diante do Pós-Modernismo Militar”, **Revista da Escola Superior de Guerra**, nº 40, 2001, p. 18-47.

CORTES, Soraya Maria Vargas. “Técnicas de análise e coleta qualitativa de dados”. **Cadernos de Sociologia** n.º 9. Porto Alegre: PPG Sociologia/ UFRGS, 1998.

CONNOR, S. **Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1993.

COSTA, R. L. **Ética e Religião em Gilles Lipovetsky: uma análise da obra "A sociedade pós-moralista"**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP, 2012.

COSTA, Vanda Ribeiro. “Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de 30”. **Ciências Sociais Hoje**, Rio de Janeiro: ANPOCS, 1985.

CRUZ, Daniel Nery da. **Lipovetsky e a hipermodernidade: dilemas e perspectivas para a moderna noção de sujeito e a ética**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, RS, 2013.

D'ARAUJO, Maria Celina. “Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil”. In: Celso Castro, Victor Izecksohn e Hendrik Kraay. (Org.). **Nova história militar do Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004, v. 1, p. 439-459.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **A crise das identidades: a interpretação de uma mutação**. Portugal: Porto Edições Afrontamentos, 2006.

_____. “A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional”. **Cadernos de Pesquisa**. vol.42, n.146, São Paulo, May/Aug. 2012, p.351-367. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v42n146/03.pdf> Acesso em 01 mar. 2017.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. 1ª edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996.

_____. **Educação e Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ESPERÂNDIO, Mary Rute Gomes. **Para Entender a Pós-Modernidade**. São Leopoldo: Sindoal, 2007.

FARIA, Durland Puppim de. (Org.) **Manual Escolar de História Militar do Brasil**. Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2011.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1995.

FAZIO, Ednéia. **Formação e Perfil dos alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (1990-2000)**. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Política), Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, SP, 2003.

_____. **A política de ensino do Exército brasileiro na Nova República: o projeto de modernização (1985-2000)**. Tese (Doutorado em História e Cultura Política), Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, SP, 2008.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós - modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FERNANDES, F. B. **As relações civil-militares durante o Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

FLAX, Jane. "Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista". In: HOLLANDA, Heloísa H. O. Buarque de. (Org.) **Pós-modernismo e política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 217-250.

FONSECA, Maria de Lurdes S. A. **O Alto Oficialato do Exército Português oriundo da Academia Militar: Origem Social e Mérito Académico dos Oficiais da Primeira República Portuguesa como Preditores dos Percursos de Carreira Futuros (1910-1974)**. Dissertação

(Mestrado em Sociologia), Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2003.

_____. **Profissionalização do Exército e Envolvimento Político dos Militares durante a I República Portuguesa.** Tese (Doutoramento em Sociologia), Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2008.

FONTOURA, C. B. **O Curso de Comando e Estado-Maior do Exército:** Conteúdos e mudanças após a criação do Ministério da Defesa do Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir:** história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. “O sujeito e o poder”. In: DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-249.

_____. “A Governamentalidade”. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber: ditos e escritos.** Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 281-305.

FRANÇA, Andréa da C. P. **Doutrina e Legislação:** os bastidores da política dos militares no Brasil (1964-1984). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FREIDSON, E. **Professional powers:** a study of the institutionalization of formal knowledge. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

_____. **Para uma análise comparativa das profissões:** a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n.31, ano 11, jun. 1996, p.141-154.

_____. **Renascimento do profissionalismo:** teoria, profecia e política. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber.** 5a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FUCCILLE, L. A. **Democracia e questão militar:** a criação do Ministério da Defesa no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.

GADEA, Carlos A. **Paisagens da pós-modernidade:** cultura, política e sociabilidade na América Latina. Itajaí: UNIVALI, 2007.

_____. “Pós-modernidade”. In: SELL e MARTINS. (Org.). **Teoria Sociológica Contemporânea: autores e perspectivas.** São Paulo: Annablume, 2017, v. 1, p. 383-402.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6a ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GITIRANA, Moacyr Maia. **A Construção da Mentalidade Militar no Brasil:** estudo de caso típico. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2010.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

_____. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOMES, J. C. **Mulheres no campo de Marte:** um estudo sobre o habitus de gênero na oficialidade do Exército brasileiro. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

GOUDZWAARD, Bob. **Capitalism and Progress:** A Diagnosis of Western Society. Paternoster Press, William B. Eerdmans Publishing Company, Grand Rapids, Michigan, USA, 1979, Publisher: Authentic Media, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 11ª edição, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 17ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOLLANDA, Heloísa H. O. Buarque de. (Org.) **Pós-modernismo e política.** 2a ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HORA, S. N. **O Exército de sempre, uma nova Força:** uma análise do funcionamento do discurso da transformação do Exército Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Niterói, RJ, 2013.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado:** Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1996.

HUYSSSEN, Andreas. “Mapeando o pós-moderno”. In: HOLLANDA, Heloísa H. O. Buarque de. (Org.) **Pós-modernismo e política.** 2a ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 15-80.

ILLOUZ, Eva. **El consumo de la utopía romántica.** Madrid: Katz Editores, 2009

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo:** A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio. São Paulo: Editora Ática. 2002.

JANOWITZ, Morris. **O Soldado Profissional:** estudo social e político. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.

KRONMAN, Anthony. **Max Weber.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

KUHLMANN, P. R. L. **O serviço militar, democracia e defesa:** razões da permanência do modelo no Brasil. Dissertação. (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2001.

_____. **Exército Brasileiro:** estrutura militar e ordenamento político 1984-2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna:** novas teorias sobre o mundo contemporâneo. 2ª ed. ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

LACERDA, P. H. B. e SAVIAN, E. J. **Manual Escolar de História Militar Geral.** Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2009.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, M. de Andrade. **Metodologia científica.** 5a ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LASH, Scott. **Sociology of Postmodernism.** London and New York: Routledge, 2013, p. 201-236.

LEIRNER, Piero. **Meia-Volta, Volver:** um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: FGV, 1997a.

_____. “A Pesquisa de Campo com Militares: algumas questões metodológicas”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n.34, 1997b, p. 157-167.

LEVINE, A., SOBER, E., WRIGHT, E. O. “Marxismo e individualismo metodológico”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 4, n. 11, out. 1989.

LICHTBLAU, Klaus. The Protestant Ethic versus the "New Ethic". In: LEHMANN, H. & ROTH, G. (eds.). **Weber's Protestant Ethic: Origins, Evidence, Contexts**. Washington, D. C.: German Historical Institute/Cambridge University Press, 1993, p. 179-194.

LIPOVETSKY, G. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

_____. **A era do vazio**. Barueri: Manole, 2005a.

_____. **A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos**. Barueri: Manole, 2005b.

_____. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo**. 2ª reimp. Lisboa: Edições 70, 2015.

LORENZONI, C. L. **Mudanças estruturais na Força Terrestre: a Estratégia Braço Forte – um caminho para um Exército menor e mais forte**. Trabalho de conclusão de curso. (Especialização em Ciências Militares) – Escola Marechal Castello Branco, Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.

LUCENA, Luiz Castelliano de. **Um Breve Histórico do IME: Instituto Militar de Engenharia (Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, 1792)**. Instituto Militar de Engenharia, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.ime.eb.mil.br/arquivos/Noticia/historicoIME.pdf> Acesso em: 28 dez. 2018.

LUCHETTI, M. S. R. **O Ensino no Exército Brasileiro: histórico, quadro atual e reforma**. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, 2006.

LUHMANN, Niklas. **Social Systems**. Stanford: Stanford University Press, 1995.

LYON, David. **Pós-modernidade**. 2ª Ed. São Paulo: Paulus, 2005.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

MACHADO, Élton L. R. Escolas militares e formação militar: Escolas e reformas no ensino do EB. In: FARIA, Durland P. de. (Org.) **Manual Escolar de História Militar do Brasil**. Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2011.

MADRUGA, F. A. A. C. **O Congresso Nacional, as relações civis-militares e a política de defesa no Brasil (1999-2014)**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

MAIA NETO, Jacinto. “O processo de transformação do Exército Brasileiro: um estudo sobre os reflexos da era do conhecimento”. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, Rio de Janeiro, n. 24, dez. 2011. Disponível em: <http://www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM/article/viewFile/76/111> Acesso em: 15 ago. 2016.

MANCUSO, A. P. “A profissão militar: uma revisão de conceitos”. In: **XII Congresso Brasileiro de Sociologia: Sociologia e Realidade: pesquisa social no século XXI**, Belo

Horizonte, 2005. Disponível em: http://sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=493&Itemid=171 Acesso em: 14 ago. 2018.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **As mulheres chegam aos quartéis**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

_____. **Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas**. São Paulo, UNESP, 2009.

MAUSS, M.; DURKHEIM, E. “Algumas formas primitivas de classificação”. In: RODRIGUES, José Albertino (org.). **Coleção: Os grandes Cientistas Sociais**. Edição. São Paulo: Editora Ática, 1979, volume I: Durkheim. p.183-203.

MAZULO, L. F. S. **Mulheres no Exército Brasileiro: Um estudo sobre poder simbólico e relações de poder em uma organização militar**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MEAD, George H. **Mind, Self and Society: from the stand point of a social behaviorist**. 18ª ed. Chicago: University of Chicago Press, 1972.

MENEZES, Delano Teixeira. **A Construção Social da Subjetividade no Contexto Acadêmico do Instituto Tecnológico da Aeronáutica**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

_____. **Como Pensam os Militares: A Construção Social da Subjetividade dos Militares**. Editora Baraúna. São Paulo. 2016.

MIGON, Eduardo Xavier Ferreira. **A Inserção dos Assuntos de Defesa na Agenda das Políticas Públicas**. Tese (Doutorado em Ciências Militares) – Escola Marechal Castello Branco, Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2011.

MILLS, C. Wright. **A Imaginação Sociológica**. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MIRANDA, Denis. **A construção da identidade do oficial do Exército Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

_____. **A construção da identidade do oficial do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, RJ, 2018.

MISSIATO, V. A. R. **Entre a Nova República e as velhas autonomias: as relações civis-militares nos governos FHC e LULA (1996-2008)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, SP, 2012.

_____. “Olhares da caserna na preservação de autonomias militares durante o processo de redemocratização no Brasil”. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 8, N. 16, 2016, p. 111-127.

MOSKOS, Charles C. “From Institution to Occupation: Trends in Military Organization”. **Armed Forces & Society**. 4(1), 1977, p. 41–50.

_____. “Institutional/Occupational Trends in Armed Forces: An Update”. **Armed Forces & Society**, v. 12, n. 3, 1986, p. 377-382.

_____. “Toward a Postmodern Military: The United States as a Paradigm,” In: SEGAL; MOSKOS; WILLIAMS. (eds.) **The Postmodern Military: Armed Forces after the Cold War**. New York: Oxford University Press, 2000, p.14-31.

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. **Do Exército Moderno à República Militar: Caserna, Política e Tensão (1913-1977)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do Exército Brasileiro: currículos e regimes na Academia Militar**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

NOBRE, R. F. “Max Weber, desencantamento do mundo e politeísmo de valores”. In: SENEDA, M. C.; CUSTODIO, H. F. F. (Org.) **Max Weber: religião, valores, teoria do conhecimento**. Uberlândia: Editora Universidade Federal de Uberlândia, 2016, p. 147-166.

OLIVEIRA, G. A. G. **O Processo de Criação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército**. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola Marechal Castello Branco, Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2016.

PALLARES-BURKE, M. L. G. “Entrevista com Zigmunt Bauman”. In: **Tempo social**. vol.16, n.1, São Paulo: USP, 2004, p. 301-325. Acesso em: 22 jul. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v16n1/v16n1a15.pdf> Acesso em: 28 mar. 2019.

PASSOS, A. M. **O estado das relações civis-militares no Brasil: um estudo de caso sobre o Ministério da Defesa (2007-2011)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2014.

PASSOS, Rodrigo D. F. **A transformação da guerra na passagem para o Século XXI: Um estudo sobre a atualidade do paradigma de Clausewitz**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PELOGIA, Thiago. **Narciso: o individualismo moderno em Gilles Lipovetsky**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, PR, 2017.

PIERUCCI, A. F. “Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido”. In: SOUZA, Jessé. (Org.) **A atualidade de Max Weber**. Brasília: UnB, 2000, p. 105-162.

_____. **O Desencantamento do Mundo: Todos os passos do conceito em Max Weber**. São Paulo: USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH – USP/Editora 34, 2005.

RAMOS, R. A. **Sujeito e Modernidade na Perspectiva de Alain Touraine**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, 2013.

RAMOS, W. M; GOLDONI, L. R. F. “Os Projetos do Exército Brasileiro e o alinhamento com as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa”. **Política Hoje**. UFPE. v. 25, 2016, p. 153-175. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/politica/hoje/index.php/politica/article/download/407/224> Acesso em: 22 jul. 2016.

RETZ, Raquel de Godoy e SÁ, Olga de. “Introdução a BAUMAN: o mundo como texto”. **QUANTA - Comunicação e Cultura**, v. 1, 2015, p. 84-108.

RODRIGUES, Maria de Lurdes. **Sociologia das Profissões**. 2a ed. Oeiras: Celta Editora, Portugal, 2002.

ROSSI, Regiane A. **Vocação, tradição ou profissão: um estudo sobre a escolha profissional e a evasão escolar na Escola Preparatória de Cadetes do Exército**. Dissertação

(Mestrado em Educação), Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001.

SÁ, Mario Gomes. “PÓS-MODERNIDADE!? Dimensões e reflexões”. In: **Revista Pós Ciências Sociais**. Universidade do Maranhão. São Luís: EDUFMA, v. 3, n. 6, 2006, p.41-60.

SALDANHA, Flávio H. D. **O Império da Ordem: Guarda Nacional, coronéis e burocratas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX, 1850-1873**. Tese (Doutorado em História), Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, SP, 2009.

_____. **Exército e Guarda Nacional: recrutamento militar e a construção do Estado no Brasil imperial**. Coleção Meira Mattos - Revista das Ciências Militares, Rio de Janeiro, v. 9, n. 36, set./dez. 2015, p. 673-681.

SANTANA, V. J. **Leitura crítica do discurso do plano de defesa nacional**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

SANTOS, Miriam de Oliveira. **Berços de heróis: o papel das escolas militares na formação de “salvadores da Pátria”**. São Paulo: Annablume, 2004.

SEGAL, David R; BURK, James (Ed.) **Military sociology**. London: SAGE, 2012. Vols I, II, III e IV.

SEGAL, BOOTH e KESTNBAUM. "Are Post-Cold War Militaries Postmodern?" In: **Armed Forces & Society**, Vol. 27, Issue 3, 2001, p.319-342.

SEGAL, David R. & SEGAL, Mady Wechsler. “Change in military organization”. **Annual Review of Sociology**, Vol. 9, 1983, p. 151-170.

SEGAL, David R; MOSKOS, Charles C; WILLIAMS, John Allen. (eds.) **The Postmodern Military: Armed Forces after the Cold War**. New York: Oxford University Press, 2000.

SEGAL; MOSKOS; WILLIAMS. “Armed Forces after the Cold War”. In: SEGAL; MOSKOS; WILLIAMS. (eds.) **The Postmodern Military: Armed Forces after the Cold War**. New York: Oxford University Press, 2000, p. 1-13.

SEGAL, Mady Wechsler. **Funções Militares das Mulheres numa Perspectiva Comparada: Passado, Presente e Futuro**. 1999. Disponível em: http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1526/1/NeD088_MadyWechslerSegal.pdf Acesso em: 15 mai. 2016.

WEBER, Max. **The religion of India: the sociology of hinduism and buddhism**. New York: Glencoe, 1958.

_____. **The religion of China: confucianism and taoism**. Canada: MacMillan, 1968.

_____. **Ensaio de sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

_____. **Ensayos sobre sociología de la religión**. Madrid: Taurus, 2t, 1987.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2ª Ed. Rev. São Paulo: Editora Pioneira Thompson Learning, 2003.

_____. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Ed. Comemorativa; Tradução: Antônio Flávio Pierucci, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WILLIAMS. “The Postmodern Military Reconsidered”. In: SEGAL; MOSKOS; WILLIAMS. (eds.) **The Postmodern Military: Armed Forces after the Cold War**. New York: Oxford University Press, 2000, p. 265-277.

WILLIAMS, John A. “Democracy, Multiculturalism, and Armed Forces: The Challenges of Human Security. Plenary presentation on Civil-Military Relations in the Postmodern Era. **International Symposium**. University of the Cordillera, La Paz, Bolivia. March, 24-26, 2004.

WILLIAMS, John Allen. “The Military and Society Beyond the Postmodern Era”. **A Journal of World Affairs**. 52, No. 2 (Spring) 2008, p.199-216.

SCHLUCHTER, Wolfgang. “As origens do racionalismo ocidental”. In: SOUZA, Jessé (org.). **O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília: Editora UNB, 1999, p. 55-119.

_____. “Politeísmo dos valores”. In: SOUZA, Jessé (Org.). **A atualidade de Max Weber**. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

SCHWETHER, N. D. **AGORA É QUE SÃO ELAS: Desvendando o processo de incorporação das mulheres nas Forças Armadas de Brasil e Argentina**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2016.

SELL, Carlos Eduardo. “Racionalidade e racionalização em Max Weber”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 27, n. 79, Brasília. Junho, 2012, p.153-233.

_____. **Max Weber e a racionalização da vida**. Petrópolis: Vozes, 2013.

SILVA, Carlos E. M. V. **A transformação da guerra na passagem para o Século XXI: Um estudo sobre a atualidade do paradigma de Clausewitz**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2003.

SILVA, Cristina R. **A Casa e o Quartel: uma análise antropológica sobre o Exército e a Família na Academia Militar das Agulhas Negras**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2010.

_____. **O Exército como Família: etnografia sobre as vilas militares na fronteira**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2016.

SILVA, Fernando. A. V. **O Processo de Transformação do Exército: extensão, fontes e fatores intervenientes**. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola Marechal Castello Branco, Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, H. P. **A política de defesa nacional e as diretrizes para o planejamento militar**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008.

SILVA, Marcio Rodrigues da. **O Quadro Complementar de Oficiais: um estudo de análise institucional em ambiente militar**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SOUZA, Jessé. “Homem, cidadão: ética e modernidade em Weber”. **Lua Nova**, n. 33, São Paulo, Aug. 1994, p. 135-143. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n33/a10n33.pdf> Acesso em 18 Dez. 2018.

_____. (Org.). **O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília: UnB, 1999.

- _____. (Org.). **A atualidade de Max Weber**. Brasília: UnB, 2000.
- STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- STRAUSS, Anselm. **Espelhos e Máscaras: A busca da identidade**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1999.
- TAVARES, Aurélio de Lyra. **Nosso Exército: essa grande escola**. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército, 1985.
- TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. **Igualdade e Diversidade. O sujeito democrático**. Bauru: EDUSC, 1998a.
- _____. **Poderemos Viver Juntos? Iguais e Diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1998b.
- _____. **Um novo paradigma. Para compreender o Mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- _____. (2009) **Pensar Outramente. O discurso interpretativo dominante**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- THIESEN, Juarez da Silva. **Método para a construção e análise de cenários prospectivos em planejamento educacional baseado na Gestão do Conhecimento**. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2009.
- VASCONCELLOS, C. A. R. **Aproximação entre civis e militares com a criação do Ministério da Defesa**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, 2011.
- WOODWARD, Rachel; WINTER, Trish. **Sexing the Soldier: The Politics of Gender and the Contemporary British Army**. London and New York: Routledge, 2007.
- WORTMEYER, D. S. **Desafios da internalização de valores no processo de socialização organizacional: um estudo da formação de oficiais do Exército**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2007.
- _____. **O desenvolvimento de valores morais na socialização militar: entre a liberdade subjetiva e o controle institucional**. Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.
- WRIGHT, Philip Q. **A Study of War**. 2ª Ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1965.
- ZANATTA, M. S. **Nas teias da identidade: contribuições para a discussão do conceito de identidade na teoria sociológica**. Erechim: Perspectiva, v. 35, 2011, p. 41-54. Disponível em: http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/132_232.pdf Acesso em: 27 mar. 2019.
- ZAVERUCHA, J. **FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002)**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2005.